



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

MARCOS BEZERRA LIMA

PAULO MARANHÃO X MAGALHÃES BARATA: censuras, intervenções e políticas no
Pará durante a Era Vargas (1930-1945)

BELÉM – PA
2024

MARCOS BEZERRA LIMA

**PAULO MARANHÃO X MAGALHÃES BARATA: censuras, intervenções e políticas no
Pará durante a Era Vargas (1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial necessário à obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Pere Petit

BELÉM – PA
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

L732p Lima, Marcos Bezerra.
Paulo Maranhão x Magalhães Barata : censuras, intervenções e
políticas no Pará durante a Era Vargas (1930-1945) / Marcos Bezerra
Lima. — 2024.
233 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História, Belém, 2024.

1. Paulo Maranhão . 2. Magalhães Barata . 3. Era Vargasno
Pará . 4. Imprensa . 5. Política. I. Título.

CDD 981.06

MARCOS BEZERRA LIMA

**PAULO MARANHÃO X MAGALHÃES BARATA: censuras, intervenções e políticas no
Pará durante a Era Vargas (1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial necessário à obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Data da Avaliação: ____/____/____.

Conceito: _____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Pere Petit Penarrocha
(Orientador – PPHIST/UFPA)

Prof. Dr. William Gaia Farias
(Avaliador interno – PPHIST/UFPA)

Prof. Dr. Alan Christian de Souza Santos
(Avaliador externo – IFPA)

Para minha mãe (Maria Rosa), minhas irmãs (Ellane e Eleneuda) e meus sobrinhos (Anny, Maria e Rômulo), pelo apoio e amor ao longo dessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a Deus pela conclusão dessa pesquisa e outras realizadas nos últimos anos.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST), pela oportunidade, estrutura e acolhimento. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento da pesquisa. A Universidade do Estado do Pará (UEPA) por todo suporte durante o processo de graduação. Ao curso de graduação em História por me acolher no estágio docente realizado em 2022.

Aos professores do PPHIST, em especial ao professor orientador Pere Petit, pelas orientações, sugestões e diversos retornos dos escritos.

Aos atendentes da Biblioteca Pública Arthur Vianna, Arquivo Público do Estado do Pará e Centro de Memória da Amazônia, pelo profissionalismo e disponibilidade.

In memoriam ao professor Renato Gimenes, que foi meu orientador na graduação, professor nas monitorias e estágio docente realizados nos últimos anos na UEPA. Seus ensinamentos estão presentes neste trabalho e em minha vida.

Aos meus familiares, em especial, minha mãe por me proporcionar o privilégio de estudar, por seu amor incondicional e apoio em minhas escolhas, meu muito obrigado, dona Rosa. As minhas irmãs, Ellane e Eleneuda, pelo apoio durante o processo de pesquisa/escrita. Aos meus sobrinhos, Anny, Maria e Rômulo, que entre barulhos e pedidos de silêncio, tornaram meus dias mais leves.

Aos amigos, Edson, Gabriel, Lucas e Zeni, que de diferentes formas contribuíram para este trabalho. A Alana, amiga de graduação e pós-graduação, que muito me ajudou durante vários processos, tenho uma dívida enorme contigo.

Agradeço também a Bárbara, pelo afeto, companheirismo, paciência e disponibilidade em ler todas as versões da dissertação, artigos, projetos e tudo mais. Suas contribuições com fontes, ideias, sugestões, enriqueceram esta pesquisa. Espero ter contribuído para a sua da mesma forma. Muito obrigado!

RESUMO

Esta dissertação visa analisar o embate político entre o jornalista Paulo Maranhão (1872-1966) e o militar Magalhães Barata (1888-1959), entre os anos de 1930 e 1945, período conhecido como Era Vargas. Como objetivo central, foram analisados os variados mecanismos utilizados pelos dois sujeitos no sentido de obtenção, recuperação e manutenção de poderes em várias áreas da sociedade paraense. Paulo Maranhão utilizou-se das ferramentas do jornalismo para atacar Magalhães Barata, este que exerceu duas vezes o cargo de interventor federal do Pará. Por sua vez, Magalhães Barata contou com os aparatos estatais para se defender e atacar um dos seus principais opositores, contribuindo para uma dinâmica de disputas políticas entre os dois que se prolongou por quase 30 anos. A pesquisa foi dividida em três fases, a fase inicial referente a primeira passagem pelo poder de Magalhães Barata (1930-1935); a segunda fase referente ao período em que o militar político esteve afastado do Pará (1936-1942); e finalmente, a terceira fase direcionada ao retorno de Magalhães Barata para sua segunda interventoria (1943-1945). Utilizando de aportes ligados à Nova História Política e suas reformulações em torno de vários objetos de análise, inclusive a respeito dos meios de comunicação, verifiquei que Paulo Maranhão usou o periódico *Folha do Norte* para suas pautas e divergências políticas, dentre elas, a travada contra Magalhães Barata. Desse modo, concretizando o caráter político em torno dos impressos e seu poderio de intervenção na dinâmica social do período. Em decorrência dos meios utilizados por ambos, foi possível visualizar episódios de violências, censuras, matérias jornalísticas voltadas a ataques políticos, dentre tantos outros acontecimentos, apresentados e analisados durante os três capítulos desta dissertação. A partir de uma análise qualitativa de fontes, foi possível trabalhar com alguns polos documentais para construção da pesquisa. Destaco os documentos presentes no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), referentes às relações protagonizadas por componentes do poder público, seja sobre o próprio Magalhães Barata ou departamentos estatais. Outro polo documental importante está presente na Biblioteca Pública Arthur Vianna, referentes aos periódicos do recorte proposto, como *O Estado do Pará* e o *Diário Oficial do Estado*, mas, principalmente, os exemplares do periódico *Folha do Norte*, jornal comandado por Paulo Maranhão. Outros conjuntos documentais foram utilizados em menor quantidade, como livros publicados na época, que estão presentes no setor de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna, jornais disponibilizados na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, dentre outros documentos utilizados durante o trabalho.

Palavras-chave: Paulo Maranhão; Magalhães Barata; Era Vargas no Pará; imprensa; política.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the political clash between journalist Paulo Maranhão (1872-1966) and military officer Magalhães Barata (1888-1959) between 1930 and 1945, the period known as the Vargas Era. The main objective was to analyze the various mechanisms used by the two individuals to obtain, recover and maintain power in various areas of Pará society. Paulo Maranhão used the tools of journalism to attack Magalhães Barata, who had twice served as Pará's federal interventor. In turn, Magalhães Barata relied on the state apparatus to defend himself and attack one of his main opponents, contributing to a dynamic of political disputes between the two that lasted almost 30 years. The research was divided into three phases: the initial phase referring to Magalhães Barata's first stint in power (1930-1935); the second phase referring to the period in which the military politician was away from Pará (1936-1942); and finally, the third phase directed at Magalhães Barata's return for his second term (1943-1945). Using contributions linked to the New Political History and its reformulations of various objects of analysis, including the media, I found that Paulo Maranhão used the newspaper Northern Leaf for his political agendas and disagreements, including the one against Magalhães Barata. In this way, the political nature of printed media and their power to intervene in the social dynamics of the period became a reality. As a result of the means used by both, it was possible to see episodes of violence, censorship, journalistic articles aimed at political attacks, among many other events, presented and analyzed during the three chapters of this dissertation. Based on a qualitative analysis of the sources, it was possible to work with some documentary poles for the construction of the research. I checked the documents in the Public Archives of the State of Pará (APEP), which refer to the relationships played out by members of the public authorities, be it Magalhães Barata himself or state departments. Another important collection of documents is in the Arthur Vianna Public Library, referring to the periodicals in the proposed section, such as of State of Pará and the Official State Diary, but mainly copies of the periodical Northern Leaf, a newspaper run by Paulo Maranhão. Other sets of documents were used to a lesser extent, such as books published at the time which are in the rare works sector of the Arthur Vianna Public Library, newspapers available in the National Library's Digital Hemeroteca, among other documents used during the work.

Keywords: Paulo Maranhão; Magalhães Barata, Vargas Era in Pará; Press; Political.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Paulo Maranhão em 1909.....	40
Imagem 2 – Atentado ao jornal Folha do Norte.....	78
Imagem 3 – Chapa da Frente Única Paraense.....	85
Imagem 4 – Manifesto da Frente Única Paraense pelo jornal Folha do Norte.....	87
Imagem 5 – Jornal Folha do Norte relembra ataques às suas instalações.....	103
Imagem 6 – Censura à Folha do Norte.....	111
Imagem 7 – Sede do DEIP-PA – Edifício Bern.....	151
Imagem 8 – Novos diretores do DEIP/PA.....	160
Imagem 9 – Paulo Maranhão em 1943.....	165
Imagem 10 – Magalhães Barata em 1943.....	179
Imagem 11 – Condecoração de Magalhães Barata em Caiena.....	187
Imagem 12 – Magalhães Barata visita mina de Bauxita em Paramaribo.....	192
Imagem 13 – Convenção do PSD Pará liderada por Magalhães Barata.....	208

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
CMA	Centro de Memória da Amazônia
DEIP/PA	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNI	Departamento Nacional de Informações
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DOP	Departamento Oficial de Publicidade
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
DPPF	Departamento Paraense pelo Progresso Feminino
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FUP	Frente Única Paraense
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
PL	Partido Liberal
PRF	Partido Republicano Federal
PRP	Partido Republicano Paraense
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UDB	União Democrática Brasileira
UDN	União Democrática Nacional
UPP	União Popular Paraense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: O MOVIMENTO DE 1930 E A PRIMEIRA INTERVENTORIA DE MAGALHÃES BARATA (1930-1935).....	25
1.1 Rupturas e rearranjos políticos no Pará.....	25
1.2 Entre eleições, cisões e perseguições.....	51
1.3 A eleição de 1934 e o conflito declarado.....	67
CAPÍTULO 2: A DISPUTA ENTRE PAULO MARANHÃO E MAGALHÃES BARATA DURANTE O GOVERNO GAMA MALCHER (1936-1941).....	94
2.1 A construção do antibaratismo por Paulo Maranhão.....	94
2.2 Magalhães Barata: de comunista à força eleitoral.....	114
2.3 O golpe do Estado Novo no Pará: uma nova imprensa e um novo jogo político.....	134
CAPÍTULO 3: O RETORNO DE MAGALHÃES BARATA E O REORDENAMENTO POLÍTICO PARAENSE (1943-1945).....	154
3.1 Jogo Político? Entra Magalhães Barata e sai Paulo Maranhão.....	154
3.2 Um Pará em guerra, um Norte censurado.....	178
3.3 Uma transição política nada pacífica.....	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
FONTES.....	222
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	224
ANEXO A – CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS TRATADOS NO PRESENTE ESTUDO (1930-1945).....	231

INTRODUÇÃO

Pelo exposto, se vê que Barata era um laurista entusiasta, que colaborara com o incêndio [do jornal A Província do Pará] que Paulo Maranhão, em violento artigo publicado na ‘Folha do Norte’, iniciara. Depois, a História registrou os diferentes caldos saídos da mesma panela, pois só a História mostra, às gerações, que da mesma panela, saem, muitas vezes, caldos diferentes: Barata e Maranhão, tornaram-se inimigos irreconciliáveis durante 30 anos [...].¹

Nas páginas a seguir, o leitor encontrará parte da dinâmica de conflito protagonizada por Paulo Maranhão e Magalhães Barata durante 15 dos 30 anos que Carlos Rocque cita no trecho acima. Levando em consideração o dinamismo histórico das construções e das relações políticas estabelecidas pelos dois personagens que ofereci destaque, pode-se concordar com Rocque e afirmar que Barata e Maranhão foram partes de um mesmo ímpeto ao longo de suas trajetórias. Durante a Primeira República, estiveram na órbita de Lauro Sodré, em diferentes papéis de apoio/proximidade.

A “panela histórica” pode até construir bases com sujeitos interligados, mas as “colheradas” de acontecimentos podem alterar todo o jogo político. Foi isso que aconteceu, desde a década de 1920, Barata e Maranhão estiveram em lados opostos de projetos políticos nacionais, para enfim, nos anos de 1930, exacerbarem suas diferenças e serem partes extremamente destoantes durante 30 anos.

A presente dissertação discute o embate político entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, entre os anos de 1930 e 1945. Desse modo, a análise consiste em discutir os mecanismos utilizados por ambos na defesa de seus interesses políticos, em um contexto de intensa movimentação e mudanças de poder. Por um lado, o uso excessivo dos meios de comunicação por parte de Paulo Maranhão. Por sua vez, Magalhães Barata recorreu aos aparatos estatais, como censura, suspensão dos periódicos de Paulo Maranhão, prisões de funcionários, dentre outros.

Paulo Maranhão (1872-1966), paraense, foi professor, político e jornalista, tendo construído maior reconhecimento por ser proprietário e diretor da *Folha do Norte*, um dos principais jornais impressos no Pará durante o século XX. Magalhães Barata (1888-1959), paraense, exerceu carreira militar e foi interventor federal, senador e governador do Pará, durante sua intensa trajetória política.

¹ ROCQUE, Carlos. *A formação Revolucionária do tenente Barata*. Belém: Fundação Romulo Maiorana, 1983, p. 161.

A Era Vargas (1930-1945) representou um dos períodos históricos de grande transformação na dinâmica política, social e cultural do Brasil. A chegada ao poder da ala vitoriosa do tenentismo, em 1930, desencadeou profundas rupturas em relações construídas e fortificadas durante a Primeira República (1889-1930). No Pará, Paulo Maranhão, que em 1930 exercia cargo de deputado federal e possuía posição de influência junto ao governador Eurico Valle, mandatário que antecedeu o movimento tenentista no Pará, experimentou duras transformações em relação a sua posição privilegiada de influência e poder na política paraense.

Em toda a década de 1920, durante os movimentos contestatórios da Primeira República, a *Folha do Norte*, comandada por Paulo Maranhão, construiu forte narrativa contrária ao movimento tenentista e a Aliança Liberal.² Por esse motivo, após a constituição da junta governista paraense em outubro de 1930, a *Folha do Norte* deixou de circular e retomou suas atividades após o afastamento de Paulo Maranhão das suas funções jornalísticas, este retornando às atividades somente em março de 1931.

A destituição do cargo de deputado federal, perda de influência junto ao governo estadual e federal, além dos ataques diretos ao seu jornal, foram algumas das principais mudanças direcionadas a Paulo Maranhão com a chegada ao poder de Getúlio Vargas. Por outro lado, Magalhães Barata assumiu a interventoria do Pará em novembro de 1930, estabelecendo uma política distinta das empregadas por governadores anteriores, perpassando por mais centralidade, aproximação às camadas populares e principalmente a utilização da máquina pública em torno de sua imagem política.³

Durante o recorte temporal proposto, Magalhães Barata esteve à frente do Estado paraense em duas oportunidades, ambas por meio do sistema de interventorias: 1º 1930 a 1935; 2º 1943 a 1945. Junto a outros nomes que ascenderam ao poder com o movimento de 1930, Magalhães Barata criou o Partido Liberal (PL) em 1931. O partido serviu de apoio ao interventor e seus aliados nas eleições de 1933 e 1934. Dentre vários pontos que marcaram a interventoria de Magalhães Barata, um deles recaiu nas inúmeras cisões e conflitos políticos, com aliados, ex-aliados e adversários políticos.

A maior crise política ocorreu em abril de 1935, quando diante de uma dissidência no próprio Partido Liberal, parte dos deputados estaduais eleitos em 1934, resolveram romper com Magalhães Barata, resultando em seu afastamento do governo do Estado. Em torno dos meios de comunicação, o principal embate estabeleceu-se contra Paulo Maranhão. O jornalista possuía

² COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará: Análise, Crítica e Interpretação da História*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981.

³ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999.

“sangue oposicionista”, como Carlos Rocque definiu, tendo sido peça atuante de oposição contra outros políticos que estiveram à frente da máquina pública paraense. Contudo, a disputa entre estes dois personagens da história política do Pará, Paulo Maranhão e Magalhães Barata, esteve abertamente declarada por 26 anos, de 1933, quando romperam em definitivo qualquer relação amistosa, até a morte de Magalhães Barata em 1959.

A problematização central levantada nesta pesquisa situa-se em compreender quais os mecanismos utilizados por Paulo Maranhão e Magalhães Barata durante as disputas políticas travadas nos 15 anos que compreende a Era Vargas. Desse modo, a partir da reconstrução dessas duas trajetórias políticas no recorte temporal proposto, observou-se variadas formas de combates por diferentes meios de ação que se materializaram em continuidades e rupturas de suas influências políticas.

Desse modo, pela escolha metodológica de estudá-los durante 15 anos, em alguns momentos o leitor verá o exercício de recuo e avanço temporal mediante a Era Vargas, com o intuito de melhor situar os dois personagens em socializações e acontecimentos políticos que contribuíram para formação e foram, de certa forma, consequência do período pesquisado.

Os legados deixados tanto por Paulo Maranhão, como por Magalhães Barata, não estão somente na literatura de circulação geral e acadêmica, das quais são acessíveis presentemente. A herança histórica de ambos está materializada em escolas, ruas, e até município, como o caso de Magalhães Barata, que carregam os nomes destas duas figuras da história. Com diferentes níveis de popularidades, ambos continuam na memória da sociedade paraense. O jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, publicou em seu blog “Lúcio Flávio Pinto: a agenda amazônica de um jornalismo de combate”, no dia 28 de agosto de 2022, uma nota intitulada “Memória – O jornalista Paulo Maranhão”.⁴

Nesta publicação, Lúcio Flávio Pinto adjetivou Paulo Maranhão “como o maior jornalista que o Pará já teve”. Após esta frase, o autor pontuou as várias funções exercidas por Paulo Maranhão, desde repórter até proprietário da *Folha do Norte*, e as demonstrações de admiração por aquele que antes de morrer, aos 94 anos, era considerado o mais velho jornalista em exercício. Entretanto, um único comentário a publicação, o internauta identificado somente por “Elias”, escreveu um longo comentário com críticas ao caráter de Paulo Maranhão.

O autor do comentário declarou que apesar de superinteligente, Paulo Maranhão teria rompido com todos os limites da ética, da moralidade e da lei. As postagens de Lúcio Flávio

⁴ Memória – Paulo Maranhão. Lúcio Flávio Pinto: a agenda amazônica de um jornalismo de combate, 2022. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2022/08/28/memoria-o-jornalista-paulo-maranhao/>. Acesso em: 07 dez. 2022.

Pinto e de Elias, são o retrato da dualidade que acompanhou em vida e postumamente a figura de Paulo Maranhão, entre apoiadores e opositores. Mas também reflete como até hoje, há quem discuta sobre este jornalista.

Por outro lado, em outro cenário, mas em extrema proximidade temporal, a figura de Magalhães Barata foi citada por Georgenor de Sousa Franco Filho, desembargador e presidente da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará e Amapá). Em audiência realizada no dia 10 de outubro de 2023, o desembargador criticou um pedido de adiamento de julgamento diante da gravidez de uma advogada envolvida no processo, proferindo as seguintes palavras: “Gravidez, já dizia o Magalhães Barata, que foi governador do Pará, gravidez não é doença [...]”⁵. A infeliz atitude do desembargador rendeu processo administrativo instaurado pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, que está ocorrendo em simultaneidade ao pedido de aposentadoria protocolado por Georgenor Filho, no mesmo período no qual estava sendo averiguada sua conduta.

Desse modo, é interessante notar como a figura de Magalhães Barata permanece no imaginário social paraense na atualidade, assim como, o exemplo de Paulo Maranhão em blogs da internet. Um fato interessante sobre o desembargador em questão é que, provavelmente, era filho de Georgenor de Sousa Franco, figura reconhecida no Pará, trilhando caminho no campo jornalístico e literário, sendo membro da Academia Paraense de Letras e um dos poucos biógrafos de Paulo Maranhão, cuja obra comento posteriormente. Ou seja, seu pai, viveu e compartilhou com as duas figuras que analiso.

A personalidade e a trajetória de Paulo Maranhão, surgiu como uma das problemáticas no decorrer da pesquisa, principalmente pela possibilidade de analisar as ferramentas utilizadas por um sujeito que agregou duas funções extremamente importantes: proprietário e diretor de um jornal, e também político, fortemente ligado a uma fração da sociedade paraense. Dessa maneira, a todo momento levou-se em consideração as especificidades de um jornal cujo proprietário em muitos momentos fez de sua empresa uma espécie de trincheira para suas batalhas políticas. O jornalismo, a partir de múltiplos adventos, constrói paulatinamente uma autoridade frente a opinião pública.⁶ Tal autoridade jornalística esteve em disputa no embate político entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata.

⁵ Vídeo disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/10/20/trt-apura-conduta-de-desembargador-que-disse-gravidez-nao-e-doenca-apos-advogada-faltar-audiencia-para-dar-a-luz.ghtml>. Acesso em: 01 nov. 2023.

⁶ RANGEL, Monique Benati. A construção da autoridade jornalística: onisciência e onipresença fundamentando o poder simbólico do jornalista. In: *Anais Eletrônicos do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 27, 2004, Porto Alegre. Porto Alegre: Intercom, 2004.

Apesar de a Era Vargas ser contexto para inúmeras pesquisas, diferente de Magalhães Barata, Paulo Maranhão continua bastante ausente na historiografia. Desse modo, o presente estudo pode ser considerado uma contribuição à história política paraense e à história dos meios de comunicação. A pesquisa em torno de disputas políticas e a presença dos meios de comunicação, dando importância às suas especificidades, mostra-se como uma possibilidade metodológica frente à Nova História Política.

Jean-Noel Jeanneney, discorre sobre a importância das mídias, em suas várias fases históricas, para a renovação da História Política.⁷ Diante de múltiplas possibilidades metodológicas, as fontes hemerográficas, utilizadas em grande medida na presente pesquisa, se encontra como uma das formas capazes de proporcionar inovações à História Política.⁸ Pesquisadoras como Marialva Barbosa, Tania de Luca, Maria Helena Capelato, dentre outras, em suas várias pesquisas acerca dos meios de comunicação, possibilitaram encaminhamentos teóricos e metodológicos.

Dessa forma, especificando os horizontes metodológicos, tornou-se possível dividir a construção deste estudo a partir da junção entre pesquisa bibliográfica e pesquisa de fontes históricas. Em relação à parte bibliográfica, está dividida em: específica (pesquisas que permeiam diretamente ou de maneira tangencial o objeto pesquisado); contextual/local (pesquisas que se passam no mesmo período histórico e que oferecem subsídios para compreensão da história local); contextual/geral (pesquisas pautadas em temas nacionais e/ou de outras regiões, às quais proporcionam comparativos e adequações) e a bibliografia teórica/metodológica (conjunto de estudos que de alguma maneira auxiliaram nos processos de coleta, análise e utilização dos diferentes tipos de fontes).

Sobre os indícios históricos estão em sua maioria em dois arquivos: Biblioteca Pública Arthur Vianna e Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). As fontes hemerográficas: *Folha do Norte*, *Folha Vespertina*, *O Estado do Pará* e o *Diário Oficial*, estão localizados na Biblioteca Arthur Vianna, todos microfilmados, com alguns meses/anos ausentes. Vale pontuar que o jornal *Folha do Norte*, por ser o principal porta-voz da disputa política entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, foi o mais utilizado. O processo prático consistiu em consulta, coleta, tratamento e utilização dos indícios históricos que reconstruíam os principais episódios que marcaram o referido embate, como discutidos nos capítulos a seguir.

⁷ JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

⁸ ANGELI, Douglas Souza; SIMÕES, Rodrigo Lemos. A Nova História Política e a questão das fontes históricas. *Cippus*, v. 1, n. 2, p. 112-129, 2012.

No APEP estão as fontes ligadas aos governos de Magalhães Barata. A ênfase nesta documentação recai em dois fundos: a) Gabinete do Interventor (1930-1935); b) Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado (1941-1945). No fundo Gabinete do Interventor estão cartas, telegramas, ofícios, comunicados, dentre outros documentos que retratam os moldes da governança de Magalhães Barata, durante sua primeira interventoria. Sobre outro contexto, a documentação referente ao Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado, órgão responsável pela organização dos meios de comunicação no Pará, também ofereceu indícios que de maneira direta ou indireta estiveram relacionados ao conflito entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata.

Portanto, a partir da convergência dos indícios históricos presentes na Biblioteca Arthur Vianna e no APEP, tornou-se possível compreender por diferentes perspectivas os bastidores e o explicitado em relação às manobras entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata. Alguns pontos são centrais, sendo construídos com base na bibliografia e fontes, como a interrelação existente no objeto analisado entre meios de comunicação, política e poder, durante os anos de 1930 e 1940 no Pará.

Considerando a especificidade da pesquisa e seu enfoque em duas trajetórias individuais e suas relações e experiências com o social/político, torna-se importante comentar algumas obras que tiveram Paulo Maranhão e Magalhães Barata como objeto central ou que estabeleceram diálogo, seja analisando contexto, outros sujeitos ou em formato de verbetes biográficos. Antes, vale pontuar que em questão de quantidade, Magalhães Barata foi amplamente mais estudado do que Paulo Maranhão, seja por escritores, jornalistas, literatos e acadêmicos. Desse modo, cito algumas obras nas quais os autores estabeleceram maior proximidade com ambos, sem necessariamente pormenorizar em quantidade e comentários todos os escritos relativos aos dois sujeitos pesquisados.

Início por Magalhães Barata, que durante a década de 1940, no mesmo contexto de sua atuação política, pôde ver duas obras sobre seu legado. A primeira escrita por Lindolfo Mesquita, também conhecido pelo pseudônimo de “Zé Vicente”, em 1944, intitulada “Magalhães Barata: o Pará e sua História”.⁹ A publicação veio justamente no período em que Lindolfo Mesquita constava como peça importante no Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará (DEIP/PA), órgão responsável pelo controle dos meios de comunicação e propaganda política da interventoria paraense. O autor reconstruiu a trajetória de Magalhães Barata desde sua chegada ao governo do Pará em 1930, comentando suas primeiras ações, atos

⁹ MESQUITA, Lindolfo. *Magalhães Barata: o Pará e sua história*. Belém, 1944.

administrativos e sua participação nas eleições durante sua primeira passagem pelo poder. Como adepto e atuante de Magalhães Barata, Lindolfo Mesquita não poupou elogios ao militar político. Comentou também o período em que esteve distante do poder (1935-1942) e utilizando-se de folhetos que circulavam entre populares, tratou de evidenciar todo o apoio que o mandatário tinha no estado do Pará.

Outra obra que vai na mesma direção de Lindolfo Mesquita foi escrita por Cunha Coimbra, que também foi diretor do DEIP/PA, ponto de convergência que sinaliza uma política de publicização da figura de Magalhães Barata pelo órgão de imprensa para além da propaganda oficial, sendo materializada em obras. O livro em questão de Cunha Coimbra chama-se “Magalhães Barata: indícios para a história” de 1945.¹⁰ Diferente da obra de Lindolfo Mesquita publicada em Belém, o livro de Cunha Coimbra foi publicado no Rio de Janeiro. Entretanto, o caráter de homenagem a Magalhães Barata apresenta similaridades entre os dois textos. Todavia, Cunha Coimbra voltou-se prioritariamente a segunda passagem pelo poder de Magalhães Barata, utilizando de maneira demasiada transcrição de notícias dos jornais locais, em sua maioria traçando elogios ao interventor paraense. Também utilizou de muitas iconografias, algumas reproduzidas pelo próprio DEIP/PA.

Na mesma direção, o jornalista Carlos Rocque voltou boa parte de sua produção em torno de Magalhães Barata. Apesar de obras sobre outros sujeitos históricos, como Antônio Lemos,¹¹ Rocque publicou ao menos duas obras direcionadas ao ex-interventor paraense: a primeira em 1983, com o título: “A formação Revolucionária do Tenente Barata”¹² e a segunda em dois volumes no ano de 1999: “Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político”¹³. Na primeira obra, Rocque divide seu estudo em duas partes, uma sobre o período em que Magalhães Barata esteve à frente ou influenciando diretamente o ambiente político paraense, entre os anos de 1930 e 1959. Enquanto na segunda parte do escrito, que de fato Carlos Rocque destina para a reconstrução da formação militar/política de Magalhães Barata no período anterior a escalada ao poder do tenentismo.

Interessante pontuar a diferença de escrita, de público e de utilização de indícios históricos efetivada por Carlos Rocque em relação à escrita acadêmica, uma vez que em vários momentos o jornalista informa aos leitores acontecimentos sem oferecer necessariamente a origem de algumas informações em documentos e/ou depoimentos. O autor também não deixou

¹⁰ COIMBRA, José Cardoso da Cunha. *Magalhães Barata: indícios para a história*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

¹¹ ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época: História Política do Pará*. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1996.

¹² ROCQUE, Carlos. *A formação Revolucionária do tenente Barata*. Belém: Fundação Romulo Maiorana, 1983.

¹³ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999.

de explicitar sua admiração pela trajetória e herança que a figura de Magalhães Barata representou ao Pará, contudo, em menor grau em relação às declarações de apoio lançadas por Lindolfo Mesquita e Cunha Coimbra.

É importante ressaltar, que Carlos Rocque fez vários trabalhos importantes para a história e memória política do Pará, além disso, inclusive neste livro sobre a formação de Magalhães Barata, revelou ao público dois conjuntos de fontes interessantes sobre este personagem. O primeiro foi a utilização por Rocque de um diário pessoal de Magalhães Barata, no qual foi escrito pelo político nas décadas que antecederam sua chegada ao governo paraense em 1930. Nele constam informações sobre suas jornadas militares, encontros com outros membros do Exército Brasileiro, impressões acerca de expedições pelo Brasil, dentre outros. O segundo conjunto de fontes foi a utilização de algumas edições do periódico *5 de Junho* que teria circulado clandestinamente no ano de 1924, após a derrota dos grupos contestatórios das forças legalistas em algumas partes do país, inclusive no Pará e no Amazonas, onde Magalhães Barata participou. Nas edições 9 e 11 do jornal, teriam sido discutidos os acontecimentos políticos nos dois estados.

Muitas das informações contidas no livro sobre a formação de Magalhães Barata estão nos dois volumes publicados por Rocque em 1999. Certamente as grandes distinções estejam nos detalhamentos de acontecimentos, maior utilização de iconografias e inserção de maiores diálogos com várias entrevistas, realizadas por Rocque, com nomes contemporâneos a Magalhães Barata ou sucessores que de certa forma experimentaram os efeitos do baratismo. Vale pontuar que os escritos de Rocque ajudam os pesquisadores no mapeamento e na reconstrução de sujeitos e de acontecimentos, embora o autor por vezes deixe algumas informações de maneira vaga, consegue apresentar variados grupos políticos, socializações efetivadas, dentre outros.

De outro lado, no campo acadêmico, a dissertação de mestrado de Denise de Souza Simões Rodrigues, é uma das mais referenciadas quando se trata de estudos sobre Magalhães Barata e seu legado político/administrativo. Com a pesquisa intitulada “Pará/1935: um estudo sobre liderança e política”¹⁴, Denise Rodrigues, discute, dentre vários pontos, aspectos da liderança política de Magalhães Barata e sua atuação frente às eleições de 1933 e 1934, até sua derrocada política em 1935. A autora pontua que a centralização da política de Magalhães Barata em torno do Executivo proporcionou maior controle dos grupos políticos, apesar de sua atuação ser parte das crises que o cercava.

¹⁴ RODRIGUES, Denise de Souza Simões. *Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979.

Se de um lado Denise Rodrigues, por escolhas metodológicas, concedeu à sua pesquisa um caráter mais voltado a atuação de Magalhães Barata e sua liderança política durante sua primeira interventoria, a pesquisadora Michele Silva parte para outra linha de análise: a relação estabelecida entre o mandatário paraense e a população por meio de vários canais de comunicação, principalmente por meio de cartas enviadas a Magalhães Barata por diferentes segmentos da sociedade paraense. Michele Silva na dissertação: “Para sem atendidas: Cartas ao Interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935)”,¹⁵ oferece aos leitores uma análise em torno de como se desenvolveu parte da comunicação entre Magalhães Barata e a população paraense, referente aos diversos pedidos feitos ao governante, alguns deferidos, outros não, mas concretizando um dos pilares da primeira administração de Magalhães Barata no que se refere uma tentativa de aproximação mais direta com as camadas sociais.

Se de um lado Magalhães Barata foi alvo de vários estudos, em diferentes campos de pesquisa, Paulo Maranhão foi menos requisitado como objeto de análise. Tive acesso a três obras sobre Paulo Maranhão, duas delas publicadas em 1956. A primeira por Georgenor de Sousa Franco com o título “Paulo Maranhão: de torneiro de metais a mestre do estilo”¹⁶, onde o escritor que foi, além de membro da Academia Paraense de Letras, jornalista com passagem na *Folha do Norte*. A obra, foi adaptada de um discurso do próprio Georgenor Franco, contém comentários desde a infância de Paulo Maranhão, fase da vida que o autor caracterizou sendo de bastante penúria, perpassando pelos trabalhos fora do campo jornalístico, até sua chegada à *Folha do Norte* e sua ascensão no meio de comunicação.

O autor demonstra profunda gratidão a Paulo Maranhão por seu apoio no jornalismo e não se preocupa em evidenciar sua admiração ao jornalista que estava com 84 anos. Três pontos são importantes na obra de Georgenor: primeiro, sobre sua preocupação, e até onde foi mapeado nesta pesquisa, sendo o único autor a percorrer cronologicamente os acontecimentos da vida de Paulo Maranhão; a utilização de vários indícios iconográficos de Paulo Maranhão em diferentes fases de sua vida, seja jovem, adulto ou no momento da confecção do livro; a proximidade do autor e seu biografado, sendo aquele testemunha direto dos acontecimentos políticos em que Paulo Maranhão esteve envolvido, inclusive seu embate com Magalhães Barata.

Corrêa Pinto foi o segundo a produzir sobre Paulo Maranhão na obra “Elogio do talento e bravura”¹⁷, também de 1956, em uma espécie de compilado de comentários à obra de

¹⁵ SILVA, Michele da Rocha. *Para serem atendidas: cartas ao interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935)*. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁶ FRANCO, Georgenor. *Paulo Maranhão: de torneiro de metais a mestre do estilo*. Belém: Academia Paraense de Letras, 1956.

¹⁷ PINTO, Corrêa. *Elogio do talento e bravura* (em louvor de Paulo Maranhão). Rio de Janeiro: Pongetti, 1956.

Georgenor Franco e sua repercussão na capital paraense. Em tons similares, Corrêa Pinto saudou Paulo Maranhão por seu espírito combativo à frente de seus jornais, classificando-o como um dos mais importantes personagens da história paraense, profissional sério e capaz de construir e destruir projetos políticos.

Em 2004, Clóvis Moraes Rego também produziu uma obra sobre Paulo Maranhão, contudo, enfatizando os últimos momentos de vida do jornalista, que nos avançados 90 anos continuava trabalhando em seu periódico. Na obra “Paulo Maranhão, suas ‘preces à virgem de Nazaré’ e os seus ‘ócios de um espírito sonolento’”,¹⁸ Clóvis Rego enfatiza uma área pouquíssima analisada sobre a trajetória de Paulo Maranhão, sua espiritualidade e devoção à Nossa Senhora de Nazaré. Comentando e transcrevendo publicações do próprio jornalista, o autor levou aos leitores alguns dos últimos registros na imprensa paraense de Paulo Maranhão.

Em outra perspectiva, Paulo Maranhão e Magalhães Barata estiveram juntos em obras de coleção de verbetes biográficos sobre personalidades e instituições paraenses. Autores como Ricardo Borges¹⁹ e Carlos Rocque²⁰ destinaram páginas em sua obra para comentar a trajetória dos dois personagens analisados. As características recaem na apresentação cronológica de suas vidas: Paulo Maranhão e sua ascensão na imprensa paraense, caracterizado como polemista e terrível oposição política. Por sua vez, Magalhães Barata é apresentado por sua atuação no campo militar e posteriormente na política paraense, de maneira bastante idealizada.

Em duas obras, Paulo Maranhão e Magalhães Barata, estiveram como protagonistas. Uma acadêmica e outra literária. A primeira, de Alessandra Nunes de Oliveira, intitulada “Do embusteiro ao eminente ídolo paraense: a disputa política entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão nas manchetes dos jornais Folha do Norte e O Liberal”,²¹ em que a autora analisou a ferrenha disputa entre os dois durante a senatoria de Magalhães Barata na segunda metade da década de 1940. Utilizando-se da análise do discurso, Alessandra Oliveira ofereceu maior ênfase para a atuação de Paulo Maranhão como jornalista, principalmente tendo um elemento novo na disputa contra Magalhães Barata, que era a presença do periódico *O Liberal*. Justamente a atuação política partidária que Paulo Maranhão liderou por meio dos seus veículos de comunicação, esteve em menor ênfase nas análises da autora, diferenciando-se em

¹⁸ REGO, Clóvis Moraes. *Paulo Maranhão, suas “preces à virgem de Nazaré” e os seus “ócios de um espírito sonolento”*. Belém: Imprensa Oficial, 2004.

¹⁹ BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1986.

²⁰ ROCQUE, Carlos. *Grande enciclopédia da Amazônia*. Vol. IV. Belém: Amazônia Editora LTDA, 1967.

²¹ OLIVEIRA, Alessandra Nunes de. *Do embusteiro ao eminente ídolo paraense: a disputa política entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão nas manchetes dos jornais Folha do Norte e O Liberal*. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

determinada medida da problematização que levanto em torno da dupla função social exercida em grande escala para objetivos em comum, como: jornalista e político.

A segunda obra tem como autor o neto de Paulo Maranhão, o escritor Haroldo Maranhão, que na produção acadêmica ou de circulação geral, esteve mais em voga que seu avô. Haroldo publicou, em 1987, a obra “Rios de Raivas”,²² onde de maneira indireta representou de forma bastante fluída e até cômica a disputa entre o jornalista Palma Cavalão (Paulo Maranhão) e o governador Cagarraios Palácio (Magalhães Barata). A obra é uma grande alternativa para visualizar o conflito, principalmente pelo gênero da escrita, sua narrativa e proximidade do autor com o cenário em questão. Apesar de não precisar a verdadeira identidade dos personagens no conto, Haroldo Maranhão, que por vezes modifica alguns acontecimentos históricos ao reconstruí-los em sua narrativa – por exemplo, diferente da realidade, no conto, quem morreu primeiro foi o jornalista Palma Cavalão ao invés do Cagarraios Palácio – é indicativo que sua produção esteve direcionada ao conflito entre seu avô e Magalhães Barata no pós-movimento de 1930.

A grande maioria das obras citadas acima sobre Paulo Maranhão e Magalhães Barata estão presentes nos diferentes capítulos que sucede esta dissertação, utilizadas para diferentes objetivos. Vale ressaltar que outros variados escritos foram produzidos,²³ principalmente sobre Magalhães Barata, porém, para fins práticos, optei pelo registro de somente algumas obras que estiveram em maior grau de diálogo ao longo do processo de pesquisa.

Para uma melhor visualização da estrutura desenvolvida nesta pesquisa, destaco os pontos centrais. A dissertação está dividida em três capítulos, contendo cada capítulo três tópicos diferentes. Mediante aproximação e aprofundamento do objeto estudado, foi possível dividir o embate político entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, entre os anos de 1930 e 1945, em três fases distintas, refletidas na divisão dos capítulos. Desse modo, foi possível a construção de uma linha temporal dos principais acontecimentos, presente nos anexos desta dissertação.

²² MARANHÃO, Haroldo. *Rios de Raivas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

²³ Um exemplo de recorte temático sobre a educação na administração de Magalhães Barata principalmente durante sua terceira passagem pelo governo paraense na década de 1950, está no escrito de Leopoldo Santana: SANTANA JUNIOR, Leopoldo Nogueira. “*Uma leitura crítica dos Relatórios (1944, 1957 e 1958) do governador Magalhães Barata*”: Enfatizando seu discurso sobre educação no Pará. 55 f. Monografia (Especialização em História) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. Sobre a primeira interventoria de Magalhães Barata e os desfechos políticos dos anos de 1930 no Pará, Edilza Fontes propôs análise deste contexto a partir das discussões em torno do conceito de *Cultura Política*: FONTES, Edilza Joana Oliveira. *Cultura Política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930-1935)*. *Revista Estudos Políticos*, nº 07, p. 131-151, 2013. Dentre outras obras.

A primeira fase e capítulo, está situada durante a primeira interventoria de Magalhães Barata. Após o restabelecimento da *Folha do Norte* e o retorno de Paulo Maranhão, a linha editorial do meio de comunicação alterou-se drasticamente, se adequando ao novo governo e dentro do possível estreitando relações. Portanto, entre os anos de 1931 e início de 1933, é possível dizer que a *Folha do Norte*, mudou para continuar existindo, pois, seu caráter contestatório do movimento tenentista e da Aliança Liberal, resultariam no seu desaparecimento, devido aos aparatos de censura e de repressão do Estado.

Todavia, a relação congruente entre Paulo Maranhão, por meio da *Folha do Norte* e Magalhães Barata, alterou-se completamente no contexto eleitoral de 1933. Em maio desse ano, Paulo Maranhão denunciou comportamentos coercivos de Magalhães Barata contra os funcionários públicos. O episódio resultou na suspensão do periódico e o rompimento definitivo entre os dois. Ainda neste capítulo, analiso os alinhamentos, avanços e recuos em torno das eleições de outubro de 1934, que tiveram como contexto um período extremamente conturbado, de ameaças, de atentados as instalações da *Folha do Norte*, do novo afastamento de Paulo Maranhão da direção do periódico, dentre outros.

No segundo capítulo proponho como cerne da discussão o estabelecimento do antibaratismo a partir da *Folha do Norte*, em diferentes contextos e manobras políticas. Após o afastamento de Magalhães Barata do governo do Pará em 1935 e a posse de Gama Malcher, o primeiro retomou suas funções militares e serviu a partir de 1936 no estado de Goiás. Porém, seu distanciamento não resultou no desaparecimento de sua influência nos meios políticos paraenses. Dessa forma, Paulo Maranhão desenvolveu uma política editorial em duas frentes para construção e fortificação do antibaratismo: reconstruiu por meio da narrativa jornalística, aos seus moldes, os pontos negativos da interventoria de Magalhães Barata, principalmente os de violência contra seu jornal; acompanhou o cotidiano do então ex-interventor e seu grupo político.

Assim sendo, o turbulento período do Governo Constitucional de Getúlio Vargas, entre 1934 e 1937, que intensificou episódios em torno das “ameaças comunistas” e até mesmo o contexto das candidaturas para sucessão presidencial estiveram em pauta mediante a disputa entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata. Por exemplo, vários ataques originários da *Folha do Norte*, contra a figura de Magalhães Barata, destacaram sua possível ligação com a Aliança Nacional Libertadora e os perigos que este vínculo poderia causar à ordem política do Pará. Portanto, apesar do distanciamento de Magalhães Barata do governo do Estado, seu embate com Paulo Maranhão persistiu.

No terceiro e último capítulo, representativo a terceira fase deste confronto, ocorreu entre os anos de 1943 e 1945, período que marca o retorno de Magalhães Barata à interventoria do Estado. Com a instauração do Estado Novo em novembro de 1937, Getúlio Vargas ampliou o controle sob os meios de comunicação, principalmente pela atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Portanto, a segunda interventoria de Magalhães Barata esteve pautada em novos mecanismos de controle, pois, a criação dos chamados Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs), a partir de 1940, órgãos que funcionaram como filiais do DIP nos estados brasileiros, potencializou o poder dos interventores sob desafetos presentes nos meios de comunicação.

Dessa maneira, com a instalação do DEIP/PA em 1941 e o retorno de Magalhães Barata em 1943, o conflito entre ele e Paulo Maranhão foi retomado com enorme força. O jornalista foi novamente afastado da direção do seu periódico e voltou a conviver com censuras, ataques e o cotidiano de combate. Esta terceira fase também marcou o período transitório na trajetória política destes dois personagens, visto que, a dissolução do Estado Novo em 1945, requereu adaptações para continuidades no novo contexto político.

Apesar de não abrigar todo o conflito político entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, em detrimento de sua longevidade, o período e metodologia proposta se estabelece em um contexto específico e multifacetado da história do Pará e do Brasil, a Era Vargas. Considero necessários estudos que promovam discussão em torno das complexas relações estabelecidas entre os meios de comunicação e distintos modelos de governo, principalmente por demonstrarem ricas possibilidades para a construção da história. Por fim, resalto aos leitores e leitoras, que o conflito aqui apresentado se desenvolveu em diferentes pilares e formas, apresentando interessantes exemplos de como a política está imbricada no cotidiano. Nem sempre a mais formal e explícita política prevaleceu, em alguns momentos a política encontrou-se escondida, diminuta e camuflada, onde somente vários olhares puderam ressignificá-la.

CAPÍTULO 1: O MOVIMENTO DE 1930 E A PRIMEIRA INTERVENTORIA DE MAGALHÃES BARATA (1930-1935)

Neste primeiro capítulo apresento uma série de acontecimentos que estiveram em torno da disputa política entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, duas figuras célebres da história paraense durante o século XX. Nas próximas páginas o recorte proposto recai entre os anos de 1930 e 1935, ou seja, perpassa desde a chegada da ala vitoriosa do tenentismo em 1930 ao governo do Pará, adentrando toda a primeira interventoria de Magalhães Barata, até sua derrocada em 1935.

Neste recorte de cinco anos contido neste capítulo, pode-se destacar alguns dos principais acontecimentos: suspensão do periódico *Folha do Norte* e afastamento de Paulo Maranhão da direção deste meio de comunicação, nos primeiros dias após a tomada de poder pelo movimento de 1930; censura, suspensões e exemplos de violências relacionados a postura contrária de Paulo Maranhão ao governo recém-instituído; aproximações e distanciamentos entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão, em várias ocasiões.

1.1 Rupturas e rearranjos políticos no Pará

Uma das figuras de maior destaque no contexto de consolidação do movimento vitorioso de 1930 no Norte do Brasil, foi Juarez Távora. O cearense desempenhou carreira militar e participou de vários levantes tenentistas ocorridos na década de 1920. Hélio Lopes²⁴ ao analisar a atuação de Távora no período imediato a vitória tenentista evidenciou como o “líder do norte” conseguiu visibilidade e angariou funções que o colocaria como principal responsável pela concretização da vitória nesta região do país. Além disso, mobilizou-se em torno de sua imagem o papel de herói, com a criação de músicas, folhetos e escritos que contemplavam sua trajetória. Várias localidades organizaram homenagens a Juarez Távora, inclusive em cidades do interior paraense, uma delas foi São Miguel do Guamá, que organizou um abaixo-assinado remetido ao interventor Magalhães Barata externando todo seu agradecimento:

Nós, brasileiros natos, residentes neste município de São Miguel do Guamá, abaixo assinados, no intuito de confirmar, insofismavelmente, a nossa sincera e grande simpatia pelo capitão Juarez Távora, honra do exército nacional, viemos trazer, espontaneamente, nossa proclamação ao generalato do mesmo patriótico soldado que,

²⁴ LOPES, Raimundo Hélio. As várias fronteiras de um líder: Juarez Távora, o Norte e a construção do herói no imediato pós 1930. *CLIO: Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco*, v. 30, p. 1-27, 2012.

intrepidamente soube com o prestígio de sua gloriosa espada, libertar, do jugo da prepotência política, o Norte do nosso querido Brasil.²⁵

O documento segue com dezenas de assinaturas de moradores do município de São Miguel do Guamá, esta manifestação chama atenção por alguns pontos. Em primeiro lugar, a produção do documento ocorreu em janeiro de 1931, período em que várias manifestações de apoio a Juarez Távora puderam ser notadas em suas bases de apoio nos estados da região Norte. O motivo principal estava no contexto de promover Távora à patente de general, por seus feitos durante os vários episódios que culminaram com a vitória do movimento de 1930. Entretanto, Juarez Távora não aceitou a promoção de carreira, e enviou a Getúlio Vargas um comunicado informando que sua mudança de patente ocorreria fora dos trâmites protocolares da instituição.²⁶

O ideário de “libertador”, “transformador político” em torno de Távora penetrou em várias localidades da região, não por acaso a imprensa lhe ilustrou como “vice-rei do Norte”. A construção de uma narrativa de abandono ao passado, da “prepotência política”, também está presente no documento de autoria dos moradores de São Miguel do Guamá, típica característica empregada pelo movimento de 1930 para legitimar sua ascensão ao poder.

Dessa maneira, a construção do movimento tenentista no Pará perpassou também por Juarez Távora, principalmente por sua posição contrária em nomear Magalhães Barata à interventoria paraense, possivelmente pelos moldes dos quais ocorreu a transição de poder entre Eurico Valle²⁷ e os tenentistas paraenses. O fracasso das ditas “forças revolucionárias” em tomar o governo paraense em 1930, significou vitória das forças legalistas e uma passagem de poder de maneira pacífica, muito em consequência da vitória do movimento de 1930 em outros estados do país.²⁸

²⁵ APEP. Área: Governo. Fundo: Gabinete do interventor. Série: Abaixo-assinados, 1931. N° da caixa: 01.

²⁶ CPDOC. Verbete: Juarez do Nascimento Fernandes Távora; Verbete biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juarez-do-nascimento-fernandes-tavora>. Acesso em: 17 fev. 2022.

²⁷ Eurico de Freitas Vale nasceu em Belém, em 1888. Exerceu cargo de deputado federal do Pará entre os anos de 1921 e 1927. Governaria o Estado do Pará entre os anos de 1929 e 1933, porém com a ascensão do movimento de 1930 foi responsável em promover resistência as forças contestatórias locais, passando o governo à junta governista em outubro de 1930. Eurico Valle e outros governadores anteriores foram alvos de investigação sobre suas administrações e benefícios a determinados grupos poderosos localmente. Ver mais em: COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará: Análise, Crítica e Interpretação da História*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981.

²⁸ Uma das primeiras e principais obras a respeito do movimento de 1930 no Pará foi escrita por Creso Coimbra, publicada em 1981. No livro, Coimbra reconstruiu vários dos acontecimentos ocorridos na capital Belém e outros municípios interioranos. Utilizando principalmente indícios jornalísticos, evidenciou a discrepância entre os dois jornais de maior circulação na cidade: *Folha do Norte* e *O Estado do Pará* na retratação dos acontecimentos, pela conduta de oposição e apoio, respectivamente, assumidas por estes dois veículos de comunicação. Além disso, o autor analisou os governos anteriores a 1930 e o início da interventoria de Magalhães Barata.

Assim sendo, quando se fala em movimentos com grandes moldes de transformação política, econômica, social e cultural, como o ocorrido no Brasil no fim do ano de 1930, torna-se necessário considerar especificidades que acarretaram mudanças em determinados aspectos. O movimento de 1930,²⁹ assim como toda a Era Vargas, foi bastante discutida pela historiografia nacional. Sem o intuito de apresentar variadas obras em um exercício de balanço bibliográfico, registro algumas que norteiam e servem de base para muitos estudos acerca desse período. Começo por Boris Fausto, em seu estudo clássico publicado ainda na década de 1960, no qual avançou na compreensão das transformações políticas e econômicas, influenciadas por fatores internos e externos, que ocasionaram a ascensão ao poder do varguismo e as alterações na concepção do Estado e sua relação com a sociedade, no desdobramento de um Estado autoritário que diante de avanços e recuos modificou-se nos períodos de Governo Provisório, Governo Constitucional, até o Estado Novo.³⁰

Por outro lado, Edgar de Decca tornou-se leitura obrigatória ao confrontar a legitimação do discurso do grupo vitorioso que ascendeu politicamente em relação a outras organizações políticas. Uma espécie de modelo vencedor que perpetuou um arcabouço simbólico que de diferentes maneiras tornaram-se objetos e influenciaram vários estudos historiográficos. Esse ponto, tornou-se uma das questões centrais de discussão para de Decca, uma vez que o próprio autor assume que sua intenção não foi de promover uma “história dos vencidos”, mas possibilitar a discussão em torno da linha tênue entre a construção de um ideário político produzido em determinados momentos, nesse caso o movimento de 1930, e a utilização/discussão empregada nos estudos historiográficos, almejando uma releitura de tantas outras organizações e ideários políticos que também orbitaram determinadas conjunturas.³¹

COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará: Análise, Crítica e Interpretação da História*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981. Sobre as características do movimento de 1930 no Pará.

²⁹ Durante a construção dessa pesquisa optou-se pela utilização de “movimento de 1930”, ao invés de “revolução de 1930”, apesar da também consolidação deste último termo nos estudos sobre o período. Ao entender o movimento em seu caráter reformador, com transformações totais e parciais em determinadas áreas sociais, vislumbrando continuidades de estruturas e atores políticos que transitaram da Primeira República para a Era Vargas, considerei a utilização de “movimento de 1930”. Recentemente, André Fraga, Mayra Lago e Thiago Mourelle, em artigo analisando as mais conhecidas interpretações sobre a “Revolução de 1930” e seus desdobramentos, registraram a ausência de unanimidade sobre o termo utilizado por estudiosos do período e atores políticos que de algum modo estiveram presentes nos acontecimentos da época, como o próprio Luiz Carlos Prestes que defende a utilização do termo “movimento de 1930” em consequência da não substituição de uma classe social pela outra no poder, a qual seria um dos pilares de uma revolução. Ver mais: FRAGA, André; LAGO, Mayra; MOURELLE, Thiago. Interpretações sobre a Revolução de 1930: História e historiografia. *Antíteses*, v. 15, n. 29, p. 220-249, 2022. PRESTES, Anita Leocádia. Getúlio Vargas: depoimento de Luiz Carlos Prestes. In: SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O Feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo. O autoritarismo com questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. p. 82-100.

³⁰ FAUSTO, Boris. *Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³¹ DECCA, Edgar Salvadori de. *O silêncio dos vencidos*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Outrossim, Angela de Castro Gomes, ao analisar a relação entre o Estado varguista e os trabalhadores brasileiros da época, evidenciou essa camada social como um dos pilares do intervencionismo estatal, evidenciando diferenças nas relações estabelecidas em prol de uma alteração na imagem e atuação dos trabalhadores.³² Por outro lado, e mais próximo aos objetivos desse estudo, Nelson Jahr Garcia e Maria Helena Capelato, estabeleceram estudos importantes sobre a Era Vargas, meios de comunicação e a propaganda política. Como um dos pioneiros no assunto, Nelson Jarh Garcia a partir do estudo sobre controle e propaganda política estabelecida pelo governo varguista, expandiu na década de 1980, os horizontes de estudo acerca da ascensão, consolidação e manutenção no poder de Getúlio Vargas, possibilitando análises em torno do DIP e outros polos de atuação.³³

Por sua vez, Maria Helena Capelato, diante de vários estudos sobre os meios de comunicação e a Era Vargas, destaco a obra originada de sua tese de livre-docência, quando estabeleceu comparativo entre a propaganda política do governo varguista e o peronismo na Argentina. A autora pontua a constância na utilização dos meios de comunicação pelos governos, porém, enfatiza que durante períodos de ditaduras, os controles aos veículos de informação são intensificados, voltando-se ao cerceamento de forças contrárias e a produção de variados conteúdos propagandistas.³⁴

Diante de vários prismas de análise, torna-se possível vislumbrar especificidades em torno da Era Vargas, no tocante aos diversos estudos sobre diferentes áreas da época em questão. Desse modo, retornando ao contexto de 1930, o Brasil, sendo um país de tamanho continental, concentra peculiaridades numerosas em relação à percepção de determinadas correntes, dessa forma, constatando o sucesso ou insucesso do tenentismo nas variadas regiões. Um reflexo desta maleabilidade encontrada no tenentismo pode ser analisado no caso paraense:

No Pará, encontramos um expressivo número de civis envolvidos no movimento, apesar da pouca duração. Desta forma, entendemos que seja mais adequado considerar a pluralidade do movimento tenentista, o que talvez seja um bom caminho para compreender a autonomia e diferentes alianças que marcaram o tenentismo.³⁵

A contrariedade de Juarez Távora em Magalhães Barata assumir a interventoria paraense estava possivelmente relacionada ao próprio curso do movimento tenentista no Pará, e acima de tudo, a personalidade de Magalhães Barata. Tido como autoritário, este perfil

³² GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

³³ GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

³⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

³⁵ FARIAS, William Gaia. Militares e civis forjando o “tenentismo” no Pará. In: *Anais Eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH*, 2011, São Paulo. São Paulo: ANPUH, 2011, p. 2.

político poderia dificultar uma série de negociações com os múltiplos setores da sociedade civil realocados politicamente. Outro aspecto, que não pode ser desconsiderado, se relaciona a uma tentativa de manutenção da influência por parte de Juarez Távora nas interventorias dos estados que ele desenvolveu atividades durante a ascensão tenentista. O próprio Távora teria defendido que os cargos de interventores deveriam ser assumidos por civis, ou seja, Magalhães Barata representava o oposto deste direcionamento.

Além disso, Magalhães Barata participou junto aos adeptos paraenses da Aliança Liberal em 1930, chegando de maneira clandestina ao Pará e efetivando algumas atividades mesmo de forma escondida até sua prisão e deportação. Isso significava que ao assumir a interventoria, ao lado do grupo que arquitetou o movimento contestatório localmente, o poder de ação de Juarez Távora estaria diminuído. Carlos Rocque, ao relatar uma série de entrevistas realizadas com personagens que participaram destes primeiros embates após a derrubada de Eurico Valle, como Ismaelino de Castro, Moura Carvalho, João Camargo, indica que a opinião contrária de Juarez Távora em indicar Magalhães Barata à interventoria do Pará perpassou tanto pela personalidade deste, como pela possibilidade em manter Landry Sales na chefia do governo, nome de maior proximidade. Entretanto, a partir da pressão exercida pelos próprios integrantes do movimento de 1930 pela indicação de Barata ao governo, restou a Távora indicá-lo.³⁶

A trajetória militar e política de Magalhães Barata antes da década de 1930 foi alvo de alguns escritores, dentre eles, Carlos Rocque, que destinou boa parte de sua produção a figura de Magalhães Barata, como algumas das citadas na introdução desta dissertação. Vale pontuar que os escritos de Rocque por vezes deixa de apresentar criticidade a respeito de algumas conjunturas ou acontecimentos envolvendo seu biografado, assim como, ocorrem narrativas sem necessariamente indicação de fontes ou quaisquer indícios que possam ter originado determinadas discussões.

Contudo, de maneira alguma a obra de Rocque sobre Magalhães Barata deve ser descartada, ao contrário, pode ser visualizada como campo de partida para uma renovação de estudos acerca de uma das principais figuras da política paraense no século XX. Além disso, Rocque passa a ser tanto referência bibliográfica com um conjunto vasto e denso de informações sobre um dos personagens em questão desta pesquisa, como também uma fonte, alguém que ao longo de sua trajetória vivenciou e relacionou-se com elementos que estiveram de maneira direta ou indireta imbricados na política protagonizada por Magalhães Barata.

³⁶ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999, p. 170-171.

Desse modo, vale o registro da trajetória de Magalhães Barata anteriormente à 1930. Natural de Belém, nascido em 02 de junho de 1888, Magalhães Barata ingressou no Exército, em 1903, como praça. Em 1904, envolveu-se na chamada Revolta da Vacina, sendo preso por atuar contrariamente às ordens legalistas federais. A punição a Magalhães Barata pela sublevação, assim como outros envolvidos, foi sua expulsão do Exército, reconduzido somente no ano seguinte após lei de anistia aos envolvidos. Em 1911, Magalhães Barata retorna a Belém após ser declarado aspirante a oficial, servindo no 47º Batalhão de Caçadores.³⁷ Sua passagem em postos militares de Belém não passou despercebida. Em 1912, influenciou nos eventos que desencadearam o incêndio do jornal *A Província do Pará* e a residência de Antonio Lemos, em um dos momentos de maior agitação política no Pará. Magalhães Barata teria atrasado tropas militares sob seu comando de chegarem à localidade do jornal *A Província do Pará* no intuito de ser consumado os atos de violência contra o principal adversário de Lauro Sodré, este que era seu padrinho de batismo.³⁸

Este provavelmente foi o momento de maior proximidade entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão durante a história paraense, seus vínculos com a figura de Lauro Sodré, materializados algumas vezes, sendo 1912 um excelente exemplo. Se de um lado Barata atrasou a chegada das tropas, por outro, Paulo Maranhão estava desempenhando arduamente papel de apoio a Lauro Sodré e atacando Antonio Lemos por meio da *Folha do Norte*, neste período ainda comandada por Cypriano Santos. Antes mesmo do episódio que culminou nos ataques a Antonio Lemos, o jornalista Paulo Maranhão havia sofrido vários atos de violência, assim como outros jornalistas contrário a corrente lemista.³⁹

Magalhães Barata serviu entre 1913 e 1915 na cidade de Oiapoque, fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.⁴⁰ É provável que esta experiência tenha favorecido para sua proximidade com a política fronteiriça liderada na década de 1940, em seu retorno para segunda interventoria, conjuntura discutida no capítulo 3 desta dissertação. A década de 1920 simboliza os anos de aproximação entre Magalhães Barata e as forças contestatórias da Primeira República. Um dos mais expressivos episódios deste momento foi sua atuação no levante de 1924 no Amazonas que, assim como em São Paulo, visava a tomada de poder das forças legalistas. Barata teria sido, segundo Rocque, um dos mais atuantes no esforço de tomar o

³⁷ ROCQUE, Carlos. *A formação Revolucionária do tenente Barata*. Belém: Fundação Romulo Maiorana, 1983, p. 127.

³⁸ ROCQUE, Carlos. *Grande enciclopédia da Amazônia*. Vol. I. Belém: Amazônia Editora LTDA, 1967, p. 243.

³⁹ SANTOS, Alan Christian de Souza. *O senador militar – poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)*. 538 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020, p. 161.

⁴⁰ ROCQUE, 1983, p. 177.

Amazonas e posteriormente o Pará, tendo êxito somente no primeiro estado.⁴¹ Com a vitória das forças federais, Magalhães Barata ficou preso em Belém até sua fuga e exílio no Uruguai em 1925, passando também pela Argentina. Somente em 1929 que Magalhães Barata cumpre sua pena e fixa atividade em Belém até a eclosão do movimento de 1930, quando clandestinamente continua socializando com os paraenses atuantes da Aliança Liberal.

É deste histórico de confluência com movimentos conspiratórios, personalidade com características autoritárias e proximidade com os setores que sustentaram o ideário contestatório no Pará durante os anos de 1920, que Juarez Távora não se agradava em nomear Magalhães Barata como interventor paraense. Contudo, a decisão manteve-se e Magalhães Barata iniciou sua administração em terras paraenses.

Nesta linha de pensamento, outro ponto que chamo atenção nestes primeiros momentos no Pará, tendo Magalhães Barata como interventor, recai: no fim de 1930 foi criada a Delegacia Militar do Norte, cujo principal responsabilidade consistia em integrar esta região aos anseios políticos do poder federal, principalmente pelo distanciamento existente entre políticos dos estados do Norte e os presidentes da chamada Primeira República⁴². Dessa forma, Juarez Távora desempenhou papel de conciliador, mentor e principal responsável em garantir uma integração/homogeneização das políticas nos primeiros meses de 1931.⁴³

Apesar da tentativa em atender demandas de vários segmentos sociais, um dos pilares que garantiu a concretização da interventoria de Magalhães Barata pode ser percebido a partir de um viés autoritário. A imprensa foi uma das áreas que sofreu maior impacto neste contexto. Contudo, além das decisões repressivas, Magalhães Barata constituiu um legado político fincado em apoio às camadas mais pobres, alianças políticas, atenção às cidades dos interiores do Pará, ou seja, de maneira geral alterou consideravelmente o fazer político no Pará, se diferenciando de seus antecessores no governo do Estado ao fazer uma política mais próxima à

⁴¹ Idem, p. 184.

⁴² A relação entre os estados do Norte do Brasil e o governo federal perpassou por vezes pelo desprezo e esquecimento do poder central em relação a políticas públicas e integração da região. Um exemplo deste cenário pode ser analisado na posição do governo federal em relação ao declínio do comércio da borracha nas primeiras décadas de 1900. Estados como o Pará e o Amazonas sofreram fortes crises econômicas e políticas em consequência de a perda do mercado de exportar esta matéria-prima. Simultaneamente a crise do ciclo da borracha, os lucros obtidos pela economia cafeeira entraram em colapso, contudo, a posição do governo federal que em relação aos estados do Norte foi pífia em tentar sua recuperação econômica, no sudeste brasileiro medidas em larga escala foram implementadas para garantir o retorno da rentabilidade aos produtores de café. O Convênio de Taubaté se constitui exemplo desta política. Ver mais: FEITOSA, Orange Matos; SAES, Alexandre Macchione. O Plano de defesa da borracha: entre o desenvolvimento e a negligência política ao norte do Brasil, 1900-1915. *América Latina na História Econômica*, ano 20, n. 3, p. 138-169, set./dez 2013.

⁴³ PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e Centralização Política: partido e constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

população. A utilização de parte dos meios de comunicação ao seu favor, perseguição a políticos envolvidos em acordos econômicos ilegais, dentre outras condutas, alterou drasticamente o aspecto governamental. A identificação da população com Magalhães Barata, os eventos em sua homenagem, o personificou em relação ao novo regime político instaurado no país, até mesmo às semelhanças contidas em ideais políticos entre Magalhães Barata e Getúlio Vargas contribuiu para um enraizamento do que ficou conhecido como Baratismo.⁴⁴

Maria Helena Capelato, ao traçar um comparativo entre a utilização dos meios de comunicação por Getúlio Vargas no Brasil, e Juan Perón na Argentina, pontuou uma série de mecanismos usados em diferentes governos tendo como intuito a criação de estruturas favoráveis para projetos políticos, a autora pontua:

Em qualquer regime, a propaganda política é estratégica para o exercício do poder, mas nos de tendência totalitária ela adquire uma força maior porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e manipula. O poder político, nesses casos, conjuga o monopólio da força física e simbólica. Tenta suprimir, dos imaginários sociais, toda representação de passado, presente e futuro coletivos, distintos dos que atestam sua legitimidade e caucionam seu controle sobre o conjunto da vida coletiva.⁴⁵

Dessa forma, os meios de comunicação adquiriram papel crucial na legitimação do governo Vargas, não à toa este período concentrou muita preocupação na tarefa de legislar e organizar tal setor da sociedade. Esta postura ocasionou a criação de departamentos especializados, modernização de equipamentos específicos e espelhamento de políticas desenvolvidas em outros países da Europa (ênfase ao fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha).

No Pará, uma das primeiras medidas de Magalhães Barata em relação à imprensa foi o fechamento e confisco do prédio onde funcionava o jornal *Correio do Pará*, órgão responsável por ser porta-voz do Partido Republicano Federal (PRF). Dessa maneira, o interventor atingia exatamente as forças políticas derrotadas pelo movimento de 1930. Outros dois jornais foram imediatamente atingidos, o periódico *O Espião*, cujo proprietário era Oscar Santos e o jornal *A Pirralha* de Silva Maia, tiveram suas publicações proibidas.⁴⁶ Essas decisões foram sustentadas

⁴⁴ O termo Baratismo representa uma série de ações, atos políticos, concepções históricas, protagonizadas por Magalhães Barata que criaram uma base de apoio, sendo reproduzidas por parte da sociedade paraense que o apoiava.

⁴⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.76.

⁴⁶ COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará: Análise, Crítica e Interpretação da História*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981. Sobre as características do movimento de 1930 no Pará, p. 295.

por Magalhães Barata como necessárias para uma renovação da política e organização da imprensa local, tornando-a aliada ao seu governo.

A preocupação de Magalhães Barata em confiscar jornais, proibir os impressos de publicar, dentre outras medidas, são características da relação entre imprensa e política, especificamente ligadas a disputas pelo poder. Legislar sobre veículos de comunicação concede a líderes políticos uma dupla ação: construir bases para seu apoio e dificultar conteúdos contrários à sua personalidade, quaisquer que sejam.

A história da imprensa no Pará se construiu estritamente ligada a política, desde o seu surgimento, perpassando por séculos, revivendo até hoje. Desta relação entre imprensa e política, inúmeros conflitos se formaram, jornais foram suspensos, fechados, diretores presos, ocorreram atos de violência, arbitrariedade e a relação entre liberdade e poder oscilaram conforme os rearranjos políticos perpetrados por trocas de mandatários. Paulo Roberto Ferreira defende a ideia que a imprensa serve de sustentação política para cada governo vigente, se transformando em trincheiras que promovem e sofrem ataques, e alerta que não foi por acaso que o historiador Geraldo Mártires Coelho escolheu como título para seu livro “Entre Letras e Baionetas”, objetivando analisar a multiplicidade de acontecimentos em torno dos primeiros anos da imprensa no Pará.⁴⁷

Desse modo, a construção da história, a formação da nação brasileira está intrinsecamente ligada à imprensa, sendo moldada, contada e transformada a partir do fazer jornalístico/político: “Não há como escrever sobre a história da imprensa sem relacioná-la com a trajetória política, econômica, social e cultural do país. A relação entre imprensa e poder, o equilíbrio tênue de dependência e crítica, de observância e subserviência, a busca da liberdade e censura [...]”.⁴⁸

O surgimento da imprensa no Pará no século XIX, apresenta o início de uma contínua história de surgimentos de jornais com o intuito de representar grupos políticos, interesses específicos, dentre outros objetivos. *O Paraense*, primeiro jornal do Pará, fundado por Felipe Patroni, em 1822, nasceu ligado aos anseios políticos da época e assumiu características do movimento Vintista, foi empastelado e teve seu fim em 1823, consequência das possíveis ameaças que o jornal poderia trazer a ordem política.⁴⁹ No contexto da Cabanagem (1835 -

⁴⁷ FERREIRA, Paulo Roberto. Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia. In: *Anais Eletrônicos do Encontro Nacional de História da Mídia*, 3, 2005, Novo Hamburgo. Novo Hamburgo: Rede Alfredo de Carvalho, 2005.

⁴⁸ MARTINS, Ana; DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 8.

⁴⁹ VELOSO, Maria do Socorro Furtado. A ferro e fogo: conflitos no primeiro século da imprensa paraense. In: *Anais Eletrônicos do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2009, Curitiba, PR. Curitiba: Intercom, 2009, p. 5.

1840), vários jornais foram criados com intuito de defender interesses de grupos específicos, dessa forma, contribuindo para formação de uma cultura política ligada aos impressos onde a oposição era marca registrada, conseqüentemente atos de violência, empastelamento e perseguições foram promovidas costumeiramente.⁵⁰ Outro exemplo de jornal empastelado recai em um periódico pertencente a chamada imprensa operária. O jornal *Tribuna Operária* teve suas instalações invadida por policiais em 1892, tendo a força policial cometido atos de brutalidade contra os funcionários do periódico.⁵¹

Entretanto, a fortificação da imprensa no Pará esteve diante de disputas diversas, tanto nos processos de criação dos vários jornais, como nos inúmeros mecanismos voltados para conter tal crescimento, Aldrin Figueiredo registra este contexto conturbado:

No correr do século XIX, vários governos, políticos e grupos sociais tentaram conter o desenvolvimento da imprensa local, justamente porque a informação e a polêmica dificultavam o exercício do poder. Foi assim que a história da imprensa na Amazônia esteve muito relacionada, desde seus inícios, com os conflitos entre os proprietários de folhas e a engenhosidade dos legisladores, que não cansavam de criar regulamentos e dispositivos destinados a limiar a liberdade da imprensa e entravar a difusão dos noticiários.⁵²

Desse modo, chama atenção que as décadas finais do século XIX representam uma explosão no número de jornais que circulavam, tanto na capital, como nos interiores, chegando a mais de 300 jornais, quantitativo que impressiona e pode ser entendido como aumento do interesse/consumo de pequenos comerciantes e parcelas da sociedade paraense. Aldrin Figueiredo cita como exemplos as cidades de Belém, Vigia, Cametá, Bragança e Santarém, que foram palcos desse altíssimo crescimento sinalizado pelo consumo progressivo dos meios de comunicação impressos.⁵³

Neste mesmo período, no fim do século XIX, surgiram dois jornais que desempenharam papel fundamental na construção da República no Pará e serviram de porta-voz a grupos políticos, foram eles: o jornal *A Província do Pará*, fundada em 1876 e fechado definitivamente em 2001 (jornal que mais tempo circulou em Belém nestes 200 anos de imprensa) e o jornal *Folha do Norte*, fundado em 1896 e findado em 1974. Este período representa a transição para os jornais considerados de “grande imprensa”, com inovações tecnológicas, novas maneiras de

⁵⁰ Ibid., p. 7-8.

⁵¹ Ibid., p. 10.

⁵² FIGUEIREDO, Aldrin M. “Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922”. In: VIEIRA Jr. Antônio O. et al. *Margens: revista multidisciplinar do núcleo de pesquisa*. Belém: Paka-Tatu, 2005, p. 246.

⁵³ Ibid., p. 248.

produzir os noticiários, e a preocupação em noticiar acontecimentos no menor tempo possível, etc.

Pere Petit, analisou a relação entre a imprensa e as várias disputas políticas eleitorais ocorridas no Pará entre os anos de 1889 e 1992. O autor chamou atenção ao emaranhado político em torno dos posicionamentos dos periódicos conforme pretensões pessoais de seus proprietários e dos grupos de interesses de cada período histórico. O pesquisador alertou para a importância que precisa ser fornecida as análises em torno de jornais que funcionaram como órgãos de partido e os jornais empresariais que desempenharam funções importantes na legitimação de governos e ações.⁵⁴

Ao analisar a imprensa durante o processo transitório do Império para a República no Brasil durante as duas últimas décadas do século XIX, Daniella Moura analisou prioritariamente os papéis desempenhados por três periódicos ligados a forças partidárias da época: *A República*, *O Democrata* e o *Diário de Notícias*. Entendendo e analisando os meios de comunicação como elementos centrais na formação do período republicano paraense, a autora investiga exatamente como os periódicos foram materializados para fins diversos que atendiam interesses de grupos políticos específicos, levando em consideração a diversidade de elementos tangíveis pela imprensa do período.

Daniella Moura destaca que dentre os três jornais que receberam maior atenção em sua pesquisa, o periódico *A República*, que circulou em sua segunda fase entre os anos de 1890 e 1897, e atendia aos interesses do Partido Republicano Paraense (PRP), chegou a ser dirigido por Paulo Maranhão em 1893, quando este tinha apenas 21 anos.⁵⁵ Contudo, o término da segunda fase do jornal *A República* em 1897, no contexto de cisão do PRP, concretizando a oposição entre Lauro Sodré e Antonio Lemos, tendo aquele se direcionado ao Partido Republicano Federal (PRF) e este continuado no PRP, simbolizou também um reordenamento dos órgãos de comunicação em defesa das duas correntes que estariam em disputa nas décadas posteriores, estando a recém-criada na época *Folha do Norte* voltada aos interesses lauristas e o jornal *A Província do Pará* aos interesses lemistas.⁵⁶

Vale pontuar que os atos de violência registrados no século XIX, perduraram para o século XX, por exemplo, o anteriormente citado ocorrido em 1912, quando Lauro Sodré sofreu um atentado onde a suspeita recaiu sobre o grupo de Antônio Lemos, a retaliação desencadeou

⁵⁴ PETIT, Pere. Jornais de Belém e as disputas político-eleitorais no Pará (1889-1992). In: César Augusto (org.). *Histórias Impressas: imprensa e periodismo na Região Norte – 1930-1988*. Manaus: Valer, 2022. p. 185-212.

⁵⁵ MOURA, Daniella de Almeida. *A imprensa periódica a serviço da República paraense (1886-1898)*. 265 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021, p. 86.

⁵⁶ Ibid., p. 96-97.

uma série de ataques, tendo o prédio do jornal *A Província do Pará* incendiado.⁵⁷ Jornais como *O Estado do Pará*, *Folha do Norte*, *O Imparcial*, *O Correio do Pará*, dentre vários outros sofreram com a censura, atos de violência como depredação, empastelamento, proibição de publicar e até foram incendiados.

Deste poder que a imprensa conquistou em construir narrativas, transformou-se em uma das peças centrais da história e da política. Justamente por esse aspecto recaiu a escolha em confrontar dois personagens históricos do Pará, onde Paulo Maranhão exerceu, além de sua longa carreira como jornalista e professor, uma trajetória política consolidada ao lado de diversos setores da sociedade alinhados a sua linha de pensamento. Assim como Magalhães Barata traçou longa carreira na política, se transformando em uma das principais referências do século XX no Pará, sempre tecendo relações com a imprensa.

Portanto, reitero a problematização feita por Pere Petit⁵⁸ do quão importante representa a tarefa de analisar um aspecto negligenciado pela historiografia da história da imprensa e política paraense, onde por décadas um dos jornais de maior circulação no Pará, a *Folha do Norte*, foi comandado por Paulo Maranhão, exercendo dupla função social. De um lado abarcou a construção de narrativas através de seu periódico, influenciando a opinião pública, e simultaneamente construiu sua base de apoio político por meio do mesmo canal de comunicação. Dessa forma, enquanto formulou oposições políticas, proporcionou vias para acesso a mandatos como deputado federal.

A posição contrária da *Folha do Norte* ao tenentismo e suas ações durante toda a década de 1920, lhe trouxeram consequências. Nos primeiros momentos após a destituição do governo de Eurico Valle, o periódico foi suspenso e sua circulação retornou somente após alguns dias. A suspensão do jornal representava uma espécie de desarticulação de um importante canal de comunicação da força política ligada a Eurico Valle e a Paulo Maranhão. É válido lembrar que Eurico Valle foi um dos poucos governadores do Pará nas primeiras décadas do século XX que Paulo Maranhão não construiu oposição. Carlos Rocque afirma que o jornalista tinha um “sangue oposicionista”⁵⁹, porém, o fato de Eurico Valle e Paulo Maranhão estarem juntos no mesmo partido, o PRF, contribuía para uma construção de uma imagem por meio da *Folha do*

⁵⁷ PETIT, Pere. Jornais de Belém e as disputas político-eleitorais no Pará (1889-1992). In: César Augusto. (org.). *Histórias Impressas: imprensa e periodismo na Região Norte – 1930-1988*. Manaus: Valer, 2022. p. 185-212.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999, p. 251.

Norte de uma governança estadual eficaz, apesar de todas as dificuldades econômicas que o Pará viveu após a derrocada da economia gomífera.⁶⁰

Em um mesmo viés de análise torna-se necessário considerar uma espécie de rodízio no que tange o poderio político de vários sujeitos antes e depois do movimento de 1930 no Pará. Tomando os impressos como meio para entender certas rupturas e continuidades na política paraense, as posições de privilégio e dificuldades relegadas, por exemplo, aos jornais *O Estado do Pará* e *Folha do Norte* são significativos para a compreensão desta problemática. Dessa forma, os escritos de Carlos Rocque, tanto os dois volumes que o jornalista biografou Magalhães Barata, aqui citados, como as várias entrevistas realizadas com importantes personalidades que protagonizaram a política paraense, principalmente na primeira metade do século XX,⁶¹ oferecem subsídios para a compreensão em torno das posições de determinadas correntes políticas.

Apesar de Carlos Rocque não direcionar suas análises especificamente aos papéis exercidos durante a transição de governo em 1930 pelos jornais *O Estado do Pará* e *Folha do Norte*, ao constatar a formação da Aliança Liberal no Pará, o autor afirma que grande parte dos funcionários do *O Estado do Pará* ingressou ao movimento contestatório dos moldes políticos da época, por exemplo, Affonso Chermont, Alcindo Cacella, Santana Marques, dentre outros.⁶² A oposição exercida pelo *O Estado do Pará* pode ser observada durante boa parte dos governos ligados ao PRF, desde Lauro Sodré. Um dos ápices em torno da opressão sofrida por este periódico ocorreu em 1928, quando o então governador Dionísio Bentes (1925-1929) empastelou o jornal por conta de notícias publicadas a respeito da saúde mental de seu filho.

A participação dos principais funcionários do *O Estado do Pará*, junto a outros nomes que tomaram posições de destaque na política local após a ascensão de Magalhães Barata, como Mário e Abel Chermont, padre Leandro Pinheiro, Genaro Ponte e Souza, dentre outros, construiu em torno do periódico uma espécie de comitê de apoio ao movimento de 1930 no Pará. O jornal disputou, sempre que possível, narrativas com a *Folha do Norte* em torno dos desdobramentos do movimento tenentista pelo Brasil. Não por acaso, no contexto dos levantes armados na tentativa de derrubar Eurico Valle, boa parte dos nomes ligados ao jornal *O Estado do Pará* foram presos:

⁶⁰ Um ótimo exemplo do apoio de Paulo Maranhão a Eurico Valle, está presente nas páginas da primeira edição da *Folha do Norte* em 1930. Em uma longa notícia que hoje parte da página encontra-se mutilada, o periódico de Paulo Maranhão apresenta duas colunas sobre Eurico Valle: O Administrador e O Político, nelas estão contidos diversos pontos do governo vigente, elogios a governança e a vida pública do governador. *Folha do Norte*. Belém, 01/01/1930, p. 22.

⁶¹ Rocque, Carlos. *Depoimentos para a história política do Pará*. Belém: Editora Mitograph, 1981.

⁶² ROCQUE, op. cit., p. 83.

Às 11 horas da manhã do dia 6 [outubro de 1930], uma diligência policial, da qual participavam o 2º prefeito, Oswaldo Caeté, e os subprefeitos Adamastão Lopes e Armando Souza, compareceu à redação de “O Estado do Pará”, apreendendo a edição do dia e prendendo todos que ali se encontravam: Affonso Chermont, Alcindo Cacella, Santana Marques, padre Cupertino Contente, Sandoval Lage, Paulo Oliveira, Orlando Moraes, Edgar Proença, Alberto Magalhães, Alberto Barreiros, Humberto Danin, Armando Miranda, João Motta, Ernestino Souza Filho, Raimundo Golçalves e Helantino Almeida (praticamente toda a direção e redação do jornal, incluindo redatores, repórteres e revisores).⁶³

Vários dos nomes citados acima, nos primeiros anos da interventoria de Magalhães Barata, desempenharam papéis importantes, além de participarem junto ao Partido Liberal das eleições de 1933 e 1934, alinhando interesses comuns. De presos no governo Eurico Valle passaram a base de apoio no governo seguinte. A partir dos periódicos, a transição de poder de 1930 no Pará pode ser entendida como um intenso jogo de interesses em prol de correntes políticas diferentes. Entretanto, a chegada de Magalhães Barata ao poder não significou uma ruptura completa com as classes dominantes anteriores, muito menos um cenário estático dos nomes ligados aos grupos políticos.

Ao contextualizar o cenário político paraense anterior ao movimento constitucionalista de 1932, Walter Pinto de Oliveira apresentou vários elementos demonstrando que alguns nomes ligados ao PRF teriam rapidamente se aproximado à Aliança Liberal e demais grupos que ascenderam ao poder, entre eles: “Camilo Salgado, Amazonas de Figueiredo, Miguel Pernambuco, Antonio Faciola, Apolinário Moreira, para citar apenas uma parte do grupo ligado ao PRF, que se bandearam para as hostes revolucionárias”.⁶⁴ Dessa maneira, o autor demonstra a dinâmica em torno dos grupos de interesses, alternando de correntes políticas conforme a efetivação de determinados governos. Apesar do exemplo acima, onde alguns nomes transitaram entre as duas principais forças que disputavam o poder do Estado, boa parte dos políticos tiveram suas posições drasticamente afetadas.

No campo dos impressos, o perseguido *O Estado do Pará* passou a ser o jornal com maior apoio governamental, já a *Folha do Norte*, que construiu sua política editorial em oposição ao movimento tenentista, encontrou-se em posição totalmente desfavorável. Durante os momentos posteriores a destituição de Eurico Valle do governo do Estado e a chegada ao poder de Magalhães Barata, foi possível observar como *O Estado do Pará* tratou de relembrar os atos cometidos contra seus funcionários e instalações, além de despontar como o jornal mais

⁶³ Ibid., p. 131.

⁶⁴ OLIVEIRA, Walter Pinto de. *Memórias de uma revolta esquecida: o Baixo-Amazonas na revolução constitucionalista de 1932*. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém. p. 31.

requisitado daquele momento, onde todos procuram o “porta-voz da Revolução”, enquanto a *Folha do Norte* conhecia os revesses do cenário de oposição em períodos de cerceamento político.⁶⁵

O movimento de 1930 representou também a destituição de Paulo Maranhão do cargo de deputado federal, ou seja, parte destes rearranjos políticos concentra-se exatamente nesta passagem de poder, de influência e de dominância. De uma posição privilegiada como deputado federal, com trânsito no governo estadual e abrangência política consolidada por meio de sua empresa jornalística, passou a ser perseguido político com perdas do seu poderio e investigado por possíveis crimes na administração pública, dentre outros problemas.

Assim como Magalhães Barata, o jornalista Paulo Maranhão não surgiu no cenário paraense somente nos anos de 1930 e como oposição ao movimento que ascendeu ao poder. A trajetória de Paulo Maranhão está menos documentada e registrada em escritos de época, assim como, em obras acadêmicas. De infância muito pobre, órfão ainda novo de pai e mãe, teria sido criado pela avó e trabalhado na juventude como serralheiro e torneiro de metais, como descreve Georgenor Franco,⁶⁶ um dos dois biógrafos mapeado durante esta pesquisa. O biógrafo apresenta o início de Paulo Maranhão no jornalismo como uma espécie de “chamado dividido” ou uma “verdadeira vocação” daquele que seria um dos maiores jornalistas do Pará. A vontade de Maranhão em constar no meio jornalístico era tão intensa, que teria aceitado realizar favores ao diretor do jornal *Diário de Belém* em troca da permissão de conviver nas instalações do periódico com os demais jornalistas e aprender o ofício.⁶⁷ Georgenor Franco comenta também sua passagem pelo *A República*, citada anteriormente, lugar onde Paulo Maranhão teria conhecido Enéas Martins, que fora seu padrinho de casamento.⁶⁸

Dessa forma, apesar do fascínio e aproximação de Paulo Maranhão em relação ao campo jornalístico, em 1892 foi nomeado professor no município de Marapanim, tendo permanecido na função até 1896, quando foi convidado por Enéas Martins a trabalhar na recém-criada *Folha do Norte*. Contudo, a carreira de professor não foi findada. Em 1912 foi nomeado professor de Literatura na Escola Normal. Sua despedida do magistério foi mais tarde, somente em 1943, episódio que Paulo Maranhão descreveu como parte de um triste processo imposto a sua pessoa

⁶⁵ LIMA, Marcos. Uma roda-gigante do poder: disputas políticas entre os jornais O Estado do Pará e Folha do Norte no contexto do movimento de 1930 em Belém do Pará. In: *Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História ANPUH-RS*, 2022. Evento online: ANPUH-RS, 2022.

⁶⁶ FRANCO, Georgenor. *Paulo Maranhão: de torneiro de metais a mestre do estilo*. Belém: Academia Paraense de Letras, 1956.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 12.

⁶⁸ MOURA, Daniella de Almeida. *A imprensa periódica a serviço da República paraense (1886-1898)*. 265 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021, p. 185.

por Magalhães Barata, analisado no capítulo 3 desta dissertação. Outra informação importante citada na obra é a que Paulo Maranhão foi um dos membros da Academia Paraense de Letras. Sua função na *Folha do Norte* foi de extrema ascensão, começando como revisor de provas, passando pelo cargo de secretário, até adquirir o jornal das mãos de Cypriano Santos.⁶⁹

Imagem 1 – Paulo Maranhão em 1909



Fonte: FRANCO, Georgenor. Paulo Maranhão: de torneiro de metais a mestre do estilo. Belém: Academia Paraense de Letras, 1956, p. 25.

Foi durante o período em que esteve na *Folha do Norte* que protagonizou a política contrária às forças de Antonio Lemos, do mesmo modo que rompeu com Enéas Martins após ter ciência de seu conflito com Cypriano Santos. Em uma dissidência entre amigos, Paulo optou por manter-se fiel a Cypriano, estabelecendo propaganda contrária ao então governador Enéas Martins e dando curso ao movimento que sustentou Lauro Sodré nos cenários políticos do Pará em momentos anteriores, inclusive durante seu exílio voluntário.⁷⁰ Durante o segundo governo de Lauro Sodré foi nomeado diretor de Instrução Pública Primária, função desempenhada entre

⁶⁹ BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1986, p. 244.

⁷⁰ SANTOS, Alan Christian de Souza. *O senador militar – poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)*. 538 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020, p. 177.

os anos de 1918 e 1920. A sua segunda passagem por instituições públicas em cenários administrativos foi a chefia da Recebedoria de Contas no governo de Sousa de Castro. Foi ainda na década de 1920 que chegou ao seu ápice de capital político,⁷¹ elegendo-se deputado federal em 1924, 1927 e 1930. Em suma, Paulo Maranhão esteve em concordância aos cursos políticos que os lauristas experimentaram no Pará. Desde sua condição de oposição nos anos de 1910, até o domínio do PRF na década de 1920. Desse modo, o surgimento do movimento de 1930 desencadeou rupturas para além da política partidária que Paulo Maranhão estava envolvido, seu campo de atuação jornalístico estava fortemente atingido.

Nas variadas relações entre imprensa, política e poder, em outubro de 1930, o jornal *O Estado do Pará* se sagrou privilegiado, pois, se tornou porta-voz do grupo que ascendeu a política local. Apesar do retorno após suspensão de alguns dias da *Folha do Norte*, ainda em outubro de 1930, seu diretor Paulo Maranhão não foi autorizado a reassumir a direção do periódico, sendo este dirigido por Ferreira de Lemos, que visitou inclusive a redação do jornal *O Estado do Pará* para manifestar o retorno das publicações do periódico.⁷²

Na mesma edição que manifestou o retorno da *Folha do Norte* à população paraense, *O Estado do Pará* publicou uma nota do governo provisório garantindo a população que os crimes cometidos pelos políticos de governos anteriores seriam punidos. Além disso, garantiu a imprensa sua liberdade de expressão, desde que não fosse contra o “programa revolucionário”.⁷³ Não tardou para a implementação de mecanismos capazes de averiguar possíveis fraudes políticas. Em 4 de novembro de 1930, por meio do decreto número 03, Landry Salles⁷⁴ criou o Tribunal Revolucionário. As nomeações aos cargos do Tribunal Revolucionário aconteceram na administração de Magalhães Barata, em novembro de 1930. Todavia, o mesmo tribunal seria

⁷¹ A utilização do conceito *capital político* advém da discussão proposta por Pierre de Bourdieu na obra: “O poder simbólico” publicada em 1989. Nela o autor adverte que capital político é uma espécie de capital simbólico, reconhecido a pessoas e/ou objetos por diferentes grupos a partir de diversas relações (p. 187). Como em operações de créditos, seria o capital político um poder simbólico dado por quem está sujeito aquele que exerce o poder, como se fosse um crédito para determinadas posições e ações na sociedade (p. 188). No caso de Paulo Maranhão, o seu capital político pode ser entendido como *notável* aquele acumulado ao longo de anos no jornalismo, cuja excelência foi reconhecida por outros agentes sociais. Uma vez atingido este capital nos meios de comunicação, utilizando-se do poder dos impressos no contexto em que operou politicamente, Paulo Maranhão teria convertido este capital político de jornalista para inserção na política partidária, obtenção de cargos públicos de indicação e finalmente vitórias eleitorais que lhe fizeram ascender a uma elite política local e econômica.

Obra citada: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL difusão editorial, 1989.

⁷² O Estado do Pará. Belém, 31/10/1930, p. 3.

⁷³ O Estado do Pará. Belém, 31/10/1930, p. 4.

⁷⁴ Landry Salles Gonçalves nasceu em 19 de julho de 1904, no Ceará. Desempenhou na cidade de Fortaleza sua formação militar e aproximação com o movimento tenentista, foi um dos responsáveis em concretizar a transição do governo paraense de Eurico Valle ao tenente Ismaelino de Castro. Landry Salles garantiu a ordem no Pará nos primeiros dias da tomada do governo, administrou o governo do Estado do Pará entre os dias 26 de outubro e 3 de novembro de 1930, quando foi transferido a sua terra natal. Faleceu no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1978.

extinto apenas cinco dias após as nomeações, em consequência da criação do Tribunal Especial, que funcionaria na capital, Rio de Janeiro.⁷⁵

Em decorrência da chamada “justiça revolucionária”, constatou-se que Paulo Maranhão foi alvo de investigações em pelo menos dois episódios. O primeiro caso foi efetivado pelo Tribunal Especial, cuja competência abrangeu todo território nacional. Em matéria⁷⁶ publicada pelo jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, periódico fundado no mesmo ano com perfil alinhado ao movimento de 1930, com certas oscilações de apoio e de oposição a Getúlio Vargas, o nome de Paulo Maranhão constava ao lado de muitos outros ex-deputados federais que estavam sendo tratados como culpados por reconhecerem a bancada eleita no início daquele ano pelo Estado da Paraíba. A questão ganhou evidência pela instabilidade política criada no Estado nordestino.

O contexto era das eleições de março de 1930, e a perda de controle do então governador João Pessoa culminou com seu assassinato meses depois. No meio desse ínterim, elegeram para bancada paraibana nomes dissidentes ao governo local, porém, apoiados pelo governo federal de Washington Luís. Dessa forma, o reconhecimento dos outros deputados federais destes nomes que ascenderam por meio da convulsão política, era tido como coniventes. Vale lembrar que o episódio envolvendo o governo de João Pessoa e toda a construção simbólica em torno de seu personagem foi importante no percurso da Aliança Liberal em 1930.⁷⁷

Em suma, o Tribunal Especial não conseguiu grandes êxitos, destituído ainda em 1931, pelas dificuldades em julgar o quantitativo de processos e de punir os políticos anteriores. Não foram encontrados outros indícios específicos sobre este processo envolvendo Paulo Maranhão, o pedido conduzido pelo Tribunal Especial consistia na perda dos direitos políticos para os ex-deputados investigados, o que causaria bastante repercussão. A utilização de mecanismos punitivos significou uma das maneiras encontradas pelo governo provisório de Getúlio Vargas, cujo objetivo era atingir politicamente personagens que estiveram outrora nas várias esferas do governo, federal, estadual e até municipal.

Dessa maneira, Magalhães Barata sem dúvidas incorporou o itinerário punitivo, apreendeu bens dos ex-governadores, expediu mandados de prisões, reapropriou terras comercializadas em gestões anteriores, exonerou ou retirou benefícios de funcionários públicos por incompatibilidade política, dentre inúmeros outros atos. Analisar governos passados em

⁷⁵ Diário Oficial do Estado do Pará. Belém, 27/11/1930, p. 2.

⁷⁶ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 30/12/1930, p. 4.

⁷⁷ Sobre a construção de narrativas em torno do movimento de 1930 na Paraíba e a figura de João Pessoa, ver: AIRES, José Luciano de Queiroz. *Inventando tradições, construindo memórias: a “Revolução de 30” na Paraíba*. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

busca de irregularidades também significou uma resposta a sociedade, considerando a penúria vivida na década de 1920, muitos dos políticos foram apresentados como principais culpados por tal situação.

Novamente a figura de Paulo Maranhão reaparece como um dos investigados por atividades públicas anteriores a 1930. Em portaria publicada no *Diário Oficial*,⁷⁸ a interventoria de Magalhães Barata exigia o pagamento de 350 mil réis no prazo de 48 horas, valor este que serviria de restituição a possíveis transações fraudulentas entre a *Folha do Norte* e o governo estadual. Parte destas transações ocorreram no governo Sousa Castro (1921-1925), administração que Paulo Maranhão exerceu cargo de diretor da Recebedoria de Contas.⁷⁹

Dessa forma, pode-se dizer que os primeiros meses da interventoria de Magalhães Barata foram de perseguição a Paulo Maranhão, primeiro pela manutenção do seu afastamento da direção da *Folha do Norte* até março de 1931, em seguida pelas investigações de possíveis fraudes administrativas. Neste mesmo período, variados casos de repressão/censura ao periódico foram efetivados por Magalhães Barata, porém, antes de exemplificá-los, outra questão envolvendo Paulo Maranhão chamou atenção ao longo da pesquisa. Em janeiro de 1931, por meio do decreto nº 84,⁸⁰ várias repartições públicas tiveram seus nomes trocados, dentre elas o grupo escolar chamado Paulo Maranhão passou a ser chamado de grupo escolar Vilhena Alves, atendendo a uma determinação anterior que obrigava todas as repartições que tivessem nomes de indivíduos vivos fossem trocadas por personalidades de respeito falecidas.

Apesar do caso descrito acima não ter sido isolado, sua efetivação remete a uma disputa pela memória, pela construção de narrativas históricas, consolidadas por determinados grupos políticos em detrimento de outros, materializadas por meio de prédios urbanos, avenidas, cidades, etc. Sandra Pesavento, adverte que os lugares da memória de uma cidade são também lugares de história, ou seja, construídos em torno de identidades, simbologias e acontecimentos que tornam subjetivos cada lugar, cada centro para uma comunidade, além de materializar determinados sujeitos e suas trajetórias.⁸¹ Assim sendo, uma parte da memória e homenagem a figuras de influência local em várias localidades do país foram substituídas por outras, o que também pode ser considerado uma maneira de legitimação do novo regime, simultaneamente a isto ocorreu um afastamento de uma memória coletiva de outras forças políticas.

⁷⁸ Diário Oficial do Estado do Pará. Belém, 19/04/1931, p. 3-4.

⁷⁹ CPDOC. Verbete: João Paulo de Albuquerque Maranhão; Verbete biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-paulo-de-albuquerque-maranhao>. Acesso em: 18 fev. 2022.

⁸⁰ Diário Oficial do Estado do Pará. Belém, 11/01/1931, p. 1.

⁸¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. *Revista Mosaico*, v. 1, nº 1, p. 3-12, jan./jun., 2008.

O mês de março de 1931 concentra alguns acontecimentos importantes na relação entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, assim como a imprensa em um todo. Um primeiro registro a ser realizado, recaiu no retorno de Paulo Maranhão a direção do jornal *Folha do Norte*, afastado desde outubro de 1930. No dia 7 de março, o jornal comunicava que após dedicado trabalho executado por Ferreira de Lemos, o jornalista Paulo Maranhão retornava ao cargo máximo do jornal, esta seria uma das primeiras concessões da interventoria após um período de maior arbitrariedade.⁸² Contudo, cerca de uma semana antes, Magalhães Barata designou vários nomes de sua confiança para servirem de censores nos principais jornais de Belém:

De ordem do capitão interventor, foram designados, ontem, para censores dos jornais “O Estado do Pará”, “O Imparcial”, “O Independente”, “Folha do Norte” e “Diário do Povo”, os senhores Luiz Geolás Moura Carvalho, João Botelho, Joventino Bezerra, Abguar Bastos e Ismaelino de Castro, respectivamente.

O dr. Eduardo Chermont, chefe de polícia do Estado, na censura feita ontem no vespertino “A Crítica” ordenou a supressão de dois artigos inseridos nesse jornal por inconvenientes.⁸³

Deste fragmento publicado pela *Folha do Norte*, torna-se possível entender o estabelecimento de um dos mecanismos de controle voltados aos meios de comunicação nos primeiros meses da interventoria de Magalhães Barata. O controle em torno dos conteúdos que seriam publicados nos periódicos da capital era promovido por membros do governo que eram deslocados de suas funções para as redações dos jornais. Interessante notar que esta medida em designar funcionários às redações dos jornais não eram contínuas, após uma ou duas semanas as medidas eram suspensas e retornavam sempre que necessário.

Controlar os meios de comunicação, seja eles mais alinhados ao programa vigente ou aqueles contrários, faz parte da dinâmica política de afirmação e de domínio, principalmente ao considerar a importância de construir a partir dos jornais e outros veículos de informações um cenário favorável para manutenção governamental. Além disso, deve-se considerar a autoridade contida no discurso jornalístico, historicamente construída.

Monique Benati Rangel, ao analisar a construção da autoridade jornalística discorre sobre duas características que os periódicos ao longo do século XX consolidaram: “[...] onipresença (está sempre onde a notícia acontece) e onisciência (conhecimento da ‘verdade’ dos fatos)”⁸⁴, ou seja, a construção da notícia, a reconstrução dos fatos utilizando-se de

⁸² Folha do Norte. Belém, 07/03/1931, p. 1.

⁸³ Folha do Norte. Belém, 01/03/1931, p. 2.

⁸⁴ RANGEL, Monique Benati. A construção da autoridade jornalística: onisciência e onipresença fundamentando o poder simbólico do jornalista. In: *Anais Eletrônicos do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 27, 2004, Porto Alegre. Porto Alegre: Intercom, 2004, p. 6.

elementos construtivos capazes de oferecer aos leitores uma “narrativa verídica” e o “melhor ângulo da notícia”, tudo isso vinculado ao posicionamento político que determinado meio de comunicação assumia, propiciava assimilação e o poder da informação.

A centralidade em construir elementos coercitivos em torno dos meios de comunicação, tem por finalidade legislar a seletividade informacional presente nestes veículos, pois, em certa quantidade, o “lembrado” e o “esquecido” ou omitido concentra-se no fazer jornalístico:

Obviamente, o lugar onde esses fatos sociais se tornam sólidos e duráveis é a mídia. A mídia não apenas ajuda a reforçar ou esmaecer opiniões. Ela é, principalmente, um lugar de memória que segue a dialética de lembrança e esquecimento; ela é ainda um espaço de construção de história se considerarmos que a história é um lugar de preservação autorizada de memória. [...] E de construção em construção, o jornalista se equilibra num andaime que ele mesmo estabeleceu para si: ele é o historiador de hoje, à medida em que determina o que será notícia, o que será lembrado, o que será esquecido ou até mesmo desconhecido.⁸⁵

Nesse sentido que a censura funciona, estabelecendo o que pode ou não ser lembrado, externado e gravado na memória. Retomando a dinâmica imposta aos periódicos de Belém em março de 1931, um caso em específico acerca da censura desenvolvida contra a *Folha do Norte* chamou atenção. Nas várias consultas realizadas ao Arquivo Público do Estado do Pará, a presença de um documento, junto a várias petições enviadas ao interventor Magalhães Barata, encontrava-se uma grave denúncia a respeito da censura em Belém, especificamente a realizada nas redações do jornal de Paulo Maranhão.

O documento, que data o dia 6 de março de 1931, possui algumas advertências sobre a censura na imprensa paraense e um longo texto de fortes críticas ao governo de Magalhães Barata. O autor se identificou como “P. Chermont de Miranda”, ao que tudo indica se tratar do ex-deputado federal do Pará, Pedro Gyselaar Chermont de Miranda, que exerceu mandatos durante a década de 1920, além de ter sido jornalista e exercido funções no periódico *A Província do Pará*. No primeiro parágrafo do documento produzido por Chermont de Miranda, o político adverte os leitores:

ADVERTÊNCIA AO PÚBLICO - Havendo a censura governamental mutilado gravemente a publicação do meu artigo com a epigrafe abaixo, hoje estampada na Folha do Norte, com o fito evidente, não de corrigir excessos de linguagem, porque os não havia nos trechos censurados, MAS SIM DE IMPEDIR A DIVULGAÇÃO DO MEU PENSAMENTO E A CRÍTICA, EM TERMOS ELEVADOS, QUE SE CONTINHA NOS MESMOS, AOS ATOS DO EXMO. INTERVENTOR E AO REGIME INSTITUÍDO NO PARÁ PELA REVOLUÇÃO, como tudo se verifica da

⁸⁵ Ibid., p. 3.

leitura desse meu escrito, resolvi dar publicidade integral ao respectivo texto, por meio deste avulso, assumindo, como sempre, inteira responsabilidade pessoal por tal ato.⁸⁶

Este indício histórico evidencia vários pontos interessantes deste período. O primeiro que chama atenção relaciona-se ao êxito obtido pelos mecanismos de controle sob os meios de comunicação, dado que tal censura ocorreu exatamente no período em que foram direcionados cinco funcionários de confiança de Magalhães Barata aos principais jornais de Belém.⁸⁷ Muito provavelmente pelo fato que o ex-deputado federal Chermont de Miranda, algumas semanas antes, já teria feito críticas à administração financeira do interventor.⁸⁸ Neste mesmo sentido, chama atenção a prática de sustentar a exclusão parcial ou total de determinadas notícias contrárias ao governo, pois, como contido no documento, a proibição de parte do conteúdo advinha pela necessidade em “corrigir excessos de linguagem”, portanto, a justificativa não era a divergência de pensamento político, ao contrário, percebe-se inclusive uma prática mais filtrada, camuflada com intuito de chamar pouca atenção.

A saída encontrada pelo jornalista foi de publicar de maneira independente suas críticas e denúncias que os meios de comunicação estavam enfrentando, explicitando uma prática para escapar dos censores de Magalhães Barata. Chermont de Miranda após este trecho apresenta aos leitores na íntegra a matéria censurada que seria publicada na *Folha do Norte* de Paulo Maranhão. O texto contém críticas ao interventor, relembra acontecimentos políticos anteriores a 1930, onde supostamente o ex-deputado teria ajudado Magalhães Barata, dentre outras coisas. Contudo, outro ponto de grande relevância concentra-se na última parte do documento em questão:

ÚLTIMA HORA – Devo prevenir os leitores de que, na impossibilidade, que acaba de me ser comunicada, para a “Folha do Norte” de continuar a acolher, em suas colunas os meus artigos – isso por motivo que o público saberá compreender, qual seja ele – sou forçado a interromper a publicação desses escritos em defesa dos interesses coletivos e do bom nome do Estado, exclusivamente porque, na quadra que o Pará atravessa, não há jornal que os possa estampar; sem expor-se às piores violências... Passarei, por isso, a exercer essa minha atividade jornalística através da imprensa da capital do país, onde, por felicidade, não impera idêntica atmosfera de compressão, ante a qual só não capitulam, não se entibiam, nem se deixam abater, os caracteres dotados de excepcional força de resistência.⁸⁹

⁸⁶ APEP. Área: Governo. Fundo: Gabinete do interventor. Série: Petições, 1931. Nº da caixa: 48. As diferenciações na escrita (parte em negrito e em caixa alta) foram utilizadas de maneira similar ao que foi utilizada no indício original impresso.

⁸⁷ Folha do Norte. Belém, 01/03/1931, p. 2.

⁸⁸ Dário de Notícias. Rio de Janeiro, 25/02/1931, p. 12.

⁸⁹ APEP. Área: Governo. Fundo: Gabinete do interventor. Série: Petições, 1931. Nº da caixa: 48.

Este último fragmento torna público o contexto de opressão sob os jornais de Belém, por meio da censura, empastelamento, suspensão e até violência, apesar do autor não oferecer certeza de este ser o motivo da *Folha do Norte* ter comunicado a impossibilidade de continuar a publicar suas opiniões. Outro indício presente neste fragmento relaciona-se a prática de buscar no Rio de Janeiro maior liberdade de expressão para formular críticas ao governo local, fato que pode ser entendido por vários vieses, dentre eles a diminuição de influência dos aparatos governamentais de Magalhães Barata.

Entretanto, a dita saída encontrada por Chermont de Miranda em publicar de maneira independente seu parecer não foi ignorada por Magalhães Barata. Cerca de duas semanas após estes ocorridos, o jornal *Diário de Notícias*, publicou uma matéria explicando que o ex-deputado federal foi preso por dois dias em Belém após desobedecer às regras acerca da censura relacionadas aos jornais da cidade, porém, com o inquérito de investigação aberto, o responsável pela publicação, funcionário da Livraria Internacional, também teria sido preso e Chermont de Miranda posto em liberdade sem ter sofrido violências de qualquer tipo.⁹⁰ A prisão como desfecho do caso ilustra bem as consequências sofridas aos que desrespeitassem as medidas impostas pelo governo provisório, além disso, evidencia outros dois pontos: a relação conflituosa entre Magalhães Barata e a imprensa em Belém; e o contexto de controle e repressão que cerceava a relação entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão.

Dito isto, o retorno de Paulo Maranhão à frente da *Folha do Norte* aconteceu exatamente no fim do período que Abgvar Bastos estava comandando a censura ao periódico. No dia 8 de março de 1931, *O Estado do Pará* publicou uma nota explicando que Abgvar Bastos visitou a redação e comunicou em nome de Magalhães Barata que estava suspensa a censura prévia à *Folha do Norte*.⁹¹ A medida de suspensão da censura prévia foi acompanhada por outra iniciativa da interventoria no sentido de melhorar a relação entre Magalhães Barata e os mandatários da imprensa local, dentre eles, Paulo Maranhão.

No dia 14 de março de 1931, *O Estado do Pará* apresentou aos seus leitores a seguinte determinação de Magalhães Barata, o título da matéria dizia “O interventor federal e a imprensa paraense”:

O sr. capitão interventor deliberou, ontem, reservado todos os dias, exceção as quartas e sextas [...] para receber, em Palácio, os representantes dos vários jornais e destes ouvir sugestões a propósito dos negócios públicos, combinando a melhor forma de a imprensa atacar os assuntos a propósito dos quais o governo revolucionário pretenda esclarecer a opinião paraense. De acordo com os desejos de vossa excelência., os seus

⁹⁰ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 13/03/1931, p. 12.

⁹¹ O Estado do Pará. Belém, 08/03/1931, p. 1.

atos devem ser criticados nessa ocasião, apontando sê-lhes as razões devidas. Terá, assim a voz livre da imprensa oportunidade de levar, por essa via, até o mais alto representante do governo, tudo aquilo que nas páginas dos diários tem équo e é reflexo das queixas e opiniões da coletividade. Muitos mais que os jornais, meros veículos dos sentimentos do povo, terá este a lucrar, com a alta iniciativa do sr. Interventor.⁹²

Tal medida pode ser vista por dois sentidos. O primeiro em uma transição da relação entre Magalhães Barata e os jornais de Belém, deixando de adotar medidas mais pesadas como suspensões, designação de funcionários para censura prévia, dentre outros, cujo objetivo fosse melhorar tal dinâmica política com quem participa da construção da opinião coletiva. Por outro lado, essa medida pode ser interpretada como outra maneira de conseguir domínio frente aos proprietários dos periódicos, uma vez que discutir uma série de acontecimentos e as formas que seriam repassados a população daria a possibilidade de construir uma melhor imagem do governo. Além disso, Magalhães Barata visou repassar a imprensa nacional a imagem de um interventor disposto a dialogar e negociar com os representantes dos jornais, considerando as repercussões negativas que acontecimentos anteriores e aqui citados, poderia ter causado ao interventor.

Ainda não é possível precisar se Paulo Maranhão ou outras figuras importantes da *Folha do Norte* foram até o encontro de Magalhães Barata, devem ter dialogado tendo em vista o alcance deste periódico.⁹³ Entretanto, o mês de março concentra alguns acontecimentos que podem ser considerados um marco transitório nessa dinâmica pelo poder da informação ligada à imprensa.

Michele Rocha da Silva, ao analisar a relação do interventor Magalhães Barata com a população paraense, enfatizou a importância da imprensa para concretização de vários canais de comunicação. No sentido de promover mudanças políticas radicais, principalmente em comparação aos seus antecessores, Magalhães Barata ofereceu a população a liberdade de dirigir até ele seus anseios, principalmente por meio de cartas e audiências públicas. Grande parte desta comunicação foi viabilizada pela imprensa que noticiava aos leitores datas de reuniões, atendimento de solicitações, dentre outros.⁹⁴ Vale ressaltar a importância da pesquisa desenvolvida por Michele Silva, com seu trabalho tornou-se possível vislumbrar um novo horizonte em torno da interventoria de Magalhães Barata, conhecer a realidade cotidiana de

⁹² O Estado do Pará. Belém, 14/04/1931, p. 1.

⁹³ Em publicação no dia 4 de setembro de 1930, a *Folha do Norte* informou: “A média de circulação da Folha é de 20 mil jornais em dias comuns e de 25 mil aos domingos e feriados [...]”
Folha do Norte. Belém, 04/09/1930, nº 12.675, p.2

⁹⁴ SILVA, Michele da Rocha. *Para serem atendidas*: cartas ao interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935). 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

parte da sociedade paraense, entender mecanismos políticos empregados na construção da imagem política do interventor e redirecionar principalmente os estudos deste período.

A autora dimensiona os vários anseios políticos que marcaram a imprensa em relação à interventoria de Magalhães Barata. Ao analisar a relação entre o jornal *Folha do Norte* e Magalhães Barata, Michele Silva assegura que este periódico serviu para exemplificar as idas e vindas dos jornais em relação à política do interventor, ilustrando bem os variados rearranjos políticos que os grupos de interesses manifestaram durante os primeiros anos do novo regime. A autora alerta que a *Folha do Norte* atuou como um dos principais canais de comunicação entre o interventor e a população, além de acompanhar os seus atos políticos e administrativos à frente do governo.⁹⁵

A postura de aproximação entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata pode ser entendida por diversos fatores. Desde a forte censura imposta aos periódicos que fossem contrários ao programa desenvolvido pelo governo, até as tentativas de aproximação que o interventor desenvolveu, como reuniões semanais, discussão dos atos administrativos e o reconhecimento da imprensa como peça importante na legitimação de uma imagem próxima ao povo (tanto da capital, como do interior do Pará). “As posturas dos jornais nesse período eram reflexos de alinhamentos e composições que foram se reconfigurando conforme as posturas sociais e políticas que vinham se alinhando entre o interventor e a cultura impressa”.⁹⁶ Tal dinâmica, que oscilava entre divergências e convergências de representantes dos grandes jornais e o interventor, eram intensificadas quando se tratava de Paulo Maranhão e Magalhães Barata, principalmente pelo engajamento político partidário do jornalista e suas tentativas em retomar parte da influência e poderio político perdido em outubro de 1930.

Em uma espécie de linha temporal da relação entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata durante os anos de 1930 e 1935, pode-se afirmar que os primeiros meses foram tumultuados, diferente do analisado convencionalmente que a cisão entre eles ocorreu somente em 1933, é possível notar bastante incongruência. Porém, entre meados de 1931 e 1932, apesar de alguns desacertos, a relação foi amistosa. Carlos Rocque comenta que em 1932, Nogueira de Faria, um amigo em comum de Paulo Maranhão e Magalhães Barata, viabilizou uma visita do interventor ao prédio da *Folha do Norte*, a primeira das duas que ocorreram antes de 1933, uma maneira de aproximação. Além disso, serviria de retribuição a uma visita realizada por Paulo Maranhão

⁹⁵ Ibid., p. 77.

⁹⁶ Ibid., p. 76.

ao palácio do governador em detrimento de uma exposição do interventor sobre atos administrativos.⁹⁷

Apesar do autor não fornecer exatidão acerca da ida de Paulo Maranhão a sede do governo, uma dessas visitas ocorreu possivelmente nos últimos dias do mês de dezembro de 1931. Em notícia estampada nas folhas do jornal *Diário de notícias*, o interventor teria recebido em seu gabinete “os srs. Paulo Maranhão, pela Folha do Norte; Sant’Anna Marques, pelo Estado do Pará; João Malato, pela Crítica; Xisto Sant’anna pelo Imparcial”⁹⁸ para discutir questões acerca da censura à imprensa e enfatizar seu compromisso com a chamada “crítica honesta” que o seu governo sempre estaria aberto.

Este indício histórico ilustra que o proposto por Magalhães Barata em reunir com representantes dos principais periódicos em Belém, cujo intuito era estabelecer uma política apropriada no que tange o noticiário da cidade em conformidade ao seu governo, surtiu efeito.⁹⁹ Essa reunião contou com a presença dos principais nomes da imprensa da capital, agrupando inclusive periódicos que em meio a agitação de 1930 construíram uma imagem negativa do movimento liderado por Getúlio Vargas, como os jornais *Imparcial* e *Folha do Norte*.

O ano de 1933 reservava a Paulo Maranhão e Magalhães Barata uma cisão definitiva de uma relação que não pode ser considerada boa em nenhum momento, no máximo amistosa e conformada pelos aparatos instituídos pelo novo regime. A denúncia que Magalhães Barata iria punir servidores que não comparecessem às eleições de 1933 foi estampada nas páginas da *Folha do Norte*, daquele acontecimento em diante estes dois personagens da história paraense travaram intensa disputa por quase três décadas, perpassando por diferentes governos e conjunturas políticas, inclusive influenciando decisões coletivas em eleições, figurando dessa maneira a importância da imprensa e seu poder frente a história política.

Após maio de 1933, atos de violência, suspensão da *Folha do Norte* de circular, denúncias de violações, afastamento de Paulo Maranhão da direção do seu jornal, construção de uma imagem negativa do interventor Magalhães Barata, dentre outros ocorridos puderam ser analisados. A cisão de 1933 e as retaliações/desdobramentos desta disputa estão discutidos no próximo tópico.

⁹⁷ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999, p. 252.

⁹⁸ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 02/01/1932, p. 2.

⁹⁹ *O Estado do Pará*. Belém, 14/04/1931, p. 2.

1.2 Entre eleições, cisões e perseguições

Em 24 de junho de 1933, o senhor Penalber escreveu uma carta ao interventor Magalhães Barata:

Exmo. Sr. Major Magalhães Barata

Saudações muito respeitosa e cordiais.

Li, hoje, no “Dário do Estado”, a publicação de um ato de v. exc. dando uma lição de civismo a membros do magistério primário e secundário do Estado, que faltaram com os seus deveres de patriotismo e de amor ao Pará ausentando-se do pleito de 3 de maio. Constatando na lista dos faltosos o nome da professora Oscarina Penalber de Castilho, minha irmã, apresso-me em informar, que muito me merece, não ser verdadeira a elucidação quanto à pessoa acima indicada. Ao contrário disso, embora licenciada de suas funções, por ocasião do pleito, minha referida irmã veio especialmente de Marapanim, onde se encontrava, a fim de votar na chapa do P.R. Liberal, em harmonia mesmo com os ideais e com os sentimentos de lealdade de seu marido.

Aproveito a oportunidade para declarar a v. exc. que, em oito eleitores no seio da minha família, ninguém discrepou deixando de votar e de estar ao lado de v. exc.

Pelo título de eleitora da professora Oscarina Penalber de Castilho, que será levado à devida verificação, verá v. exc. que se trata de um lamentável equívoco.¹⁰⁰

Essa carta apresenta elementos essenciais para entender algumas das consequências do episódio que culminou com a cisão total da relação entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata. O assunto principal da carta relaciona-se a determinação que o interventor paraense no contexto das eleições à constituinte de 1933 executou contra os servidores públicos do Pará. Na época, Magalhães Barata teria assegurado que os funcionários das repartições públicas que não compareceram às eleições do dia 3 de maio, teriam descontos salariais e outras punições. O objetivo do interventor era nítido, angariar mais votos a chapa do Partido Liberal, o qual naquele momento era o mais organizado e atuante na esfera partidária paraense.¹⁰¹ Contudo, o interventor não esperava que Paulo Maranhão a partir do seu jornal *Folha do Norte* criticasse firmemente tal atitude, rompendo de uma vez por todas uma dinâmica que alternou entre aproximações e distanciamentos durante os anos de 1931 e 1932. Além disso, este episódio ocasionou repercussão local e nacional.

Ao consultar as cartas que a população enviava a Magalhães Barata em sua primeira interventoria, busquei algum indício que pudesse representar influências da disputa política entre ele e Paulo Maranhão. Dentre as possibilidades de análise, dado que as cartas representam um olhar distinto dos jornais impressos e documentos oficiais, apresentando elementos

¹⁰⁰ APEP. Área: Governo. Fundo: Gabinete do interventor. Série: Cartas, 1933. Nº da caixa: 8 – 24/06/1933.

¹⁰¹ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999, p. 247.

cotidianos, formas variadas de apoio ao interventor e suas percepções aos eventos de maior repercussão que estavam ocorrendo. Não há dúvida que o assunto tratado por meio de cartas por um apoiador do governo, está relacionado à repercussão causada pela denúncia contida no periódico de Paulo Maranhão.

Dentre vários aspectos que chamam atenção na carta, destaco dois. O primeiro a respeito das possibilidades de comunicação construídas entre o interventor e a população, viabilizando inclusive um canal de contato – além de larga demonstração de apoio – alternativo aos grandes jornais impressos. Outrossim, a medida de Magalhães Barata em punir os servidores públicos, que foi intensamente criticada pela *Folha do Norte*, toma características de ato de civismo, amor ao Pará e “lição bem dada” nas palavras do senhor Penalber. Em um segundo aspecto recai nos conflitos de interesses que os eventos eleitorais desencadeiam. Uma das justificativas que o autor utilizou para que sua irmã não fosse penalizada está na demonstração de apoio político incondicional, apresentando inclusive o quantitativo de membros da sua família que votaram no Partido Liberal.

A carta acima citada não foi a única a tratar sobre a determinação de punir servidores ausentes do pleito de 3 de maio. Em outro escrito destinado a Magalhães Barata e assinado por um apoiador que se identificou como “D. Carneiro”, vários elogios foram feitos ao interventor e sua postura rígida com os funcionários. O senhor Carneiro ainda caracterizou como criminosa a atitude dos que preferiram “ficar à vontade em casa” ao invés de irem votar.¹⁰² As eleições de 1933 foi realizada para formar a Constituinte, visando uma melhoria na instabilidade política vivida por Getúlio Vargas durante o Governo Provisório.

De 1930 a 1937, muitos episódios minaram o domínio das forças governistas de Vargas. Celina D’Araújo discute algumas das movimentações que marcaram cada fase da Era Vargas e suas especificidades.¹⁰³ Alguns ocorridos como os levantes de 1932 com maior concentração em São Paulo e presença em outros estados do país, confrontos entre a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB), criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), até a instauração em 1937 do Estado Novo, foram característicos desta instabilidade política. Carlos Rocque afirma que a atitude de Paulo Maranhão em assumir uma postura publicamente contrária ao governo era resultado de um sentimento de maior liberdade refletida neste mesmo contexto das eleições de 1933.

Outrossim, o primeiro semestre de 1933 tornou-se um dos pontos cruciais para entender a relação entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata. Primeiro pelo maior gesto de proximidade

¹⁰² APEP. Área: Governo. Fundo: Gabinete do interventor. Série: Cartas, 1933. Nº da caixa: 8 – 28/07/1933.

¹⁰³ D’ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

entre essas duas figuras, onde o interventor no dia 7 de janeiro visitou as instalações do periódico *Folha do Norte* e declarou sua satisfação com as atividades desenvolvidas por aquele meio de comunicação, além de explicitar uma série de elogios a Paulo Maranhão. No dia seguinte a visita de Magalhães Barata, o jornal *Folha do Norte* estampou em sua capa várias fotos da visita, além de apresentar ao público um pouco dos assuntos tratados naquele momento:

[Magalhães Barata] começou dizendo que há muito já devia ter feito essa visita à FOLHA, em agradecimento ao concurso que a mesma tem emprestado à sua administração. Que essa visita não constituía num desejo de ouvir honrarias e elogios, mas sim porque via que este jornal nestes dois anos de regime revolucionário tem mantido uma atitude criteriosa e feito justiça ao seu governo, através das reportagens e apreciações sobre atos da sua administração.¹⁰⁴

Este fragmento ilustra bem a relação que foi gradualmente construída entre a interventoria de Magalhães Barata e Paulo Maranhão a partir do seu jornal, pois, esse acompanhamento que o interventor enfatizou por parte da *Folha do Norte*, construiu-se a partir dos vários mecanismos de controle por parte do governo estadual, seja pela censura ou pelas várias reuniões com representantes dos periódicos, como evidenciado no primeiro tópico deste capítulo. Apesar de parte da página onde as informações acerca da visita ter sido danificada, foi possível constatar que Magalhães Barata se referiu diretamente a figura de Paulo Maranhão:

O senhor Maranhão mostra-se um apologista da ordem. E eu, na minha vida rebelde e de governo nada mais sou do que também um apologista dessa mesma ordem. [...] Aludindo ao fato que o diretor da Folha se encontrava animado do desejo de jamais ingressar na vida política, disse s. exc. que não podia compreender que um espírito como o seu considerasse encerrada uma carreira política com as recomendações que possuem do passado brilhante e de sua orientação apenas discordo da que domara no período antecedente a revolução de 30. [...] ¹⁰⁵

O fragmento acima é um dos que mais chama atenção dos vários assuntos tratados por Magalhães Barata. Ao comentar sobre a vida política de Paulo Maranhão, traçando elogios e até se comparando em relação a ambos serem “atores da mesma ordem”, o interventor adentrou no período que marcou a diminuição de parte da influência de Paulo Maranhão, que se concentrou em 1930. Naquele momento, o jornalista perdeu seu cargo de deputado federal e foi afastado da direção do jornal, além de acompanhar os processos de suspensão e censura contra seu periódico. Sem dúvidas, as notícias acerca da visita de Magalhães Barata às

¹⁰⁴ Folha do Norte. Belém, 08/01/1933, p. 1.

¹⁰⁵ Folha do Norte. Belém, 08/01/1933, p. 1.

instalações da *Folha do Norte* permitem ilustrar como, às vésperas das eleições para formação da Constituinte em 1933, a relação entre o interventor e Paulo Maranhão estava em ordem.

Contudo, apesar do bom clima entre estes dois atores políticos, apresentados acima, no dia 11 de janeiro, poucos dias após a visita, a *Folha do Norte* deu destaque a determinação perpetrada por Magalhães Barata em transformar a imprensa oficial em um diário de notícias. O periódico de Paulo Maranhão reproduziu uma matéria publicada no periódico *Diário Carioca*, onde várias críticas a Magalhães Barata e ao interventor federal de São Paulo, Valdomiro Lima, eram apresentadas.¹⁰⁶ A notícia exibida à população paraense fazia referência ao decreto nº 837, baixado em 9 de janeiro de 1933, onde o motivo apresentado por Magalhães Barata para transformar o *Diário Oficial* em *Diário do Estado*, alterando assim seu formato, era criar um canal próprio de diálogo entre a interventoria e a população paraense. A notícia apresentou críticas contundentes: “seguramente, a novidade é indefensável, sob todos os prismas, é indefensável”. Apesar de o decreto ter sido emitido em janeiro de 1933, somente em junho do mesmo ano ocorreu a transição no formato do meio de comunicação oficial, cerca de um mês após as críticas de Paulo Maranhão a Magalhães Barata, possivelmente motivada pela ruptura entre o governo do Estado e um dos seus principais propagadores de sua administração, a *Folha do Norte*.

Poucos escritos possuem como tema central o embate entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, principalmente no decorrer dos anos 1930 e 1940. Alessandra de Oliveira, Luiz da Silva e Jetur de Castro, analisaram, dentre vários assuntos, alguns dos episódios marcantes ocorridos nos anos de 1933 e 1934.¹⁰⁷ Os autores pontuaram que “Tratar da pessoa de Magalhães Barata e não mencionar o jornal *Folha do Norte* traduziria, um desvio de uma parte interessante da história paraense em relação à punição e à censura em contato com os meios de comunicação e formas de expressão que ocorriam na interventoria”.¹⁰⁸ Dessa maneira, a importância dada ao jornal *Folha do Norte* atesta o peso estabelecido na política local do embate entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata.

Os autores pontuaram algumas vezes a atuação crítica de Paulo Maranhão a partir da *Folha do Norte* como característica de seu zelo pela liberdade de expressão e resistência aos dispositivos de controle aos meios de comunicação.¹⁰⁹ Acrescentaria a este ponto exatamente a posição político-partidária assumida por Paulo Maranhão, seja na construção de oposição a

¹⁰⁶ *Folha do Norte*. Belém, 11/01/1933, p. 1.

¹⁰⁷ OLIVEIRA, Alessandra; SILVA, Luiz; CASTRO, Jetur. Narrativas da repressão durante a intervenção militar no estado do Pará: memórias da censura ao jornal *Folha do Norte* (1930-1935). *Intexto*, n. 47, p. 208-225, 2019.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 5.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 7.

determinados rivais políticos ou manutenção de uma rede de apoio aos seus aliados da vida pública. O alinhamento da *Folha do Norte* e Paulo Maranhão a determinadas agendas sociopolíticas, precisa ser encarada pelo viés de interesses em uma arena de poder e influência.

A segunda parte importantíssima do primeiro semestre de 1933 recai exatamente no episódio de cisão entre os dois personagens. Carlos Rocque afirma que no dia 2 de maio, um dia antes das eleições que ocorreram em uma quarta-feira, Magalhães Barata teria avisado que o não comparecimento de funcionários públicos no pleito resultaria em punições. Pela indisponibilidade dos meses de abril a agosto de 1933, do jornal *Folha do Norte* na biblioteca Arthur Vianna, recorri às edições do *O Estado do Pará*, para analisar a partir deste periódico, que era alinhado a interventoria, os desdobramentos deste evento.

Não tive acesso à nota do dia anterior as eleições, citada por Carlos Rocque, porém, no dia 10 de maio os meios de comunicação repercutiram a portaria expedida por Magalhães Barata no dia 8 do mesmo mês. A notícia publicada no *O Estado do Pará* apoiava a determinação do interventor em descontar de todos os funcionários públicos que não compareceram aos polos eleitorais o valor equivalente a um dia de trabalho, pois, foi considerado feriado justamente para que estes funcionários pudessem se deslocar aos locais de votação.

Em parte da portaria integralmente transcrita pelo periódico, Magalhães Barata afirma: “Votassem em quem votassem os senhores funcionários, pois o dever era votar, embora a mais ligeira noção de justiça lhe apontasse a chapa revolucionária, tantos são os serviços prestados pela revolução ao nosso querido Pará, ao nosso amado Brasil”.¹¹⁰ Este é um dos fragmentos mais interessantes da portaria, uma vez que mesmo exaltando o dever dos funcionários em votar, o esperado pelo interventor era que a eleição favorecesse a chapa atrelada ao seu governo, sinalizando o alinhamento que deveria ocorrer entre o chefe de Estado e as repartições públicas.

Paulo Maranhão, não deixou de criticar o comportamento de Magalhães Barata, publicando no dia 14 de maio, cerca de uma semana depois da portaria do interventor, uma nota atrelando o episódio a mais um da lista de abusos e perseguições praticadas pelo governo.¹¹¹ A nota em repúdio a Magalhães Barata foi assinada por Justino de Sousa Montalvão, a quem Carlos Rocque identificou como um pseudônimo utilizado por Paulo Maranhão.

Não tardou a resposta de Magalhães Barata e foi concretizada em formato de repressão: “Por ordem do interventor federal, o senhor chefe de polícia suspendeu por quatro

¹¹⁰ O Estado do Pará. Belém, 10/05/1933, p. 1.

¹¹¹ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999, p. 252.

dias. A contar de ontem, a circulação da Folha do Norte”.¹¹² Portanto, como a nota criticando o governo foi publicada no dia 14 de maio, nos dias 15, 16, 17 e 18, o jornal de Paulo Maranhão não circulou.

Durante os acontecimentos, vários jornais registraram a instabilidade política protagonizada por Paulo Maranhão e Magalhães Barata. No *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, foi publicado um telegrama enviado por Paulo Maranhão para a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) informando a Herbert Moses, diretor da Associação, a suspensão do seu periódico. Em uma resposta poucos dias após a determinação do interventor paraense, Herbert Moses teria defendido o fim dos constrangimentos contra a *Folha* em defesa do liberalismo das ideias do governo vigente.¹¹³

Destaca-se nesse momento um mecanismo utilizado por Paulo Maranhão durante os momentos mais críticos de seu embate com Magalhães Barata. Principalmente em 1934, o jornalista recorreu várias vezes a ABI, contando com o apoio de Herbert Moses, que se notabilizou pelas dezenas de anos à frente da Associação de Imprensa, mediando embates entre proprietários de jornais e elites governamentais dos estados e até da capital do país. Durante os calorosos discursos pronunciados por Mozart Lago em defesa de Paulo Maranhão e os de Abel Chermont defendendo Magalhães Barata na Assembleia Constituinte, Herbert Moses comandou uma verdadeira resistência ao jornal paraense, acionando ministros da justiça, expondo conteúdos que assegurassem a respeitabilidade ao periódico, dentre outros pontos.

Ao analisar as principais referências sobre a denúncia da *Folha* e a sua suspensão pelo governo em outros veículos de informações da capital, tornou-se possível constatar uma verdadeira batalha em construir narrativas. O jornal *O Estado do Pará* partiu em defesa do interventor e durante o período de suspensão da *Folha do Norte* estampou em suas páginas uma nota publicada um dia antes pelo *Diário da Tarde* com fortes críticas ao periódico opositor. O título da nota em latim chamou atenção “*Latet auguis in herba*”,¹¹⁴ e no corpo do texto o jornal aliado a Magalhães Barata não polpou episódios para exemplificar “a traição de Paulo Maranhão”:

[...] Tão insólito, desabrido, e achincalhante, foi o estilo das linhas dadas à luz da sétima página do jornal do senhor Paulo Maranhão, vilipendiando um dos mais louváveis atos do major interventor federal, que nosso público tomado de surpresa, não atinou ainda com a razão e os fins dessa experiencia cujo autor apalpa o terreno, presumindo talvez reeditar aqui o incidente verificado há pouco com certo jornal de São Luiz. A censura aos órgãos de imprensa que não foi totalmente abolida para evitar

¹¹² O Estado do Pará. Belém, 10/05/1933, p. 1.

¹¹³ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 21/05/1933, p. 13.

¹¹⁴ Em tradução livre: “Cobra se esconde na grama”.

as demasias de linguagens e o desvirtuamento do direito de crítica aos atos de poder público foi liberalmente confiada pela interventoria paraense aos próprios redatores dos jornais de Belém, poupando-lhes as dificuldades e embaraços decorrentes da fiscalização entregue a estranhos. [...] ¹¹⁵

Além de ter uma crítica forte e direta a pessoa de Paulo Maranhão, a nota realiza menção aos dispositivos de controle ligados aos meios de comunicação. Como analisado anteriormente, o direcionamento de funcionários para o exercício de fiscais dos conteúdos publicados nos jornais havia sido suspenso, confiado aos próprios redatores a tarefa de não promover críticas a interventoria de Magalhães Barata. Ao comparar o caso do ex-deputado Chermont de Miranda em 1931 e o episódio nas eleições de 1933, o papel dos “censores” seria essencial na tentativa de minimizar os danos à imagem da interventoria, porém, essa espécie de afrouxamento da censura, pode e deve estar ligada as próprias eleições de 1933, uma vez que os jornais serviam para propagar as chapas, indicar locais de votação, horários e procedimentos necessários. Portanto, pode-se apontar que quando Paulo Maranhão decide de maneira mais fugaz atacar os atos de Magalhães Barata, os impressos da capital estavam sem dispositivos de controle diário e diretamente em suas redações.

Em uma segunda parte da nota publicada no *O Estado do Pará*, um histórico da relação entre Paulo Maranhão e o movimento de 1930, e posteriormente com Magalhães Barata, foi apresentada aos leitores daquele jornal:

[...] No período anterior à revolução, e sobretudo nos meses que procederam a vitória de outubro, esse jornal não poupava, em artigos violentos e insidiosos os processos revolucionários do Pará. [...]. Entretanto, vencedora a causa revolucionária, a redação e o material do matutino de Paulo Maranhão nada sofreram, continuando aquele a circular normalmente garantido pelo governo revolucionário e especialmente pela nobreza do major Barata [...] o interventor levou-lhe a honra de sua visita, acolhida então com demonstrações que pareciam sinceramente cordiais [...] Ali está o resultado da eleição lisa e limpa procedida a 3 de maio. Os candidatos opositoristas não lograram uma quinta parte da votação, que o eleitorado da capital deu a chapa do Partido Liberal, prestigiando pela solidariedade dos seus adeptos ao major Barata. [...] ¹¹⁶

Para agravar a situação, o sentimento de traição foi posto na explicação dos ocorridos, visto que a aproximação entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata serviria como prova que o jornalista teria agido da pior maneira possível, não retribuindo toda a benevolência que a *Folha do Norte* recebeu dos integrantes do vitorioso movimento de 1930 no Pará. A disputa por uma narrativa predominante tornou-se nítida, pois, o mesmo jornal que estampava a informação de total normalidade no periódico de Paulo Maranhão, no contexto da transição de poder em

¹¹⁵ O Estado do Pará. Belém, 16/05/1933, p. 2.

¹¹⁶ O Estado do Pará. Belém, 16/05/1933, p. 2.

outubro de 1930, foi o veículo de informação que noticiou a suspensão do matutino, o afastamento por meses de Paulo Maranhão da direção e outros atos de controle ao jornal. Pela indisponibilidade em arquivos dos exemplares logo após o retorno da *Folha do Norte* em maio, não foi possível verificar se Paulo Maranhão retrucou tal perspectiva.

Contudo, um último ponto levantado pela crítica à *Folha do Norte* e Paulo Maranhão concentrou-se exatamente nos resultados eleitorais, ligado a atitude do periódico opositor de Magalhães Barata como uma espécie de retaliação aos resultados favoráveis a chapa governista. Assim sendo, mais uma vez era entoada a relação direta entre Paulo Maranhão a partir do seu periódico e adversários políticos do governo Barata. A posição adotada pelo interventor no contexto das eleições de 1933 significou continuidades de poderes dos atores políticos que ascenderam com o movimento de 1930 em âmbito local.

O caso paraense, onde a interventoria interferiu drasticamente no andamento das eleições, previamente, durante e após o pleito, insere-se perfeitamente na análise feita por Jaqueline Zulini e Paolo Ricci. Estes autores identificaram que o novo código eleitoral promulgado em 1932 e as eleições de 1933 e 1934 significaram um avanço no que diz respeito as instituições republicanas, contudo, não se pode associar unicamente que as mudanças eleitorais como voto secreto, voto feminino, criação da Justiça Eleitoral, dentre outras, significou uma assimilação do governo de Getúlio Vargas ao jogo democrático.¹¹⁷

Os autores especificaram dois mecanismos criados pelas interventorias estaduais cujo intuito era manter as rédeas da política nacional. O primeiro mecanismo de controle às eleições de 1933 era exatamente o potencializado por Magalhães Barata no Pará, onde as participações dos interventores na criação de partidos políticos, tornou-se essencial para eleger os representantes estaduais para construção da Constituinte. Vale lembrar que em 1931, Magalhães Barata junto a outros nomes da política local criaram o Partido Liberal do Pará, grande vitorioso nas eleições de maio. Portanto, apesar de criar acesso ao eleitorado em decidir seus representantes, as interventorias influenciavam e determinavam as intenções de votos, além de dificultar possíveis avanços e/ou consolidação de partidos opositores.

O segundo mecanismo que Jaqueline Zulini e Paolo Ricci elencaram como decisivos para o sucesso dos governistas nas “eleições livres” concentrou-se nas fraudes eleitorais. No total, 886 alegações de fraudes foram apresentadas ao Tribunal Eleitoral, entre violações das burocracias do processo eleitoral até o desrespeito ao voto secreto.¹¹⁸ Analisando vários casos

¹¹⁷ ZULINI, Jaqueline Porto; RICCI, Paolo. O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia? *Estudos Históricos*, v. 33, n. 71, p. 600-623, 2020, p. 602.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 615.

pelo Brasil, os autores identificaram no Pará o exemplo do município de Curalinho como uma das seções eleitorais que sofreram impugnação devido fraudes.

Com isto, pode-se inferir que a eclosão do embate entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão no contexto das eleições de 1933, está plenamente associado às tentativas de ambos construírem ou manter-se em áreas de poder e de influência na política local. Por conseguinte, a relação entre imprensa, poder e política se apresenta como fator determinante na história em vários âmbitos, principalmente em períodos eleitorais, onde as disputas políticas são intensificadas. Jean-Noel Jeanneney ao discorrer sobre a recorrente pergunta acerca de qual a real influência da mídia, inclusive a imprensa, sobre a opinião pública e os meios que o Estado, governantes e partidos políticos utilizam-se em busca de vantagens, deve ser respondida da seguinte forma: “É certo que a imprensa desempenha um papel na evolução dos comportamentos políticos – e, mais violentamente, dos votos – mas os dirigentes tendem espontaneamente a exagerar muito nisso”.¹¹⁹

Assim sendo, a junção entre política e jornalismo, ligada a um mesmo personagem, como o caso de Paulo Maranhão, viabilizou os aparatos conflitantes com a linha governista de Magalhães Barata. Quando Jean-Noel Jeanneney enfatiza que a construção da história política dos meios de comunicação deve perpassar por estudos específicos a respeito dos dirigentes de jornais, ele deixa nítido o grau de influência que as ligações políticas destes personagens exerceram nas construções de narrativas jornalísticas ligadas aos interesses políticos partidários. Prosseguindo nessa linha, o autor indaga: “Imaginemos a que ponto seria picante saber com quem almoçam os 50 principais jornalistas de Paris durante um ano, de década a década, desde o início da Terceira República”.¹²⁰ Não posso afirmar com quais jornalistas Magalhães Barata almoçou após 1933, porém, Paulo Maranhão não deve ter sido sua mais frequente companhia nos estabelecimentos de Belém.

Passados os acontecimentos imediatos ao pleito de 3 de maio de 1933, em setembro¹²¹ do mesmo ano, a *Folha do Norte* destinou boa parte de suas páginas aos preparativos para a visita de Getúlio Vargas a Belém, uma das cidades visitadas pela excursão ao Norte do país. Sobre as informações acerca de Magalhães Barata e seus atos administrativos, o jornal de Paulo Maranhão diminuiu bastante essa cobertura. Por vezes eram publicadas somente notas pequenas informando alguma viagem ou resolução da interventoria, ou ainda o simples e contundente

¹¹⁹ JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 215-216.

¹²⁰ Ibid., p. 222-223.

¹²¹ Primeiro mês cuja edição está disponível para consulta na biblioteca Arthur Vianna.

silêncio a respeito do interventor. Aos leitores da *Folha* acostumados até maio de 1933 a acompanhar as políticas governamentais, restaram pequenas informações ou a escolha em ler outro periódico que pudesse fornecer mais detalhes.

Um dos elementos que ganhou destaque na cobertura da *Folha do Norte*, durante as várias visitas de Getúlio Vargas aos estados que hoje formam as regiões Norte e o Nordeste do país, recaiu na denúncia que jornalistas ligados aos principais jornais de Pernambuco elaboraram ao presidente contra o interventor do Estado, Carlos de Lima Cavalcanti. Em uma nota conjunta, os diretores dos jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife* e *O Estado*, alegaram a Getúlio Vargas que o interventor de Pernambuco, sem motivo algum, determinou vários atos de censura aos matutinos em questão, por motivos políticos e em prol de privilegiar seu próprio jornal.¹²² Desse indício é possível vislumbrar algumas questões, como a censura em outros estados e a ligação entre a elite política partidária e os meios de comunicação. Carlos de Lima Cavalcanti foi interventor de Pernambuco entre os anos de 1930 e 1935, além de um dos nomes de confiança de Getúlio Vargas. Contudo, no contexto dos acontecimentos ligados a ANL em 1935 até a promulgação do Estado Novo em 1937, seu alinhamento a Vargas esteve bastante debilitado, sendo Carlos Cavalcanti afastado do governo de Pernambuco.

Especificamente sobre o contexto de censura em Pernambuco entre as eleições de 1933 e 1934, o jornal *Diário da Manhã*, criado em 1927 por Carlos Cavalcanti e seu irmão, assumiu papel importante no fortalecimento do Partido Social Democrático de Pernambuco, também criado pelo interventor pernambucano. A junção entre o jornal de Carlos de Lima Cavalcanti e seu partido, apresenta mais um exemplo do atrelamento entre meio de comunicação e a política partidária em prol de benefício de um grupo específico. O resultado dessa dinâmica foi o sucesso nas duas eleições durante o governo provisório.¹²³

No Pará, Magalhães Barata não possuiu durante os anos 1930 um jornal absolutamente alinhado ao seu grupo político, apesar do apoio do *O Estado do Pará*, a relação estabelecida com o periódico não se assemelha ao caso de Pernambuco. O jornal *O Liberal*, criado em 1946, representou melhor essa simetria entre o político e um único periódico. A transformação do *Diário Oficial* em *Diário do Estado*, como já citado, não pode ser caracterizado nos mesmos moldes do obtido pelo interventor pernambucano, pela dificuldade em desvincular a imagem de um veículo de informação anteriormente destinado à publicação de portarias, decretos, decisões, etc.

¹²² *Folha do Norte*. Belém, 17/09/1933, p. 1.

¹²³ ZULINI, Jaqueline Porto; RICCI, Paolo. O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia? *Estudos Históricos*, v. 33, n. 71, p. 600-623, p. 610.

O pesquisador Lucas Massimo ao analisar biografias de inúmeros senadores durante a Primeira República destacou que muitos deles assumiram duas funções sociais que se interligaram, foram fundadores de jornais e dirigentes partidários.¹²⁴ Apesar do autor direcionar sua análise para o período anterior ao movimento de 1930, destacando poucos exemplos até 1934 como foi o caso de Abel Chermont no Pará, vários elementos que envolve cargos políticos partidários e ligações com periódicos podem ser vistos durante os anos 1930 e 1940.

Paulo Maranhão, ao se eleger deputado federal na década de 1920, após adquirir a propriedade da *Folha do Norte*, pode ser inserido nesta classe que pertencia a uma elite governante e, ao mesmo tempo, era mandatário de um periódico de grande circulação. Ilka Stern Cohen discorre exatamente sobre esta assimilação entre o jornalismo e a política: “Uma radiografia rápida da imprensa brasileira desde suas primeiras publicações evidencia as raízes políticas da atividade jornalística; constituíram-se sempre a partir de grupos de interesse que viam na imprensa um meio de propagação de suas ideias e aspirações”.¹²⁵ Entretanto, se de um lado como analisado no primeiro tópico a relação entre Paulo Maranhão e Eurico Valle se estabeleceu por meio de cooperação a partir de interesses comuns, sendo a *Folha* um veículo importante na construção de uma espécie de seguridade governamental, a ordem que Lucas Massimo discorre onde a estruturação recai na duplicidade de jornalismo e política, sofreu sérios abalos em 1930.

Desse modo, Tania de Luca analisa exatamente esta relação da grande imprensa e as mudanças dos cursos políticos a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, exemplificando três caminhos tomados pelos jornais: perda de sua abrangência e circulação; desaparecimento de jornais com grande influência anterior a 1930 e os periódicos que sofreram grandes mudanças editoriais a partir da troca de proprietários e uma espécie de realinhamentos políticos.¹²⁶ A autora ainda aponta que alguns meios de comunicação oscilaram entre oferecer apoio e criticar os poderes executivos, caracterizando um período de censura e de ataques mútuos.

Os contornos políticos moldaram as relações entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, apesar da aproximação construída até os primeiros meses de 1931, o decorrer do ano de 1933, 1934 e os primeiros meses de 1935 com a saída de Magalhães Barata do governo do Pará,

¹²⁴ MASSIMO, Lucas. Fundadores de jornais e dirigentes partidários: recursos estratégicos para a competição oligárquica na biografia dos senadores brasileiros. *Estudos Históricos*, v. 35, n. 75, p. 46-71, 2022.

¹²⁵ COHEN, Ilka Stern. Diversificação, e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 104.

¹²⁶ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 166.

seria de intenso conflito. Após acompanhar os ocorridos de setembro em Pernambuco, acerca da censura, promovida por Lima de Cavalcanti, a *Folha do Norte* promoveu intensa cobertura da breve passagem de Getúlio Vargas por Belém. No dia 12 de setembro de 1933, o noticiário de Paulo Maranhão anunciou que na chegada de Getúlio Vargas uma edição especial do seu periódico seria entregue ao presidente com as principais notícias do Estado e propagandas das empresas parceiras: “Até a antevéspera da chegada do presidente receberemos pedidos para reserva de localidades destinadas a bons e expressivos anúncios”.¹²⁷ A notícia remete a outra problemática, quais foram as empresas e quais suas relações em torno de grupos de interesses políticos que continuaram a financiar as volumosas publicações da *Folha do Norte*, mesmo após o rompimento com o interventor do Estado Magalhães Barata. Nesse cenário, o que estava em jogo era um periódico que sofreu e ainda sofreria nos anos posteriores às eleições de 1933, dura perseguição dos órgãos públicos e acumularia a antipatia popular, como em alguns episódios que serão descritos no próximo tópico.

De fato, a publicação festiva ocorreu, no dia 27 do mesmo mês, uma edição com 16 páginas era distribuída na cidade e entregue ao presidente. Porém, a edição pouco tratou dos problemas políticos locais que o jornal estava envolvido, ao contrário, apesar de prestar solidariedade aos jornais censurados de Pernambuco, Paulo Maranhão consentiu com a publicação em massa de anúncios de várias empresas situadas na capital. Da “Fábrica de Sapatos Rex” às empresas de sabonetes da cidade, dezenas de negócios estamparam a “publicação destinada ao presidente Getúlio Vargas”.¹²⁸ A *Folha* também destinou algumas colunas para mensagens de organizações sociais, como a enviada pelo Departamento Paraense pelo Progresso Feminino, onde o departamento dava as boas-vindas ao presidente e se apresentava como filial da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino com sede no Rio de Janeiro.

Em uma das reuniões que Getúlio Vargas participou, o presidente teria externado admiração a Paulo Maranhão, dizendo a um dos colaboradores da *Folha do Norte* presente no local, que lembrava com carinho da época em que Vargas e Maranhão dividiram assentos na Câmara dos Deputados Federais, ainda na década de 1920. Cyro Proença teria respondido que Paulo Maranhão continuava um admirador do presidente, sempre demonstrando simpatia com sua pessoa. Mais tarde, Paulo Maranhão teria enviado pelo jornalista Luís Gonçalves um cartão de cumprimento ao presidente Getúlio Vargas.¹²⁹ A breve, mas interessante troca entre Paulo

¹²⁷ *Folha do Norte*. Belém, 12/09/1933, p. 1.

¹²⁸ *Folha do Norte*. Belém, 27/09/1933, p. 1

¹²⁹ *Folha do Norte*. Belém, 28/09/1933, p. 1.

Maranhão e Getúlio Vargas apresenta uma relação amistosa entre estes dois personagens, apesar dos acontecimentos envolvendo Magalhães Barata.

Os meses finais de 1933 e os primeiros de 1934 podem ser considerados como um período em que Paulo Maranhão não atacou de maneira aberta as condutas de Magalhães Barata. Também não ocorreram determinações prejudiciais advindas da interventoria contra a *Folha do Norte* ou seu proprietário. Contudo, durante esse período João Malato publicava quase que diariamente uma seção chamada “atualidades”, onde o autor levava aos leitores algumas de suas considerações. Em 27 de outubro de 1933, poucos dias após a tradicional festa de Nazaré, João Malato decidiu discorrer sobre um “povo triste”:

O paraense é um povo que anda perdendo, pouco a pouco, as suas faculdades características do entusiasmo e da alegria. Já nada o sacode [...] diante dos acontecimentos mais sensacionais que ocorrem no país ou neste Estado – eleição constitucional, visita presidencial, comemorações revolucionárias, a passagem prometida do “Zeppelin” – o povo limita-se a olhar e a encolher os ombros [...] Este povo, que no dia 24 de outubro de 1930, veio em massas compactas para as ruas e externou o entusiasmo [...] ver decorrer o aniversário desse dia com a indiferença e mórbida insensibilidade. Quais as causas desse estado d’alma coletivo? Falta de dinheiro? Mas o entusiasmo não depende de dinheiro [...] Desilusão? Amargura? Saudades de outros tempos? Quem pode lá saber das impressões sem nome que andam a ser tecer na alma do povo!...¹³⁰

De maneira não declarada pode ser visto algumas críticas ao momento vivido pela sociedade paraense, sutilmente João Malato deixou em aberto a possibilidade da tristeza presente no povo paraense está associada aos desdobramentos do governo provisório, principalmente ligado a interventoria de Magalhães Barata. Ao comparar a suposta alegria da população com o movimento vitorioso de 1930, o jornalista deixou nítido que após três anos o sentimento foi liquidado. A indiferença coletiva ao governo vigente pode estar associada a “saudades de outros tempos”, remetendo aos governos anteriores à 1930. O relato de João Malato facilmente pode ser atrelado a uma provocação velada a Magalhães Barata, onde a possibilidade de ter uma baixa popularidade significaria uma má governabilidade.

A postura de Paulo Maranhão e Magalhães Barata no início de 1934 pode ser considerada similar ao do final de 1933, apesar de algumas críticas e provocações, não foi registrado nenhuma ocorrência de maior repercussão. Paulo Maranhão por vezes utilizou-se de sátiras e ironias para atingir Magalhães Barata. Recorrendo novamente ao artigo de Alessandra de Oliveira, Luiz da Silva e Jetur de Castro, os autores exemplificaram algumas notícias onde o jornalista e ex-deputado federal demonstrava sua insatisfação ao interventor por meio de

¹³⁰ Folha do Norte. Belém, 27/10/1933, p. 1.

ironia.¹³¹ Outra característica desse período recaiu na atenção que os editores da *Folha do Norte* tinham em averiguar qualquer indício referente a empresa publicado no *Diário do Estado*, já funcionando como canal oficial do governo, como o seguinte ocorrido:

O “Diário do Estado” publicou ontem a seguinte nota, que lhe foi enviada do gabinete da interventoria:

Comunicam-nos do gabinete da interventoria federal que s. exc. o senhor major Magalhães Barata, interventor federal, não autorizou os cumprimentos enviados em seu nome à Folha do Norte, o que aconteceu por inadvertência do auxiliar incumbido de endereçar os cartões de Boas-festas e votos de feliz ano novo, que s. exc. mandou apresentar aos seus amigos e pessoas de suas relações.¹³²

O erro do referido funcionário em enviar para o jornal de Paulo Maranhão as felicitações das festas de fim de ano não poderia passar despercebido aos leitores do jornal. O esclarecimento que o interventor fez em seu canal de comunicação explicitava sua preocupação em se manter afastado do seu opositor. Mensagens oficiais como essas, convites a eventos como teatro, apresentações musicais e outros, foram constantemente negados a Paulo Maranhão e seus principais aliados. Na segunda interventoria de Magalhães Barata (1943-1945), este mecanismo de distanciamento público ficou mais evidente, a partir do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP/PA) o interventor cerceou uma série de regalias ao jornal.

Vale destacar outros dois pontos dos quais Paulo Maranhão direcionou a linha editorial da *Folha*. No contexto das discussões na Assembleia Constituinte em torno da lei de censura aos meios de comunicação efetivada pelo governo provisório, os leitores paraenses tiveram contato com vários casos de censura e opiniões diversas acerca do dispositivo governista. No dia 17 de janeiro de 1934, a *Folha* noticiou que Getúlio Vargas teria assinado a revogação da Lei da Imprensa de 1923, avançando em direção da liberdade de imprensa que poderia ser especificada na nova Constituição de 1934.

Em várias oportunidades, exemplos de censura a impressos de outros estados foram noticiados através da *Folha do Norte*, como os casos dos matutinos de Pernambuco¹³³ que continuavam a sofrer censura e de Minas Gerais.¹³⁴ O jornal paraense publicou constantemente opiniões favoráveis ao afrouxamento dos dispositivos de controle aos meios de comunicação, além de potencializar decisões da ABI e elogiar os deputados que na Assembleia Constituinte acompanhavam episódios de suspensão de jornais ou atitudes similares, estando ao lado dos

¹³¹ OLIVEIRA, Alessandra; SILVA, Luiz; CASTRO, Jetur. Narrativas da repressão durante a intervenção militar no estado do Pará: memórias da censura ao jornal Folha do Norte (1930-1935). *Intexto*, n. 47, p. 208-225, 2019, p. 218.

¹³² Folha do Norte. Belém, 06/01/1934, p. 1.

¹³³ Folha do Norte. Belém, 03/03/1934, p.1

¹³⁴ Folha do Norte. Belém, 07/01/1934, p.1

proprietários dos periódicos. Paulo Maranhão, com ampla experiência na construção de oposições políticas a partir do seu jornal, promovia muito bem a seleção de notícias em âmbito local e nacional, associava costumeiramente de maneira velada episódios de caráter mais autoritário de outros interventores a sua própria realidade de repressão.

Um segundo ponto que chamou atenção nas edições analisadas dos anos de 1933 e 1934, foi a presença do núcleo integralista paraense nas páginas do jornal *Folha do Norte*. Em um primeiro momento pode aparentar distante a relação entre Ação Integralista Brasileira (AIB) e o conflito entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão, porém, ao analisarmos o principal líder do movimento no Pará, rapidamente é possível perceber um elo de análise entre os tempos políticos agitados e protagonistas políticos locais. Paulo Eleutério, na época secretário da *Folha do Norte* e nome de confiança de Paulo Maranhão, efetivou sólida atividade na promoção do integralismo no Pará e outros estados brasileiros, palestrando, se reunindo com outros líderes de todo o Brasil, dentre outras atividades.

Paulo Eleutério, que também era membro da Academia Amazonense de Letras, costumava viajar a outros estados com objetivo de propagar a respeito dos “novos rumos da mocidade brasileira”.¹³⁵ Um aspecto que precisa ser registrado é sobre a enorme cobertura que a *Folha do Norte* oferecia a qualquer atividade que Paulo Eleutério realizasse com fins políticos. Para não me deter muito nesse assunto que também está discutido nos próximos tópicos, apresento alguns indícios da ida de Eleutério ao Amazonas para propagar os ideais integralistas. No dia 11 de novembro de 1933, a *Folha do Norte* publicou na sua primeira página um balanço de uma das duas conferências que o secretário deste jornal realizou no estado vizinho:

O secretário da Folha, professor Paulo Eleutherio, realizou sua conferencia na noite de ontem, no Ideal Club, perante a mocidade e o mundial intelectual e oficial de Manaus. Começou dizendo palavras da cruzada sobre a formação histórica da Amazônia e sua integração no Brasil [...] Analisou depois o problema brasileiro, expondo com grandeza de vistas a gravidade da situação do país nos quarentas anos de regime republicano, assinalando o grande papel da imprensa em defesa dos interesses legítimos da nacionalidade [...] Disse o professor Paulo Eleutherio que no cenário brasileiro há dois anos símbolos que estavam vivos para os idealismos da mocidade: Alberto Torres e Ruy Barroso. Concluiu com vibração, indicando às gerações novos do Amazonas o integralismo que Plinio Salgado lançava, não como forma partidária, mas como programas para nosso reajustamento urgente, dispensando o liberalismo cantado e improdutivo. A mocidade presente palmeava vivamente o ilustra conferencista [...]¹³⁶

¹³⁵ Folha do Norte. Belém, 09/11/1933, p. 1.

¹³⁶ Folha do Norte. Belém, 11/11/1933, p. 3.

Essa matéria carrega muitas informações importantes sobre o ideário de um dos principais membros da *Folha do Norte*. Além de sua aceitabilidade no estado vizinho, é possível traçar uma matriz do pensamento conservador empregado pelo chefe integralista local. De Alberto Torres, que foi um dos principais teólogos utilizados pela AIB para legitimação de seus programas, ao próprio Plínio Salgado, líder do movimento no Brasil e uma das figuras de destaque na dinâmica política brasileira da década de 1930.

Em uma transcrição de um dos telegramas enviados do Amazonas para a *Folha do Norte* no dia 14 de novembro, poucos dias após a primeira conferência de Eleutério, o sucesso da palestra tornou-se evidente: “Está tomando vulto aqui a propaganda dos ideais integralistas, os quais começar a interessar a mocidade amazônica. Todos os livros de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, que se achavam nas livrarias, foram esgotados.”¹³⁷ Em outro indício do mesmo dia, a informação que no dia posterior, ou seja, no mesmo dia 14 de novembro, “O professor Paulo Eleutherio fará amanhã outra conferência de propaganda integralista.”¹³⁸

Outros indícios comprovam que o trabalho de Paulo Eleutério em prol do integralismo estava agradando os líderes nacionais. Além disso, o núcleo paraense estava se organizando com reuniões, conferências ao público e outras atividades, como especificado: “Sabemos que no próximo domingo, em hora e local previamente escolhidos, se reunirão em amistoso encontro, para estudo da doutrina nacional do integralismo, os adeptos dessa nova organização política brasileiro no Pará, onde encontram elementos civis e militares de acentuada projeção em suas atividades”.¹³⁹

Com o aumento do prestígio de Paulo Eleutério, o próprio Plínio Salgado o endereçou um telegrama que a *Folha* tratou de evidenciar com entusiasmo as atividades desenvolvidas pelo seu funcionário. Em uma primeira parte da matéria, evidenciou-se o perfil apartidário de Paulo Eleutério, o qual não teria se envolvido com política nem antes, nem depois do movimento de 1930. Ademais, a publicação afirma que as atividades do jornalista relativas ao integralismo estavam em curso por mais de um ano, portanto, iniciada em 1932. Na parte final da matéria está presente a transcrição completa do telegrama: “Felicito ao prezado patrício por suas atividades. O movimento integralista, que é o maior da história brasileira, sob altos imperativos da salvação da pátria, conta com a sua inteligência e o seu patriotismo. Saudações, Plínio Salgado.”

¹³⁷ Folha do Norte. Belém, 14/11/1933, p. 1.

¹³⁸ Folha do Norte. Belém, 14/11/1933, p. 1.

¹³⁹ Folha do Norte. Belém, 20/11/1933, p. 1.

O núcleo integralista paraense se fortificou no ano de 1934, com sede própria na praça Visconde do Rio Branco, nº6, mais conhecida como Praça das Mercês, até o início desse ano.¹⁴⁰ Recebeu visitas importantes para palestras acerca do movimento, como a conferência de Helder Câmara e Paulo Eleutério.¹⁴¹ Um estudo acerca do movimento integralista no Pará tende a oferecer importantes contribuições a historiografia local. A relação feita nesta pesquisa em maior medida está associada a posição importante que Paulo Eleutério exerceu na administração da *Folha*, inclusive assumindo maiores responsabilidades nos momentos de afastamento de Paulo Maranhão da direção do jornal, em 1934 e 1943, ambos motivados por determinações de Magalhães Barata.

Outra relação recai na dinâmica de publicização do integralismo empregada pela *Folha*, demonstrando entusiasmo com as atividades do movimento e o papel central que Eleutério assumiu, além de fornecer datas e locais de encontros, acompanhar marchas, palestras com matérias a respeito e fotografias. Em consequente, a movimentação política em torno das eleições de 1934, onde a *Folha* acompanhou as movimentações de uma possível candidatura de seu funcionário apoiado pelo núcleo integralista brasileiro. O próximo tópico analisa exatamente este contexto conturbado das eleições de 1934, onde a relação entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata atingiu o ápice de ataques, com acusações, perseguições, atos de violência, prisões e demais ocorridos.

1.3 A eleição de 1934 e o conflito declarado

As transformações ocorridas em épocas de eleições são diversas, atividades excepcionais, aparecimento de personagens marcantes, programações, comícios, passeatas, discursos, comemorações, e uma infinidade de acontecimentos que somente no que Moacir Palmeira e Beatriz Hereida denominaram como *tempo de política* torna-se concreto.¹⁴² Em uma mesma linha, Pere Petit ao contextualizar os precedentes políticos do Regime Militar e as eleições deste período, considera de suma importância analisar as mudanças na chamada geografia social promovidas pelos processos eleitorais e movimentações das principais lideranças políticas a partir de fatores heterogêneos.¹⁴³

¹⁴⁰ Folha do Norte. Belém, 14/06/1934, p. 4

¹⁴¹ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 07/03/1934, p. 8.

¹⁴² PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz María Alasia de. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, v. 19, n.1, p. 31-94, 1995.

¹⁴³ PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

Apesar do sucesso de Getúlio Vargas em não promover eleições em 1931 e 1932, pela forte influência ainda bem-posta das elites regionais contrárias ao movimento de 1930,¹⁴⁴ os pleitos de 1933 e 1934 significaram continuidades e rupturas da política varguista nos estados brasileiros. O Pará representa perfeitamente esse cenário, considerando o programa governamental que Magalhães Barata praticou entre os anos de 1931 e 1932 e as oposições construídas em decorrência dos pleitos nos dois anos posteriores (destaco a posição da Frente Única Paraense em 1934) torna-se evidente que a efetivação do processo eleitoral, apesar das condutas fraudulentas, proporcionou abertura a outras correntes que estavam distanciadas do poder, conseqüentemente, em contexto local, o cenário acarretou um enfraquecimento do baratismo.

Interessante notar que a organização da oposição política a Magalhães Barata conquistou maior organização e condições de disputa contra o Partido Liberal, concretamente nas eleições de 1934. Denise Rodrigues analisa que a oposição paraense se organizou inicialmente a partir de 1932, no contexto dos movimentos pró-constitucionalização, os quais alcançaram maior impacto em São Paulo. Contudo, a autora afirma que apesar da fase inicial, a oposição paraense pautava questões de cunho nacional, sem tanta atenção ao âmbito local e conseqüentemente à interventoria de Magalhães Barata.¹⁴⁵ É importante frisar que nestes anos iniciais Magalhães Barata alternou entre construir relações amistosas com alguns nomes que tendiam a sua oposição, e em outros momentos deflagou perseguições. Na conjuntura aqui analisada, em 1932, a relação entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata podia ser considerada amistosa e cooperativa.

Todavia, apesar da disputa presente entre Frente Única Paraense (FUP) e Partido Liberal nas eleições para Assembleia Constituinte em 1933, Denise Rodrigues pontua que o cenário de organização partidária do ano seguinte era diferente:

Em junho de 1934 a oposição se organiza em uma Frente Única, composta de membros do Partido Republicano Federal e Partido Republicano Conservador, que haviam surgido no período anterior a 1930; e de revolucionários descontentes. O Partido Republicano Federal era liderado por Lauro Sodré, político de longa tradição no Estado [...] era esta a plataforma política da Frente Única Paraense, sob o comando de Samuel MacDowll, Sousa Castro e Floriano Silva.¹⁴⁶

¹⁴⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018, p. 361-362.

¹⁴⁵ RODRIGUES, Denise de Souza Simões. *Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979, p. 73.

¹⁴⁶ Idem., p. 74.

A junção de forças outrora dominantes no Pará simboliza bem as rupturas no poder político ocasionadas pela ascensão do movimento de 1930. Apesar de mais adiante detalhar os nomes dos candidatos da FUP e associações feitas entre a organização e Paulo Maranhão, que se candidatou ao pleito de 1934, vale frisar que elementos que na década de 1930 tentavam tirar do poder Magalhães Barata estiveram, alguns deles, estritamente ligados ao poder nas décadas anteriores, ou seja, eram elites políticas e locais que agora estavam em parte aglutinadas no combate das forças situacionistas de Vargas em plano nacional e Barata em plano local.

Os elementos que outrora figuravam no Partido Republicano Federal e transpuseram a Primeira República com intuito de reaproximação do poder, estavam esperançosos em alcançar tempos melhores. Vale pontuar que de 1917 com a conturbada chegada ao poder de Lauro Sodré desbancando Silva Rosado pela via inconstitucional, tendo o apoio de seu grupo político para ações violentas e sua elevação ao cargo de governador, até 1930, o Pará foi governado exclusivamente pelo Partido Republicano Federal, na seguinte ordem: Lauro Sodré (1917-1921); Sousa Castro (1921-1925); Dionísio Bentes (1925-1929) e Eurico Valle (1929-1930).¹⁴⁷ Desse modo, a vinculação na FUP de nomes como Lauro Sodré e Sousa Castro nada mais é do que a representação de uma força política que durante a Primeira República esteve em voga, assim como outros personagens que transitaram de um papel político de situação para oposição.

Dessa maneira, entende-se que Paulo Maranhão era mais um desses sujeitos aliçados do poder pelo movimento de 1930 que buscava reorganização política local e o retorno de privilégios que se concretizariam com vitórias na eleição de 1934. De tal modo, a *Folha do Norte* tornou-se porta-voz das pautas da FUP e externou, como também seu diretor restabeleceu, vínculos com antigos companheiros de partido. Ressalto que além do período de extremo capital político vivenciado por Paulo Maranhão em suas sucessivas vitórias para o cargo de deputado federal, suas duas experiências em chefias administrativas ocorreram nos governos de Lauro Sodré, que marcou o início da hegemonia do PRF no Pará na virada da década de 1910 para 1920, e a segunda no governo de Sousa Castro, estes dois que concorreram na chapa da FUP, em 1934, para o cargo de governador do Estado e deputado.

Os meios de comunicação não ficaram isentos às explosões de sentimentos, influências e disputas pelo poder, proporcionados pelo contexto de disputas eleitorais. Ao contrário, especificamente a respeito do jornal comandado por Paulo Maranhão, o período eleitoral representou uma guinada em direção a ferrenha oposição a Magalhães Barata e o Partido

¹⁴⁷ SANTOS, Alan Christian de Souza. *O senador militar – poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)*. 538 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020, p. 253.

Liberal. O jornal *Folha do Norte* desempenhou papel fundamental na massificação das ideias políticas da FUP durante o ano de 1934, principalmente nos meses de setembro e outubro.

Porém, antes de analisar o posicionamento adotado por Paulo Maranhão e seus aliados políticos, considero importante perceber alguns mecanismos adotados tanto por Maranhão, quanto por Magalhães Barata, nos meses anteriores a movimentação eleitoral de outubro de 1934. Um dos pontos significantes no que diz respeito a uma retomada deste embate tornou-se público em maio de 1934, quando o interventor paraense proibiu a entrada de qualquer funcionário da *Folha* em consequência de uma carta escrita por Paulo Maranhão e endereçada a Getúlio Vargas, informando sobre determinações arbitrárias impostas por Magalhães Barata.

Apesar de Paulo Maranhão alegar ter escrito ao presidente da república a “mais pura verdade”, o jornal transcreveu a nota expedida pela interventoria a qual foi entregue somente ao *Diário do Estado* e ao *O Estado do Pará* sob o título “A bem da dignidade da administração, está proibido o ingresso dos representantes da Folha do Norte nas repartições públicas do Estado e do Município”.¹⁴⁸ Como observado por Alessandra de Oliveira, Luiz da Silva e Jetur de Castro, a medida de Magalhães Barata ultrapassava o âmbito da censura em torno do periódico, expandindo aos funcionários ações de controle e de perseguições.¹⁴⁹ Além do mais, a medida pode ser analisada por um viés de isolamento de um jornal opositor aos canais prioritários de comunicação do governo do Estado, em outras palavras, determinar a proibição de representantes da *Folha* de entrarem em repartições públicas significaria, dentre outros pontos, a diminuição massiva de informações aos leitores do periódico de Paulo Maranhão a respeito das ações realizadas por Magalhães Barata.

Isolar das informações oficiais ou ao menos atrasar tais informações ao seu principal opositor, que detinha um meio de comunicação, foi a saída encontrada pela interventoria do Estado. Em uma espécie de resposta, no mesmo dia da portaria com restrições aos funcionários de Paulo Maranhão, a *Folha do Norte* publicou uma nota agradecendo a visita de várias pessoas de todas as classes sociais a redação do jornal. Essas visitas seriam em caráter de apoio e voluntarismo para que “nosso jornal continue a manter, sem solução de continuidade, a sua tradição de diário de informações de toda a natureza. O Público examinará em nossas edições que o nosso serviço informativo continua a ser o mais possível detalhado em todos os setores

¹⁴⁸ Folha do Norte. Belém, 05/05/1934, p. 1.

¹⁴⁹ OLIVEIRA, Alessandra; SILVA, Luiz; CASTRO, Jetur. Narrativas da repressão durante a intervenção militar no estado do Pará: memórias da censura ao jornal Folha do Norte (1930-1935). *Intexto*, n. 47, p. 208-225, 2019, p. 218.

da atividade paraense”.¹⁵⁰ A resposta estava pública, o jornal estava disposto a continuar suas atividades com normalidade e apoio da população.

Se trabalhar na *Folha do Norte* trazia consigo o ônus de não poder entrar nas instituições públicas, no dia 14 de maio, o matutino fez questão de apresentar aos seus leitores as condições de trabalho que seus funcionários viviam:

Os servidores da Folha em todos os seus departamentos e seções de atividade são, em todo o país, talvez, os únicos trabalhadores de imprensa a gozarem de prerrogativas e garantias jamais concedidas no Norte em qualquer empresa jornalística. Exercendo as suas funções em um edifício amplo, percorrido de ar e iluminado, irrepreensível asseio, que mantém a saúde e o bem estar pessoal [...] Nenhum dos que trabalham na Folha o faz por imposições de qualquer natureza, senão por estímulos e lealdade e até mesmo gratidão e simpatia ao nosso jornal e ao seu diretor, em consonância aos estímulos com que nos honra e distingue a população paraense.¹⁵¹

Além de ressaltar privilégios em torno do ambiente físico e condições de trabalho, o informativo enfatizava a relação construída entre os funcionários e o próprio diretor, Paulo Maranhão, tendo valores como lealdade, gratidão e simpatia como pilares na manutenção dos serviços prestados. A mensagem de homogeneidade e construção de laços afetivos, para além das relações usuais de profissionalismo, remete a uma empresa forte em torno do contexto de cerco político enfrentado pelo jornal.

Ainda no mês de maio, um episódio ocorrido em Belém serviu de pretexto e de contra-ataque por parte de Paulo Maranhão em relação à proibição de seus funcionários de adentrarem repartições do Estado. Um comerciante goiano chamado Antonio Santana, estava em Belém com a finalidade de estabelecer laços comerciais com empresas locais. Entretanto, no dia 14 de maio, uma terça-feira, Antonio Santana teria partido do hotel onde estava hospedado na travessa Campos Sales, em direção à vila de Pinheiro (atualmente distrito de Icoaraci) para passar o dia em uma “região tranquila e isolada”. Contudo, ao marcar seu retorno para o fim do dia com o motorista que o conduziu, não apareceu no local informado, tendo na quinta-feira da mesma semana a polícia noticiado o desaparecimento do comerciante e começado suas buscas durante alguns dias.

A equipe de reportagem da *Folha do Norte*, com pouco acesso às informações policiais, resolvera investigar o crime por conta própria, e no dia 19 de maio, após alguns dias de buscas sem sucesso da polícia, o jornal de Paulo Maranhão publicou uma enorme matéria solucionando o caso, com fotos do cadáver e detalhes de como encontrou o homem. Teria o jornalista Luiz

¹⁵⁰ Folha do Norte. Belém, 05/05/1934, p. 1.

¹⁵¹ Folha do Norte. Belém, 14/05/1934, p. 1.

Ribeiro Gonçalves percorrido o caminho feito por Antonio Santana e consultado estabelecimentos e moradores do entorno, conseguindo no final do dia encontrar o corpo do comerciante que teria cometido suicídio.¹⁵² O que Paulo Maranhão e sua linha editorial realizaram com as informações encontradas é de chamar atenção.

Apesar de pontuar que o jornalista Luiz Gonçalves teria avisado um agente de segurança de Pinheiro, o jornal não esperou nenhum informe da polícia e decidiu publicar todas as informações, fotos, comentários e as estratégias que a polícia poderia ter usado e não utilizou. Após “driblar” a polícia e noticiar o desfecho do caso que chamava atenção do público, Magalhães Barata respondeu com a prisão do jornalista responsável pela investigação:

Ignoramos as razões por que foi ontem pela manhã chamado a polícia e em seguida ficou detido, incomunicável, o nosso companheiro Luiz Ribeiro Gonçalves, autor da reportagem da descoberta do cadáver do infatado comerciante goiano senhor Antonio Santana, ato que abalou a cidade. Não houve ele antes praticado ato algum que o tornasse alvo da polícia, sendo de supor que os seus diligentes esforços, revelando o mistério que há dias preocupava a opinião pública, não fossem bem recebidas pelas autoridades a quem estava entregue a investigação. Era natural que a Folha impedida pelo poder público de ter contato direto com as repartições, não houvesse procurado a polícia, mas tomasse iniciativas próprias, no sentido de servir seus leitores [...] E foi esse naturalmente o intuito que moveu a reportagem da folha ao trabalho divulgado e bem compreendido pelo poder público [...].¹⁵³

Em torno de um acontecimento, Paulo Maranhão “resolveu” vários problemas. O primeiro foi utilizar-se de comparações entre as investigações próprias e bem-sucedidas por seus funcionários e o trabalho pouco exitoso da polícia, o que demonstrava fragilidade do Estado em investigar determinados casos. Em segundo lugar, soube aproveitar e justificou sua atitude em agir de maneira solitária, sem comunicar a polícia, pela determinação que proibia a entrada de funcionários em qualquer repartição pública, inclusive as delegacias. Por fim, o manejo da informação em torno de uma “vontade/apelo popular” na qual motivou a *Folha* em solucionar o caso constrói uma dualidade entre o jornal e os aparatos de Magalhães Barata.

Por outro lado, é possível analisar esse episódio como um exemplo de como conflitos políticos se refletem em diferentes esferas sociais. A maneira como uma ocorrência policial transformou-se em divergência política resume bem a diversidade de análises possíveis em torno de um mesmo indício histórico, além de vislumbrar diálogos entre política e história a partir dos meios de comunicação, uma vertente alternativa na relação entre história e política. Marieta de Moraes Ferreira, ao apresentar um balanço sobre a renovação da chamada “Nova História Política” adverte que estudos sobre “processos eleitorais, partidos políticos, grupos de

¹⁵² Folha do Norte. Belém, 19/05/1934, p. 1-2.

¹⁵³ Folha do Norte. Belém, 20/05/1934, p. 1. – Grifos de minha autoria.

pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais” são importantes no sentido de reavaliar a presença da política e seu espaço na história.¹⁵⁴

A notícia da soltura do jornalista Luiz Gonçalves foi publicada no dia 22 de maio pela *Folha*, entretanto, jornais como o *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* noticiaram o ocorrido, este último periódico inclusive classificou como “violência de nova espécie” por parte do interventor Magalhães Barata.¹⁵⁵ Vale ressaltar que a imagem de Magalhães Barata cada vez mais foi sendo associada a de um interventor com sérios problemas com os meios de comunicação, essa situação se agravou nos meses posteriores quando Mozart Lago utilizou as tribunas da Constituinte para denunciar as violências vividas por Paulo Maranhão e seu jornal.

Desde a medida de isolar a *Folha do Norte* do noticiário em primeira mão referente aos atos administrativos, o jornal de Paulo Maranhão resumia suas menções a Magalhães Barata em simples notas sobre viagens, visitas a bairros ou medidas publicadas, informações às vezes colhidas em outros periódicos. Contudo, o conflito entre os dois teria um episódio ainda mais duro em junho de 1934. Na verdade, entre junho e setembro deste ano o embate tomou contornos de extrema violência, evidenciando uma disputa que ultrapassou o poder das palavras. Carlos Rocque definiu esse trimestre como uma das piores crises enfrentadas pela *Folha do Norte* durante toda sua história.¹⁵⁶

No final de junho, especificamente no dia 22 de junho de 1934, surge no cabeçalho da *Folha do Norte* como responsável geral dos trabalhos desempenhados pela empresa, o nome de Paulo Maranhão Filho. A mudança atendia uma determinação de Magalhães Barata que o jornal somente voltaria a funcionar após a retirada do nome de Paulo Maranhão do cabeçalho principal do jornal: “em razão da ausência, no Rio de Janeiro, do professor Paulo Maranhão, diretor da *Folha*, e da impossibilidade ocasional do exercício de suas funções do gerente João Maranhão, assumiu ontem a direção e gerência deste diário o dr. Paulo Maranhão Filho”.¹⁵⁷ O episódio já analisado em outros estudos refere-se a dois pontos: 1. Magalhães Barata impediu que Paulo Maranhão regressasse de sua viagem do Rio de Janeiro, dessa forma impedido de exercer sua função de jornalista; 2. Prisão de João Maranhão, gerente da *Folha*, acusado de armazenar materiais de propaganda contrária a Magalhães Barata.

Da proibição de retorno de Paulo Maranhão a Belém, foi encontrado um indício que no dia 15 do mês de junho o interventor Magalhães Barata estava de viagem marcada para o Rio

¹⁵⁴ FERREIRA, Marieta De Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992, p. 267.

¹⁵⁵ Folha do Norte. Belém, 26/05/1934, p. 1.

¹⁵⁶ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999, p. 253.

¹⁵⁷ Folha do Norte. Belém, 22/06/1934, p. 1.

de Janeiro, ou seja, ambos estiveram na então capital do país por alguns dias.¹⁵⁸ A coerção do jornalista teria tido aval inclusive do então ministro da justiça, Antunes Maciel,¹⁵⁹ porém, o segundo ocorrido, a prisão de João Maranhão chama muito mais atenção. O motivo de sua detenção e logo depois deportação para o Rio de Janeiro estaria relacionado aos vários panfletos subversivos encontrados pela polícia na redação do jornal *Folha do Norte*. Após assumir a direção do jornal, Paulo Maranhão Filho manteve-se cerca de uma semana em silêncio em relação aos ocorridos que afastaram Paulo Maranhão e João Maranhão.

Somente no dia 26 de junho, Maranhão Filho divulgou aos seus leitores alguns esclarecimentos acerca da situação envolvendo sua família e empresa, aliás, é relevante considerar a empresa *Folha do Norte* como uma iniciativa familiar, os quais vários membros mantiveram por décadas atividades no ramo jornalístico e político. A primeira tentativa de explicar os acontecimentos ocorreu de maneira direta:

Agora, alguns dias após o decurso dos episódios ocorridos em torno da Folha, quando a serenidade em tudo se revela, vamos tentar um registro dos fatos que tiveram início na quinta-feira, 21 de junho expirante.

Achava-se o gerente deste jornal, João Maranhão, em palestra com o engenheiro Pedro Bezerra, quando surgiu no escritório da Folha um rapazinho, conduzindo com endereço aquele nosso companheiro um embrulho, que o portador depositou sobre a carteira, sem que Maranhão houvesse dado importância alguma ao fato.

Minutos depois entram na sala da gerência o chefe de Polícia e o Guarda Civil, que após ligeira justificativa de suas presenças, passaram a fazer busca, aludindo a denúncias que o governo recebeu sobre o fato de estar sendo a Folha ponto de irradiação de boletins subversivos da ordem pública e difamatórios de personalidades revolucionárias.

Deparando com o embrulho trazido momentos antes e aberto o mesmo, o chefe de polícia e todos os demais presentes constataram a existência de boletins daquela espécie que visavam principalmente a pessoa do chefe do governo provisório.

Diante desse imprevisto [...] o chefe de polícia deteve o nosso companheiro e conduziu à repartição central onde João Maranhão ficou detido até seu embarque na noite de sábado [...] não podia a Folha, nem alguns dos seus funcionários usar do triste processo de divulgação de boletins anônimos, quando a palavra do nosso diretor sempre foi de respeito às autoridades constituídas.¹⁶⁰

A explicação de Paulo Maranhão Filho a respeito dos acontecimentos na *Folha* carrega uma série de detalhes interessantes. Primeiro a possibilidade de uma armação por parte da polícia para prender o gerente do periódico, pois, a coincidência em um jovem levar o envelope contendo boletins contrários ao governo e minutos depois policiais vistoriarem a redação do jornal, deixa subtendido haver algo previamente articulado. Em um segundo momento, o registro que Paulo Maranhão orientava total respeito às autoridades do governo, como

¹⁵⁸ Folha do Norte. Belém, 13/06/1934, p. 4.

¹⁵⁹ ROCQUE, *op. cit.*, p. 253.

¹⁶⁰ Folha do Norte. Belém, 26/06/1934, p. 1.

característica de conduta dos funcionários, contribui para construção de uma imagem em torno do fazer jornalístico, expressado pela ideia de “criticar sem desrespeitar” como muito se via em justificativas para censurar alguns meios de comunicação, tais veículos estariam estabelecendo uma “má imprensa” ao criticarem de maneira desrespeitosa interventores ou outros membros do governo.

Além disso, a relação entre vigilância e controle sob os meios de comunicação durante o governo provisório de Getúlio Vargas está presente no indício acima. Apesar de a historiografia ter centralizado pesquisas em torno do controle aos meios de comunicação a partir de 1937, com a instauração do Estado Novo e posteriormente com o advento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a preocupação de Getúlio Vargas em legislar os veículos de informação pode ser percebida desde sua chegada ao poder. Francisco José Paschoal ao analisar a utilização da propaganda por Vargas para se autopromover, destaca que antes mesmo do movimento de 1930, quando ainda era deputado federal, estreitou relações com artistas ligados aos programas de rádio.

Contudo, após torna-se chefe de Estado, Getúlio Vargas criou, em 1931, o Departamento Oficial de Publicidade (DOP). Apesar de um alcance limitado, foi uma das primeiras tentativas de organizar a propaganda política. Em 1934, o DOP dava lugar ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), cujo alcance seria maior e diversificado. A responsabilidade em coordenar o novo departamento seria de Lourival Fontes, um dos nomes mais influentes durante a Era Vargas, e um dos admiradores convictos dos regimes nazifascistas que compuseram o alto escalão do governo varguista. Entretanto, antes da instauração do DIP, em 1939, o DPDC se transformou no Departamento Nacional de Propaganda (DNP).¹⁶¹ A presença de um constante fluxo institucional voltado a controlar dissidências em torno dos meios de comunicação em muitos casos não foram o suficiente, como no caso paraense, a violência tornou-se atalho para o silenciamento e a desarticulação da oposição.

Ao permitir a circulação do jornal *Folha do Norte* com a condição que o nome de Paulo Maranhão fosse retirado do cabeçalho do jornal, Magalhães Barata conseguia impor uma vitória que perpassava por um campo simbólico. Seu maior opositor no campo da imagem pública era temporariamente apagado de seu próprio canal de expressão, a fragilidade da liberdade de

¹⁶¹ PASCHOAL, Francisco José. Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do “marketing político” e da propaganda no Brasil. In: *Anais Eletrônicos do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social*, 2007, Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

imprensa pode ser notada com perfeição. Uma espécie de jogo que oscilava entre ataque e defesa foi estabelecido entre os dois.

Maria Helena Capelato, assinala que “A liberdade restrita desaparece completamente nas épocas de ditaduras. Nesses momentos até a ‘boa imprensa’ sofre perseguições. Em nome da ordem, a vigilância se amplia e atinge a todos os jornais: nenhuma crítica é tolerada”.¹⁶² Dentro dessa lógica, com o aumento de críticas ao interventor, eliminação de qualquer apoio, presença de uma política de silenciamento de possíveis feitos políticos positivos e construção de uma narrativa antigovernista, Paulo Maranhão atraiu para si e seu jornal os dispositivos de controle do autoritarismo de Magalhães Barata.

Após autorizado a retornar a Belém e reassumir a direção da *Folha do Norte*, no início de julho de 1934,¹⁶³ Paulo Maranhão estabeleceu uma política contrária ao governo Magalhães Barata, cada vez mais incisiva. Uma das frentes de combate foi construída na frequente publicação dos embates travados entre Mozart Lago e Abel Chermont, o primeiro na defesa de Paulo Maranhão e o segundo na defesa de Magalhães Barata.¹⁶⁴ Em vários momentos a *Folha* privilegiou os discursos de Mozart Lago ao transcrevê-los na íntegra para seus leitores. Outro canal que constantemente estampou os depoimentos sobre a realidade política paraense desse período foi o *Diário da Constituinte*.

Paulo Maranhão ao divulgar vários nomes reconhecidos nacionalmente mostrava que não estava isolado e mantinha sólidas ligações em prol de sua defesa na capital do país. Em clima de grande tensão, foi noticiado que Paulo Maranhão teria visitado o presidente Getúlio Vargas para em audiência tratar dos últimos acontecimentos.¹⁶⁵ Quase que diariamente os leitores da *Folha* encontravam alguma mensagem de apoio ao diretor do jornal e/ou contrária a Magalhães Barata. Uma das mais notáveis mensagens de apoio a Paulo Maranhão foi prestada por Humberto Campos, já no fim de sua vida, em julho de 1934. Humberto Campos exerceu cargo de deputado federal pelo Maranhão na década de 1920, além de ter sido membro da Academia Brasileira de Letras. O escritor relembrou sua passagem como repórter na *Folha do Norte* em 1909, ainda no início de sua carreira, remontou a origem do jornal e declarou que sua mensagem era direcionada às autoridades paraenses que naquele momento ameaçavam o jornal e deportavam seus diretores. Após rememorar alguns dos conflitos políticos protagonizados pela *Folha do Norte*, Humberto Campos discorreu em defesa de Paulo Maranhão:

¹⁶² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 30

¹⁶³ *Folha do Norte*. Belém, 01/07/1934, p. 1.

¹⁶⁴ *Folha do Norte*. Belém, 04/07/1934, p. 1.

¹⁶⁵ *Folha do Norte*. Belém, 06/07/1934, p. 1.

Isso constitui uma ingratidão e uma injustiça, porque se a revolução de 1930 encontrou no Pará uma consciência republicana, capaz de sacrifícios e um espírito público, em condições de recebe-la, deve-os a Paulo Maranhão. Foi ele quem em vinte anos de luta e de resignação, a primeira lição de coragem e esperança [...] faço daqui um apelo ao eminente chefe do governo provisório, cujo espírito moderado e claro é a melhor garantia da ordem na República, para que intervenha com sua inteligência conciliadora, a fim que sem ferir a autoridade do seu delegado no Pará, volte aquele Estado e retome ali sua pena o mais brilhante e vigoroso jornalista do Norte.¹⁶⁶

Gradualmente, a equipe de edição da *Folha* transformou o afastamento de seu diretor em um assunto comentado por vários meios de comunicação.¹⁶⁷ Ao levar em consideração que durante os anos 1930, os impressos desempenharam uma função importantíssima, como Marialva Barbosa chamou de “fábricas de notícias”, os jornais diários a partir das novidades tecnológicas e transformações do fazer jornalístico buscaram principalmente a consolidação entre o público e o político nas mais diversas realidades.¹⁶⁸ Além de Paulo Maranhão Filho, o secretário da *Folha* Paulo Eleutério, anteriormente citado como figura importante do integralismo no Pará, participou ativamente da manutenção do jornal na ausência do diretor-geral.

Contudo, a situação naquele momento tendia favorável a interventoria do Estado. Apesar da possível deterioração da imagem de Magalhães Barata em decorrência de sua relação com um dos principais impressos da cidade, a *Folha* sofreu no dia 16 de julho um atentado à sua sede. Na manhã seguinte o matutino publicava a manchete:

¹⁶⁶ Folha do Norte. Belém, 03/07/1934, p. 1-2.

¹⁶⁷ Folha do Norte. Belém, 06/07/1934, p. 1. / Folha do Norte. Belém, 09/07/1934, p. 1.

¹⁶⁸ BARBOSA. Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 180.

Imagem 2 – Atentado ao jornal Folha do Norte



Fonte: Folha do Norte. Belém, 17/07/1934, p. 1.

A manchete em destaque trazia a explicação do ocorrido: “Injustificável atentado à Folha: numeroso grupo de homens armados investiu ontem, à noite, contra este jornal, numa agressão estúpida, tentando forçar as portas do nosso edifício”¹⁶⁹. Essa notícia traz um fato curioso a respeito de outro evento que aconteceria no fim de setembro de 1934, o assassinato de José Avelino. Ao noticiar a tentativa de empastelamento da *Folha*, a matéria em questão assegura que quem esteve à frente do numeroso grupo que tentou invadir o edifício era o capataz da empresa Lloyd, José Avelino, cujas ameaças públicas de incendiar a *Folha do Norte* são conhecidas em Belém.

Em um primeiro momento o nome não gerou muitas assimilações, porém, ao analisar a obra de Lindolfo Mesquita “Magalhães Barata: o Pará e sua história”, escrita ainda em 1944, o autor ao relatar os ocorridos em torno do assassinato de José Avelino no Café Manduca, no dia 22 de setembro de 1934, confirma a relação entre as denúncias que a *Folha* fez em julho na primeira tentativa de empastelar o jornal e o ocorrido dois meses depois. Lindolfo Mesquita

¹⁶⁹ Folha do Norte. Belém, 17/07/1934, p. 1.

comenta que a *Folha* “dias antes, havia se referido hostilmente ao nome do capataz do Lloyd brasileiro.”¹⁷⁰

Apesar de Carlos Rocque, ao entrevistar Poty Fernandes, um dos agentes de segurança da época e responsável pela prisão de Paulo Maranhão no contexto do crime, chegar à conclusão que Magalhães Barata ao mandar prender o jornalista não tinha motivo algum,¹⁷¹ as notícias que responsabilizam José Avelino pelos primeiros atentados à *Folha*, seria um indício para a suspeita de Paulo Maranhão, na visão governista. De qualquer maneira, a interpretação de Lindolfo Mesquita sugere que para os aliados de Magalhães Barata os ataques praticados a sede do jornal de Paulo Maranhão na madrugada seguinte do assassinato de José Avelino eram em decorrência do comportamento da *Folha*.

Ao analisar alguns documentos de Chefatura de Polícia de 1934, foi encontrado na série de determinações policiais o mandato de investigação em relação à *Folha* expedido pelo major Joaquim Ferreira de Aguiar, então chefe de polícia do Estado: “Resolve designar o dr. Antonio Teixeira Gueiros, 2º delegado-auxiliar, para abrir rigoroso inquérito sobre as ocorrências verificadas na madrugada de hoje, nas proximidades do edifício onde está instalado o jornal ‘Folha do Norte’”.¹⁷² Esse ataque foi praticado por membros do Partido Liberal e aliados de José Avelino, como resposta ao seu assassinato. O jornal de Paulo Maranhão ficaria sem circular por mais de 10 dias, em decorrência de sua prisão e tentativas de empastelamento.

A prisão de Paulo Maranhão e os atentados ao jornal *Folha do Norte* tinham relações díspares ao crime praticado contra José Avelino. Do mesmo modo, a atividade de propaganda praticada pelo periódico em prol da Frente Única Paraense suscitou o ódio dos baratistas, além de proporcionar um contexto de maior disputa. A construção desse clima mais violento se deu principalmente entre os meses de agosto e setembro. Ao analisar o mês de agosto, por exemplo, pode-se registrar o retorno de Paulo Maranhão a Belém, o reaparecimento de seu nome no cabeçalho do próprio jornal e principalmente uma fortificação da campanha antibaratista, porém, transitando na construção de uma base de apoio própria, relacionando seu nome ao pleito de outubro de 1934.

De maneira direta, a atuação de Paulo Maranhão a partir do seu jornal no contexto eleitoral pode ser entendido de duas maneiras: 1. Narrativas diversas contra Magalhães Barata e sua administração; 2. Construção de uma base de apoio aos setores políticos contrários ao

¹⁷⁰ MESQUITA, Lindolfo. *Magalhães Barata: o Pará e sua história*. Belém, 1944.

¹⁷¹ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999, p. 262.

¹⁷² APEP. Área: Segurança Pública. Fundo: Chefatura de Polícia. Série: Portarias e Determinações Policiais, 1934. Cód. 431.

Partido Liberal, principalmente a FUP. Começando pela primeira estratégia, a de representar da pior forma possível Magalhães Barata e seu governo, diariamente os leitores da *Folha do Norte* se depararam com mensagens diretas contra o interventor do Estado. Um dos exemplos mais nítidos foi a repercussão dada pelo jornal acerca da determinação de Magalhães Barata em exonerar as datilógrafas que casassem, alegando que o ato matrimonial garantia melhor saúde financeira a essas mulheres, logo o dinheiro público direcionado as datilógrafas deveria ser voltado a outras mulheres. A *Folha* transcreveu durante alguns dias publicações de outros periódicos a respeito do caso, especificamente sobre as datilógrafas, publicou:

A Gazeta publicou em sua primeira página [...]

O major Barata sempre foi, pelo ridículo de suas atitudes, pela sua preocupação mórbida de ser original, pelo empenho de revelar um espirito criador e sobretudo pelo pitoresco da linguagem de todos os documentos que figura sua assinatura, o mais divertido de quantos interventores o senhor Getúlio Vargas espalhou pelo Brasil. Bastaria, aliás, para revelar sua tendencia doentia, pelas reformas destinadas a atrair a atenção da galeria, a providencia que acaba de tomar, e que consta de um telegrama também divulgado ontem, estabelecendo que toda datilografa das repartições públicas do Pará que se case, será demitida. Como se os direitos de um funcionário não tivessem hoje, amparados devidamente e preservados do arbítrio ou do espirito de qualquer governante [...]¹⁷³

Além das críticas pessoais que o diário paulista direcionou ao interventor, o que para a finalidade do conflito local tornou-se ideal, as críticas ao seu modelo de governo “preocupação mórbida de ser original” e suas determinações transpareceu da pior maneira possível aos meios de comunicação de fora do Pará. Em uma espécie de “faço das palavras deles a minha”, por vezes Paulo Maranhão admitiu em seu matutino ofensas a Magalhães Barata originárias de outros jornais.

Outro mecanismo utilizado pelo jornalista recaiu em oferecer visibilidade a alguns dissidentes do interventor, o caso clássico ocorreu na cisão com Martins e Silva. No dia 8 de agosto, o jornal de Paulo Maranhão noticiava a cisão entre Martins e Silva e Magalhães Barata, com uma notícia vinda do Rio de Janeiro “Segundo se sabe na Câmara, o senhor Martins e Silva resolveu também abandonar o major Magalhães Barata, tendo hipotecado o apoio de 12 mil trabalhadores à Frente Única dos partidos oposicionistas do Estado do Pará, chefiada pelo senhor Lauro Sodré.”¹⁷⁴ Martins e Silva pode ser considerado como um dos nomes de confiança de Magalhães Barata, na sua interventoria assumiu a chefia do Departamento de Negócios Municipais, elegeu-se deputado classista na Constituinte de 1933, além de ser um dos

¹⁷³ Folha do Norte. Belém, 11/08/1934, p. 1.

¹⁷⁴ Folha do Norte. Belém, 08/08/1934, p. 1.

fundadores do Partido Trabalhista do Pará, alinhando sua atuação política às pautas trabalhistas.¹⁷⁵

Martins e Silva passou a ter caminho aberto nas páginas da *Folha do Norte*, qualquer acontecimento relacionado a sua cisão com Magalhães Barata virava notícia de primeira página: “Sabemos que o deputado Martins e Silva recebeu ontem, à noite, um longo telegrama do major Magalhães Barata, rompendo com esse líder trabalhista por causa da greve geral”.¹⁷⁶ A greve geral liderada por Martins e Silva tinha como pauta principal a melhoria dos salários dos trabalhadores da empresa Pará Elétric.¹⁷⁷ A instabilidade política de Magalhães Barata era também construída por Paulo Maranhão a partir da *Folha do Norte*, uma vez que sua perda de apoio e repercussão negativa de determinações governamentais, ganhava grande repercussão neste periódico.

A exposição de rupturas entre membros do governo, tornou-se um dos mecanismos mais utilizado na construção de uma narrativa antibaratista. Após publicizar o embate com Martins e Silva, Paulo Maranhão direcionou seu editorial a outra cisão envolvendo o interventor, desta vez com Santana Marques. O jornalista Santana Marques teve passagem como secretário do *O Estado do Pará* e figurou-se como um dos apoiadores de Magalhães Barata desde a década de 1920. Contudo, na notícia publicada no dia 30 de agosto de 1934, a *Folha do Norte* alertou que, para o interventor Magalhães Barata, Santana Marques passou a ser “um moleque cujo nome não permitia que pronunciassem em sua augusta presença, por que lhe provocava náuseas”.¹⁷⁸ Tudo isso em consequência de uma crítica que Santana Marques teria direcionado a Magalhães Barata, na ocasião de outro conflito protagonizado pelo interventor, na época com Ismaelino de Castro, um dos principais nomes do movimento de 1930 no Pará.

Gradualmente, vários conflitos, dissidências e instabilidade referentes a Magalhães Barata foram sendo abordadas pela *Folha do Norte*. Até Juarez Távora, o mesmo que se dizia contrário a nomeação do interventor paraense, foi citado nas páginas do periódico de Paulo Maranhão, como exemplo da imagem do governo estadual estava perpassando:

Também o senhor Juarez Távora...

Espectador desinteressado relatou-nos o seguinte incidente:

Anteontem, quando da partida do avião de carreira da Panair do aeroporto de Fortaleza, o sr. Juarez Távora, ao se despedir do capitão Nelson de Mello, interventor no Amazonas, dizia textualmente:

- Se encontrar o Barata diga-lhe que ‘crie juízo’... que não faça mais asneiras...

¹⁷⁵ CPDOC. Verbete: Luís AA e Silva; Verbete Biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-martins-e-silva>. Acesso em: 20 mar. 2022.

¹⁷⁶ Folha do Norte. Belém, 17/09/1934, p. 1.

¹⁷⁷ Ibid., p. 1.

¹⁷⁸ Folha do Norte. Belém, 30/08/1934, p. 1.

Como vemos, o conceito que desfruta o senhor Barata não é dos mais favoráveis, mesmo entre seus antigos companheiros de armas revolucionárias.¹⁷⁹

Notícias como a de Juarez Távora demonstra o quanto relatos, alguns deles sem grande apuração de veracidade, serviram para atacar o interventor. A construção dos discursos políticos em tempos de eleição, com fortificação de oposições, tende a diversificar alguns acontecimentos ou programas governamentais. A utilização dos meios de comunicação para construir narrativas destoantes, pode ser entendido como um aspecto essencialmente político, o qual foi maximizado por Paulo Maranhão para atender seus desejos particulares e partidário.

Como já mencionado, é preciso considerar a importância dos periódicos para o período analisado, assim como o fenômeno em torno da construção de autoridade a partir do discurso jornalístico. Patrick Charaudeau, ao analisar a influência das mídias em torno da construção do discurso político – apesar de levar em consideração na sua análise os meios de comunicação que massificaram a partir da segunda metade do século XX – discorre sobre as várias etapas em torno da construção da matéria jornalística, seus propósitos, sua formulação e principalmente a heterogeneidade em torno do público que será atingido por determinadas notícias, uma vez que os veículos de informação de massa não dialogam com um público específico e fechado, ao contrário, trata-se de um público multifacetário em idade, intelectualidade, meio social, etc.¹⁸⁰ Com isto, apesar das limitações em torno do público leitor da época, pelo fator alfabetização, pode-se considerar que a receptividade das mensagens contrários ao interventor do Pará que foram massivamente estampadas na *Folha do Norte*, foi diversa e particularizada por alguns grupos políticos.

Antes de passar ao esforço político concretizado por Paulo Maranhão de massificar as ideias da FUP, destaco um dos mais interessantes indícios encontrados a respeito da administração de Magalhães Barata, sobre especificamente a área econômica, que foi duramente criticada nas edições da *Folha do Norte*. Era comum o periódico destinar alguns dias seguidos para criticar alguma área do governo, no início de setembro alguns comparativos econômicos foram elaborados, como o publicado no primeiro dia do mês:

O major Barata, ao assumir o governo do Estado, trazia em mira demonstrar a sua grande capacidade administrativa pelo confronto depreciativo das administrações anteriores, focalizando desde logo as baixas rendas do Estado, como índice da incapacidade dos administradores e da desonestidade que procediam [...] Pois bem, de 1930 até agora, o senhor Barata não fez outra coisa senão aumentar os tributos desmedidamente, para obtendo maior renda provar aos ingênuos que somente a honestidade de seus esforços se deve o vulto das rendas. Mas como os algoritmos não

¹⁷⁹ Folha do Norte. Belém, 14/09/1934, p. 2.

¹⁸⁰ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 282-283.

se prestam a essas manobras, quem quiser estabelecer confronto matemático, verificará que os tributos sobre a produção, de 6% a 7 % que eram, subiram a 16% em 1933, e estão hoje em cerca de 20%. [...] E é assim que o senhor Barata tem protegido os homens do campo e as classes trabalhadoras da cidade!¹⁸¹

Essa foi uma das sete notícias contrárias a Magalhães Barata na mesma edição. Interessante notar que a matéria ao criticar o setor econômico da interventoria utilizou-se de um dos mecanismos que o próprio interventor costumava fazer uso, que era comparar ações de sua governança em detrimento das gestões passadas. Alertar os leitores sobre aumento de impostos, dificuldade em atender demandas trabalhistas, é característico de ações em torno da propaganda antigovernista.

Outra matéria que também chamou atenção trazia diferentes elementos econômicos acerca da administração de Magalhães Barata. Ao comparar os preços para matrícula e exame na Escola Normal, antes e depois da chamada “revolução de outubro”, a matéria afirma que o aumento nos preços nos anos pós 1930, era pela necessidade que Magalhães Barata tinha em “fazer dinheiro a todo o transe para comprar automóveis, viajar de avião e proteger os seus amigos políticos”. Em seguida, comentou sobre as más remunerações e condições de trabalho que professores e normalistas enfrentavam nos últimos anos, alegando ser aquela a “história da gestão calamitosa que se quer prolongar por mais quatro anos”.¹⁸² Dessa forma, vários os setores foram analisados, trabalhadores do campo, da fábrica, da educação, dentre outros, para evidenciar que uma das áreas de maior vanglorio de Magalhães Barata apresentava problemas.

A ênfase em torno de uma verdadeira máquina de notícias contrária a Magalhães Barata tornou-se importante ao analisar a instabilidade política da virada do ano de 1934 para 1935, tendo Paulo Maranhão e a *Folha do Norte* como um dos principais fatores. O último indício citado acima, que comenta um possível prolongamento por mais quatro anos da “gestão calamitosa” insere-se no segundo ponto que destaquei anteriormente, a inserção da figura de Paulo Maranhão ao lado de um grupo político específico que formaram a FUP, tendo como objetivo destituir as forças governistas.

Edilza Fontes, ao analisar as memórias construídas em torno da interventoria pelo próprio Magalhães Barata, entre os anos de 1930 e 1935, discorreu sobre a presença de uma cultura política protagonizada pelo interventor paraense a partir de suas ações à frente do Estado e seu pensamento político.¹⁸³ Utilizando principalmente declarações do major Barata

¹⁸¹ Folha do Norte. Belém, 01/09/1934, p. 1.

¹⁸² Ibid., p. 2.

¹⁸³ FONTES, Edilza Joana Oliveira. Cultura política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930–1935). *Revista Estudos Políticos*, n. 7, p. 131-151, 2013.

publicadas no *Diário do Estado* no contexto da crise política de 1935, com a ruptura do Partido Liberal, a pesquisadora ressalta os principais fatores que moldaram o fazer político de Magalhães Barata.

Um dos pontos interessantes e ressaltado por Edilza Fontes, relaciona-se aos moldes utilizados pelo interventor paraense ao reconstruir os principais acontecimentos do seu governo, a escolha da narrativa, a retratação dos seus principais adversários e explicações para as várias dificuldades enfrentadas por ele. Sobre a *Folha do Norte*, Magalhães Barata a considerou como um dos principais responsáveis pelo assassinato de José Avelino, o que justificava os atos de violência empregados contra esse periódico nas épocas de maiores tensões do seu governo: “ao organizar sua narrativa, o interventor teve a liberdade de criar, de selecionar, de imitar e expandir. Não se pode esperar que ele admitisse, naquele momento, algum envolvimento com o ataque à *Folha do Norte*, ou a qualquer ação armada ocorrida no processo eleitoral de abril de 1935”.¹⁸⁴

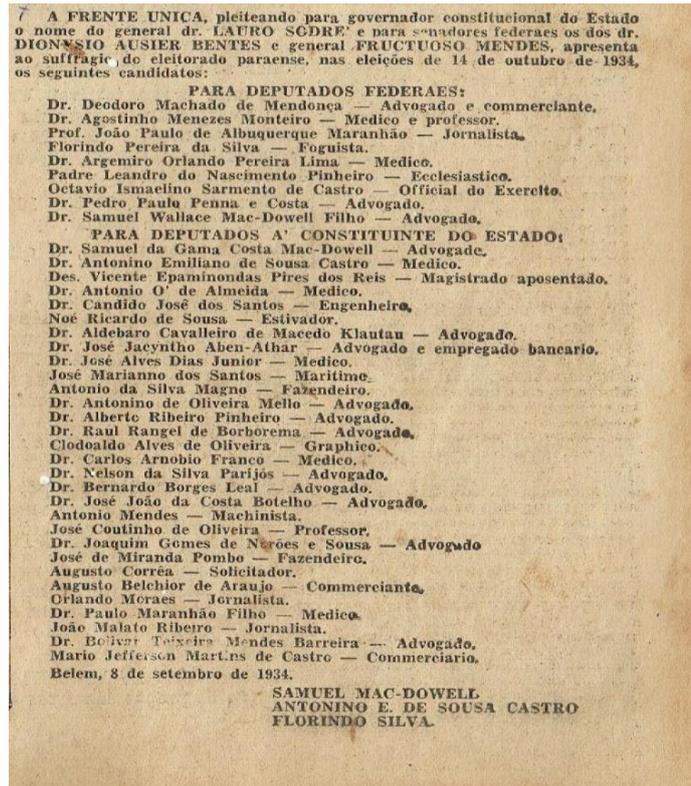
A disputa pela narrativa dominante era nítida e intensa, se Magalhães Barata recorria ao *Diário do Estado* na fase final da sua interventoria, Paulo Maranhão abusava de seus poderes à frente da *Folha do Norte*. A similaridade nos dois casos recai na utilização dos meios de comunicação para atingir interesses políticos próprios, influenciando pleitos eleitorais, decisões coletivas e modificando conjeturas políticas. Em outras palavras, analisar o embate entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata significa também perpassar pelos principais acontecimentos políticos da época, evidenciando assim um campo que pode ser considerado importante em uma renovação dos estudos acerca da História Política do Pará.

A determinação de Getúlio Vargas em decidir os rumos do país mediante eleições, tanto em 1933, como em 1934, possibilitou em alguns estados o ressurgimento das forças políticas que foram drasticamente afetadas com o movimento de 1930. Paulo Maranhão representa de maneira espetacular essa situação, basta analisar seu percurso até estabelecer nas mais diretas intenções seu total repúdio a figura de Magalhães Barata. Assim, como em 1933, o Partido Liberal venceu as eleições de 1934, porém, a dominância governista em torno do eleitorado paraense sofreu alguns reveses. A formação da FUP tendo a figura de Lauro Sodré como líder e Paulo Maranhão como principal propagador do grupo político, influenciou drasticamente os andamentos da política paraense.

Paulo Maranhão concorreu ao cargo de deputado federal pela chapa da FUP:

¹⁸⁴ Ibid., p. 143.

Imagem 3 – Chapa da Frente Única Paraense



Fonte: Folha do Norte. Belém, 09/09/1934, p. 1

Como registrado na imagem acima, além de Paulo Maranhão, concorreram a este cargo: Deodoro de Mendonça, Agostinho Monteiro, Florindo da Silva, Argemiro Pereira Lima, padre Leandro Pinheiro, Pedro Paulo Penna e Costa e Samuel Wallace Mac-Dowell Filho.¹⁸⁵ Este material contendo os nomes dos candidatos aos cargos de deputados federais e a constituinte estadual foi estampado dezenas de vezes até o pleito de outubro de 1934.

A presença de Lauro Sodré no pleito de 1934 foi analisado por Alan Santos como o último combate político de Sodré e o primeiro que não lhe rendeu nenhum mandato. Contudo, a presença dele como candidato ao cargo de governador do Estado não foi simples. Antes de assumir concretamente o compromisso com a FUP, teve seu nome cogitado como candidato no Partido Liberal.

¹⁸⁵ Folha do Norte. Belém, 09/09/1934, p. 1. Além dos deputados federais listados acima a chapa da Frente Única Paraense registrada no Tribunal Regional Eleitoral do Pará no dia 13/09/1934 contava com os seguintes candidatos: **Governador:** Lauro Sodré; **Senadores:** Dionísio Bentes e Frutuoso Mendes; **Deputados Estaduais:** Samuel da Gama Mac-Dowell, Antonio Emiliano de Sousa Castro, Vicente Pires dos Reis, Antonio O' de Almeida, Candido José dos Santos, Ricardo de Sousa, Aldebaro Klautau, José dos Santos, José Aben-Athar, Mariano dos Santos, Antonio da Silva Magno, Antonino de Oliveira Mello, Alberto Pinheiro, Raul de Borborema, Clodoaldo Alves de Oliveira, Carlos Franco, Nelson da Silva Parijós, Bernardo Leal, José João Botelho, Antonio Mendes, José Coutinho de Oliveira, Joaquim Gomes, José Miranda Pombo, Augusto Corrêa, Augusto de Araújo, Orlando Moraes, Paulo Maranhão Filho, João Malato, Bolivar Mendes Barreira e Mario Martins de Castro.

Alan Santos pontua que Lauro Sodré foi visado pelos dois grupos rivais que disputaram a eleição de 1934, e que Sodré carregava motivos para aceitar o convite de ambos: o Partido Liberal pela liderança de Magalhães Barata, seu afilhado, e a presença de nomes que já haviam figurado entre os lauristas, como Abel Chermont e Veiga Cabral, ambos eleitos em 1933. Por outro lado, na FUP estavam os seus velhos correligionários, entre eles, o próprio Paulo Maranhão, que ao lado de Cypriano Santos, nos momentos de maior cerco ao laurismo no Pará, manteve-se fiel a Sodré.¹⁸⁶ Apesar da vontade de ambas as instituições de contar com Lauro Sodré no pleito de 1934, o autor pontua que a presença do mandatário paraense, que já contava 76 anos, não tinha a mesma finalidade que outrora exerceu na Primeira República:

A grande diferença, no entanto, é que dessa vez Sodré foi cortejado muito mais como elemento simbólico, do que como líder pragmático. Não foi chamado a intervir ou mesmo “salvar” a realidade paraense. As lideranças em conflito eram decididamente outras, Magalhães Barata, José Malcher, Souza Castro. Em meio a real disputa pelo poder, Sodré figurava apenas como artifício de prestígio. Assim, o convite para aquela que se revelaria a sua última batalha política era também um convite para que ficasse no mesmo distante lugar: o lugar de visitante em sua terra e de morador do Rio de Janeiro, onde eventualmente poderia fazer a política moderada que se habituara durante a década de 1920.¹⁸⁷

Dessa forma, estava estabelecida uma conjuntura para as eleições de 1934 que carregava elementos que figuraram na Primeira República, reaparecendo em novos moldes e com finalidades distintas, como Lauro Sodré, Sousa Castro e Paulo Maranhão. E este último continuou transitando entre o campo jornalístico e o campo político. Apesar de publicar no dia 18 de agosto que a *Folha* não representava nenhum partido, o jornal dirigido por Paulo Maranhão foi o porta-voz do programa político da FUP. Na mesma edição, onde o periódico massificava os componentes da chapa oposicionista, estava publicado o manifesto da FUP:

¹⁸⁶ SANTOS, Alan Christian de Souza. *O senador militar – poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)*. 538 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2020, p. 269.

¹⁸⁷ Idem.

Imagem 4 – Manifesto da Frente Única Paraense pelo jornal Folha do Norte

diário, independente e imparcial
— PAULO MARANHÃO

Brasil — Estado do Pará — Belém
Domingo, 9 de setembro de 1934

Gerencia e officinas — Rua da
Redacção e venda — Castilho
(antigo boulevard da Repu-
blica)

MANIFESTO DA FRENTE ÚNICA PARAENSE

As chapas para senadores e deputados federais, para deputados á Constituinte estadual e para governador do Estado

Em sua sede, á avenida Padre Eutychio, 200, esteve reunido hon-tem, á noite, o Directorio da Frente Única Paraense, para ouvir a leitura do manifesto com que essa agremiação se apresenta a combater a situação dominante neste Estado, e a indicação dos nomes que comporão as chapas de senadores e deputados federais, de deputados á Constituinte estadual e de governador do Estado, nas vindouras eleições de outubro.

Presidiu a reunião o dr. Samuel Mac-Dowell, que tinha a ledeat-o, á mesa, o dr. Antonio de Sousa Castro, representante do P. R. Federal, e Florindo Pereira da Silva, presidente do Partido Trabalhista do Pará, notando-se vultosa assistência de adeptos da Frente Única.

Procedeu-se primeiro á leitura do manifesto, que é, como se vê a seguir, uma vibrante pagina de elismo e ardor patriótico, reveladora da cultura de seus auctores e dos elevados intuitos com que aquella organização politica se propõe defender os vitais interesses do nosso Estado e do povo.

Em seguida foram apresentados os nomes componentes das chapas com que a Frente Única pleiteará as eleições de 14 de outubro.

Após a leitura daquele importante documento e das chapas, ouviram-se prolongadas salvas de palmas, principalmente ao serem annunciados cada um dos nomes representativos que compõem estas chapas.

Inserimos a seguir o manifesto da Frente Única e a relação dos candidatos ao pleito de outubro.

tá forçando o povo atormentado a se decidir dentro deste dilemma: ou substitue essa mentalidade de arbitrio e extorsão fiscaes, com a força soberana de seu voto nas urnas, ou se entrega sem esperança á tinda maiores difficuldades pelo deficiente poder de aquisição e esportamento de suas ultimas reservas. O melhor julgador dessa crise é cada cidadão na consulta que faça aos seus meios de vida.

A administração publica não pode ser um departamento da vontade absoluta de quem governa. Administração do Estado é um conjunto de actos contidos nas leis e regulamentos, que, também, asseguram direitos e creem obrigações. O funcionario não pode viver mais na fluctuação dos mandatos temporarios, porque a sua garantia hoje assegurada devidamente pela Constituinte, é a propria garantia de estabilidade e da ordem na administração, formando a capacidade e a tecnica nas funções, deve e precisa ficar acima das paixões dos partidos, indifferentes ao proprio chefe do governo, quando este sae da sua devida posição, equidistante das luctas, para dirigir facções politicas.

O problema social precisa de ser contemplado, no Brasil e no Pará, em todos os seus aspectos e sem parcialidade. Operario e tanto, o trabalhador da minsta, que recolhe as grandes safras de castanha, borraça, cereaes, madeiras, sementes, etc. quanto o da cidade, que no interior das fabricas transformam a materia prima em utilidades; é tanto a immensa classe marítima, que faz o movimento de toda nossa riqueza, quanto aqueles que nos portos, nas construccões, nos varios serviços collaboram para a vida do Estado. A organização e protecção não podem ser limitadas, mas amplas e disseminadas em todo o territorio, ligando a vida do trabalhador á do producto que lhe vem dos braços e da intelligencia, com garantias e amparo á sua pessoa e da sua familia. Respeito á sociedade

General Lauro Sodré — o maior dos paraenses, viços — candidato da Frente Única ao cargo de governador do Pará no 1º quinquênio constitucional

de remissão a maiores fortunas, nos seus direitos e na sua bolsa. Esta aos olhos de todos o delirio de grandesa e de favoritismo com que se dissipa o dinheiro do Estado. Quanto mais a nossa capacidade economica se afunda e desvaloriza, mais se ampliam os gastos, notoriamente superfluos do governo e o resultado, ninguém se illuda, serão novas taxações, novos

Fonte: Folha do Norte. Belém, 09/09/1934, p. 1.

Dentre os vários pontos ressaltados, o manifesto da FUP deixava nítido sua contrariedade à interventoria de Magalhães Barata, seja por sua inflexibilidade, sua gestão econômica e medidas centralizadoras. Ao apresentar os nomes que seriam elegíveis por sua chapa, a organização política tratou de registrar que tais candidatos representavam muitas classes da sociedade paraense e eram frutos principalmente dos partidos: Partido Republicano Federal e Partido Trabalhista. A FUP em seu manifesto se apresentava como a principal força contrária aos governistas, e foi a partir deste viés que a *Folha do Norte* desempenhou campanha através de suas publicações diárias.

O nome do jornalista Paulo Maranhão não foi vinculado somente a Frente Única. O núcleo integralista do Pará, ao indicar os nomes que seus adeptos deveriam votar, incluíram em sua chapa o nome de Paulo Maranhão. A *Folha do Norte* publicou o manifesto integralista, alguns comentários foram adicionados a matéria, como a explicação dada ao inserir o diretor da *Folha* na chapa integralista:

Os integralistas paraenses estiveram reunidos, ontem pela manhã, em sua sede, à rua João Alfredo, esquina da travessa 7 de setembro para homologar sua chapa que concorrerão ao pleito no dia 14 de outubro próximo. Falou o chefe provincial interino, economista José da Costa Castro explicando em ligeiras palavras o fim que os reunia [...] após a reunião, o secretário provincial, seguido de alguns camisas verdes esteve na redação da FOLHA, a fim de testemunhar ao nosso diretor a satisfação com que incluíram seu nome na chapa dos deputados federais, como perfeito reconhecimento aos seus méritos profissionais e apoio que tem dado à companhia integralista do Pará.¹⁸⁸

Além de Paulo Maranhão, a chapa integralista constava com outros nomes ligados ao jornal, como o de Paulo Eleutério, um dos expoentes da AIB no Pará. O reconhecimento do apoio dado por Paulo Maranhão ao núcleo integralista, como comentado no tópico anterior, foi massivo e quase cotidiano. Suas trocas de sedes, diretores, reuniões e outros eram rapidamente noticiados no periódico.

O jornalista Paulo Maranhão conduziu a propaganda política pró FUP em diversas frentes. Juntamente aos vários ataques a figura de Magalhães Barata, buscando diminuir o apoio popular deste político, diariamente a *Folha do Norte* levava aos seus leitores mensagens em torno do direito ao sigilo absoluto do voto, direitos dos funcionários públicos de votarem em quem quisesse, possibilidade de anulação em caso de fraude e principalmente o poder que cada cidadão possuía em votar pela “salvação do Pará para o terror não mais imperar.”¹⁸⁹ A recorrente afirmação que as eleições de 1934 garantiria uma série de mudanças impostas pela Justiça Eleitoral, como o voto secreto, foi utilizado pela FUP para garantir que qualquer um pudesse votar contra a chapa governista, sem se preocupar em sua identidade ser revelada. Essa prática remete a discussão levantada por Jaqueline Zulini e Paolo Ricci sobre as variadas práticas fraudulentas registradas nos pleitos durante o governo provisório que garantiram a manutenção de poder das forças estatais.¹⁹⁰

Em algumas ocasiões Magalhães Barata buscava reprimir algumas ações da FUP. Em um dos casos intimou o sargento Mathias Dias da Silva a comparecer à sua residência para explicar algumas publicações feitas pelo militar na *Folha* em apoio a Frente Única. Discordando da intimação e discutindo com o interventor, Mathias teria dito aos funcionários da *Folha* que Magalhães Barata o teria dado um prazo de três dias para sair do Pará ou seria deportado.¹⁹¹ Nos dias posteriores, a *Folha* publicou duas mensagens que podem ser observadas como resposta a intimidação de Magalhães Barata: “Promovam todas as manifestações que lhes der

¹⁸⁸ Folha do Norte. Belém, 17/09/1934, p. 4. – Grifos de minha autoria.

¹⁸⁹ Folha do Norte. Belém, 24/08/1934, p. 1.

¹⁹⁰ ZULINI, Jaqueline Porto; RICCI, Paolo. O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia? *Estudos Históricos*, v. 33, n. 71, p. 600-623, 2020.

¹⁹¹ Folha do Norte. Belém, 03/09/1934, p. 1.

na telha ao ‘manjor’ mas votem na Frente Única. O voto é absolutamente secreto”¹⁹² e “Berra, como se tivesse o diabo no corpo, pelo ‘manjor’, em toda parte onde vos for permitido botar a boca no mundo [...] Reserve, entretanto, o vosso sufrágio para a Frente Única em nome da salvação da terra”.¹⁹³

Portanto, a orientação de comportamento político dada aos eleitores da FUP que pudessem ter alguma ligação com membros do governo ou até mesmo com o próprio interventor, era de prestar apoio público a Magalhães Barata, mas poderia de maneira sigilosa votar como quisesse. O jornal de Paulo Maranhão alterou constantemente a palavra “major” por “manjor” ao se referir ao interventor paraense, qualquer detalhe que pudesse atingi-lo era utilizado pela oposição.

A propaganda da FUP foi direcionada a vários setores da sociedade. Na véspera das eleições, já em outubro de 1934, a *Folha* passou a publicar em maior quantidade pequenas mensagens para os operários, para os católicos, os estudantes, as mulheres e outros grupos sociais. A intenção era repassar aos eleitores que a junção de vários segmentos opositoristas a Magalhães Barata resultaria em uma maior atenção as demandas dos grupos de interesses em questão. Aos operários a FUP prometeu “[...] melhoria de vosso salário, aumento progressivo dos meios de trabalho”, aos católicos lembrou a proibição dos toques dos sinos após as 18h e prometeu “libertação da religião com a eleição da Frente Única”, os estudantes e mulheres eram conclamados em suas participações para aumentar as forças em torno de Lauro Sodré.¹⁹⁴

Paulo Maranhão, participando ativamente da criação e da consolidação da Frente Única, liderou os esforços em torno de sua massificação, para ele tinha muitas questões em torno de uma possível derrota do governo no pleito de 1934, portanto, não poupou esforços em alinhar sua linha editorial ao programa político partidário de seu jornal. Em vários momentos a figura de Magalhães Barata foi vinculada aos atos de violência que ocorreram dias antes das eleições. No dia 5 de outubro, menos de 10 dias da eleição, a *Folha* publicou uma nota que seria simulado ataques a residência de Magalhães Barata e depois ao *Diário do Estado* como pretexto para um novo ataque ao edifício da *Folha*, “Esse plano está já no conhecimento das altas autoridades da república desde a sua primeira circulação”.¹⁹⁵

O clima de tensão acompanhou o pleito de 1934 no Pará, não por acaso Getúlio Vargas no dia 10 de outubro mandou o major Carneiro de Mendonça supervisionar as forças políticas

¹⁹² Folha do Norte. Belém, 05/09/1934, p. 1.

¹⁹³ Folha do Norte. Belém, 06/09/1934, p. 1.

¹⁹⁴ Folha do Norte. Belém, 08/10/1934, p. 1-2.

¹⁹⁵ Folha do Norte. Belém, 05/10/1934, p. 1.

locais.¹⁹⁶ A *Folha* continuava firme, apesar de toda perseguição sofrida, noticiando atos políticos pró FUP e denunciando condutas do Partido Liberal. Uma prática bastante retratada nos dias mais próximos das eleições, era a destruição de propagandas, de panfletos, de cartazes presentes nas ruas de Belém, o que acontecia era que simpatizantes do Partido Liberal destruíam materiais da Frente Única e vice-versa.¹⁹⁷

No dia 14 de outubro, Paulo Maranhão, a partir da *Folha do Norte*, concluiu sua campanha eleitoral com várias denúncias de violência e prisões a integrantes da Frente Única na capital e cidades do interior do Pará. Além disso, orientou os eleitores da Frente Única como proceder nos locais de votação, atentando ao depósito das cédulas, ao sigilo do voto e outros procedimentos. O resultado do pleito foi amplamente favorável ao Partido Liberal, porém, os seis meses que separaria as eleições populares até a indicação direta do governador e senadores, em abril de 1935, serviria para eclodir a mais séria crise da força governista. Em uma espécie de junção de inúmeros desentendimentos que se acumularam desde o início da interventoria de Magalhães Barata, resultou na dissidência de nove deputados eleitos pelo Partido Liberal e a formação de alianças com os deputados eleitos da Frente Única, redefinindo a maioria política eleita.

A ruptura do Partido Liberal com a perda da maioria dos deputados eleitos, atuação dos irmãos Afonso e Mário Chermont, até a saída do cargo de Magalhães Barata já foi discutida em outras pesquisas. Além disso, a indisponibilidade de consulta dos exemplares da *Folha do Norte* referentes aos meses mais tensos da derrocada baratista, ou seja, primeira metade de 1935, dificultou em certa medida o posicionamento do jornal de Paulo Maranhão sobre esses acontecimentos. Desse modo, recorri às notas publicadas no jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, já citado anteriormente, que comentavam alguns episódios envolvendo Paulo Maranhão e Magalhães Barata.

Com o acirramento da crise do Partido Liberal e episódios de violências como o ocorrido com Genaro Ponte e Souza, deputado eleito em 1934 que foi raptado, agredido e teve sua cabeça raspada, alguns outros acontecimentos vislumbraram o clima vivido na capital paraense no início de 1935. O próprio Paulo Maranhão teria denunciado nas páginas da *Folha do Norte* um projeto contra sua vida orquestrado por militares com o aval do major Magalhães Barata, onde uma colisão entre um veículo particular e um veículo do periódico que Paulo Maranhão estaria dentro, resultaria em sua morte. Segundo o jornal carioca *Diário de Notícias*, a nota lançada na

¹⁹⁶ *Folha do Norte*. Belém, 10/10/1934, p. 1.

¹⁹⁷ *Folha do Norte*. Belém, 13/10/1934, p. 1.

Folha carregava o título “Projeto de um crime hediondo”¹⁹⁸ que somente não foi concretizado pela recusa de quem seria o autor do crime, o senhor Luiz Fonseca, ex-terceiro sargento do Exército.

Concomitante às denúncias publicadas por Paulo Maranhão, o jornalista também se defendia no campo jurídico dos processos movidos por Magalhães Barata alegando calúnia contra sua pessoa. Em outra nota publicada no *Diário de Notícias*, o caso de Genaro Ponte e Souza serviu de retrato do que o interventor paraense era capaz: “Sabe-se que o interventor do Pará, não podendo raptar, sequestrar e pelar o jornalista Paulo Maranhão, diretor da ‘Folha do Norte’ e primeiro suplente de deputado federal, mandou processá-lo. A Câmara negou a licença e o processo foi interrompido”.¹⁹⁹ A nota continua relatando que sem vias legais de atingir o jornalista, a violência surgia como solução para o major, que contava também com a conivência do presidente Getúlio Vargas nos diversos casos semelhantes ocorridos no Pará.

Em uma nítida tentativa de construir um perfil ameaçador em torno da figura de Magalhães Barata, semanas antes da eleição indireta ao governo do Pará, a *Folha do Norte* publicizava a intenção de atos violentos contra as oficinas do jornal e seu diretor: “Segundo denúncia recebida pela ‘Folha do Norte’ projeta-se para esse mesmo dia [posse de Magalhães Barata] ou talvez antes, o linchamento do seu diretor, Paulo Maranhão. Quanto à ‘Folha do Norte’, as oficinas não serão mais empasteladas, mas sim dinamitadas”.²⁰⁰ As constantes notas alegando planos violentos também poderiam servir de alerta as autoridades e até mesmo a população.

A repercussão desses ocorridos em jornais da capital do país – além do *Diário de Notícias*, jornais como: *Diário Carioca*, *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, dentre outros – deve ser entendida como mais um dos elementos que minaram a governabilidade de Magalhães Barata, uma vez que os veículos de informação popularizaram seu caráter autoritário e violento.

Todavia, os diversos motivos que desencadearam a não eleição de Magalhães Barata chamam atenção. Nessa medida, a atuação de Paulo Maranhão deve ser entendida como uma das partes de um conjunto de forças que naquele período eleitoral flexionaram o poderio baratista em torno de mudanças políticas. Além disso, no Pará ocorreu um movimento bastante interessante, o mesmo bloco político que ascendeu ao poder junto ao major Magalhães Barata, seja o grupo civil ou os militares, grupo este que ocupou cargos de confiança, paulatinamente

¹⁹⁸ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 12/01/1934, p. 3-6.

¹⁹⁹ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 13/02/1935, p. 2.

²⁰⁰ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 26/03/1935, p. 6.

dissolveram alianças com o interventor, que mais tarde resultou em seu afastamento do governo.

Dessa maneira, Denise Simões Rodrigues ressalta que a própria personalidade política de Magalhães Barata, junto ao rompimento com os chamados “revolucionários históricos” facilitou em grande escala a perda de apoio político dentro do seu próprio núcleo de apoio: “A aglutinação desses dissidentes em partido seria previsível, mas o abuso do poder, a imaturidade política de Magalhães Barata lhe custou caro [...]”.²⁰¹ Deste modo, seguindo a linha de análise de Denise Rodrigues, onde acontecimentos políticos desde o movimento constitucionalista de 1932, perpassando pelas eleições de maio de 1933 e 1934, aos poucos foram minando o apoio direto a Magalhães Barata. Nomes como os dos irmãos Abel e Mário Chermont, Ismaelino de Castro, Santanna Marques, Martins e Silva, Genaro de Souza, dentre tantos outros, que foram participantes do movimento contestatório anterior a 1930, romperam parcialmente ou de maneira definitiva com Magalhães Barata durante os anos de sua interventoria.

Para algumas interventorias deste período, as eleições de 1934, que Getúlio Vargas de certa forma conseguiu postergar, significou a perda de controle da política local. Especificamente o caso paraense representa bem este movimento, pois, o mecanismo que garantiu a manutenção de Getúlio Vargas na presidência em um âmbito nacional, originou no bloco governista graves cisões, que representaria um novo reordenamento político, onde basicamente a política local ficaria dividida entre os baratistas e os antibaratistas. De certa maneira, o sucesso ou declínio de ordens consolidadas pelo movimento de 1930, em diferentes regiões do país, foram testadas no contexto eleitoral de 1934 e 1935.

No Pará não bastou apenas a maioria governista eleita e ordenada em torno do Partido Liberal, o curso da história política apresentou um choque originado e concretizado dentro do grupo dominante: “a crise política de 1935 é uma consequência natural do choque entre demandas divergentes quanto ao processo de legitimação que visa institucionalizar os resultados políticos obtidos pelos diversos grupos envolvidos no movimento revolucionário de 1930”.²⁰² Em abril de 1935, Magalhães Barata deixou o governo paraense com perda significativa de sua base de apoio política, apesar do apoio popular que lhe foi prestado em suas últimas aparições públicas ainda como interventor. Sua saída representou também uma divisão ainda mais nítida da ala baratista e da corrente antibaratista, consolidando sua influência que duraria décadas na política paraense.

²⁰¹ RODRIGUES, Denise de Souza Simões. *Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979. p. 35.

²⁰² Idem., p. 34.

Contudo, seguindo o embate protagonizado por Magalhães Barata e Paulo Maranhão, os anos entre 1937 e 1942, onde José da Gama Malcher exerceu cargo de governador e interventor do Pará na transição para o Estado Novo, pode ser considerado o período de maior liberdade para o jornalista consolidar uma narrativa pejorativa em torno da figura de Magalhães Barata. Por outro lado, apesar de distante do cargo de chefe de Estado, a base de apoio baratista manteve-se viva e desempenhou por vários momentos campanhas pela volta do major ao governo, um desses exemplos ocorreu na promulgação do Estado Novo em novembro de 1937. Sobre os acontecimentos ocorridos neste período que trata o capítulo dois desta pesquisa.

CAPÍTULO 2: A DISPUTA ENTRE PAULO MARANHÃO E MAGALHÃES BARATA DURANTE O GOVERNO GAMA MALCHER (1936-1941)

Neste segundo capítulo analiso o embate político entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata durante os anos da administração de José da Gama Malcher, governador eleito indiretamente em 1935, e transformado em interventor com a promulgação do Estado Novo em 1937, permanecendo no cargo até os meses iniciais de 1943.

Durante este período, Paulo Maranhão, por meio da *Folha do Norte*, estabeleceu forte oposição contra Magalhães Barata, aproveitando maior liberdade política em âmbito estadual para consolidar o chamado antibaratismo. Além disso, durante os processos que marcaram o Estado Novo no Pará, construiu narrativas de acontecimentos políticos recentes que o favorecesse.

2.1 A construção do antibaratismo por Paulo Maranhão

O leitor pode estranhar em um primeiro momento a análise feita do confronto político entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, durante os anos que este esteve fora do governo paraense. Porém, este período que se estende de 1935 a 1942, em que José da Gama Malcher exerceu cargo de governador e interventor do Pará, representa justamente o período de maior concretização de uma política antibarata, cuja materialidade apresenta-se nas páginas do jornal de Paulo Maranhão.

Dessa maneira, a liberdade política experimentada por Paulo Maranhão com a saída de Magalhães Barata do estado do Pará, se configura como uma continuidade da severa oposição que ganhou força nos períodos eleitorais de 1933 e 1934, como descrito no primeiro capítulo. A disposição dos fatos e o retrato por meio da crítica jornalística presente na *Folha do Norte*, representa de maneira variada como o jornalista moldou um forte aparato que apresentasse aos seus leitores e adeptos políticos uma imagem negativa de Magalhães Barata.

Vale ressaltar que o período em que Gama Malcher esteve à frente do governo paraense ocorreram importantes acontecimentos em âmbito nacional aconteceram. Desde a criação do Tribunal de Segurança Nacional, em 1936, perpassando pela concretização da ditadura do Estado Novo varguista em 1937, até o alinhamento bélico do Brasil aos países Aliados na Segunda Guerra Mundial, em 1942. Estes acontecimentos, em maior ou menor escala, influenciaram os cursos sociais e políticos em torno dos meios de comunicação e da disputa em questão.

Desse modo, tornou-se importante compreender as posições assumidas por Magalhães Barata e Paulo Maranhão após a crise política ocorrida em abril de 1935. No dia 22 de dezembro de 2019, o historiador Jales Mendonça por meio do *Jornal Opção* publicou uma matéria intitulada “Magalhães Barata em Goiás (1936): resgate de um capítulo esquecido”, contendo alguns resultados de sua pesquisa de estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Goiás.¹ A intenção do pesquisador era de apresentar aos leitores daquele periódico como o então ex-interventor paraense, em 1936, participou ativamente dos processos políticos do estado de Goiás enquanto servia militarmente nesse território.

O autor infere que a presença do militar e político paraense Magalhães Barata é bastante diminuta na bibliografia goiana deste período, apesar de representar um capítulo instigante da história local. Na verdade, Magalhães Barata postergou como pôde sua ida para Goiás, utilizando principalmente de licenças por motivo de saúde, enquanto por meio da justiça reivindicava seu direito de reassumir o governo do Estado do Pará. Apelando às instâncias eleitorais e de justiça, inclusive a Suprema Corte, Magalhães Barata nada conseguiu para reverter sua situação desfavorável a um possível mandato de governador.²

Dessa forma, o próprio jornal de Paulo Maranhão, aproveitando os momentos de maior liberdade política, ironizou a luta judicial de Magalhães Barata e seus contínuos pedidos de licença médica. Em matéria publicada em outubro de 1935, a *Folha* externava aos seus leitores que o ex-interventor paraense fazia o segundo pedido de seis meses de afastamento dos serviços militares. Além disso, declarou que os primeiros meses concedidos pelo Exército Brasileiro e que teriam seus vencimentos pagos de maneira integral serviram unicamente para: “[...] nefastas atividades politiqueras, presidindo toda espécie de conciliábulo e ensaiando aventuras, numa das quais sacrificou o futuro e ganha-pão de inúmeros inferiores do Exército [...]”.³

O modo no qual Magalhães Barata era apresentado como oportunista, em usar sua licença remunerada para realização de atividades políticas em detrimento de outros militares, foi apenas uma das táticas utilizada pelo periódico de Paulo Maranhão. Após a concessão de mais 90 dias do afastamento do serviço militar, a *Folha do Norte*, comentando informações publicadas pela Agência da União, destacou a seguinte frase: “vamos mentir, mas assim é demais, ‘seu’ jeremias – No seio do exército brasileiro são poucos os oficiais que apelam para

¹ MENDONÇA, Jales. Magalhães Barata em Goiás (1936): resgate de um capítulo esquecido. *Jornal Opção*. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/magalhaes-barata-em-goias-1936-resgate-de-um-capitulo-esquecido-226780/>. Acesso em: 06 set. 2022.

² Folha do Norte. Belém, 25/10/1935, p. 1 e 3.

³ Folha do Norte. Belém, 16/10/1935, p. 1.

a vadiação à custa dos cofres públicos”.⁴ Em vários momentos a redação do periódico de oposição a Magalhães Barata, optou por referir-se ao ex-interventor de maneira indireta, não publicando seu nome e sim apelidos ou referências pejorativas.

Em alguns momentos o termo “governo terremoto” serviu para ilustrar o posicionamento da *Folha*. Uma ocasião onde o termo foi utilizado ocorreu quando migrantes nordestinos solicitavam a Magalhães Barata, segundo a redação do periódico de Paulo Maranhão, passagens de volta para sua região de origem, porém, teriam sido taxados de “ingratos, traidores e bandidos” por procurarem o jornal *Folha do Norte* com reclamações do ex-interventor.⁵ Conforme a narrativa, o antagonismo existente entre o matutino e o político que havia deixado a pouco tempo a interventoria do Estado, solidificava posições de fidelidade e traição, sempre pautado em singularidades de narrativas a partir do grupo de origem.

Diante de outro panorama temporal, ao analisar a disputa entre narrativas jornalísticas dos periódicos *O Liberal* e *Folha do Norte* em torno da figura de Magalhães Barata, durante os anos de 1940, Alessandra Oliveira, utilizando-se da Análise Crítica do Discurso, consegue demonstrar a variedade de significados que determinadas notícias podem apresentar aos leitores. Em um exemplo, a autora chama atenção para o uso da palavra “cucaracha” nas páginas do jornal *Folha do Norte*, que significaria em espanhol “barata”, e no contexto de divergência política serviria de referência a Magalhães Barata.⁶

A análise de dois jornais abertamente oposicionistas, como *O Liberal* e *Folha do Norte*, possibilitou a pesquisadora uma confrontação de termos a um mesmo sujeito histórico:

Enquanto para a *Folha do Norte* era o “tipo superior”, “pombinho do monopólio dos miúdos”, “messiânico”, “pai dos corós”, “cucaracha”, “rei da bucharia”, para *O Liberal* era o “intimidado batalhador”, “eminente orientador”, “inconfundível líder político”, “o predestinado”. Consequentemente, a inferência permite analisar os argumentos e contra-argumentos a respeito de Magalhães Barata a partir das estruturas semânticas, linguística e as estruturas sociais e psicológicas.⁷

Dessa maneira, o fragmento acima apresenta-se como característico de um período em que antibaratismo e baratismo, concentraram-se em parte nas páginas de dois periódicos no momento de retomada parcial da democracia pós 1945. O surgimento do jornal *O Liberal*, em 1946, manifestava nitidamente a necessidade do grupo político ligado a Magalhães Barata e ao

⁴ *Folha do Norte*. Belém, 07/11/1935, p. 1.

⁵ *Folha do Norte*. Belém, 07/10/1935, p. 1.

⁶ OLIVEIRA, Alessandra Nunes de. *Do embusteiro ao eminente ídolo paraense: a disputa política entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão nas manchetes dos jornais Folha do Norte e O Liberal*. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020, p. 19.

⁷ Idem.

Partido Social Democrático (PSD), de responder os constantes ataques da *Folha do Norte* de Paulo Maranhão. Assim como, guardada as devidas proporções, *O Estado do Pará* serviu de base para a construção de uma narrativa pró-movimento de 1930, no momento da chegada ao poder de Magalhães Barata, o periódico *O Liberal* serviria de armadura às empreitadas dos baratistas em 1946, no processo de redemocratização.

Apesar do comparativo na disputa presente nos dois periódicos, deve-se considerar que diferente da *Folha do Norte*, o periódico *O Liberal*, em 1946, estava em processo de criação, buscando se afirmar no circuito jornalístico local e em quesitos de estrutura, tiragem e procura do público, logicamente estava aquém do jornal de Paulo Maranhão que estava no mercado mais tempo.

Dentre as entrevistas realizadas por Luís Mesquita, que publicou obra sobre a eleição de 1950 entre Zacarias de Assumpção e Magalhães Barata, grande parte dos entrevistados foram contundentes em relatar que a presença de *O Liberal* na década de 1940 era majoritariamente voltada aos boletins políticos do PSD e de Magalhães Barata, sendo observado como um meio de comunicação que somente nos anos seguintes adquiriu fisionomia similar da *Folha do Norte*, preocupando-se com um noticiário diverso.⁸

Contudo, o momento histórico em que Magalhães Barata é afastado do governo do Pará em 1935 e os anos seguintes, retrata um cenário de vulnerabilidade, na prática de defesa política por meio de jornais locais. Por certo, este período corresponde a uma janela curta, mas danosa em sua imagem política, levando em consideração que após seu retorno à interventoria do Pará em 1943, até seu falecimento em 1959, contaria com fortes aparatos de defesa em torno dos meios de comunicação, o DEIP-PA e *O Liberal*, respectivamente.

Retomando os aspectos relativos a 1935 e 1936, o jornal *Folha do Norte* se esforçou em acompanhar cada passo do então ex-interventor do Pará, durante às controvérsias em torno de um possível retorno ao governo por meio de recursos judiciais e/ou sua eminente retomada a vida militar. Como exercício de exemplificação, somente no mês de novembro de 1935, a *Folha* estampou em ao menos 17 edições alguma matéria referente a Magalhães Barata, em uma ou mais páginas, sendo mais de 80% dessas publicações na primeira página do jornal.

Importante frisar a duradoura prática na imprensa de oferecer maior ênfase às notícias publicadas na primeira página de cada edição do jornal. Desse modo, nada estava em qualquer lugar nos jornais, ao contrário, a seleção, a discussão e determinada uso da notícia oferecia aos leitores diferentes mensagens estreitamente ligadas aos interesses dos redatores e diretores de

⁸ MESQUITA, Luís. *Assumpção x Barata: uma relação de política e mídia que mobilizou a Amazônia*. Lisboa: Chiado Editora, 2013, p. 109-134.

jornais, estes também ligados aos grupos políticos partidários ou no caso de Paulo Maranhão, que figurava tanto como jornalista, quanto político.

Em outro contexto, mas observando a mesma prática nos meios de comunicação impressos, Daniella Moura observou como os jornais que receberam maior ênfase em sua pesquisa, alternavam minuciosamente para o emprego de notícias condizentes com suas linhas políticas de atuação durante a consolidação da República no Pará, principalmente o noticiário empregado nas primeiras páginas: “Ou seja, investigar minúcias dos jornais desde quem era seu proprietário até qual o motivo em colocar na primeira página esta ou aquela notícia, já que se relacionam neles valores e interesses de um grupo determinado.”⁹ Dito isto, empregando esta linha de análise ao cenário de afastamento de Magalhães Barata do governo do Estado e maior liberdade a Paulo Maranhão na busca de consolidação do antibaratismo, se torna nítido as motivações de notícias nas primeiras páginas das edições diárias.

Desse modo, o mês de novembro de 1935, apresenta-se de maneira muito simbólica para construção do argumento que a *Folha* se aproveitou do contexto favorável para construir uma narrativa histórica recente totalmente negativa do seu principal rival político, que naquele momento estava em ampla desvantagem. Os principais temas abordados pelo jornal de Paulo Maranhão em relação a Magalhães Barata no curto espaço de tempo de 30 dias foram: possível motim organizado pelo ex-interventor;¹⁰ saída de Magalhães Barata do Pará;¹¹ repercussão da presença de Magalhães Barata no Rio de Janeiro e suas falas a jornais da então capital do país.¹²

O modo no qual a *Folha* destinou uma parte considerável do seu espaço para repassar aos seus leitores “as novidades baratistas”, sendo estas em sua totalidade de caráter negativo, demonstra o quanto: “o jornal como instituição também possui pontos de vista. No sentido de que sabemos que o que é escrito não é verdade de fato sobre os fatos acontecidos, mas sim, discurso” como trabalhou Caren Radtke.¹³ A autora, traçando paralelos entre a utilização dos jornais como fontes para estudos ligados a Nova História Política, principalmente a partir do conceito de Cultura Política, discorre sobre as inúmeras possibilidades e mecanismos possíveis para o pesquisador identificar pontos importantes neste campo de pesquisa e metodologia.

Portanto, ao assumir um discurso pautado no antibaratismo, Paulo Maranhão concretizou por meio de variados temas um cenário que o melhor favorecesse. Quando tratou

⁹ MOURA, Daniella de Almeida. *A imprensa periódica a serviço da República paraense (1886-1898)*. 265 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021, p. 74.

¹⁰ Tema abordado com maior ênfase entre os dias 06/11/1935 e 12/11/1935.

¹¹ *Folha do Norte*. Belém, 15/11/1935, p. 1.

¹² *Folha do Norte*. Belém, 23/11/1935, p. 1.

¹³ RADTKE, Caren Aline Morsch. Cultura política e discurso jornalístico: Uma possibilidade de Estudo em História a partir da Análise de jornais. *Revista Historiador*, n. 2, p. 244-252, 2009, p. 249.

de um possível motim organizado por Magalhães Barata para retomar ao governo do Estado, a *Folha* apresentou aos seus leitores tamanha clareza de detalhes, inclusive incluindo-se como vítima da trama, que instiga os modos como foram adquiridos tais informações:

Chegou até nós uma denúncia gravíssima, que nos apressamos em transmitir ao público, para conhecimento do governo e das autoridades competentes, especialmente do comando desta região Militar e da Chefia de Polícia.

Sabe-se que o sr. Magalhães Barata, major do Exército, ex-interventor federal e grande ambicioso pelo poder nesta terra, achando-se em desespero de causa, vendo perdidas todas as suas caras esperanças de assumir a gestão do Estado, pois todos os seus apelos à justiça para ser governador não encontraram amparo nas leiras nem no direito – prepara com amigos seus, conhecidos de todos nós, um motim que deverá rebentar ainda esta semana. Para esse movimento estariam comprometidos elementos da Força Pública, da Guarda Civil, dos Bombeiros Municipais, da Polícia Civil e, diz-se, até da força federal, com os quais o major Barata tem estado em constante ligação e repetidos entendimentos, visando subverter a ordem [...]

O major Barata, que tem de embarcar para o Rio a chamado do sr. ministro da Guerra, jurou a seus deuses que antes de pôr pé a bordo estarecerá a terra do seu berço com uma nova noite de São Bartholomeu – conforme sua própria expressão entre amigos – para destruir a paz reinante no seio das nossas famílias, arrasar o regime de ordem em que vivemos e liquidar, sumariamente, figuras de relevo do governo e do Estado, sem esquecer o incêndio da Folha e o assassinio de seu diretor e redatores em evidência.

Para consecução desse desiderato tenebroso, o major Barata estabeleceu um quartel-general na vila de Mosqueiro [...] ¹⁴

A notícia na totalidade, publicada na capa do dia, é muito útil para o proposto nesta parte da pesquisa, porém, deste trecho alguns pontos mostram-se ainda mais ricos. Em primeiro lugar, a apresentação de Magalhães Barata como grande ambicioso e com um desejo insaciável de poder, que mesmo perdendo em vias legais, não deixaria de reclamar para si o direito de governar. A construção de uma figura raivosa, com sede de poder, inescrupulosa, dentre outros aspectos, como citado anteriormente, foi um dos mecanismos construídos pelo jornal. Posteriormente, chama atenção a notícia-denúncia conter tantas informações referentes a participação de membros das forças armadas, das variadas esferas, publicizando uma conjuntura de instabilidade política com envolvimento de múltiplas instituições.

Além disso, algumas referências na notícia são interessantes. Apesar de atribuir ao próprio Magalhães Barata a comparação do que seria o motim de novembro de 1935 com o Massacre da noite de São Bartolomeu (assassinato de religiosos protestantes franceses em 24 de agosto de 1572, a mando da casa Real Francesa) chama atenção quais leitores teriam conhecimento deste episódio histórico para fomentarem tal comparação e a proximidade que acaba extraída do campo religioso.

¹⁴ Folha do Norte. Belém, 06/11/1935, p. 1. – Grifos de minha autoria.

Ao analisar a trajetória e memória em torno da figura de Antonio Lemos, Maria de Nazaré Sarges comenta que ao longo da década de 1940, seu nome era mantido na memória de articulistas que publicavam nos periódicos da época, apesar da explicável perda de espaço no imaginário popular e político em detrimento de novas figuras políticas. Um desses articulistas era Raul de Azevedo, que ao rememorar os tempos em que Lemos ainda atuava na política paraense não deixou de elogiá-lo, afirmando que Lemos era um injustiçado e o Pará lhe devia uma estátua como reparação a “Noite de Bartolomeu” que o ex-intendente de Belém viveu.¹⁵

Por fim, a *Folha* apresenta aos seus leitores o próprio destino que o jornal, seu diretor e alguns funcionários teriam com a concretização do movimento de Magalhães Barata. Ao citar o possível incêndio que acometeria as instalações do periódico, uma rápida assimilação pode ser feita com os episódios de setembro de 1934, quando após a morte de José Avelino, as dependências físicas da *Folha* sofreram ferozes ataques. O possível assassinato de Paulo Maranhão e outros funcionários reveste a narrativa do que há de mais grave, ou seja, a aproximação de eventos extremados como estes, aumentaria a atenção de autoridades e da própria população.

Diante de tal acusação, Magalhães Barata acionou a justiça contra Paulo Maranhão e alegou que o jornal do seu opositor atacava sua pessoa enquanto militar, representando negativamente o Exército.¹⁶ Por outro lado, Paulo Maranhão fazia questão de lembrar que a denúncia vinculada em seu jornal não tinha relação com as atividades militares de Magalhães Barata e sequer traria prejuízo a sua imagem de político já abalada durante os cinco anos de gestão e concluía sua defesa alegando: “Não nos inquietam, nem acovardam os processos. Entre afrontar esse espantinho e cumprir nossa missão, que é zelar pela manutenção da ordem e da tranquilidade pública combatendo tenazmente aos que as ameaçam, preferimos comparecer de ânimo sereno à barra dos tribunais [...]”.¹⁷

Nesta mesma matéria comentando o processo aberto por Magalhães Barata, a redação da *Folha* adverte: “A denúncia era infundada? Não nos cabia apurar [...]”, deixando nítido que a veracidade das acusações não era um dos principais objetivos, este, ainda segundo o jornal, seria o dever da polícia. Um dos principais direcionamentos da *Folha* era associar o então presente de Magalhães Barata (1935-1936) com o seu passado bastante recente (1930-1935), com foco em retratações e acusações como a mencionada.

¹⁵ SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do “Velho Intendente” Antônio Lemos (1869-1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 207.

¹⁶ *Folha do Norte*. Belém, 13/11/1935, p. 1.

¹⁷ *Idem*.

Antes de continuarmos na dinâmica estabelecida pela *Folha do Norte* contra Magalhães Barata no ano de 1936, vale assinalar que o episódio em que Magalhães Barata recorreu à justiça contra as declarações postuladas na *Folha do Norte* não foi o único em que Paulo Maranhão foi levado à justiça para responder por suas publicações. Além da recorrente conduta de pedir auxílio às autoridades estaduais e federais nos momentos de maior tensão contra Magalhães Barata durante a primeira interventoria deste, Paulo Maranhão em 1931 já havia respondido por possíveis fraudes na administração de Sousa Castro envolvendo a Recebedoria de Contas e o jornal *Folha do Norte*.

Desse modo, após consulta a processos criminais de calúnia e injúria presentes no Centro de Memória da Amazônia (CMA), foi possível constatar outros exemplos em que Paulo Maranhão foi processado por terceiros que reivindicavam retratação de informações presentes nas páginas do seu jornal. Um dos primeiros processos movidos contra Paulo Maranhão após o movimento de 1930, teve continuidade em 1931. O crime que Carlos Florentino de Oliveira acusava Paulo Maranhão era o de injúria e de calúnia cometidos no ano de 1928, porém, apesar de relatado à justiça, o processo não prosseguiu em consequência da imunidade parlamentar que amparava Paulo Maranhão.¹⁸

Segundo consta no processo, nos dias 20 e 21 de junho de 1928, a *Folha do Norte* publicou várias denúncias contra Carlos Florentino de Oliveira, a mais grave delas foi a suposta prática de necrofilia cometida contra Thereza de Jesus Bosque. De imediato, Carlos de Oliveira acionou a justiça contra Paulo Maranhão, que era diretor-proprietário do periódico. O não prosseguimento do processo revoltou o querelante que em sua defesa alegou que a imunidade parlamentar de Paulo Maranhão não lhe dava o direito de caluniar e acusar a sociedade paraense, confiando-se em sua posição de privilégio. Por sua vez, a defesa de Paulo Maranhão alegou que o crime de calúnia e de injúria, se cometido, teria prescrito em 1931, quando o processo foi retomado.

Infelizmente, parte do processo não se encontra em bom estado de conservação, porém, algo que chamou atenção no conjunto de documentos que foram anexados ao processo em questão, recai na presença de vários recortes do jornal *Folha do Norte* da época como provas dos crimes cometidos na imprensa. A preservação de anexos como recortes de jornais expande as possibilidades de observar a conduta das partes envolvidas no processo. O exemplo em questão retrata bem como a conduta da *Folha do Norte* não passava despercebida e várias vezes chegava às instâncias judiciais do Estado, este caso, por exemplo, converge na situação em que

¹⁸ Calúnia e Injúria (1906-1970) – 4º Vara Penal. Querelante: Carlos Florentino de Olivera; Querelado: João Paulo de Albuquerque Maranhão (08/07/1931). Caixa: 02. CMA.

Paulo Maranhão perdeu sua posição de privilégio como deputado federal e passou a responder por situações anteriores a 1930.

Apesar de boa parte dos processos envolvendo instituições estatais e os meios de comunicação estarem ligados aos departamentos de informações especializados, como ocorreu com o próprio DEIP/PA a partir de 1940, no CMA foi possível rastrear outros dois processos diante da documentação disponível contra Paulo Maranhão, todavia ambos fora do recorte temporal proposto nesta pesquisa, são eles: de Djalma Couto contra Paulo Maranhão, em 1946¹⁹ e de Alberto Engelhard contra Paulo Maranhão, em 1950,²⁰ poucos meses antes daquele assumir o governo do Estado. Apesar de não ser um dos focos centrais e escolha metodológica de pesquisa, é interessante visualizar a figura de Paulo Maranhão em esferas jurídicas, até mesmo como indício para futuras pesquisas que investiguem a presença de jornalistas como praticantes de crimes, neste caso em específico: calúnia e injúria, devido opiniões e notícias vinculadas em meios de comunicação e repassadas ao público.

Retomando o programa antibaratista concretizado na *Folha do Norte*, em setembro de 1936, Paulo Maranhão levou aos seus leitores uma edição pautada na lembrança dos piores ataques às instalações do jornal *Folha do Norte*. Destaco o conteúdo presente na capa desta edição:

¹⁹ Calúnia e Injúria (1906-1970) – 6º Vara Penal. Querelante: Carlos Florentino de Oliveira; Querelado: João Paulo de Albuquerque Maranhão (06/12/1946). Caixa: 01. CMA.

²⁰ Calúnia e Injúria (1906-1970) – 6º Vara Penal. Querelante: Alberto Engelhard; Querelado: João Paulo de Albuquerque Maranhão (13/05/1950). Caixa: 01. CMA

Imagem 5 – Jornal Folha do Norte relembra ataques às suas instalações



Fonte: Folha do Norte. Belém, 23/09/1936, p. 1.

Em uma espécie de memorial de dois anos dos ataques às suas instalações, a redação da *Folha do Norte* reconstruiu os acontecimentos, apresentando detalhes dos dias mais violentos e fotografias dos principais responsáveis pelas tentativas de empastelamento do periódico. Contudo, chamo atenção à imagem centralizada de dezenas de pessoas na capa desta edição. As pessoas presentes nesta fotografia eram os funcionários da *Folha do Norte*, e a legenda escolhida foi a seguinte: “Eis aqui, em um grupo oportuno, os trabalhadores da Folha que o major Barata, destruindo o jornal onde ganham o seu pão, queria reduzir a fome com suas famílias, nem todos os nossos companheiros figuram no grupo, por ausentes na ocasião em que foi tirado”.²¹

A presença dos trabalhadores nesta fotografia, a relação entre a destruição por Magalhães Barata dos seus empregos, os quais garantiam sustento familiar, constrói um

²¹ Folha do Norte. Belém, 23/09/1936, p. 1.

sentimento de maior humanização às denúncias feitas pelo jornal de Paulo Maranhão. Em um conjunto harmônico, a redação do periódico reuniu uma série de elementos capazes de reafirmar sua posição frente aos ataques sofridos. Seja por textos rememorando os atos, seja por fotografias dos agressores e das vítimas, ou ainda pela advertência que em todos os anos próximos, o jornal lembraria a sociedade o que sofreu.

A decisão de estampar na primeira página desta edição a imagem dos funcionários do jornal também pode ser visualizada como uma forma de oferecer ao público os rostos daqueles que foram drasticamente atingidos pelas disputas políticas da época. Uma vez que, deve-se levar em consideração que o campo jornalístico, assim como o político partidário, não está isolado em ações e consequências do resto da sociedade. Ao contrário, são vários os segmentos sociais que de alguma maneira estiveram na órbita do confronto entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, e muitas vezes são atingidos distintamente dos protagonistas em questão.

Dessa maneira, sem o objetivo de reconstruir trajetórias dos funcionários que exerciam atividade na *Folha do Norte*, penso que o fazer jornalístico na década de 1920 e 1930, carregava consigo os ônus e bônus da escolha em trabalhar em determinado jornal, principalmente se o meio de comunicação fosse estreitamente ligado a algum grupo político em específico, como a grande maioria era na época. Vale registrar que os jornalistas desse período não eram formados na área de comunicação, como são hoje, na verdade, em sua maioria exerciam outras profissões, como médicos, advogados, dentre outras.

Contudo, existiam aqueles como Paulo Maranhão, que ascenderam por meio das atividades jornalísticas e que começou exercendo funções que o distanciava do poder de escrita e formação do discurso informacional. Marialva Barbosa, dialogando com inúmeros depoimentos de jornalistas sobre a memória desse grupo, principalmente voltada às atividades exercidas na década de 1920 e 1930 no Rio de Janeiro, registra que conforme o explanado por indivíduos que vivenciaram tais dinâmicas, ser jornalista era: “[...] uma espécie de lugar intermediário para conseguir a distinção necessária para ocupar um cargo na administração pública. Ter um emprego público era aspiração primeira. Ocupar um lugar na política, a aspiração máxima”.²²

Mas os jornais não serviam somente como campo para ascensão profissional e pessoal dos sujeitos que materializavam ideológica e fisicamente as edições. Os jornalistas da época desempenhavam jornadas de trabalhos exaustivas, que chegavam a mais de 12 horas diárias de atividades. Contudo, nos depoimentos trabalhados por Marialva Barbosa é possível notar que

²² BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 90.

as precárias condições de trabalho, baixa remuneração e outros problemas, são representados como uma espécie de sacrifício da missão de ser jornalista, consequência do amor e da vocação aos jornais em que trabalhavam.²³

Dito isto, os funcionários da *Folha do Norte* não estavam sujeitos apenas às precárias condições trabalhistas, que, aliás, foram publicizadas na década de 1940, quando passou por um processo de intervenção direta e troca de seu diretor, episódios analisados no capítulo 3. Inclusive, vale frisar que as condições trabalhistas dos funcionários de Paulo Maranhão na década de 1940, difere drasticamente da anunciada em editorial no ano de 1934, quando aqueles que ocupavam as oficinas e redações da *Folha do Norte* tinham uma das melhores condições de trabalho do país.

Os funcionários do jornal de Paulo Maranhão, diante de uma cultura de violência presente nas disputas políticas envolvendo inclusive os jornalistas, também estavam suscetíveis a atos de violência como o ocorrido em 1934 e lembrado anualmente pelo periódico. Relembro também que estes não podiam adentrar as instituições públicas na primeira interventoria de Magalhães Barata, como posto anteriormente. Assim sendo, apesar do poderio social e de influência presentes nos meios de comunicação, o fazer jornalístico, em suas múltiplas atividades, não era realizado nas melhores das condições, principalmente se o jornal mantivesse posição contrária aos mandatários políticos. Portanto, parte da posição da *Folha do Norte* de lembrar acontecimentos como os ocorridos em 1934, pautando seus funcionários e suas famílias como vítimas da violência de Magalhães Barata, pode ser visualizado como um manejo da memória recente a seu favor.

Desse modo, torna-se possível pensar os meios de comunicação como construtores de uma espécie de história direcionada a sua linha editorial ideológica. Marialva Barbosa, em um dos seus estudos acerca dos veículos de comunicação, problematiza o papel em que os meios de comunicação são tidos como produtores de lugares de memória e história.²⁴ A autora após analisar de maneira geral como o conceito de memória ganhou força em estudos sobre os meios de comunicação, infere que o discurso midiático, considerando a multiplicidade que o termo mídia abrange, estaria mais adequado a uma construção de uma narrativa para a história e não para a memória.

Partindo do pressuposto que os meios de comunicação constroem testemunhos de uma realidade a partir de evidências, sujeitos e um direcionamento específico do abordado e do

²³ Ibid., 79.

²⁴ BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? *Contracampo*, v. 35, n. 1, p. 7-26, 2016.

esquecido, todos propositalmente interligados, o resultado seria uma espécie de representação do presente com elementos passíveis para a história.²⁵ Com isso, o próprio lugar de “esquecimento” na construção da narrativa jornalística ganha um importante lugar, pois, o repassado, publicizado e fixado ao público, representa apenas um estrato de testemunho dos acontecimentos, este selecionado e modificado.

Por conseguinte, é possível identificar duas frentes de ação do periódico de Paulo Maranhão em relação à figura de Magalhães Barata, a primeira seria um acompanhamento muito próximo dos acontecimentos relacionados ao ex-interventor em seu dia a dia, ou seja, acordos políticos, tentativas de retornar ao governo e possível volta às funções militares. Portanto, o acompanhamento detalhado do então tempo presente após o mês que marcou seu afastamento das funções políticas, como, por exemplo, este possível motim organizado pelo militar, que a *Folha* repercutiu bastante.

O segundo campo de ação pode ser entendido como uma seleção de acontecimentos dos anos de interventoria de Magalhães Barata, retratando e ressignificando eventos que construíssem em torno deste uma imagem negativa. Em outras palavras, a redação de Paulo Maranhão conseguiu simultaneamente atacar o então presente e o então passado de Magalhães Barata, com intuito de esmorecer as forças baratistas no Pará. Por conseguinte, foi possível constatar que os anos de 1935 e 1936, representam de maneira mais sólida estes manejos de concepções temporais em relação ao meio de comunicação estudado.

Especificando essa dualidade de ação da *Folha*, após apontar Barata como autor de um possível motim político, em dezembro de 1935, o jornal exemplificava “uma herança de grande responsabilidade” que havia sido deixada por Magalhães Barata a José Malcher, em relação a uma dívida de cerca de “mil contos de réis ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários” onde apesar dos descontos mensais nos pagamentos de funcionários, por cerca de três meses, o valor não era repassado à delegacia fiscal. A matéria foi finalizada com a seguinte frase “Esse era o homem das benemerências!”.²⁶

Poucos dias antes, a transcrição de uma matéria do jornal *A Batalha* do Rio de Janeiro, com o título “ontem e hoje” ganhou destaque na capa da *Folha*. Com adição da seguinte mensagem no subtítulo: “O sr. Genaro que o diga...”, a matéria integralmente transcrita retrata bem a relação entre presente e passado na administração de Magalhães Barata:

²⁵ Idem., p. 14.

²⁶ Folha do Norte. Belém, 02/12/1936, p. 1.

Chegou do Norte o sr. Barata, que deitou falação aos jornais coisa grande, de três colunas. Atacou o governo do sr. José Malcher, por mil e um motivos. Não viu o atrabiliário militar coisa alguma a elogiar na gestão do seu antigo companheiro, hoje seu fidagal adversário [...] nada disso, porém, e mais os outros erros que o major descobriu merecem os menores comentários. E o que custa a acreditar é que o sr. Barata quem venha pelas colunas da imprensa carioca falar de violências praticadas na sua terra. Ainda está ali, como melhor condenação do acusador de hoje, o sr. Genaro Ponte e Souza. Verdade é que o deputado paraense já tem crescidos o cabelo e as sobrancelhas, mas ele bem pode lembrar as torturas que padeceu durante os dias boníssimos e abençoados da interventoria do major²⁷

Recorrer ao episódio no qual Genaro Ponte e Souza foi vítima de agressões, tendo sua cabeça raspada e repercutindo em vários jornais da então capital brasileira, serviria para deslegitimar o posicionamento contrário de Magalhães Barata em relação à gestão de José Malcher. Em outras palavras, a utilização da *Folha* de matérias como a citada acima apresentase como uma ação de duplo sentido: demonstrar que a imagem negativa de Magalhães Barata era potencializada por outros periódicos. Além disso, direcionar tais críticas ao público mais específico, nesse caso os adeptos e os opositores do ex-interventor no Pará.

A citada viagem de Magalhães Barata, noticiada pela matéria, foi sua passagem pelo Rio de Janeiro antes de seu direcionamento ao comando do 6º Batalhão de Caçadores de Ipameri, Goiás. A conduta presente nos periódicos locais de transcrever matérias originárias de outros meios de comunicação, principalmente de jornais da então capital federal, que tratavam das situações locais, era prática recorrente, principalmente quando as referidas publicações de alguma maneira convergiam com o posicionamento político do periódico local em questão. Alan Santos ao analisar a trajetória senatorial de Lauro Sodré, dentre várias áreas analisadas, ofereceu destaque a cobertura e presença de Lauro Sodré nos variados meios de comunicação do Pará e do Rio de Janeiro.

Apesar da especificidade de Lauro Sodré ter sido senador federal pelo estado do Rio de Janeiro, o autor conseguiu vislumbrar uma intensa troca de informações entre órgãos da imprensa paraense e carioca referente aos círculos políticos locais e na capital federal.²⁸ Por exemplo, em momentos de tensões como a tomada de poder pelos lauristas em 1917, quando a imprensa carioca reverberou os acontecimentos na capital. Desse modo, a presença dos acontecimentos políticos do Pará nos meios de comunicação do Rio de Janeiro, assim como os acontecimentos cariocas, estavam presentes nos veículos de comunicação locais, eram pautados

²⁷ Folha do Norte. Belém, 30/11/1935, p. 1.

²⁸ SANTOS, Alan Christian de Souza. *O senador militar – poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)*. 538 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020, p. 148.

por interesses de cada grupo político, vinculado aos específicos jornais que traçavam linhas ideológicas de publicações.

Assim sendo, uma das características da atuação de Paulo Maranhão durante todo o período analisado, foi a fortificação de vínculos com membros da imprensa do Rio de Janeiro. Tal prática visava diferentes finalidades, que iam desde a construção de canais para denúncias de arbitrariedades que possivelmente seu jornal fosse alvo (ocorrências em maior quantidade durante a primeira interventoria de Magalhães Barata), até parcerias de publicações exclusivas de jornalistas cariocas diretamente para os jornais de Paulo Maranhão, como ocorreu durante o contexto eleitoral da frustrada eleição presidencial de janeiro de 1938.

Na edição comemorativa do seu 40º aniversário de existência, a *Folha do Norte* levou aos leitores a informação que o então major Magalhães Barata já estava a caminho de Goiás, deixando nítida a satisfação do jornal com o destino do seu grande rival “Para a caserna, enfim!”.²⁹ O aniversário do jornal em 1936, era o primeiro sem Magalhães Barata à frente do Estado paraense desde a chegada ao poder dos tenentistas. Em texto escrito por José Scafi parabenizando a *Folha*, à memória de seus primeiros funcionários foram citados: primeiro diretor Enéas Martins; Alfredo Sousa, Eladio Lima, Barbosa Rodrigues, Firmo Braga, como primeiros redatores; Cypriano Santos, gerente; João de Deus do Rego, secretário; Ataliba Bemfica e Manuel do Couto, primeiros paginadores e Joaquim Soares Carneiro, impressor.³⁰

Contudo, a parte dedicada a Paulo Maranhão e os anos recentes da *Folha*, remeteram às crises políticas enfrentadas pelo jornal no período baratista:

[...] Paulo Maranhão é a alma mater da Folha do Norte e não seria possível compreender esta sem aquele: um identifica o outro. Nestes últimos anos, sob regime fora da lei, num governo discricionário, a Folha teve papel preponderante para restabelecimento da Constituição, e apesar de todos os contratemplos e de todas as perseguições, que tantos desgostos causaram – frutos aliás que a própria vida jornalística acarreta – ela, impávida, continua a ser a mesma bandeira de sempre, a cuja sombra a sociedade, cheia de confiança, se acolhe. [...]³¹

Além da assimilação da imagem de Paulo Maranhão e da *Folha* como combatentes do regime de Magalhães Barata, a posição escolhida para o periódico foi o de defensor da Constituição de 1934 e no fim das contas, a construção de uma imagem de vencedor, onde apesar das perseguições e desgostos, continuou sendo veículo de informação para a sociedade paraense.

²⁹ Folha do Norte. Belém, 01/01/1936, p. 49.

³⁰ Idem., p. 54.

³¹ Idem., p. 54.

Em 1936, apesar do otimismo da *Folha* e de Paulo Maranhão, no afastamento temporário de Magalhães Barata para servir em Goiás, dois casos simbolizam a ação do meio de comunicação e sua disputa política frente aos baratistas: acordos políticos envolvendo a Frente Única Paraense (FUP), União Popular Paraense (UPP) e o Partido Liberal (PL) e a cobertura da *Folha* no processo de investigação do envolvimento de Magalhães Barata com a Aliança Nacional Libertadora (ANL). O primeiro episódio está discutido neste tópico da pesquisa e o segundo tema no tópico 2.2.

A União Popular Paraense (UPP) foi fundada a partir da junção do Partido Social Democrata (PSD) e do Partido Popular do Pará, ainda em 1935, firmando apoio em plano nacional a Getúlio Vargas e no Pará apoiaria Gama Malcher como governador. Porém, após dissidências de alguns nomes como Samuel Mac-Dowell e Agostinho Monteiro, que faziam parte da União Popular, ressurgiu a FUP como mais uma força no cenário político.³² O ano de 1936 foi caracterizado por um jogo de avanços e de recuos diante de um iminente acordo político entre União Popular do Pará e o Partido Liberal, cujo propósito seria o de facilitar aprovação de projetos do governador Gama Malcher.

A *Folha do Norte* de Paulo Maranhão, desde os primeiros boatos desse possível acordo entre as forças situacionistas e o então enfraquecido Partido Liberal, combateu de maneira drástica a reviravolta política. Um dos pontos de maior reflexão oferecido pelo periódico recaiu na contínua influência que Magalhães Barata estaria exercendo na política local, o que seria inadmissível. A oposição de Paulo Maranhão e companhia foi tanta que até sua relação com o governo do Estado ficou estremecida, principalmente com a iminência do acordo político que restabeleceria parte da influência de Magalhães Barata a partir do seu partido político.

Uma das primeiras manifestações contrárias da *Folha* ao referido acordo político revelava sua posição que acima de tudo era antibaratista, onde a figura de Magalhães Barata, mesmo servindo em Goiás na época, seria central. Em matéria intitulada “Um punhado de absurdos” cuja autoria foi identificada apenas com as letras “A.S.J”, o jornal evidenciava o desgosto com os rumos que o país estava tomando. O primeiro desse “punhado de absurdos” recaiu justamente no ex-interventor: “O propalado acordo na política paraense poderia ser ótimo se não tivesse por pivô central a pessoa do sr. Magalhães Barata – que Deus haja por Iparemy, a divertir aquele povo do sertão brasileiro – pois nunca mais deverá voltar ao Pará [...]”.³³

Para Paulo Maranhão e seu jornal, Magalhães Barata continuava exercendo influência no cenário político paraense, e apesar da finalidade deste rearranjo (maior governabilidade a

³² ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999, p. 342.

³³ *Folha do Norte*. Belém, 10/02/1936, p. 2.

Gama Malcher) a presença do ex-interventor por meio de telegramas e conversas com aliados que o visitava, contendo diretrizes ao PL agir frente aos interesses do grupo, seria prejudicial a médio e longo prazo. Jornais como o *Diário de Notícias* e *A Nação*, que comentaram as manobras políticas ocorridas no Pará, tiveram suas publicações estampadas nas páginas da *Folha do Norte*.³⁴

O acordo político entre Partido Liberal e União Popular demorou mais que o esperado, firmado somente em outubro de 1936. Nesse ínterim, a *Folha do Norte*, continuava publicando críticas à realidade política paraense, vivenciaria o primeiro episódio de maior repressão do governo Gama Malcher, tendo uma de suas colunas destinadas diariamente a comentários críticos ao acordo político, censurada pelas forças policiais. Entre os meses de setembro e outubro de 1936, a disposição física da capa do periódico de Paulo Maranhão por várias vezes estampou na parte esquerda, em destaque com letras grandes, comentários dos mais ferozes a respeito dos últimos acontecimentos políticos no Pará.

As matérias em sua maioria não tinham assinatura de autoria, mas representavam fielmente a linha política adotada pelo periódico. Mais uma vez ressalto que durante os momentos em que o editorial da *Folha do Norte* foi voltado para pautas políticas específicas que se estendiam, seja temporalmente ou de maiores interesses, como o referido acordo político, a grande maioria do noticiário referente a essas questões eram vinculados na primeira página do jornal, por vezes ocupando mais da metade das folhas.

A tensão entre o periódico e as forças legalistas de Gama Malcher chegaram ao ápice no final de outubro, quando a edição do dia 31 deste mês surgiu com uma grande parte em branco, exatamente a coluna que nos últimos dias eram destinadas as mais duras críticas políticas, tanto aos baratistas, quanto às forças do governo:

³⁴ Folha do Norte. Belém, 25/03/1936, P. 1.

Imagem 6 – Censura à Folha do Norte



Fonte: Folha do Norte. Belém, 31/10/1936, p. 1

O público leitor da *Folha do Norte* recebeu o periódico nas casas e estabelecimentos comerciais no dia 31 de outubro de 1936, desta maneira, com sinais que a censura lhe havia imposto. Sem qualquer menção na edição com matérias mutiladas pela censura do Estado, foi na edição do dia seguinte, 01 de novembro, que o jornal de Paulo Maranhão se explicou. Segundo nota publicada na primeira página do jornal, a ordem de censura ao periódico veio do senhor Oswaldo Orico, então secretário-geral do Estado, que designou o bacharel Demócrito Noronha para exercer função de censor na redação da *Folha*, o passo a passo do procedimento de censura ao jornal de Paulo Maranhão foi repassado ao leitor, apesar de ser uma nota grande, transcrevo alguns pontos de maior interesse:

[...] lhe franqueamos toda a matéria destina a nossa edição de ontem [...] a primeira causa que mereceu o lápis vermelho do censor foi uma notícia a manifestação de irrestrita solidariedade à manifestação que alguns prefeitos do interior prestaram ao seu colega de Mocajuba e com o qual o secretário geral tem uma questão pessoal. Logo a seguir, o critério do censor oficial incidiu sobre um tópico redacional narrando um ligeiro incidente ocorrido pela manhã, em palácio, entre o repórter da Folha e o

dr. Oswaldo Orico, em virtude de uma esdruxula deste, proibindo a entrada dos representantes da imprensa na Secretaria Geral do Estado. Outras notícias, como aquelas sem nenhum cunho político ou ‘subversivo’ foram sacrificadas pelo Argos da Secretaria Geral, que por sinal quando se sentiu indeciso sobre uma censura a fazer, desceu as escadas da Folha para ir mostrar as provas tipográficas ao dr. Oswaldo Orico, que dormia no carro ‘9-of’. Essa situação se prolongou até 1 hora da manhã e quando já desfrutávamos do prazer de ver o Demócrito longe de vista, ele nos reaparece por volta das 3:30 da madrugada, para nos declarar em tom dramático “de ordem do governo” que a Folha não poderia circular com os espaços censurados em branco. Como atender essa formal intimação quando os nossos serviços de redação estavam de há muito ultimados e as páginas sendo impressas? Pusemos todas nossas dificuldades aos olhos do censor oficial e mostramos-lhe a impossibilidade de atendê-lo [...] às 5 horas da manhã ele ainda volta a nossa redação para fazer uma última tentativa no sentido de impedir que o nosso jornal circulasse com os indícios da censura, mas, diante da disposição do gerente da Folha, assumindo a responsabilidade da circulação do jornal pela forma que entendesse, o sr. Demócrito retirou-se, declarando que “o secretário geral” só não efetivava a apreensão do nosso jornal por que o adiantado da hora não permitia umas tantas providências” E foi depois de todas essas edificantes peripécias que a Folha conseguiu circular na manhã de ontem.³⁵

Desse modo, as etapas percorridas pelo censor Demócrito nos apresentam um cenário muito interessante de como a censura se concretizava nas redações dos jornais desse período. Além disso, apesar de a *Folha* ter vivenciado inúmeros episódios de censura às suas publicações na interventoria de Magalhães Barata, este ocorrido estabelece um dos poucos episódios de maior cisão entre Paulo Maranhão e o governo de Gama Malcher durante o chamado Governo Constitucional varguista, pois, a dinâmica entre governo e meios de comunicação a partir da decretação do Estado Novo se transformaria consideravelmente. Alguns pontos são suscetíveis de discussão, por exemplo, os fatos que influenciaram às escolhas de matérias “subversivas”, em sua maioria relacionadas a própria figura do secretário-geral, Oswaldo Orico.

A justificativa governamental ao ato de censura foi pautada a partir da Lei nº 702,³⁶ que versava sobre a necessidade de declaração de Estado de Guerra por 90 dias contra as ameaças comunistas em todo o território nacional. Todavia, e isso foi questionado pela redação da *Folha*, o periódico em nenhum momento apresentou-se como ameaça a continuidade da ordem no Pará, indicando que apesar da justificativa, o real objetivo era amenizar a atuação do periódico frente aos acordos políticos e divergências potencializadas a partir de medidas governamentais. Outro ponto que chama atenção está relacionado ao parâmetro de atuação do censor, que retornou à redação da *Folha* três vezes com direcionamentos distintos que o jornal deveria adotar, evidenciando até as atividades desenvolvidas ao longo da madrugada pelos funcionários do meio de comunicação.

³⁵ Folha do Norte. Belém, 01/11/1936, p. 1.

³⁶ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-702-21-marco-1936-472177-norma-pe.html>. Acesso em: 02 out. 2022.

Por outro lado, assim como em outros episódios, matérias censuradas pelo crivo oficial eram substituídas por outras, ou a página/seção mutiladas por completo. A atitude de João Maranhão (gerente do periódico citado na matéria) de assumir a responsabilidade da circulação do periódico da forma como pode ser observada na imagem acima, pode ser entendida até mesmo como uma conduta que driblava as diretrizes da censura. Desse modo, evidenciava ao público e grupos de interesses, o que se passava nos bastidores do periódico, uma vez que a ausência completa, diferente de uma substituição da coluna que abrigava as principais críticas aos acordos políticos, traria maior impacto.

Apesar de em um primeiro momento parecer apenas um detalhe o fato de o jornal ser vendido e chegar às casas e estabelecimentos dos leitores com uma parte em branco, o ato demonstrava visivelmente que aquele jornal havia sido vítima de censura prévia do Estado. Novamente recorro à análise que Marialva Barbosa fez da imprensa na década de 1920, quando em um dos relatos, de Armando Ferreira Peixoto, relembra que foi no governo de Arthur Bernardes, no contexto da decretação do estado de sítio, que houve mudanças nas práticas dos censores de jornais impressos.

Uma das modificações recaiu exatamente na proibição dos periódicos de circularem com páginas e/ou colunas em branco, situação decorrente justamente da atividade dos censores, que ao decidirem a proibição de determinada matéria, obrigavam os proprietários a substituir a parte censurada por outro assunto, desse modo, não oferecia ao leitor a impressão de que aquele jornal havia sido censurado.³⁷

A repercussão do conflito entre a *Folha do Norte* e o governo de Gama Malcher foi grande, dias após o ocorrido Paulo Maranhão enviou um telegrama ao deputado classista Martins e Silva lhe noticiando os últimos acontecimentos e solicitou apoio a outros nomes da imprensa, ele leu o telegrama na Câmara:

Comunico ao prezado colega que o governo acaba de instituir a censura para o meu jornal, impedindo-o de criticar o acordo político que acaba de ser efetuado entre a União Popular e o Partido Liberal. A censura não tem fundamento em lei, pois, a Folha defende interesses de ordem legal e o princípio da autoridade. Estamos ameaçados de não poder circular. Meu apelo vai a todos os colegas de imprensa, em nome dessa solidariedade que teve de nos unir nas horas de nosso martírio que nesta terra ainda não cessou para a Folha.³⁸

³⁷ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 78.

³⁸ Folha do Norte. Belém, 04/11/1936, p. 6.

Outrossim, após jornais do Rio de Janeiro publicarem o telegrama acima, onde Paulo Maranhão dizia que seu jornal se encontrava ameaçado de não circular após mais um episódio de censura, nomes alinhados ao Partido Liberal e a União Popular, como Abelardo Condurú e Alcides Gentil, manifestaram suas repulsas ao jornalista. O então senador Abelardo Condurú negou qualquer perigo da *Folha* ser proibida de circular e enfatizou que Gama Malcher não fecharia as portas da *Folha*, e caracterizou Paulo Maranhão como um “provocador de amarguras”.³⁹

No que lhe concerne, Alcides Gentil, manteve posição similar à de Condurú e enfatizou que Paulo Maranhão e a *Folha do Norte* não deviam ser contrário a um acordo que buscava a tranquilidade da família paraense. Entretanto, após publicizar que já teria sido redator da *Folha* e advogado de Magalhães Barata, Alcides Gentil discorreu sobre o periódico: “É sem dúvidas o diário paraense de maior prestígio, irradiando a sua poderosa influência desde Pernambuco até o Acre [...]” e sobre Paulo Maranhão: “Tem a sua frente esse terrível Paulo Maranhão, vasta cultura literária, adestrado atleta do nosso vernáculo, e pena fulgurante, mas avezado a só escrever bem quando sabe que há veneno no tinteiro”.⁴⁰

O caráter polêmico de Paulo Maranhão era constantemente potencializado por seus adversários nos contextos de conflitos políticos. O ponto de maior convergência entre seus contrários era de que o jornalista utilizava a influência de seu periódico para atacar qualquer manobra política que lhe fosse contrária, nesse caso, o acordo político que proporcionou mais influência ao partido de Magalhães Barata, era o alvo da vez. Alvo este que esteve relacionado a outros pontos durante o ano de 1937, como discutido no próximo tópico.

2.2 Magalhães Barata: de comunista à força eleitoral

Após a concretização do acordo político entre o Partido Liberal, o governo de Gama Malcher e a União Popular, pouco restou a *Folha do Norte* relativo à sua empreitada de manter as forças baratistas o mais longe possível das principais decisões do Estado. O restante de 1936 e o ano de 1937, reservaria dois posicionamentos bastante nítidos do jornal de Paulo Maranhão contra a figura de Magalhães Barata. O primeiro e que mais causou repercussão recaiu no possível envolvimento de Magalhães Barata com a Aliança Nacional Libertadora, fato utilizado por Paulo Maranhão no sentido de associar a imagem de seu principal adversário a um perigo comunista local, cuja influência ainda poderia ser percebida no Pará.

³⁹ Folha do Norte. Belém, 05/11/1936, p. 1.

⁴⁰ A Nação. Rio de Janeiro, 05/11/1936, p. 2.

Por outro lado, o ano de 1937, apesar de ainda ressoar sobre Magalhães Barata a imagem de um possível comunista, principalmente pelos indícios apresentados em júris contra outros nomes, ressignificou a presença de Magalhães Barata em Belém e interiores. Com a eminente eleição presidencial que aconteceria em janeiro de 1938, José Américo e Armando de Salles, foram os escolhidos para representar os interesses situacionistas e da oposição, respectivamente. Magalhães Barata apresentou-se como um dos principais nomes na campanha presidencial no Pará a favor de José Américo, potencializando a oposição da *Folha do Norte* e de Paulo Maranhão em âmbito local. São nestes dois pontos centrais, até a decretação do Estado Novo em novembro de 1937, e com isso a reorganização da dinâmica entre Estado, poder e meios de comunicação, que este tópico discute.

Em âmbito nacional, os anos de 1935, 1936 e 1937, foram de extrema tensão política. A construção do imaginário social do perigo comunista que ameaçava o Brasil ganhou força, prisões em massa, investigações, torturas e assassinatos fizeram parte do cotidiano brasileiro em uma empreitada que o governo de Getúlio Vargas e seus ministros encabeçaram de Norte a Sul do país. O próprio Tribunal de Segurança Nacional (TSN) foi a materialização de uma política estatal de combate expresso a qualquer um que representasse risco à integridade social do Brasil.

A polarização protagonizada pela ANL e a AIB resultou em conflitos armados e uma cisão característica na defesa de preceitos comunistas e anticomunistas.⁴¹ Contudo, foi a partir de novembro de 1935 que o anticomunismo assumiu um papel central na política varguista, como discorre Eliana de Freitas Dutra:

Com as insurreições dos dias 23, 25 e 27 de novembro, respectivamente em Natal, Recife e Rio de Janeiro, o comunismo se torna efetivamente o grande tema nacional, e até a instalação do Estado Novo, em novembro de 1937, é em seu nome e pelo temor de sua revolução que se prende, se tortura, se censura, se cerceia e se amedronta. Milhares de prisões são efetuadas em todo o país, instala-se um Tribunal de Segurança Nacional, decreta-se o estado de sítio, reforça-se a Lei de Segurança Nacional, equipara-se o estado de sítio ao estado de guerra (que será renovado três vezes consecutivas), censura-se a imprensa, fecham-se sindicatos e associações.⁴²

A instabilidade política que Getúlio Vargas experimentou após as eleições de 1934 e a promulgação da nova Constituição Federal, resultou em uma série de atos devastadores a recém-instituída democracia. Lira Neto adverte que a construção da política anticomunista do

⁴¹ CAVALCANTE NETO, João de Lira. *Getúlio (1930-1945): Do governo provisório à Ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 194-195.

⁴² DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 1930*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 43.

Estado varguista durante o Período Constitucional (1934-1937) foi estabelecida a partir de duas áreas importantes para atingir os mais diversos segmentos sociais. Nas palavras do autor: Vargas precisava travar duas batalhas prévias, a primeira seria contra a imprensa, em busca da opinião popular favorável; a segunda seria no campo parlamentar, visando aprovação de medidas mais duras contra os “inimigos da nação”.⁴³

No Pará, os dois jornais mais expressivos, *O Estado do Pará* e a *Folha do Norte*, assim como os principais meios de comunicação impressos do Brasil, optaram por encabeçar frente à população a propaganda anticomunista que Getúlio Vargas e seus mecanismos de comunicação, tendo à frente o ministro Lourival Fontes, estabeleceu. Por outro lado, Abel Chermont, na época senador do Pará, por mais de uma vez usou as tribunas para denunciar episódios de violência e torturas cometidas pela polícia política de Filinto Muller.⁴⁴ As denúncias feitas por Abel Chermont resultaram em sua prisão em março de 1936, segundo o senador, repleta de maus-tratos e violências.⁴⁵ Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere* descreve a truculência em que Abel Chermont foi submetido no momento de sua prisão.⁴⁶

Desse modo, um mês após a prisão de Abel Chermont, a *Folha do Norte* de Paulo Maranhão, potencializava sua política anticomunista contra os “elementos perigosos” locais. E assim como fez no final de 1935, quando levantou a suspeita de um golpe político comandado por Magalhães Barata, a *Folha* tornaria a atacar o mesmo adversário, porém, divulgando indícios do envolvimento do ex-interventor com a ANL, em um período de extrema violência política. O contexto era diferente, o alvo ainda era o mesmo.

Uma das primeiras notícias de cunho mais explícito que a *Folha* utilizou para atingir Magalhães Barata neste campo político, foi aproximar sua imagem a de Pedro Ernesto, que havia sido prefeito do Rio de Janeiro e estabelecido relação com a ANL, apesar de ter confidenciado a Getúlio Vargas boatos de possíveis levantes em novembro de 1935. No momento da matéria do periódico de Paulo Maranhão, publicada em abril de 1936, Pedro Ernesto estava preso e contra ele existia indícios como cartas e menções em reuniões, além de acordos com o próprio Carlos Prestes:

[...] A ligação entre esses dois ex-outubristas vermelhos (Pedro Ernesto e Magalhães Barata) fora, nos últimos tempos, de um tal caráter e de uma tal ordem que verdadeiramente o ex-interventor paraense já não reconhecia no cenário brasileiro outro chefe e já não obedecia a outra orientação política que não fosse a do chefe da comuna carioca e o mais carioca dos comunistas de alto bordo. Todo mundo ainda

⁴³ CAVALCANTE NETO, op. cit., p. 252.

⁴⁴ Ibid., p. 259.

⁴⁵ Ibid., p. 265.

⁴⁶ RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2013, p. 270.

deve lembrar da resistência oposto pelo sr. Barata à sua retirada deste Estado, nas vésperas do movimento bolchevista de 27 de novembro último, não sendo mistério para ninguém que quem ordenava do rio para que o sr. Barata ficasse no Pará era, nem mais nem menos, que o sr. Pedro Ernesto [...] ⁴⁷

Associar a imagem de Magalhães Barata a de Pedro Ernesto, no momento de maior visibilidade da prisão e início do inquérito do ex-prefeito da então capital federal, era uma estratégia ousada de Paulo Maranhão, pois, com isso, ele rememorava inclusive os desdobramentos da saída conturbada de Magalhães Barata do governo do Pará, recorrendo à justiça, prologando sua estadia em Belém e suas variadas ligações com autoridades políticas, mesmo após a posse de Gama Malcher. A matéria é concluída com uma projeção acerca da relação criminosa em torno do comunismo estabelecida entre Barata e Pedro Ernesto: “[...] E se há alguém quem duvide disso, que aguarde a revelação do ‘dossiê’ do sr. Pedro Ernesto, talvez a esta hora já sob exame da polícia carioca”. ⁴⁸

Apesar do presságio da *Folha do Norte*, seria outro preso político que colocaria o nome de Magalhães Barata em visibilidade na imprensa e sua pessoa nas dependências dos tribunais. A prisão de Roberto Sisson, sendo um dos milhares de presos da polícia varguista envolvido com a ANL, levantaria em torno do ex-interventor paraense a imagem de simpatizante do movimento comunista no Brasil. Entretanto, antes de adentrarmos ao noticiário referente ao caso Roberto Sisson, a *Folha* no mesmo mês que associou a imagem de Magalhães Barata a de Pedro Ernesto, publicou uma extensa lista de nomes envolvidos com o comunismo no Pará, cuja matéria original derivava de um jornal integralista intitulado *Século XX* que circulava na cidade do Rio de Janeiro.

A publicação recebeu o seguinte título adicional da *Folha*: “Os comunistas do Pará – Uma estatística interessante”. ⁴⁹ O jornal, cuja diretriz política era ligada ao grupo de Plínio Salgado, teria recebido de um correspondente de Belém, uma volumosa lista com informações detalhadas de comunistas presentes no território paraense, o informante não foi identificado na matéria, mas teria afirmado por escrito: “Como os jornais do Rio não falassem em comunismo no Pará, mando para o ‘Século XX’, uma lista completa de comunistas daqui, sendo que a maioria escapou da repressão policial e anda solta, à vontade”. ⁵⁰ A lista com dezenas de nomes, profissões destes (alguns funcionários de repartições públicas), endereços e últimas “atividades subversivas” desempenhadas, é bastante extensa para ser reproduzida em sua íntegra.

⁴⁷ Folha do Norte. Belém, 07/04/1936, p. 1.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Folha do Norte. Belém, 18/04/1936, p. 2.

⁵⁰ Idem.

Outrossim, nomes presentes na lista enviada ao jornal integralista, como o do estudante Pedro Pomar e do romancista Dalcídio Jurandir chamam atenção, ambos abertamente conhecidos como comunistas, expoentes do movimento no Pará, também foram presos. Dalcídio ocupava função pública na secretaria de Educação do Estado. Tanto Pedro Pomar, como Dalcídio Jurandir foram candidatos a vereador nas eleições de novembro de 1935, pelos Partido Mocidade Paraense e Partido do Trabalhador, respectivamente. Ambos não obtiveram votos suficientes para serem eleitos.⁵¹

Outra paraense ilustre que esteve estampada nas páginas da *Folha do Norte* e nos relatos de Graciliano Ramos, foi a escritora Eneida de Moraes. Em matéria obtida pelo serviço telegráfico, o jornal de Paulo Maranhão anunciava que os suspeitos de participação nos acontecimentos de 1935 estavam enfrentando uma nova fase no júri, e Eneida de Moraes, assim como outros nomes conhecidos do período como Odilon Batista (filho de Pedro Ernesto), Eliezer Magalhães (irmão de Juracy Magalhães), dentre outros, constavam nas ocorrências. A notícia ainda indica que além de Eneida de Moraes, outras três mulheres foram denunciadas: Valentina Barbosa, Armada Alberto e Maria Moraes Werneck de Castro.⁵² Quase dois meses depois, Eneida voltaria às páginas da *Folha*, em uma fotografia ao lado de outros três homens, todos em pé com as mãos direitas fechadas em gesto de resistência.⁵³

Sobre Eneida de Moraes, é importante registrar que em seu livro “Aruanda”, a escritora relembra alguns episódios vivenciados por ela durante a Era Vargas. Inclusive, parte de sua experiência no cárcere está presente nesta obra. Em um dos fragmentos a autora ao relembrar situações degradantes vividas na prisão indaga se alguém já esqueceu o fascismo de Vargas: “Éramos vinte e cinco mulheres presas políticas numa sala da Casa de Detenção, Pavilhão dos Primários, 1935, 1936, 1937, 1938. Quem já esqueceu o sombrio fascismo do Estado Novo com seus crimes, perseguições, assassinatos, desaparecimentos, torturas?”⁵⁴

Bem mais tarde, em agosto de 1956, Eneida de Moraes utilizou as páginas do jornal carioca *Diário de Notícias* para comentar o livro lançado por Georgenor Franco sobre Paulo Maranhão. Após comentários sobre a obra, Eneida o parabeniza e encerra a matéria pedindo que Paulo Maranhão escrevesse suas memórias, escrita essa que não seria somente sua vida, mas parte da história do Pará, e apresenta o jornalista aos leitores do jornal: “Para quem não o

⁵¹ OLIVEIRA, Alfredo. *Cabanos e Camaradas*. Belém: Alfredo Oliveira, 2010, p. 91.

⁵² Folha do Norte. Belém, 21/01/1937, p. 3.

⁵³ Folha do Norte. Belém, 11/03/1937, p. 1.

⁵⁴ MORAES, Eneida de. *Aruanda*. Belém: CEJUP/SECULT, 1997, p. 131.

conhece, gostarei de apresentá-lo agora: é o mais velho jornalista militante do Brasil. Errado muitas vezes, aguerrido sempre, mas bom escritor, grande jornalista.”⁵⁵

Por fim, quando visitou Belém, sua terra natal, em 1960, comentou que foi até o prédio da *Folha do Norte* rever Paulo Maranhão, novamente o chamando de mais velho jornalista do Brasil. Visitou outros jornais, como *O Liberal*, *A Província do Pará*. Aludiu também a conversa que teve com Haroldo Maranhão em sua livraria Dom Quixote.⁵⁶ Eneida de Moraes, apesar de constar como uma das “ameaças comunistas” nas páginas da *Folha do Norte* de Paulo Maranhão, manteve contato com o meio jornalístico paraense, inclusive externando anos mais tarde admiração pelo “mais velho jornalista do Brasil”.

Desse modo, se torna importante frisar a posição política que Paulo Maranhão adotou durante sua trajetória. Sobre o período da Era Vargas, Maranhão além de se aproximar do movimento integralista no Pará, abriu espaço no seu jornal para propaganda, informes e destaque a figura de Paulo Eleutério, um dos chefes estaduais do movimento de direita. Na mesma direção, outra obra remete a um episódio referente ao período em que a *Folha do Norte* flertou com o integralismo no Pará. O já citado Haroldo Maranhão, que recebeu visita de Eneida de Moraes em 1960, foi autor do livro intitulado “Querido Ivan”, contendo 21 cartas para seu irmão Ivan Maranhão. Tanto Haroldo como Ivan, foram filhos de João Maranhão, nome de confiança de Paulo e gerente das *Folhas* por décadas.

As 21 cartas foram escritas por Haroldo para Ivan no contexto de enfermidade deste, tendo a última carta sequer lida por Ivan que falecera dias antes. Nas missivas, Haroldo rememora aspectos da cidade de Belém, episódios envolvendo seu avô, às instalações do jornal onde moraram no quarto andar, dentre outras lembranças. Em várias passagens Haroldo revela que nunca se filiou a nenhum partido político, mas que tanto seu avô Paulo, como seu pai João, desde a mocidade achava que ele era comunista. Ao lembrar Paulo Eleutério, Haroldo diz que ele foi autor de atos desagradáveis quando Haroldo contava apenas 6 ou 7 anos:

Fui não obstante politicamente estuprado! O autor do estupro: Paulo Eleutério (sênior), fascista e chefe provincial, no Pará, da Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado [...] fez vestir-me o modelo infantil da camisa verde de gravata preta e sigma na manga direita, importando a letra grega do fascismo italiano. E ensinou-me a saudar por três vezes: Anauê! Anauê! Anauê! De braço direito estendido [...]⁵⁷

⁵⁵ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 03/08/1956, p. 11.

⁵⁶ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 25/10/1960, p. 16.

⁵⁷ MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*. Belém: Jornal Pessoal, 1998, p. 32.

A lembrança de Haroldo, apesar de não explicitada espacialmente, pode ter ocorrido nas próprias instalações da *Folha do Norte*, onde morava e passava boa parte do dia recluso. Além da constante presença de Paulo Eleutério como secretário do jornal no início da década de 1930, ele participava de atos e propagandas integralistas, além da realização de reuniões com o próprio Paulo Maranhão na sede do jornal com membros da AIB Pará.

Haroldo Maranhão também foi autor do já citado “Rios de Raivas”, obra literária cuja premissa é narrar o conflito entre um jornalista (Palma Cavalão) e um político militar (Cagarraios Palácio), que servem como figuras do real embate existente entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata. Apesar de muitas vezes trazer referências de acontecimentos poucos conhecidos ou inexistentes - frutos da escrita ficcional - da história política paraense, outros momentos, principalmente das décadas de 1950 e 1960, como o banho de fezes que Paulo Maranhão foi vítima de opositores⁵⁸ e o próprio processo de interdição do dono do jornal Folharal por um dos seus filhos, relacionando a crise sucessória na direção da “Empresa Folha do Norte Ltda.”, estabelecida principalmente entre Clóvis e João, tio e pai de Haroldo, são narrados pelo literato.

De volta ao contexto de 1937, acredito que a posição de Paulo Maranhão em intensificar o viés de denúncia à chamada ameaça comunista evidenciando nomes conhecidos no Pará, deve ser entendido para além de uma conduta condizente com as diretrizes varguista da época. É possível enquadrá-la como uma materialização da própria figura e escolha ideológica que o jornalista representou nas camadas políticas do Pará.

A vez de Magalhães Barata ser protagonista nas várias notícias-denúncias de comunismo ocorreu de maneira mais concreta em dezembro de 1936, apesar das aproximações do ex-interventor com os chamados “suspeitos comunistas”, como Pedro Ernesto, no início do mesmo ano. A *Folha do Norte*, que circulou em Belém no dia 04 de dezembro de 1936, estampava em sua primeira página, parte da denúncia feita ao TSN onde Magalhães Barata estava como aliado a ANL. Sua aparição constava nos indícios contra Roberto Sisson, nome conhecido por sua atuação na luta comunista no Brasil, a *Folha* destacou a carta que Magalhães Barata teria entregado a Sisson ainda em 1935, atestando sua simpatia ao movimento e apoio indireto:

⁵⁸ Carlos Rocque pontuou que um dos seus entrevistados, Miguel Silva, teria revelado que o verdadeiro mentor do ataque não foi Magalhães Barata e sim Lindolfo Mesquita que jamais assumiu o ato e inclusive colaborou anos depois na *Folha do Norte*. ROCQUE, Carlos. *A formação Revolucionária do tenente Barata*. Belém: Fundação Romulo Maiorana, 1983, p. 65. Registro que Lindolfo Mesquita durante a segunda passagem pela interventoria de Magalhães Barata desempenhou importante papel no DEIP/PA e foi presente em episódios que marcaram o retorno do confronto direto entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata.

Barata Agia na sombra

Trata-se de cópia de uma carta de Barata a Sisson, datada em 27 de julho de 1935, na qual declara ao seu signatário o seguinte:

“Como já lhe mandei dizer a minha tendência é pela Aliança Nacional Libertadora, isto falando de maneira geral. Lógico que tenho minhas restrições ao programa, o que aliás não invalida minha inclinação por ela. Por conveniência para a própria ANL, devo continuar fora. Concorrerei melhormente para a Aliança assim, procedendo. Sou de opinião que nenhum dos membros da caravana deve ficar aqui. Partindo, desaparecem as desconfianças e eu estarei melhor para agir na hora aprazada. Eu com minha gente agirei bem e a vontade. Ficando alguém da caravana, não tenho dúvidas que a polícia ficará sempre desconfiada. Pode o sr. regressar com os demais membros da caravana, e confiar em mim que eu agirei na certa, pois, tenho os elementos e disponho de prestígio”.⁵⁹

A carta acima foi encontrada em um dos endereços de Roberto Sisson investigados pela polícia política varguista. O enfoque oferecido pela *Folha* sobre a relação entre Magalhães Barata e a Aliança Nacional era o ponto principal que o jornal de Paulo Maranhão poderia utilizar. Ressaltava os perigos que o ex-interventor oferecia ao território paraense, principalmente a carta sendo escrita poucos meses após seu afastamento do governo do Pará; direciona os leitores ao tema de apoio indireto, ou seja, que não poderia assumir sua vontade, mas correspondia com os rumos do referido programa político e que arquitetava em escolhas para atenuar a vigilância da polícia local às movimentações.

Em outras palavras, a *Folha* não deixaria passar uma das bases do antibaratismo deste período, tornar Magalhães Barata espelho do comunismo no Pará, em um dos momentos de maior tensão política do país. Do mesmo modo, Alfredo Oliveira comenta sobre a viagem de Sisson que marcaria a entrega da carta transcrita acima. O escritor ressalta que Roberto Sisson e Magalhães Barata eram amigos e compartilharam experiências do movimento tenentista de 1930. Sua vinda ao Pará, como parte do itinerário de visitas aos estados do Norte do País, seria marcada pela tentativa de angariar apoio do influente político local, justificando a escrita da carta que teria como destinatário final Carlos Prestes.⁶⁰

A divulgação da parte do processo em que Magalhães Barata era citado e sua referida carta de apoio a ANL era apenas o início da campanha antibarata e anticomunista. Apenas dois dias após a publicação da carta, a *Folha do Norte* rememorava aos seus leitores os indícios que apontava o ex-interventor como um dos líderes do movimento e que estaria propício a desencadear em Belém acontecimentos similares aos ocorridos em Natal, Recife e Rio de Janeiro.

⁵⁹ Folha do Norte. Belém, 04/12/1936, p. 1 e 6.

⁶⁰ OLIVEIRA, Alfredo. *Cabanos e Camaradas*. Belém: Alfredo Oliveira, 2010, p. 90.

O noticiário do dia relata ainda que Samuel Mac-Dowell Filho, então delegado de polícia de Gama Malcher, esteve vigilante aos possíveis passos subversivos que Magalhães Barata estava arquitetando em Belém e outras cidades do interior, porém, não pôde prendê-lo “porque o conspirador tinha sobre si para acobertá-lo, uma farda de oficial superior do nosso Exército”.⁶¹ Gradualmente o jornal de Paulo Maranhão rememorava críticas tecidas ao político adversário, como o uso da sua licença do Exército para realizar comícios e outros eventos partidárias em prol de um possível acordo que o restituísse no governo estadual.

Dessa maneira, a *Folha do Norte* expandiu sua cobertura aos processos que tramitavam no TSN referentes a indivíduos ligados ao comunismo. Uma das publicações que mais exemplificou a equação antibaratista do periódico deste momento em reconstruir o passado recente a seu modo, dialogando com o presente conturbado da época se deu no dia 10 de dezembro de 1936. Neste dia, em uma matéria sem autoria, a *Folha* publicava um longo texto cujo título era: “Não pode fugir à pecha de comunista”.

A matéria tinha como objetivo central apresentar ao público mais um indício do envolvimento de Magalhães Barata com o comunismo, desta vez a partir do processo policial instaurado contra Nina Ribeiro, apresentado como “comandante Nina Ribeiro” e que esclarecia sua atuação no Norte do Brasil: “Fundei quatro células comunistas em Manaus e duas em Belém. [...] Articulei com o major Barata, em Belém, o qual apesar de não estar inteiramente com o nosso programa, é simpático a nossa causa, as massas que se movimentam sob suas ordens estão prontas para a luta!”.⁶²

O indício acima, segundo o periódico de Paulo Maranhão, estava presente em uma das cartas enviada por Nina Ribeiro a Antonio Maciel Bonfim, então secretário do Partido Comunista do Brasil. A nova fonte de associação de Magalhães Barata ao comunismo apresentada a sociedade paraense reforçava mais uma vez a participação deste junto a ANL. Contudo, o trecho no qual o nome de Magalhães Barata constava no inquérito era a última parte de uma narrativa que justificava a posição da *Folha* em acusá-lo: “O sr. Barata é comunista não porque a Folha o queira, mas por gosto dele mesmo, refletido em todos os atos da sua vida. [...]”. Dessa forma, o jornal iniciava um longo apanhado de práticas realizadas durante sua interventoria que caracterizava Magalhães Barata como um comunista e conclui:

[...] Todos os seus atos e atitudes, anteriores e posteriores a 1930, o inscrevem no rol dos adeptos inatos e vocacionais da doutrina marxista, e ele só não a implementou

⁶¹ Folha do Norte. Belém, 06/12/1936, p. 1.

⁶² Folha do Norte. Belém, 10/12/1936, p. 1.

audaciosamente durante a sua administração no Pará, porque reconheceu que não havia ambiente no Brasil para tal desatino ideológico [...]⁶³

Desse modo, a *Folha* traçava uma linha de raciocínio que partia de vários exemplos, como greves de trabalhadores, expropriação de bens de políticos, ataques a imprensa, distribuição de alimentos aos pobres, dentre outras ações que assemelhava o Pará baratista com a Rússia revolucionária, até 1936, quando as acusações eram formuladas contra o ex-interventor. Estes elementos continham sinais e elos que o meio de comunicação por vezes reescreveu para usá-los na ação ofensiva contra seu principal rival político.

Vale ressaltar que as publicações em formato de denúncia presentes nas páginas da *Folha do Norte* repercutiram na Assembleia Legislativa do Estado. Nomes ligados ao Partido Liberal, como Octávio Meira, Pires Camargo, Aníbal Duarte, dentre outros, rapidamente usaram a tribuna paraense para promover a defesa do seu chefe político Magalhães Barata. Octávio Meira, que na época era líder da bancada liberal, alegou que o jornal comandado por Paulo Maranhão estava realizando ataques a partir de provas incompletas, utilizando apenas fragmentos que beneficiava sua própria narrativa contrária ao major Barata. Na mesma linha, Pires Camargo alegava que Magalhães Barata jamais seria capaz de qualquer envolvimento com a ANL e que agora é possível constatar quais eram seus inimigos: “são os que o acusam de extremista”.⁶⁴

Entre ataques e defesas, baratistas e antibaratistas discutiam em vários espaços o real envolvimento de Magalhães Barata com o comunismo no Brasil. A constante citação dos noticiários vinculadas a *Folha* destaca que gradativamente o meio de comunicação alcançava seu objetivo em potencializar o que provavelmente foi a mais dura conduta deflagrada contra seu adversário político. Assim sendo, paulatinamente, Paulo Maranhão a partir do seu periódico construiu sucessivas fases de ataques a Magalhães Barata, utilizando-se de maior liberdade na interventoria de Gama Malcher.

Somente em dezembro de 1936, o nome de Magalhães Barata foi citado como suspeito de comunista ao menos 10 vezes no jornal de Paulo Maranhão. A *Folha do Norte* dividia sua atenção entre manter seu público bem-informado a respeito das novas denúncias no TSN envolvendo o ex-interventor, sem deixar de lado que Magalhães Barata se mantinha em Goiás e no mesmo mês das principais denúncias, se envolvera em polêmicas com o então governador daquele Estado, Pedro Ludovico.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Folha do Norte. Belém, 10/12/1936, p. 5.

Magalhães Barata era crítico contumaz do governador goiano. Acusado de ser mandante de prisões arbitrárias naquele Estado, a população goiana era advertida pela *Folha* a tomar cuidado com este indivíduo e caso restasse dúvida do caráter autoritário de Magalhães Barata, ficava a dica do periódico paraense: “[...] E se querem ver com quantos pás se faz um cangalha e como se transforma um Estado num hospício, façam-no, só por dois meses, governador de Goiás.”⁶⁵ Estava concretizado e cristalizado, Magalhães Barata constava no rol de políticos com uma longa bagagem de críticas nocivas administradas por um jornal de grande porte paraense. Paulo Maranhão, entre palavras e ações, utilizou sua redação como trincheira desta batalha política.

O movimentado ano de 1937, iniciava de certa forma no mesmo cenário dos meses anteriores. Magalhães Barata continuava nos holofotes da *Folha do Norte*. Contudo, o ano de 1937 abrigou, além da instauração do Estado Novo em novembro, uma dura corrida entre os candidatos presidenciais Armando de Salles e José Américo em eleição que seria realizada em janeiro de 1938. No Pará, não deve ser difícil imaginar que Paulo Maranhão com seu periódico representou drasticamente o lado oposto do escolhido por Magalhães Barata, diante das alianças em torno das campanhas políticas presidenciais.

Enquanto Paulo Maranhão, por meio da *Folha do Norte*, firmou expressiva campanha a favor de Armando de Salles, noticiando manifestações e atividades de grupos políticos no Pará a seu favor. Magalhães Barata deixaria de lado suas funções militares e retornaria ao seu estado natal com a missão de utilizar sua influência política para angariar votos ao candidato da situação, José Américo.

Os preparativos para a sucessão presidencial, que aconteceria em 04 de janeiro de 1938, estava em contraste à instabilidade política experimentada pelo governo de Getúlio Vargas. Após sucessivas aprovações do chamado Estado de Guerra em decorrência das ameaças comunistas, Getúlio Vargas precisou recuar diante de uma série de obstáculos ao seu anseio de continuar no governo. Contudo, a resistência do governo federal em concretizar os parâmetros eleitorais para as chapas presidenciais, refletiu na definição dos candidatos somente nos meses de abril e maio de 1937.

Apesar de vários nomes cogitados, os três escolhidos foram: Armando de Salles Oliveira, representando os vários setores que em diferentes graus poderiam ser definidos como oposicionistas ao governo federal; José Américo de Almeida, candidato que apesar de não ser apoiado oficialmente por Getúlio Vargas, obteve apoio de outras lideranças políticas

⁶⁵ Folha do Norte. Belém, 22/12/1936, p. 1.

situacionistas; e a terceira e última, foi a candidatura de Plínio Salgado, líder da AIB, construindo sua campanha em torno do anticomunismo e expandido os horizontes programáticos de um possível governo extremista.

Neste contexto, analisando as diversas manobras concretizadas por Getúlio Vargas em torno de um continuísmo no governo brasileiro, Dulce Pandolfi e Mário Grynzpan, analisam como o golpe de estado efetivado em 10 de novembro de 1937, seguiu rumos díspares, observando recuos e avanços, conforme o contexto e alianças políticas.⁶⁶ Os autores ressaltam que diferente do proclamado pelos ideólogos estadonovistas de que o golpe de 1937 era propriamente o desfecho natural do movimento de 1930, as constantes manobras efetivadas por Getúlio Vargas, afastando lideranças políticas, seja civis ou militares, desencadeou inúmeros eventos que simbolizaram drásticas rupturas com personagens tidos como importante durante os governos provisório e constitucionalista.

Especificamente sobre o contexto em torno da eminente corrida presidencial, Getúlio Vargas teria consultado o parlamento e governadores importantes como Lima Cavalcanti de Pernambuco, Juraci Magalhães da Bahia, Flores da Cunha do Rio Grande do Sul e Armando de Salles de São Paulo, em torno de um projeto que o promovesse a presidência por mais anos. Porém, com a negativa e o desapoio até dos principais aliados governistas, Getúlio Vargas recuou e promoveu uma abertura política que concretizaria o retorno do sentimento de medo do comunismo constituído na sociedade brasileira e fomentado pela imprensa nacional.⁶⁷

A desarticulação de Flores da Cunha, um dos principais líderes políticos do Brasil, cujo apoio popular e militar era notório, foi um dos componentes no percurso golpista de Getúlio Vargas. Nesta trama, a presença do General Góis Monteiro e o próprio Exército ressignificaram as alianças do governo. Portanto, segundo Pandolfi e Grynzpan, a trama política travada nos anos de 1936 e 1937, estava posta em três frentes: combate ao comunismo, sucessão presidencial e desarticulação de Flores da Cunha.

No Pará, os temas acerca do comunismo e da sucessão presidencial ocuparam maior espaço nos meios de comunicação impressa. Especificamente acerca dos conflitos de interesses entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, os três temas acima citados estiveram em pauta. Após deixar suas funções militares em Goiás, Magalhães Barata viajou ao Rio de Janeiro, onde se reuniu com Getúlio Vargas e declarou a alguns jornais cariocas seu posicionamento frente os possíveis rumos políticos que o Brasil ganharia com a sucessão presidencial. Ao ser indagado

⁶⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYSZPAN, Mario. Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. *Revista de sociologia e política*, n. 09, p. 7-23, 1997.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 15.

sobre em qual lado estaria seu apoio na disputa eleitoral, proclamou: “Apoiarei a candidatura daquele que encarne os princípios da revolução de 1930!”. A *Folha do Norte*, satirizando a declaração do ex-interventor paraense, refutou sua afirmação publicando que Barata deveria ter respondido aos jornalistas que: “Estarei ao lado do candidato que tiver maior número de probabilidade de vitória”⁶⁸, pois, segundo o periódico, o esperado pelo público era que o político estivesse sempre em busca do poder, alinhado ao lado vencedor, independente de qual fosse.

A participação de Magalhães Barata na corrida eleitoral não se limitaria às opiniões políticas prestadas aos meios de comunicação do país. Ainda em fevereiro do mesmo ano, um possível convite feito por Gama Malcher a Magalhães Barata para retornar ao Pará e tratar de assuntos políticos, tendo como intermediário o deputado Deodoro da Mendonça, foi desmentido por este último, alegando em visita à redação da *Folha* que não estava transmitindo qualquer mensagem do governador do Estado.⁶⁹ Todavia, a vinda de Magalhães Barata estava nos planos dos baratistas, em Belém a partir de meados de 1937, o ex-interventor paraense constituiu um dos principais apoios na região Norte à candidatura de José Américo. No intervalo de um ano, Magalhães Barata passou de “potencial ameaça comunista” definido pela *Folha do Norte* à força política em prol da eleição nacional.

Por outro lado, as forças políticas oposicionistas, erguidas no Pará em apoio ao candidato Armando de Salles, tiveram em sua fileira a cooperação da Frente Única e da *Folha do Norte*. Em um histórico feito no dia da comemoração de aniversário da *Folha*, cuja edição especial chegou a 60 páginas, o periódico relembrou ano a ano e as mais duras batalhas que a organização política e o meio de comunicação enfrentou, concentradas na interventoria de Magalhães Barata.⁷⁰ Em uma espécie de continuísmo, as duas organizações mantiveram-se unidas durante 1937.

Em um dos primeiros atos de apoio a Armando de Salles, a Frente Única Paraense organizou⁷¹ em reunião e publicizou um manifesto de apoio ao candidato à sucessão presidencial, a partir daquele momento, Paulo Maranhão tornaria seu periódico o principal porta-voz dos princípios em torno do programa político de Salles: “[...] A Frente única Paraense, em perfeita correspondência com a vontade expressiva de todas as suas forças eleitorais, cumpre o dever de apresentar ao sufrágio do eleitorado do nosso Estado, para próxima eleição de

⁶⁸ *Folha do Norte*. Belém, 06/02/1937, p. 1.

⁶⁹ *Folha do Norte*. Belém, 13/02/1937, p. 1.

⁷⁰ *Folha do Norte*. Belém, 01/01/1937, p. 53.

⁷¹ *Folha do Norte*. Belém, 30/04/1937, p. 1.

presidente da República, o nome do dr. Armando de Sales Oliveira [...]”.⁷² No dia posterior ao manifesto da Frente Única, em artigo assinado por Antonio Marçal, a *Folha do Norte* era definida da seguinte forma:

[...] A Folha do Norte, cujo credências que a opinião pública já lhe conferiu, e na palpitante emergência da nossa atualidade, como sempre, com as instalações do primoroso jornalista Paulo Maranhão, o caminho dos que vão às urnas em marcha triunfal, o nome imaculado do dr. Armando de Sales – sólida garantia da realização de um programa já iniciado com brilhantismo e resultado positivamente confirmado [...]”⁷³

A importância dos periódicos impressos deste período e seu envolvimento com as elites políticas e/ou econômicas regionais puderam ser notadas nas alianças formadas principalmente em torno de Armando de Salles e José Américo. Grandes meios de comunicação, como o *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, fizeram campanha aos candidatos, neste caso, para José Américo e Armando de Salles, respectivamente.⁷⁴ De maneira bastante explícita, Paulo Maranhão transformou seu jornal em base de apoio a Armando de Salles no Pará. Sua ida ao Rio de Janeiro, sacralizou sua aproximação ao candidato opositor. Partindo de Belém no dia 06 de junho,⁷⁵ Paulo Maranhão visitou Armando de Salles e em reunião de aproximadamente uma hora de duração, acompanhado pelo deputado Agostinho Monteiro, discutiu junto ao candidato à presidência assuntos políticos.⁷⁶

A *Folha* publicou em linhas gerais como foi o encontro entre seu diretor e o candidato à presidência: “[...] apresentando o grande jornalista paraense [Paulo Maranhão], o sr. Agostinho Monteiro pôs em destaque seus conhecimentos e sua ilustração, tendo salientado a sua projeção e prestígio em todas as camadas do estado [Pará]”. O foco de maior discussão centrou-se na situação da região Norte: “[...] O sr. Armando colhia e dava impressões sobre o extremo norte do Brasil, falando também de maneira geral sobre outras questões que tocam o interesse nacional [...]”. Antes de finalizarem a reunião, Armando de Salles teria prometido para todos os candidatos estaduais e outros “homens notáveis do Estado” que o apoiasse, o envio de exemplares do seu livro recém-publicado intitulado *Jornadas Democráticas*.⁷⁷

Analisando a atuação de Armando de Salles e suas sociabilidades políticas incrementadas durante a Era Vargas, as quais possibilitaram a construção da oposição paulista

⁷² Folha do Norte. Belém, 15/05/1937, p. 1.

⁷³ Folha do Norte. Belém, 19/05/1937, p. 1.

⁷⁴ BURITY, Luiz Mário Dantas. Uma dança sobre o abismo: as estratégias da candidatura de José Américo de Almeida na campanha presidencial de 1937. *Estudos Históricos*, v. 35, p. 115-138, 2022.

⁷⁵ Folha do Norte. Belém, 04/06/1937, p. 1.

⁷⁶ Folha do Norte. Belém, 09/06/1937, p. 1.

⁷⁷ Folha do Norte. Belém, 13/06/1937, p. 1.

que dentre várias etapas pode ser vista na candidatura do mesmo à presidência da República, Carolina Soares Souza comenta o livro citado na fonte acima, intitulado “Jornadas Democráticas” que seria enviado aos paraenses:

Por ocasião da campanha eleitoral que extraoficialmente se iniciou no final de dezembro de 1936, quando Armando de Salles Oliveira deixou o cargo de governador para lançar-se a candidato à Presidência da República, foi lançado o livro Jornada Democrática, em abril de 1937. Nele estão reunidos todos os discursos políticos que Armando de Salles Oliveira pronunciou desde sua eleição ao governo constitucional de São Paulo. Em anexo ao volume ainda estão alguns trechos da mensagem que o político apresentou à Assembleia Legislativa, em 1936, e que dizem respeito a algumas realizações em São Paulo. O próprio Armando de Salles fez a seleção desses discursos e abriu o livro com um prefácio de sua autoria no qual anunciou o projeto político de seu grupo [...].⁷⁸

Dessa maneira, o livro, que seria destinado aos paraenses cujo apoio fosse oferecido a Armando de Salles, foi um dos principais símbolos da campanha estruturada e moldada em torno do principal grupo oposicionista, tanto contrário a continuidade do governo de Getúlio Vargas, como em contraste a campanha de José Américo. A visita de Paulo Maranhão a Armando de Salles simboliza de maneira muito característica a posição que o diretor e proprietário de um dos maiores e influente jornais do Pará, assumiu nas disputas políticas que extrapolavam o âmbito local e regional, refletida em uma conjuntura nacional.

Entre as idas e vindas da corrida presidencial na sociedade paraense, semanas após a ida ao Rio de Janeiro de Paulo Maranhão ao encontro de Armando de Salles, no final do mesmo mês de junho, a vinda de Magalhães Barata ao Pará reorganizaria as campanhas.⁷⁹ Carlos Rocque ao discorrer sobre o retorno em 1937 de Magalhães Barata citou um dos depoimentos prestados por Laércio Barbalho, onde o mesmo relembra que a recepção prestada ao ex-interventor foi colossal, maior até mesmo do que as recepções populares em 1943 para seu retorno a interventoria federal, e em 1956 para o cargo de governador do Estado.⁸⁰

De maneira geral, dentre várias impressões prestadas por Magalhães Barata, uma delas foi acerca do seu retorno em prol da candidatura de José Américo de Almeida, que dentre vários elementos colocaria na Presidência da República um revolucionário de 1930.⁸¹ A *Folha do Norte* satirizou a fala de Magalhães Barata dizendo que seu discurso estava “destituído de interesse, pela ausência de murros e apóstrofe violentas, tão do seu temperamento”.⁸² Ou seja,

⁷⁸ SOUSA, Carolina Soares. “*Para que o Brasil continue*”: Memória e História de um grupo derrotado na política nacional (1933-1945). 195 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016, p. 91.

⁷⁹ Folha do Norte. Belém, 28/06/1937, p. 1.

⁸⁰ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999, p. 370.

⁸¹ Idem., p. 372.

⁸² Folha do Norte. Belém, 01/07/1937, p. 1.

além das investidas ríspidas de Magalhães Barata, seus discursos mais amenos também eram facilmente alvos da redação de Paulo Maranhão. Sem dúvidas, a artilharia do jornalista era abundante e diversificada.

Enfocando os esforços protagonizados pelo periódico de Paulo Maranhão e seu estabelecimento em torno do grupo oposicionista e conseqüentemente o grupo que acabou silenciado pela instauração do golpe do Estado Novo. Enfatizo os esforços deste meio de comunicação em duas demandas centrais: propagandear a campanha de Armando de Salles; atacar as figuras de Magalhães Barata e José Américo em contraposição à candidatura rival, que por vezes ressignificou os aparatos antibaratas instituídos pela *Folha do Norte* neste período.

Sobre os esforços em torno da campanha de Armando de Salles, o jornalista Paulo Maranhão direcionou seu periódico às atividades oposicionistas desenvolvidas no Pará. Em âmbito local, foi organizada a Legião Democrática Pró Armando de Salles Oliveira, que dentre várias atividades, publicizou, assim como a FUP, um manifesto em junho de 1937 propagandeando os princípios em torno do candidato paulista. Dentre os autores do manifesto e organizadores da Legião, consta o nome de Paulo Maranhão Filho.⁸³

Não foi apenas Paulo Maranhão Filho, dos descendentes diretos de Paulo Maranhão, que embarcaram em atividades políticas em torno da campanha oposicionista. Clóvis Maranhão, na época um dos redatores chefes do jornal *Folha do Norte*, palestrou na primeira conferência doutrinário dos chamados “camisas azuis”.⁸⁴ Os integrantes do Partido Social Democrata do Pará passaram a ser chamados de camisas azuis por organizarem a vestimenta dos seus correligionários da seguinte forma “camisas azuis, calças brancas e sapatos pretos”.⁸⁵

O PSD foi um dos principais polos de apoio, tendo como candidato para sucessão presidencial o nome de Armando de Salles. O deputado classista Martins e Silva desempenhou importante papel na aderência e organização dos trabalhadores. Além deste, Agostinho Monteiro que fazia parte da Comissão Executiva da União Democrática Brasileira (UDB); José Pingarilho, deputado federal; Mac Dowell, Aldebaro Klautau e João Botelho, todos deputados estaduais, desempenharam em maior ou menor grau apoio a Armando de Salles.

Interessante ressaltar que a partir do mês de junho, com a criação da UDB, partido político que tinha a pretensão de abrigar as organizações políticas pró-Armando de Salles em todas as regiões do Brasil, foi que vários nomes da política paraense desenvolveram maiores

⁸³ Folha do Norte. Belém, 17/06/1937, p. 1.

⁸⁴ Folha do Norte. Belém, 23/07/1937, p. 1.

⁸⁵ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 06/07/1937, p. 5.

esforços. Uma das problemáticas em torno da candidatura de Salles recaia na sua concentração demasiada na região sudeste, principalmente por sua atuação política no Estado de São Paulo.

Dessa forma, a região Norte era tida como um dos polos de maior concentração do eleitorado de José Américo, em outras palavras, a organização dos grupos e políticos, jornalistas, médicos, dentre outros, era de extrema importância para a construção da oposição, no Pará, os exemplos citados acima confere a existência destes centros de apoio.

Outras atividades políticas empregadas pela campanha de Armando de Salles em Belém foram os comícios. A *Folha* tratava de divulgar quaisquer informações que intensificasse as fileiras oposicionistas. Em nota publicada no início de junho o chamado “Grupo Democrático Pró Armando de Salles” informou ao periódico que seria realizada no dia 16 do mesmo mês um novo comício cujo local seria na Praça do Relógio, parte central da cidade de Belém.⁸⁶ Contudo, a atuação de Paulo Maranhão junto à *Folha do Norte* ampliou-se conforme o pleito eleitoral se aproximava.

Uma manobra que chamou atenção recaiu na colaboração que jornalistas e outros veículos de comunicação na empreitada de oposição a campanha de José Américo. Um dos primeiros jornalistas que tiveram seus escritos importados pela *Folha do Norte* foi o escritor Vivaldo Coaracy, que a partir de junho de 1937, enviaria seus escritos tanto para *O Estado de São Paulo*, como para a *Folha*.⁸⁷ Entretanto, foi a cooperação do jornalista Júlio Barata, diretor do jornal *A Batalha* que mais foi destacada pela *Folha do Norte*. O próprio jornal carioca *A Batalha* publicou uma nota revelando satisfação na união em torno de seu diretor:

A Folha do Norte é o maior jornal do Pará. É no Norte do país uma das maiores e mais perfeitas organizações, legítimo orgulho da imprensa brasileira, dirigida pela pena brilhante e ativa de Paulo Maranhão [...] é esse grande jornal do Pará que acaba de dispensar a *A Batalha* a honra singularíssima de transportar diariamente para suas colunas os artigos assinados pelo nosso diretor [Júlio Barata], que a convite do sr. Paulo Maranhão, foi incorporado ao escolhido grupo de colaboradores da *Folha do Norte*.⁸⁸

A iniciativa de Paulo Maranhão em reunir sob seu meio de comunicação, publicações de jornalistas vinculados a órgãos de grande repercussão no eixo Rio-São Paulo revela parte de sua atuação em prol da candidatura de Armando de Salles. É válido ressaltar que apesar da aproximação de Júlio Barata a Getúlio Vargas, principalmente durante o Estado Novo (assumindo inclusive o cargo de diretor da divisão de radiodifusão do Departamento de

⁸⁶ *Folha do Norte*. Belém, 08/07/1937, p. 1.

⁸⁷ *Folha do Norte*. Belém, 18/06/1937, p. 1.

⁸⁸ *A Batalha*. Rio de Janeiro, 03/07/1937, p. 3.

Imprensa e Propaganda) o jornalista nascido no Amazonas aderiu à campanha de Salles e utilizou-se do *A Batalha* para propagandear seu programa político.⁸⁹

Se de um lado a *Folha* investiu em construir alianças com outros meios de comunicação, potencializou materiais, eventos e matérias favoráveis a Armando de Salles e contrários a José Américo, por outro lado, manteve um dos pilares de suas edições: o antibaratismo. Magalhães Barata retornou ao Pará diante de uma questão controversa: poderia um militar na patente de major servir aos interesses políticos partidários de um candidato à sucessão presidencial?

A sua vinda ao Pará era tida como importante para a candidatura de José Américo. Em estatística feita pelo deputado federal Fenelon Perdigão, o quantitativo de eleitores paraenses aptos ao voto em janeiro de 1938 seria em torno de 90.000, isso se intensificado os esforços das candidaturas. Desses 90.000 possíveis votos, o deputado previa que aproximadamente 70% seriam destinados a José Américo, e os demais 30% a Armando de Salles e Plínio Salgado. Contudo, Fenelon Perdigão analisava que a ida de Magalhães Barata ao estado poderia ampliar a vantagem de José Américo, passando de 70% para 80%.⁹⁰ Tais projeções eram tidas como “infantis” pela *Folha do Norte*.

Não se pode invalidar a influência política de Magalhães Barata no Pará, até mesmo pela forte oposição que mesmo em sua ausência manteve-se rígida. Apesar da derrota do Partido Liberal nas eleições municipais realizadas no final de 1935, elegendo quatro das dez vagas disponíveis, as demais assumidas pela União Popular⁹¹ (consequência da instabilidade política no contexto da sucessão do governo estadual), o Partido Liberal e o próprio Magalhães Barata paulatinamente reascenderam sua influência por meio dos acordos políticos em torno do governo de Gama Malcher. Portanto, apesar da impossibilidade de confirmação da projeção feita por Fenelon Perdigão, o baratismo continuava, assim como se manteve por décadas, como uma das grandes forças políticas no Pará.

Com a presença de Magalhães Barata e a organização de atividades políticas em torno de sua pessoa, a *Folha do Norte* constantemente destinou atenção a esses eventos. Na grande maioria das coberturas jornalísticas desempenhadas pela *Folha do Norte* adquiriam caráter de críticas e/ou sátiras a partir de discursos, ou reconstruções de atos administrativos protagonizados pelo próprio Magalhães Barata.

⁸⁹ CPDOC. Verbete: Batalha, A; Verbete Temático. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/batalha-a>. Acesso em: 11 out. 2022.

⁹⁰ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 13/06/1937, p. 6.

⁹¹ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999, p. 354.

Uma importante mudança estrutural na organização do jornal *Folha do Norte* redirecionou parte da metodologia empregada durante a pesquisa dos indícios hemerográficos deste período. Em julho de 1937, o jornal de Paulo Maranhão levava à sociedade paraense uma dificuldade que estava enfrentando: “Tão intenso vai tornando nossos serviços de informações telegráficos e o âmbito de atividades dos nossos colaboradores, que, constantemente a Folha se vê na emergência de adiar, às vezes de modo indefinido, matéria que excede às proporções normais das nossas edições”.⁹² A tentativa e a obrigação de abrigar variados segmentos jornalísticos, tanto do âmbito nacional, como do internacional, além da questão mercadológica em torno das seções de propaganda, causaram sucessivas dificuldades na logística do periódico.

Todavia, a solução encontrada por Paulo Maranhão foi a de tornar diária a sua edição vespertina, dessa maneira oferecendo ao público na edição matutina e com maior número de páginas os acontecimentos coletados e analisados durante o dia/noite anterior a publicação e em sua edição vespertina os acontecimentos excedentes e ocorridos pela manhã.⁹³ Desse modo, a edição intitulada *Folha Vespertina* passaria de quinzenal para diária, aumentando consideravelmente o poder de publicação e discussão das questões públicas por parte da família Maranhão. Segundo a própria *Folha*, o sucesso de venda foi enorme da sua edição vespertina, tendo faltado exemplares para vários bairros de Belém, devido grande procura.⁹⁴

Desse modo, em meados de 1937, a população paraense poderia consumir em média 12 páginas do jornal *Folha do Norte*, oito pela parte da manhã e outras quatro no período vespertino. Com algumas exceções, as primeiras edições da *Folha Vespertina* estiveram sob comando de João Maranhão, redimensionando a influência deste filho de Paulo Maranhão. Gradativamente, durante as análises dos indícios das duas edições diárias, tornou-se possível verificar que parte do esforço político de combate a Magalhães Barata e a candidatura de José Américo foram publicadas na edição vespertina, um provável motivo do aumento de procura à edição em questão.

Uma prática comum da redação das *Folhas*,⁹⁵ era a de acompanhar os comícios baratistas em prol de José Américo e retratá-los. Uma das coberturas com maior repercussão

⁹² Folha do Norte. Belém, 04/07/1937, p. 1.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Folha do Norte. Belém, 07/07/1937, p. 1.

⁹⁵ O termo *Folhas* será utilizado a partir deste momento para caracterizar atitudes similares contidas nas duas edições do periódico (Folha do Norte e Folha Vespertina) cuja propriedade era de Paulo Maranhão, mantendo o significado encontrado nas próprias fontes a partir de 1937. Durante o Estado Novo, com a instituição do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará (DEIP/PA) e o controle dos meios de comunicação, foi recorrente a utilização do termo “Folhas” para caracterizar matérias relacionadas a atuação política de Paulo Maranhão, estreitando suas atividades comerciais e políticas em torno dos meios de comunicação à sua disposição.

recaiu em torno da viagem de Magalhães Barata a Mosqueiro, ilha administrativamente ligada a capital Belém. Todas as informações acerca da ida a Mosqueiro foram publicadas na edição vespertina. Um fato curioso foi o repórter da *Folha*, responsável pela cobertura do ex-interventor paraense, agiu de maneira anônima, pois, era totalmente inviável que funcionários do jornal de Paulo Maranhão desempenhassem suas funções com as devidas credenciais, em detrimento dos fortes conflitos travados entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão.

Com certas dificuldades de acesso a alguns lugares da ilha, em decorrência da desconfiança do seu vínculo trabalhista, o repórter da *Folha* repassou a redação o cerne do discurso de Magalhães Barata. Dentre vários pontos mencionados, Barata assumiu frente aos ouvintes que ele não se apresentava nem como político, nem como militar, e sim como brasileiro que clamava a outros brasileiros a escolha por José Américo para a sucessão de Getúlio Vargas.⁹⁶ Respondendo insinuações da oposição, afirmou:

[...] disseram os meus adversários que recebi 100 contos para vir fazer propaganda de José Américo à presidência da República, é grossa mentira desse canalha! Eles sim já receberam muito ouro das negociatas escandalosas do café paulista! Só um jornal, um pasquim, do Pará (dizem) já “abiscoitou” 500 contos. Não faz mal. O nosso candidato é um revolucionário autêntico [...]⁹⁷

Apesar de não discutir explicitamente, a questão mercadológica em torno das candidaturas presidenciais no Pará é um ponto interessante. Muito provavelmente o “jornal pasquim paraense” que Magalhães Barata se referia era o comandado por Paulo Maranhão. Após outras impressões coletadas pelo “repórter misterioso”, a matéria da *Folha Vespertina* relativizou a influência política de Magalhães Barata, afirmando que ele vivia uma derrocada em relação ao apoio popular da capital, consequência de sua interventoria.⁹⁸

O major Magalhães Barata desempenhou forte campanha à candidatura de José Américo, principalmente organizando comícios políticos em diferentes bairros de Belém, como no Guamá,⁹⁹ no Jurunas¹⁰⁰ e no Umarizal.¹⁰¹ A cobertura destes comícios eram publicizadas em sua maioria nas páginas da *Folha Vespertina*. Em linhas gerais, a repercussão dos comícios por parte das *Folhas* era negativa, taxando os atos de “pitorescos”.

No entanto, a aparição de Magalhães Barata com vestimenta militar aos comícios políticos e outras atividades pró José Américo possibilitou ataques de seus opositores que

⁹⁶ Folha do Norte. Belém, 21/07/1937, p. 1-2.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Folha do Norte. Belém, 02/08/1937, p. 3.

¹⁰⁰ Folha do Norte. Belém, 10/08/1937, p. 1.

¹⁰¹ Folha do Norte. Belém, 18/08/1937, p. 1-3.

consideravam ilegal a atividade política de um militar em carreira. Em matéria transcrita do jornal *O Globo*, a *Folha* discorria sobre o descumprimento por parte de Magalhães Barata da proclamação feita pelo ministro da guerra Eurico Gaspar Dutra para o não comparecimento com uniformes militares dos seus subordinados em comícios políticos.¹⁰²

Magalhães Barata foi alvo de críticas em jornais de outros estados do país¹⁰³, porém, não interrompeu as atividades partidárias do Partido Liberal em prol de José Américo, ao contrário, manteve-se em comícios, reuniões e visitas a cidades do interior do Pará em busca de votos.

Entretanto, apesar da organização inicial das campanhas de José Américo e Armando de Salles apresentarem volumosas participações dos setores econômicos e/ou políticos da sociedade brasileira, os planos de continuísmo de Getúlio Vargas acabaram por esvaziar as duas principais campanhas. A passagem do mês de setembro para outubro com a retomada do Estado de Guerra em combate ao comunismo; intervenção militar ao Rio Grande do Sul orquestrada para defasar às forças políticas em torno de Flores da Cunha (um dos principais apoiadores de Armando de Salles) e até mesmo projeções de candidaturas únicas em torno de José Américo ou um candidato militar que mantivesse Getúlio Vargas fora da sucessão presidencial, pensadas por setores oposicionistas, não foram capazes de alterar o curso do golpe aos poucos construído por Getúlio Vargas e seus aliados, em uma espécie de jogo de xadrez político, ora com avanços, ora com recuos.¹⁰⁴

2.3 O golpe do Estado Novo no Pará: uma nova imprensa e um novo jogo político

A passagem do mês de outubro para novembro de 1937, representou o completo esvaziamento das campanhas de Armando de Salles e José Américo. A esperança da oposição em afastar Getúlio Vargas do poder se esvaia a cada dia, a cada decisão. No Pará, o Tribunal Regional de Justiça Eleitoral projetava que aproximadamente 100 mil pessoas estavam aptas a votação de presidente no dia 03 de janeiro.¹⁰⁵ Se de um lado a projeção do eleitorado paraense estava similar a feita pelo deputado Fenelon Perdigão, por outro lado, a *Folha do Norte* em sua edição vespertina transcrevia comentários de jornais como *A Vanguarda* e *A Nota* que acompanhavam os prováveis candidatos ao cargo de deputado federal.

¹⁰² Folha do Norte. Belém, 11/08/1937, p. 1.

¹⁰³ Folha do Norte. Belém, 03/09/1937, p. 3.

¹⁰⁴ BATISTA, Eliana Evangelista. Getúlio Vargas, as oposições coligadas e o golpe de 1937. *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, n. 19, p. 3-42, 2017.

¹⁰⁵ Folha do Norte. Belém, 10/11/1937, p. 1.

Das nove vagas que o Pará poderia eleger, a tendência de candidaturas eram a seguinte:

Quadro 1 – Prováveis candidatos para a eleição de 1938

União Popular	Partido Liberal	Única Paraense e União Democrática Brasileira
Deodoro de Mendonça	Joaquim Magalhães Barata ¹⁰⁶	Agostinho Monteiro
Genaro Ponte e Souza	Mário Magalhães Barata	Samuel Mac Dowell
Mário Chermont	Clementino Lisboa	Luiz Martins
Franco Martyres	Júlio Costa	Paulo Maranhão
Oswaldo Orico	Alcides Gentil	Ricardo Borges
Veiga Cabral	Amazonas de Figueiredo	Euclides Bentes
Alcindo Cacella	João Lameira Bittencourt	Emiliano de Souza Castro
Jayme Abentharr	Luiz Casanova	João Botelho
Miguel Pernambuco	Álvaro Adolfo da Silveira	

Fonte: Folha do Norte. Belém, 22/10/1937, p. 1.

A permanência de alguns personagens na história política paraense pode ser vislumbrada. Como alguns nomes ligados a grupos de interesses desde o movimento de 1930 mantiveram-se alinhados aos seus polos de influência. Caso fosse concretizado, a disputa eleitoral a mandato federal teria o embate entre Paulo Maranhão (FUP) contra Magalhães Barata (PL). Outros nomes, como Oswaldo Orico, que protagonizou a censura à Folha no contexto do acordo político de 1936; Alcindo Cacella e sua influência por meio do periódico *O Estado do Pará*; membros do FUP e da UDB juntos como ocorreu na impulsão a candidatura de Salles no Pará, refletem algumas das sociabilidades e dos projetos políticos engrenados localmente.

Contudo, projeções não concretizadas, e o Pará, assim como o restante do Brasil, atravessaria o golpe de novembro de 1937. A edição matutina da *Folha do Norte* do dia 11 de novembro, dia posterior a dissolução do Congresso, se encontra com sua primeira seção ausente na microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Vianna, impossibilitando a análise da manchete central do periódico de Paulo Maranhão. Entretanto, a edição vespertina da *Folha* do mesmo dia (completa para consulta) informava aos seus leitores o seguinte: “Dentro de trinta dias, serão

¹⁰⁶ O nome de Magalhães Barata também era cogitado para concorrer ao cargo de senador. Folha do Norte. Belém, 22/10/1937, p. 1.

substituídos os governadores que o chefe do governo entender – os que ficarem terão seus mandatos prorrogados”.¹⁰⁷

A volta do sistema de interventorias trouxe uma questão a realidade política do Pará: Magalhães Barata voltaria a ser interventor após a decretação do Estado Novo? Houve tentativas de o ex-interventor reassumir o cargo, na mesma posição deixado em meio ao caos político? Se justifica em quais moldes a política antibaratista do jornal *Folha do Norte* em torno deste possível retorno?

O artigo nº 176 da Constituição Federal de 1937,¹⁰⁸ previa o prazo de 30 dias para Getúlio Vargas definir se os governadores continuariam ou não em seus cargos, após análise de cada caso em particular. Portanto, existia sim a possibilidade de Gama Malcher deixar o poder do Estado do Pará, contudo, além da tranquilidade da situação política, as ligações entre as elites econômicas e políticas locais com o então governador se dava em bastante normalidade. O próprio acordo político firmado em 1936 definia de maneira nítida a homogeneidade dos principais grupos políticos em torno do controle do executivo estadual.

Por outro lado, a relação entre Magalhães Barata e Getúlio Vargas estava mais estreita, desde seu retorno ao Pará em defesa do candidato José Américo. Magalhães Barata não escondia seu interesse em agradar o presidente do país e provavelmente moveu suas influências em torno de uma possível indicação. Aliás, indicação que poderia resultar em retornos dos dias caóticos vivenciados desde o segundo semestre de 1934, no contexto das eleições e potencializados em 1935. É importante também levar em consideração que o Pará não era o Estado de maior preocupação para Getúlio Vargas, Francisco Campos e companhia. Esvaziar o poderio político de oligarquias estaduais e suas influências em torno dos mandatos locais, era de suma importância para o continuísmo de Vargas no poder e a figura de Magalhães Barata estava longe de ser considerada algum empecilho.

A organização do Estado Novo com seus mecanismos de maior viabilidade ao programa autoritário e centrado na figura de Getúlio Vargas não se construiu rapidamente. A volta ao sistema de interventorias estaduais era uma saída que no mínimo garantia um rearranjo político menos arriscado do que o panorama enfrentado após as eleições de 1934. Mas como pontua Adriano Codato ao analisar os Departamentos Administrativos, oferecendo ênfase ao caso de

¹⁰⁷ Folha do Norte. Belém, 11/11/1937, p. 4.

¹⁰⁸ BRASIL. Art. nº 176. [Constituição (1937)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 22 nov. 2022.

São Paulo, foi a partir do Decreto-Lei nº 1.202 de 8 de abril de 1939, que Getúlio Vargas aprimorou seu poderio de fiscalizar e legislar os chefes de governos estaduais.¹⁰⁹

A promulgação do Estado Novo era, para seus ideólogos, a retomada do curso histórico iniciado em outubro de 1930, que por vários motivos sofreu rearranjos e mudanças de cursos. Angela de Castro Gomes comenta a respeito da presença dessa “retomada revolucionária” presente no discurso varguista pós-1937:

Contudo, se os acontecimentos de 1937 haviam materializado a possibilidade de cumprimento deste grande projeto revolucionário, entendido como transformador da fisionomia econômica e sociopolítica da nação, eles não eram visualizados como o marco zero, como a origem do novo início de tudo. O corte, a ruptura revolucionária no curso da história, era claramente situado em outro acontecimento: a revolução de 1930. Trinta e 37 surgiam como dois momentos, como duas etapas de um mesmo processo, guardando o primeiro episódio a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe era posterior; 30 fora o início daquilo que 37 queria e devia realizar.¹¹⁰

Desse modo, o aprimoramento de uma série de mecanismos garantiria a Getúlio Vargas estrutura necessária para prosseguir no poder por mais oito anos, apesar de precisar ceder em vários pontos e romper com aliados históricos, principalmente diante das pressões internas e externas em dois episódios: política internacional diante da Segunda Guerra Mundial e derrocada do Estado Novo em 1945.

Diante disso, torna-se necessário entender que um dos campos que proporcionou o controle estatal de Getúlio Vargas recaiu exatamente em sua dinâmica frente aos meios de comunicação. Como assinala Marialva Barbosa, que ao analisar os 15 anos da Era Vargas e sua relação com os veículos de comunicação, requer o entendimento das múltiplas e complexas relações de poder estabelecidas entre proprietários dos jornais e os governantes, considerando a própria questão do Estado, entendida pela autora a partir do viés gramsciano de Estado Ampliado, ou seja, avaliando “o conjunto dos meios que possibilitam a direção intelectual e moral de uma classe sobre toda a sociedade.”¹¹¹

Aproveitando a passagem sobre Antonio Gramsci, considero dois pontos sobre sua obra que me parece pertinente para discussão. O primeiro relativo ao próprio conceito de Estado Ampliado que Marialva Barbosa cita e que ajuda a pensar a reformulação do Estado por Getúlio Vargas e sua cúpula, no sentido de redefinir o projeto político e nacional do país. Uma das

¹⁰⁹ CODATO, Adriano Nervo. *Elites e Instituição no Brasil: Uma análise contextual do Estado Novo*. 441 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2008.

¹¹⁰ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 205.

¹¹¹ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 103-110.

definições mais utilizadas por estudiosos¹¹² para explicar a contribuição de Gramsci para a teoria do Estado, com seu conceito de Estado Ampliado, está presente na carta enviado pelo intelectual italiano para Tatiana Schucht, escrita no dia 07 de setembro de 1931. Na missiva, Gramsci ao comentar sobre intelectuais na sociedade, faz também comentários sobre o Estado:

Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que é entendido habitualmente como Sociedade política (ou até como aparato coercitivo para enquadrar a massa popular, segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através das organizações chamadas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.).¹¹³

Dessa maneira, Gramsci levantava a efetivação do exercício do Estado a partir da utilização de mecanismos das chamadas organizações privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, dentre outros segmentos da sociedade civil voltados para governabilidade da sociedade política, que seria os aparatos estatais propriamente liderados por uma determinada classe. Apesar de não citar no fragmento acima, o papel dos intelectuais em outro campo da sociedade civil que era o jornalismo, é tido por Gramsci como importante nas dinâmicas sociais e políticas.

Aliás, a própria trajetória de Gramsci antes do cárcere revela sua experiência com os meios de comunicação, atuando em alguns jornais da Itália e vivenciando as transformações nacionais do pós-Primeira Guerra Mundial e ascensão do fascismo de Mussolini. Na mesma carta citada acima, Gramsci afirma que teria escrito durante 10 anos de atuação no jornalismo, linhas suficientes para preencher dezenas de edições com mais de 400 páginas.¹¹⁴

Assim sendo, Antonio Gramsci apresenta questões que se interligam entre a discussão teórica e sua própria vivência como militante e político italiano em simultaneidade às suas atividades em periódicos. Um dos exemplos no qual o autor se voltou à discussão está no livro “Os intelectuais e a organização da cultura”.¹¹⁵ A preocupação do autor em analisar o campo jornalístico recaiu principalmente no chamado “jornalismo integral” que seria aquele voltado não somente para satisfazer às necessidades de alguma categoria, mas criar outras necessidades, ampliando público, consumo e área de atuação.¹¹⁶

¹¹² Cito dois exemplos em que a carta a Tatiana Schucht foi utilizada para exemplificar o conceito: LIGUORI, Guido. Estado Ampliado. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 496-502. COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

¹¹³ GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere* (Antologia). Estaleiro Editora, 2011, p. 260.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 262.

¹¹⁵ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a formação da cultura*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 161.

Outrossim, uma das leituras possíveis em relação ao jornalismo em Gramsci está situado na preocupação do autor em visualizar os meios de comunicação como organização da sociedade civil, fator construtor da cultura nacional e suas necessidades mercadológicas e ideológicas, que, na verdade, deveriam coexistir para continuidade de cada jornal. O cenário mercadológico dos meios de comunicação para Gramsci é um problema fundamental para todos os periódicos, sejam eles diários ou não, materializado no desafio de assegurar vendas para continuidade das atividades.

Desse modo, Gramsci afirma que o fator ideológico do jornal é sem dúvidas importante, mediante sua capacidade de atender demandas intelectuais e políticas de determinados grupos, mas se engana quem desconsidera o plano comercial que cada órgão da imprensa necessita ter, sua materialização, preço, dinâmica de venda, dentre outros: “Habitualmente, o modo de apresentação tem grande importância para a estabilidade do negócio; e a importância pode ser positiva, mas também negativa”.¹¹⁷ Além da apresentação, o autor ressalta a tarefa de encontrar um ponto ideal de preço a ser cobrado por aquelas opiniões, cobrar muito pode ser ruim, assim como cobrar pouco, não cobrar também poderia ser uma escolha errada: “De uma opinião que cuja manifestação impressa não custa nada, o público desconfia, vê como uma mentira. E vice-versa: desconfia ‘politicamente’ de quem não sabe administrar bem os fundos que o próprio público dá.”¹¹⁸

Essa preocupação em torno dos dois pontos centrais para criação e manutenção de jornais em Gramsci: ideológico e econômico; pode ser visualizado no decorrer da existência do jornal *Folha do Norte* antes e depois de Paulo Maranhão assumir o periódico como diretor e proprietário ainda na Primeira República. Uma vez que desde seu surgimento, foi atrelado a determinada linha política nos campos de disputas partidárias locais que viabilizaram: público, estrutura para funcionamento e socializações com políticos que influenciavam no sucesso mercadológico.

Para o período que será analisado adiante, houve inclusive uma expansão comercial da “Empresa Folha do Norte Ltda.”, com a criação de outro meio de comunicação também diário, que foi a *Folha Vespertina*, assim como a edição matutina esteve sob os aparatos de controle do Estado Novo. Vale ressaltar que muitos jornais enfrentaram sérias dificuldades na continuidade de atividades diante do contexto de maior controle estatal, inclusive em relação ao acesso aos materiais necessários para produção diária, como papel jornal. Apesar de em alguns momentos, principalmente nos últimos anos da Era Vargas, a *Folha do Norte* noticiar

¹¹⁷ Ibid., p. 179.

¹¹⁸ Idem.

escassez de materiais para suas produções, manteve suas duas edições diariamente, sem interrupções.

Portanto, no cenário de concretização do Estado Novo, os meios de comunicação, como exemplo de organização civil, podem ser visualizados a partir de um importante campo na legitimação do regime. Essa legitimação ocorreu em diferentes esferas, desde a aproximação de diretores dos jornais e a incorporação do ideário estadonovista em suas edições, até o controle e cerco político aos meios de comunicação que por diversos motivos entrassem em divergência com o regime. O vasto campo de atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é reflexo deste pilar em prol da governabilidade de Vargas.

Enquanto Getúlio Vargas concretizava os pilares do Estado Novo, os dias posteriores a 10 de novembro de 1937, até a confirmação que Gama Malcher continuaria no governo do Pará, foram de total combate por parte de Paulo Maranhão de um possível retorno de Magalhães Barata. Vale detalhar as duas semanas em que o destino do executivo paraense esteve em dúvida. Gama Malcher logo após confirmada a dissolução da Câmara dos Deputados e do Senado, enviou aos prefeitos e delegados de polícia do interior as principais informações da nova Constituição Federal, além de explicitar total apoio à decisão do Presidente da República.¹¹⁹

No dia 12 de novembro, foi a vez de Martins e Silva “dar contas ao povo da minha terra”, e nas colunas da *Folha do Norte* começou definindo como “um golpe de Estado” os movimentos concretizados por Getúlio Vargas.¹²⁰ Após se declarar como um dos deputados mais atuantes e honestos que trabalharam na capital, Martins e Silva afirmou que continuaria firme na ajuda aos seus “verdadeiros amigos”.

Se pela manhã o leitor da *Folha* recebeu o depoimento de Martins e Silva, na edição vespertina estava estampada em letras garrafais a seguinte manchete: “É o cúmulo dos cúmulos! O sr. Barata quer ser interventor”.¹²¹ Essa era a primeira de várias mensagens de acusação, resistência e denúncia a um possível retorno de Magalhães Barata, publicadas pela *Folha do Norte*. A matéria em questão denunciava uma “reunião secreta” executada pelo Partido Liberal, onde Magalhães Barata teria declarado promover um “abaixo-assinado” entre o “comércio e sua gente dos subúrbios”, para apresentar ao Presidente Getúlio Vargas a vontade popular em promover Magalhães Barata ao cargo de interventor do Pará.

¹¹⁹ Folha do Norte. Belém, 11/11/1937, p. 4.

¹²⁰ Folha do Norte. Belém, 12/11/1937, p. 1.

¹²¹ Folha do Norte. Belém, 12/11/1937, p. 1.

A matéria sem assinatura pautava dois motivos para a impossibilidade da promoção do ex-interventor: afastamento implícito de Magalhães Barata e Getúlio Vargas no contexto da corrida presidencial e sua aproximação com “inimigos declarados do regime”. Essa aproximação entre Magalhães Barata e os ditos inimigos do regime, pode ser uma referência indireta às acusações de que ele teria profundo envolvimento com forças comunistas, estes que eram tidos como principal motivador e inimigo número um do Estado Vargasista.

Com chances de nomeação ou não, Paulo Maranhão utilizou seu periódico para duas funções diárias: evidenciar o bom governo de Gama Malcher e satirizar/criticar as pretensões dos baratistas. O início deste esforço em duas frentes pode ser notado na matéria intitulada “O governador que nesta hora o Pará precisa”.¹²² De maneira geral, a redação da *Folha* evidenciava o quanto foi árduo, porém, bem-sucedido, o trabalho executado por Gama Malcher após o governo de Magalhães Barata:

Qualquer outro se teria desencorajado diante do que lhe cumpria atender. Ele não. Tudo, entretanto, no Estado, eram ruínas e desagregação. Ainda se gemia das crueldades praticadas, das injustiças sofridas. Durante quatro anos -mais longos que séculos- a tolerância desertara a nossa terra, a liberdade estivera proscrita, a ordem não existira. [...]

A permanência do sr. dr. Malcher à frente do nosso Estado é o penhor de uma era de paz e ordem, é a garantia de que a nossa vida, a nossa propriedade, os nossos direitos terão uma sentinela avançada a velar por eles no mais alto posto do Estado.

Para longe de nós os tristes dias do terror, em que a tragédia corria as ruas e talava os campos, sob ordens do sr. Barata.¹²³

Esses fragmentos representam bem a estratégia da *Folha*. De um lado o apoio irrestrito a Gama Malcher e sua permanência, por outro lado, a reconstrução de um passado recente de violência, desavenças e disputas ferrenhas pelo poder na interventoria de Magalhães Barata. A ideia de bem e mal estavam postas ao público e em outros meios de comunicação do país. A rememoração do fatídico dia 05 de abril de 1935, foi um dos mais utilizados por Paulo Maranhão para remontar os episódios de maior violência da administração baratista. Em matéria pedindo justiça e investigação aos autores dos assassinatos, a *Folha* publicou:

[...] Há urgência nessa consulta a fim de convencer o político Joaquim Magalhães Cardoso Barata, que o lugar que lhe pertence é a cela de uma cadeia, e não a cadeira interventorial, que ele tanto envileceu e enxovalhou.

O sangue derramado nas ruas de Belém, as cruzes dos sepulcros que se levantam no cemitério desta cidade, as lágrimas de viúvas e órfãos, a dignidade de uma sociedade brutalmente ofendida, tudo clama por Justiça.¹²⁴

¹²² Folha do Norte. Belém, 13/11/1937, p. 1.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Folha do Norte. Belém, 15/11/1937, p. 1.

Uma das posturas mais corriqueiras adotada pelas *Folhas* para construir o antibaratismo perpassou pela sátira. Em vários momentos o antagonismo entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata ultrapassou as fronteiras das tradicionais críticas políticas embasadas em acontecimentos, denúncias e acusações, e materializou-se em diálogos fictícios, “estórias anônimas” ou “boatos citadinos”. Neste contexto, um diálogo entre a cúpula do Partido Liberal teria sido enviado para a *Folha* por um “bisbilhoteiro incógnita”¹²⁵.

A reunião do partido baratista se passava logo depois de seus membros terem tomado ciência da instauração do Estado Novo, naquele contexto, segundo o informante, Magalhães Barata teria sido pego de surpresa pela manobra política e sequer havia sido consultado por nenhum nome mais próximo de Getúlio Vargas. O mais interessante é que a matéria estampada na edição vespertina da *Folha do Norte*, oferece detalhes até mesmo dos diálogos da reunião, chamando mais atenção do público a partir de vários elementos textuais.

Após certa resistência por parte de Magalhães Barata, nomes como Aníbal Duarte, Pires Camargo, Lameira Bittencourt, dentre outros, o convenceram a utilizar sua influência para conseguir o cargo de interventor. Depois de algum tempo de reunião, Magalhães Barata, mais propenso a aceitar a ideia de retornar ao governo, declarou aos seus correligionários: “- Nesse caso – falou Barata, mais rouco do que o Pata-rouca Bittencourt – Poderemos desde já organizar o governo...[...]”, após sinalizações de satisfação dos demais participantes, o político completou: “- Bem! Nesse caso o governo fica assim constituído: interventor, eu; prefeito de Belém, eu; chefe de polícia, eu; diretor da Recebedoria, eu; secretário da justiça, eu...”.¹²⁶

Representar Magalhães Barata como um político sedento pelo poder, individualista e intransigente era um postulado do jornal de Paulo Maranhão. Nesse ponto vale lembrar o quão maleável pode ser os mecanismos jornalísticos na construção de narrativas contrárias a determinadas correntes ou grupos políticos.

Esta linha editorial manteve-se até o dia 24 de novembro, quando foi finalmente confirmado a continuidade de José Malcher no comando do governo do Pará.¹²⁷ Várias pessoas compareceram à residência do governador e populares reuniram-se para celebrar a manutenção do posto. A *Folha do Norte* noticiou com satisfação a decisão de Getúlio Vargas, afinal a ambição de Magalhães Barata em retornar ao poder tornava-se remota. Com a decretação do Estado Novo, essa característica do antibaratismo, a partir do meio de comunicação de Paulo

¹²⁵ Folha do Norte. Belém, 18/11/1937, p. 2.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Folha do Norte. Belém, 25/11/1937, p. 1.

Maranhão, conheceu um ponto de inflexão, pois, o mecanismo de ataque utilizado pelo jornalista estaria a cada momento que avançasse mais regulamentado pelos aparatos repressivos em torno da imprensa, uma das áreas mais controladas pela ditadura varguista.

Vale ressaltar um ponto importante nessa posição dúbia em que esteve Paulo Maranhão e as *Folhas* diante do apoio a manutenção de Gama Malcher no governo do Estado e a contrariedade em relação ao retorno de Magalhães Barata. De certa forma, Magalhães Barata em quantidade e qualidade incorporou em suas políticas de Estado, nos momentos em que esteve no posto de interventor do Pará, melhor o ideário varguista do que Gama Malcher, principalmente no quesito de intervenção do Estado frente a sociedade civil. Novamente recorro à Angela de Castro Gomes quando a autora tratou do papel do Estado no conjunto governamental iniciado em 1930 e que teria continuidade em 1937.

Esse Estado, estava cada vez mais preocupado em intervir no meio social do país. Preocupando-se desde questões relativas ao bem-estar social, até a concretização de um dos conceitos formulados para o atendimento do próprio Estado Nacional naquele momento, que é a democracia social, modelo que deveria ser construído entre as duas grandes correntes da época: liberalismo e totalitarismo. A democracia social pautava a posição do cidadão como peça central na organização da sociedade, considerando as especificidades culturais e históricos do país, condição das massas e redefinição da relação entre sujeitos e áreas de atuação. Uma das redefinições exemplificada pela autora foi em relação ao trabalho, que deveria ser visualizado como atividade central na vida do brasileiro e não mais como castigo ou o meio para ganhar a vida.¹²⁸

Contudo, a efetivação da democracia social pautada pelo Estado Novo estava subsidiada na maior intervenção do Estado, contrapondo ao preceito liberal de não intervenção e encontrando equilíbrio frente ao extremismo de intervenção concretizado pelos regimes totalitários.¹²⁹ Dessa forma, compreendo que entre a atuação de Gama Malcher e Magalhães Barata diante do intervencionismo estatal presente durante toda a Era Vargas e remodelado no Estado Novo, a presença de Barata era mais incômoda aos interesses de Paulo Maranhão, que para além do histórico de confronto, perpassava pelo viés de governabilidade amparado na personalização e intervenção do Estado em esfera local. Exemplos são cabíveis na maior intervenção que seu periódico sofreu com o retorno de Barata em 1943, para sua segunda interventoria, quando, mediante instrumentos especializados do Estado, promoveu uma série de intervenções nos jornais de Paulo Maranhão.

¹²⁸ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 216.

¹²⁹ *Ibid.*, 220.

Portanto, de um lado, Paulo Maranhão contentou-se com a continuidade de Gama Malcher na interventoria do Estado. Do outro lado da trama, Magalhães Barata retornou ao serviço militar. Em 1938 e 1939 esteve no 22º Batalhão de Caçadores em João Pessoa. Em 1940, comandou o 15º Batalhão de Caçadores em Curitiba. Contudo, foi em setembro de 1940 que Magalhães Barata assumiu, já como coronel do Exército, a chefia do 21º Circunscrição Militar de Recife, permanecendo no local até o início de 1943, momento em que foi nomeado novamente interventor do Pará por Getúlio Vargas.¹³⁰

Em uma espécie de fim de ciclo, no contexto da extinção dos partidos e organizações políticas, o início de 1938 guardava dois episódios importantes. O primeiro foi a manobra do Partido Liberal em se transformar em uma “sociedade de fins beneficentes e culturais”, segundo a *Folha*, única saída encontrada por seus inimigos para não “morrer de gôgo, como galinha velha em poleiro anti-higiênico.”¹³¹ A figura de Magalhães Barata ainda seria a mais importante da nova organização, o que rendeu um conselho nada amigável do jornal de Paulo Maranhão: “Querem vocês um conselho, ó amigos? Deixem que se esfarele esse ídolo de barro, tão oco como o pão de que se faz tamanco”.

Na maior parte do tempo, desde a saída de Magalhães Barata, o jornalista Paulo Maranhão pouco sofreu diretamente alguma imposição do governo de Gama Malcher. O episódio analisado no tópico 2.1 em torno do acordo político no qual o jornal circulou com partes em brancos, em desobediência à censura, foi o mais delicado deste período. Contudo, o mês de janeiro de 1938 reservava uma drástica mudança nessa relação. Entre os dias de alteração nas atividades do Partido Liberal e a ida de Magalhães Barata no final de janeiro para assumir suas funções militares, Paulo Maranhão foi preso em Belém por criticar uma das principais comissões organizadas na interventoria de Gama Malcher.

Certamente, Paulo Maranhão não esperava que toda sua campanha a favor de Gama Malcher continuasse no poder do Estado, terminasse com a ciência e a aprovação por parte do governante na sua prisão poucos meses depois da decisão de Vargas em mantê-lo. Vale registrar alguns pontos em relação às dinâmicas estabelecidas entre Gama Malcher e Paulo Maranhão. Primeiro, como já assinalado, foi durante a interventoria de Gama Malcher que Paulo Maranhão efetivamente esteve em maior liberdade para promover o antibaratismo a partir dos seus jornais.

¹³⁰ CPDOC. Verbete: BARATA, Magalhães; Verbete biográfico. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARATA,%20Magalh%C3%A3es.pdf> – Acesso em: 24 nov. 2022.

¹³¹ Folha do Norte. Belém, 13/01/1938, p. 1.

E isso ocorreu com poucas ou nenhuma intervenção por parte de Gama Malcher, apesar da sua ascensão ao governo do Estado, tendo como uma das missões pacificar a política paraense.

O episódio que consistiu na censura ao periódico relativa sua posição contrária aos acordos pela governabilidade de Gama Malcher, postulado pelo Partido Liberal e União Popular do Pará, deve ser entendido como uma mudança de curso tanto da interventoria de Gama Malcher, como da linha editorial adotada por Paulo Maranhão, pois, um dos alvos do jornalista passou a ser Gama Malcher e sua base aliada. Em outras palavras, a situação foi alterada quando o alvo deixou de ser somente o Partido Liberal e Magalhães Barata, para também atingir Gama Malcher.

Paulo Maranhão e Gama Malcher figuravam durante parte da Primeira República na mesma linha de atuação política em torno de Lauro Sodré. Inclusive no contexto de sucessão do governo do Estado em 1921, o nome de Gama Malcher foi defendido pelo próprio Sodré para ser seu sucessor, porém, Cypriano Santos havia pensado em outro nome: Sousa Castro. Atendendo a Cypriano Santos, o nome escolhido para suceder a Lauro Sodré e dá prosseguimento ao domínio do PRF no Pará foi o de Sousa Castro, resultando no afastamento de Gama Malcher.¹³²

Durante os anos da Era Vargas, considero que as divergências entre Gama Malcher e Paulo Maranhão foram mais pontuais do que recorrentes. Desse modo, são exemplos dessa relação, tanto a campanha para o Gama Malcher à interventoria do Estado, como a própria visita do político às instalações da *Folha do Norte* no momento de sua saída da chefia do governo, em janeiro de 1943, para assumir o Banco da Borracha. Vale ressaltar que a atuação política de Gama Malcher teve forte declínio com o término do Estado Novo em 1945.¹³³

O Pará enfrentava há anos crises econômicas que eram refletidas no setor de alimentos. A atuação da chamada Comissão de Tabelamento de Gêneros Alimentícios, criada em dezembro de 1937,¹³⁴ teria surgido para auxiliar a logística de exportação, importação e venda de alimentos entre a capital, interiores do Pará e outros estados, tendo os seguintes princípios de atuação: 1º Melhor fiscalização; 2º Colaboração da Capitania dos Portos, a fim de impedir a atuação dos atravessadores; 3º Extinção do imposto de 400 réis cobrados pela Polícia Marítima aos caboclos donos de canoas, para saírem da doca; 4º Nacionalização, se possível do comércio

¹³² SANTOS, Alan Christian de Souza. *O senador militar – poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)*. 538 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020, p. 234.

¹³³ ROCQUE, Ricardo. *Grande enciclopédia da Amazônia*. Vol. IV. Belém: Amazônia Editora LTDA, 1967, p. 1037.

¹³⁴ PARÁ. Decreto nº 2. 834, de 28 de dezembro de 1937. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, 1937.

de frutas, peixes e legumes; 5º Propaganda aos moradores do interior acerca das providências do governo e diminuição de informações errôneas; 6º Colaboração de um “Elemento do povo” que saiba e sinta as dificuldades alimentares; 7º Maior direcionamento e energia para atender as medidas impostas pelo governo e condicionar os preços no mercado do Ver-o-Peso e outros locais de comercialização.¹³⁵

A *Folha do Norte* publicou em vários momentos determinações originárias desta Comissão de Tabelação, principalmente divulgando para a população o valor fixado de cada alimento, inibindo a venda de produtos com preços maiores aos determinados pelo Estado.¹³⁶ Porém, além de destacar os esforços do governo e da Comissão, o periódico também ofereceu espaço às críticas direcionadas ao órgão público, como em uma carta exigindo a atuação da Comissão em interiores onde os preços não eram respeitados.¹³⁷

Foi em uma das críticas presentes na *Folha do Norte* que resultou na prisão de Paulo Maranhão. No dia 12 de janeiro, em longa publicação assinado com o pseudônimo Jarvalho, várias críticas foram tecidas à Comissão de Tabelação, principalmente em torno dos preços de produtos exigidos pela administração pública que estariam menores do que o ideal, trazendo prejuízo aos comerciantes.¹³⁸ Inclusive, o autor da referida matéria justifica as transgressões às ordens da Comissão, exatamente pelos prejuízos acumulados pelos comerciantes desde o tabelação dos gêneros alimentícios, transgressões que tinham como pena, no mínimo de oito dias de prisão e imediata adequação aos valores pré-definidos.¹³⁹

A matéria foi recebida da pior maneira possível pela Comissão de Tabelação, que na mesma noite mandou Ernesto Chaves, censor de imprensa, até o edifício da *Folha do Norte* para buscar Paulo Maranhão, no intuito de uma reunião no gabinete da chefia de polícia junto aos membros da Comissão. O diretor da *Folha* rapidamente negou e disse que devido aos serviços na redação era impossível sua ida.

A outra opção seria o envio para Comissão dos escritos originais da referida matéria. Após resistência de Paulo Maranhão em levar Ernesto Chaves ao arquivo do periódico, justificando que o local ficava no andar onde também morava seu filho João Maranhão, foram encontradas assinaturas de um cidadão chamado João Luiz de Carvalho. Os originais foram enviados a Comissão, porém, o autor não teria comparecido à redação do periódico, e não compareceu à sede da Comissão.

¹³⁵ *Folha do Norte*. Belém, 04/01/1938, p. 1.

¹³⁶ *Folha do Norte*. Belém, 06/01/1938, p. 10.

¹³⁷ *Folha do Norte*. Belém, 05/01/1938, p. 2.

¹³⁸ *Folha do Norte*. Belém, 12/01/1938, p. 3.

¹³⁹ *Folha do Norte*. Belém, 12/01/1938, p. 2.

Dessa maneira, sem a apresentação do autor da referida crítica a Comissão de Tabelaento, seus membros votaram a favor da prisão do próprio Paulo Maranhão, em consonância ao decreto nº 2.834, o mesmo que instaurou a Comissão. A pena de prisão consistiu em oito dias, sido aprovada pelo interventor Gama Malcher no dia 13 de janeiro.¹⁴⁰ Com a publicação feita no dia 12 e no mesmo dia a procura da polícia a sede da *Folha*, além da prisão do seu diretor no dia seguinte, 13, revelava como os mecanismos em torno da Comissão estavam preocupados em oferecer respostas eficazes e rápidas às transgressões de suas determinações.

Um ponto interessante recai na utilização da edição vespertina da *Folha do Norte* para a veiculação das principais críticas à Comissão de Tabelaento. O movimento pode ser entendido como uma forma de ludibriar a atenção das autoridades, que costumeiramente enfatizavam e concretizavam ações em torno da edição matutina, sendo esta última maior em quantidade de páginas e mercadologicamente mais robusta.

Desse modo, Paulo Maranhão, acompanhado de seu filho João, compareceram à delegacia da Polícia Civil do Estado. Na mesma noite em que foi preso, o jornalista recebeu algumas visitas, dentre elas: Deodoro da Mendonça, secretário-geral do Estado; Santana Marques, secretário do jornal *O Estado do Pará*; Dejard Mendonça Filho, representando *O Imparcial*; Além destes, Aldebaro Klautau, advogado que representaria Paulo Maranhão, também o visitou e recebeu os documentos necessários para defender o jornalista.¹⁴¹

Apesar da visita de Santana Marques, o jornalista pouco poderia fazer, pois, lançou uma nota em que comunicava a situação vivida em seu jornal: “Ontem à noite, tive comunicação verbal, através do órgão de censura à imprensa nesta cidade, que o ‘O Estado do Pará’ estava proibido de veicular qualquer notícia sobre a prisão do professor Paulo Maranhão, diretor da *Folha do Norte* [...]”.¹⁴² A nota explicando a situação de censura e de arbitrariedade sofridas pelo jornal *O Estado do Pará* foi concluída por Santana Marques declarando ser de sua inteira “responsabilidade desta nota para responder por ela na forma que me for determinada”.

A prisão de Paulo Maranhão repercutiu em muitos jornais de todas as regiões do Brasil, como o *Diário de Notícias* (RJ),¹⁴³ *Correio Paulistano* (SP),¹⁴⁴ *Jornal Pequeno* (PE),¹⁴⁵ *O Estado de Florianópolis* (SC),¹⁴⁶ dentre outros. A maioria dos periódicos publicou apenas notas

¹⁴⁰ *Folha do Norte*. Belém, 14/01/1938, p. 1.

¹⁴¹ *Idem*.

¹⁴² *Folha do Norte*. Belém, 14/01/1938, p. 1.

¹⁴³ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 15/01/1938, p. 4.

¹⁴⁴ *Correio Paulistano*. São Paulo, 16/01/1938, p. 4.

¹⁴⁵ *Pequeno Jornal*. Pernambuco, 20/01/1938, p. 3.

¹⁴⁶ *O Estado de Florianópolis*, 22/01/1938, p. 2.

divulgando sua prisão e soltura dias depois. Entretanto, o jornal *Diário de Notícias* ofereceu maiores detalhes da prisão do jornalista paraense ao seu público. Em matéria intitulada “Mais de mil visitas durante a prisão”, o periódico noticiou que no total Paulo Maranhão recebeu mais de mil visitas, enquanto esteve na Chefatura de Polícia, destacando a visita de Deodoro de Mendonça.¹⁴⁷

Lógico que o número impressiona, a pena de Paulo Maranhão que seria de oito dias foi diminuída para apenas quatro, após recurso deferido por Gama Malcher.¹⁴⁸ Ou seja, mil visitas em quatro dias era um número bastante expressivo. A própria *Folha do Norte* divulgou em suas edições matutinas e vespertinas centenas de nomes das visitas a Paulo Maranhão.¹⁴⁹ De qualquer forma, o episódio simboliza a popularidade em torno deste personagem da história política paraense.

Além disso, levo em consideração a importância de publicizar o apelo de popularidade do jornalista, revestido na quantidade de pessoas no pouco tempo em que esteve preso. Em acontecimentos como este, de exacerbação dos aparatos estatais no sentido de coerção, são momentos propícios para analisarmos convergências e divergências dos grupos sociais mediante os sujeitos envolvidos nas crises políticas. Se em 1938, frente ao impasse com o governo de Gama Malcher, o jornalista Paulo Maranhão teria recebido, segundo jornais, mais de 1000 visitas, em outros momentos houve quem preferisse o afastamento dele e de seu jornal, como ocorrido em 1934. No contexto de divergência contra Magalhães Barata em maio desse ano, o interventor proibiu que os funcionários da *Folha do Norte* adentrassem em qualquer repartição pública.

Naquele momento, várias instituições levaram solidariedade ao interventor Magalhães Barata e externaram profundo descontentamento com Paulo Maranhão e o jornal *Folha do Norte*. Por exemplo, na consulta aos ofícios presentes no fundo referente à secretaria do governo de 1934, os representantes do: Sindicato dos Operários em Bonde, Força e Luz; Sindicato dos Trabalhadores do Livro e Jornal e o Grêmio Dramático Beneficente Sport Club; convergiram na publicização de apoio a Magalhães Barata e afastaram-se de Paulo Maranhão.

O primeiro sindicato parabenizou o interventor pela coragem de dizer a Paulo Maranhão o que a maioria das outras autoridades deixavam de lado ou tinham medo de falar.¹⁵⁰ O segundo sindicato, foi ainda mais duro, além de solidarizar com a interventoria, alegou que o jornal de

¹⁴⁷ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 20/01/1938, p. 2.

¹⁴⁸ Folha do Norte. Belém, 16/01/1938, p. 1.

¹⁴⁹ Relação de visitas publicadas nos dias: 17 e 18 de janeiro de 1938.

¹⁵⁰ Ofício, 14/05/1934 – Secretária do Governo, caixa 218. APEP.

Paulo Maranhão não havia sido castigado pelos operários e o povo graças às atitudes de Magalhães Barata em salvar o periódico.¹⁵¹ Por fim, o Grêmio Dramático Beneficente Sport Club alegou que seria interrompido o envio de notas para a *Folha do Norte*, com intuito de não constar mais o nome da instituição nas crônicas esportivas do jornal.¹⁵²

Tais ofícios demonstram a movimentação de instituições e de sindicatos que por algum motivo estavam na órbita do conflito entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata e diante de seus interesses, inclusive os sindicatos, publicizavam apoio a determinada parte do embate. Em sua pesquisa sobre o Departamento Paraense pelo Progresso Feminino (DPPF), Bárbara Rodrigues pontua que o grupo feminista que atuou no Pará durante a década de 1930, por inúmeras vezes, transitou em aproximações e distanciamentos tanto de Paulo Maranhão, como de Magalhães Barata, no sentido de melhor atingir suas demandas.

Em relação a Paulo Maranhão, além da proximidade dele com algumas integrantes do DPPF, a organização feminista visualizava seu jornal como meio para propagar seus ideais, eventos e angariar apoio político e novas integrantes. Por outro lado, aproximar-se de Magalhães Barata significava a possibilidade de garantir apoio da principal figura da política local da época, em outras palavras, era a garantia de maior campo de atuação e de fortificação da instituição a partir de socializações com membros do governo e outros grupos políticos.

Contudo, diante do embate entre os dois, o grupo feminista optou pela neutralidade. A autora cita carta enviada por uma das integrantes, Cloris Silva, em agosto de 1934, onde informa a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) que o jornal de Paulo Maranhão estava em embate contra a interventoria do Estado, porém, apesar da gratidão que tinha pelo meio de comunicação ao abrir espaço para as pautas do grupo, em nada poderia participar das lutas. Para Bárbara Rodrigues, a busca pela neutralidade neste conflito e contexto, significava uma tentativa do DPPF de manter vínculo com ambas as partes, sem perder espaço de propaganda e sem perder relação com o chefe do governo.¹⁵³

De volta a polêmica que levou o diretor das *Folhas* a prisão, no dia 17 de janeiro, aproximadamente às 20:30 da noite, Paulo Maranhão foi posto em liberdade. João Malato publicou bela mensagem a respeito de Paulo Maranhão, externando alguns pontos que merecem destaque:

¹⁵¹ Ofício, 03/05/1934 – Secretária do Governo, caixa 218. APEP.

¹⁵² Ofício, 07/05/1934 – Secretária do Governo, caixa 218. APEP.

¹⁵³ RODRIGUES, Bárbara Leal. *Feminismo do Extremo Norte*: trajetórias e reivindicações do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino (Belém/PA, 1931-1937). 263 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023, p. 210-211.

Paulo Maranhão é um homem que consubstancia não uma época, mas várias épocas da vida paraense. A sua vida está tão diretamente ligada a todos os episódios da nossa história, nestes quarenta anos, que o fato dele ser preso, ou solto, ou deportado, ou tiroteado, só revela ao instinto divinatório das multidões que ele estava, mais uma vez, cumprindo como intérprete das suas ansiedades.

[...] Quando esse homem deixar de amparar as causas justas dos humildes e dos fracos, é porque as suas mãos já se imobilizaram, os seus olhos perderam a luz e o espírito deixou de inflamar a pena que tem sido a bandeira e a clava de muitas lutas memoráveis. E então, nesse dia, desgraçados dos que tiverem sede de justiça.¹⁵⁴

A parte em que João Malato relaciona a história do Pará com a própria vivência de Paulo Maranhão, além de ser uma demonstração de admiração ao jornalista, resume o quanto a atuação deste, principalmente após assumir a direção da *Folha do Norte* e suas batalhas travadas nas primeiras décadas do século XX, tiveram impacto nos constantes rearranjos políticos que o Pará experimentou. Afinal, do magistério, perpassando por funções de revisor, repórter da *Folha* e de outros jornais, até os cargos de deputado federal e diretor-proprietário do principal impresso da capital paraense, Paulo Maranhão esteve relacionado a muitos processos políticos relevantes, utilizando principalmente sua empresa para abrigar suas posições políticas, e ainda assim manter funções jornalísticas de denúncia, amparo a população e outras iniciativas.

O mês de janeiro teve seu desfecho com a saída de Magalhães Barata de Belém, noticiada pela *Folha* com o título: “Vá! Pode ir! A barra é franca!”.¹⁵⁵ A matéria após noticiar um histórico do tempo em que o ex-interventor esteve no Pará, seis meses, lembrou que este veio para fazer campanha a José Américo e acabou desejando a interventoria do Estado. Discorrendo sobre o perigo que o Pará estaria caso Magalhães Barata voltasse a ser interventor, lembrou os piores ataques a sua redação em setembro de 1934, quando Barata “moveu contra o nosso patrimônio as forças do Estado, todos os capangas, todos os correligionários que sabiam manejar uma arma”. E finalizou com as seguintes palavras: “Vá! Deixe-nos em paz! Que o diabo o acompanhe para o resto da vida e Deus fique conosco!”.¹⁵⁶

Em uma contínua dualidade, entre o bem e o mal, Paulo Maranhão, a partir da *Folha do Norte*, principalmente entre os anos de 1935 e 1937, construiu o primeiro grande arcabouço na imprensa paraense do que se pode chamar de antibaratismo. A essência dessa conduta esteve em acompanhar e atacar o cotidiano de Magalhães Barata e seus aliados, além de reconstruir quantas vezes fosse necessária: repetir, fixar, redefinir e até mesmo mudar, vários acontecimentos passados para cristalizar os papéis de uma trama volátil e densa que para o

¹⁵⁴ Folha do Norte. Belém, 19/01/1938, p. 1.

¹⁵⁵ Folha do Norte. Belém, 20/01/1938, p. 1.

¹⁵⁶ Idem.

antibaratismo de Paulo Maranhão foi constituída de dois lados: o bem, o seu; o mal, o de Magalhães Barata.

O Estado Novo no Pará foi constituído principalmente sob as ordens de Gama Malcher, que após transitar de governador a interventor do Pará, permaneceu no cargo até o início de 1943. Muito diferente de Magalhães Barata, o então interventor Gama Malcher exerceu um regime pouco personalista, apesar de ser em sua administração a criação de vários departamentos importantes para consolidação e legitimação do regime em âmbito federal e estadual.

Um dos órgãos mais importantes de atribuição local foi o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará (DEIP-PA), inaugurado em 1941, tendo sua sede no segundo andar do Edifício Bern, localizado na esquina da rua Ó de Almeida com a 15 de agosto (atual Presidente Vargas):

Imagem 7 – Sede do DEIP-PA – Edifício Bern



Fonte: CHAVES, Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos. *Isto não é para nós?* Um estudo sobre a verticalização e modernidade em Belém entre as décadas de 1940 e 1950. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2011, p. 45.

O DEIP-PA funcionou como representante do Departamento de Imprensa e Propaganda no território paraense. Em 4 de setembro de 1940, o Decreto-Lei nº 2.557, promulgado por Getúlio Vargas, expande os poderes do já importante departamento de imprensa, tornando obrigatório em todos os Estados brasileiros e territórios federais, a criação de seus respectivos departamentos estaduais de imprensa. Estes órgãos da administração estadual seguiriam às diretrizes do DIP, como atestado no decreto:

Art. 1.º As funções do Departamento de Imprensa e Propaganda serão exercidas nos Estados com a cooperação dos respectivos governos.

Art. 2.º Ficam subordinados ao Departamento, do ponto de vista da orientação técnica e doutrinária, todos os serviços estaduais atinentes à imprensa, radiodifusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo.

Art. 3.º Sob a denominação de Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda as administrações estaduais deverão reunir em uma só repartição a ser criada, os serviços relativos à imprensa, radiodifusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo.

Art. 4.º Os departamentos estaduais e municipais de propaganda serão organizados de acordo com as normas prescritas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, que os orientará, inclusive quanto a autorizações de serviços remunerados.

Art. 5.º O exercício dos responsáveis pelos serviços estaduais ou municipais a que se refere esta lei depende da autorização do Presidente da República.

Art. 6.º O Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, sempre que for necessário, baixará instruções para cumprimento deste decreto-lei.¹⁵⁷

Um dos aspectos que chama atenção em torno da criação dos departamentos estaduais de imprensa, recai na objetividade de concentrar poderes em torno de poucos departamentos. Essa concentração pode ser observada por dois vieses: o primeiro está em âmbito estadual, a junção em somente um órgão dos serviços estaduais pertinentes à imprensa, radiodifusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo, como disposto no Art. 4º do Decreto acima, forneceria aos DEIP's poderes de legislar vários meios de comunicação em diferentes segmentos sociais.¹⁵⁸

O outro aspecto que simboliza maior concentração e poderio em relação aos meios de comunicação, situa-se exatamente na criação dos DEIP's, uma vez que subordinados ao DIP, o departamento federal conseguiria legislar a partir de cada representante local. A especificação e direcionamento por Estados possibilitaria maior regulamentação, uma vez que os diretores estaduais eram mais familiarizados com os meios de comunicação de seus estados, viabilizando mecanismos capazes de monitorar de perto cada área subordinada à sua administração.

No Pará, o interventor Gama Malcher, atendeu o postulado no Decreto-Lei nº 2.557, em janeiro de 1941, quando a partir do Decreto 3.651,¹⁵⁹ criou o DEIP-PA e definiu sua primeira organização interna em três divisões: divisão de imprensa; divisão de radiodifusão e diversões públicas; divisão de propaganda, publicidade e turismo. Com o surgimento do DEIP-PA, o Serviço de Propaganda e Difusão Cultural do Estado, criado em 1938, teria suas funções incorporadas ao novo órgão estadual de imprensa, um exemplo de como ocorreram

¹⁵⁷ Brasil. Decreto-Lei Nº 2.557, de 04 de setembro de 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2557-4-setembro-1940-412488-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 nov. 2022.

¹⁵⁸ LIMA, Marcos Bezerra. Censuras, perseguições e propaganda política: a atuação do departamento estadual de imprensa e propaganda do Pará (DEIP-PA) frente aos meios de comunicação entre os anos de 1941 e 1945. In: *Anais Eletrônicos do XXVI Encontro Estadual de História – ANPUH/SP, 2022*. Evento online: APUH-SP, 2022.

¹⁵⁹ PARÁ. Decreto nº 3.651 de 16 de janeiro de 1941. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, 1941.

modificações em torno de uma maior concentração de tarefas em uma administração que respondia diretamente ao DIP.

Dessa forma, o terceiro e último capítulo desta pesquisa, analisa o conflito entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão a partir da atuação do DEIP-PA em torno dos jornais *Folha do Norte* e *Folha Vespertina*, principalmente de 1943 a 1945, anos em que Magalhães Barata retornou à interventoria do Pará e reacendeu vários conflitos políticos, dentre eles, a disputa com Paulo Maranhão. A documentação referente a atuação do DEIP-PA encontra-se no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), disponível a consulta e em bom estado de conservação.

Analisar os conflitos entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão, incorporando as especificidades em torno do DEIP-PA, tornou-se de suma importância, pois, o contexto em que esses elementos estão inseridos difere-se completamente dos episódios e problemáticas levantadas anteriormente. A partir de 1939, com a criação do DIP, tendo à frente o jornalista Lourival Fontes, as relações entre o Estado e os meios de comunicação mudaram completamente.

Quando Magalhães Barata retorna ao Executivo paraense, tem à sua disposição um departamento regulador dos meios de comunicação, onde seus diretores podem ser trocados conforme sua linha ideológica. Entre 1943 e 1945, o interventor paraense pôde contar para atacar e contra-atacar o jornalista Paulo Maranhão, o DEIP-PA, e assim fez, redefinindo horizontes desta disputa. É neste contexto e em torno desses elementos que trata o terceiro capítulo.

CAPÍTULO 3: O RETORNO DE MAGALHÃES BARATA E O REORDENAMENTO POLÍTICO PARAENSE (1943-1945)

No terceiro e último capítulo estão discutidos os desdobramentos originários do retorno de Magalhães Barata à interventoria do Estado do Pará em fevereiro de 1943. A saída de José da Gama Malcher e a nomeação de Magalhães Barata ocorreu em meio ao contexto da Segunda Guerra Mundial, onde a Amazônia se apresentou como área importante na produção de matérias-primas para a indústria bélica. Desse modo, o retorno do militar ao governo do Pará pode ser entendido por vários ângulos, assim como as consequências e as remodelações políticas de tal mudança.

Dessa forma, alguns dos temas abordados nessa parte da pesquisa recaem na atuação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará e suas utilizações por Magalhães Barata; conflitos externos e internos tendo como protagonista Paulo Maranhão e seus jornais *Folha do Norte* e *Folha Vespertina*; atividades desenvolvidas por Magalhães Barata frente aos interesses militares brasileiros no Norte do Brasil, enfatizando sua ligação com as Guianas, transição política e projeções almejadas e concretizadas por esses dois personagens históricos nos momentos de derrocada do Estado Novo e da reabertura política.

3.1 Jogo Político? Entra Magalhães Barata e sai Paulo Maranhão

No final de janeiro de 1943, José da Gama Malcher que exerceu cargo de governador e posteriormente de interventor entre os anos de 1935 e 1943, foi nomeado presidente do Banco de Crédito da Amazônia, instituição criada para atender a logística de produção de borracha para a Guerra Mundial.¹ Sua saída representou o fim de uma governança que transitou do Governo Constitucional de Getúlio Vargas para o Estado Novo. Como interventor interino assumiu Miguel Pernambuco Filho, por apenas um mês, até a concretização da nomeação de Magalhães Barata.

Um dos primeiros atos promovidos por José da Gama Malcher após deixar a interventoria do Estado, foi visitar às instalações da *Folha do Norte*. Em 29 de janeiro de 1943, o ex-interventor visitou às *Folhas* com a intenção de agradecer as publicações do periódico de Paulo Maranhão, após o anúncio da troca de mandatário político. Recebido por funcionários do

¹ Folha do Norte. Belém, 26/01/1943, p. 1.

jornal, José da Gama Malcher também publicizou suas projeções em seu novo cargo, detalhando alguns projetos que tinham como intuito: “[...] levar a Amazônia a corresponder a expectativa do Brasil e dos seus aliados, no que concerne à produção da borracha [...]”.²

A visita de José da Gama Malcher às *Folhas*, poucos dias após sua saída da interventoria do Estado, pode ser observada como um elemento representativo da importância de lideranças políticas estarem em relação amistosa com o principal meio de comunicação da cidade. Entretanto, a relação entre Paulo Maranhão, seus jornais e José da Gama Malcher não foi sempre amistosa, ao contrário, basta rememorar o episódio tratado no capítulo dois desta pesquisa em que o jornalista foi preso com o aval do ex-interventor, em 1938. Todavia, a aproximação ao periódico poderia significar um canal de promoção ao Banco de Crédito da Borracha, que estava situado em uma conjuntura de bastante expectativa diante das demandas bélicas na região.

Se por um lado a *Folha do Norte* era prestigiada pela visita daquele que deixava o governo do Estado, por outro lado, o jornal não deixou de comentar o que estaria por vir em torno da possível nomeação de Magalhães Barata ao cargo de interventor. No mesmo dia em que José da Gama Malcher subia as escadarias do prédio da *Folha do Norte* para estreitar laços, Magalhães Barata visitou a redação do jornal carioca *A Manhã* com intuito de dialogar com aquele meio de comunicação sobre temas políticos daquele momento histórico, como as projeções nacionais diante do conflito bélico.³

Assim como, nos primeiros dias de fevereiro, após reuniões de Magalhães Barata com autoridades federais, a *Folha do Norte* noticiava que o nome do político paraense seria o escolhido para suceder José da Gama Malcher. Alguns reflexos das notícias vindas da capital do país foram sentidos localmente. Comentando dois casos de violências ocorridos em Belém – um com o diretor da Recebedoria de Contas, José Albuquerque Aranha⁴ e outro com uma senhora que foi confrontada em um estabelecimento comercial por um apoiador de Magalhães Barata⁵ – os dois jornais de Paulo Maranhão, a *Folha do Norte* e a *Folha Vespertina* remeteram os ocorridos a premissa que Magalhães Barata retornaria ao poder.

O primeiro jornal noticiou: “Estão se produzindo entre nós fatos deploráveis, desde que se difundiu no conhecimento público a notícia de que será nomeado para Interventoria do Estado o sr. Joaquim Barata. [...] Essas ocorrências prenunciam, claramente, dias de tristeza,

² Folha do Norte. Belém, 30/01/1943, p. 1.

³ A Manhã. Rio de Janeiro, 30/01/1943, p. 7.

⁴ Folha do Norte. Belém, 06/02/1943, p. 6.

⁵ Folha Vespertina. Belém, 08/02/1943, p. 1.

angústia e inquietude para nossa terra [...]”.⁶ Por sua vez, o jornal *Folha Vespertina* após analisar casos de violência e projetar momentos de caos e de desmandos políticos com o retorno de Magalhães Barata às terras paraenses, concluiu seu escrito afirmando: “[...] será o tempo que se encarregará de colher o velório dos acontecimentos por vir. E oxalá não esteja conosco a razão, para o bem do próprio Estado – a grande vítima – onde um governo nos moldes daquele em que todos esses fatos forem possíveis, causará males irremediáveis”.⁷

Desse modo, a linha editorial adotada pelas *Folhas* foi de total desaprovação antes mesmo de confirmada a informação que Magalhães Barata seria o novo interventor. Tal posição não poderia ser diferente, estava sendo moldado um cenário de extremo desfavorecimento aos meios de comunicação de Paulo Maranhão, uma vez que o retorno de seu arquirrival significaria possíveis confrontos com mecanismos do Estado, como acabou se confirmando meses depois.

Dessa vez, diferente do ocorrido no contexto do golpe do Estado Novo em novembro de 1937, onde foi cogitado o retorno de Magalhães Barata, mas manteve-se no cargo José da Gama Malcher, em 1943 a situação tornou-se inevitável. No dia 08 de fevereiro de 1943, era confirmado a nomeação de Magalhães Barata por meio de decreto assinado por Getúlio Vargas. A posse de Magalhães Barata ocorreu no Rio de Janeiro, no Ministério da Justiça, dentre autoridades presentes, estavam os ministros Salgado Filho e Marcondes Filho, além de Coelho Reis, então diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda.⁸ Sobre este último, Magalhães Barata encontrou novamente em visita à sede do DIP antes de sua viagem ao Pará.⁹ Essa visita seria uma das várias feitas pelo interventor paraense ao principal departamento de propaganda e controle aos meios de comunicação do Brasil.

Sua chegada a Belém ocorreu no dia 18 de fevereiro, motivo de festa popular e contou com a presença de várias autoridades. Em um dos discursos pronunciados, Magalhães Barata fez menção ao tempo que ficou afastado do governo do Estado, sua relação com apoiadores e possibilidades de retorno:

Meus queridos amigos de todos os tempos:

Eis-me aqui novamente. São decorridos sete anos e meses que nós nos separamos em corpo, mas sempre ligados pelo coração. Durante este largo espaço de tempo. Da união pelo espírito e pelo coração do povo paraense comigo, só eu poderia dizer, porque era eu que, em todas as guarnições militares, onde cumpria meu dever como soldado, recebia de vós outros os costumeiros apelos e as seguidas perguntas sobre quando eu voltaria para o Pará. Cartas não havia e recados não sobravam que não contivessem a pergunta: “Quando volta o major para nós?”. Eu sempre respondia:

⁶ Folha do Norte. Belém, 07/02/1943, p. 1.

⁷ Folha Vespertina. Belém, 08/02/1943, p. 3.

⁸ A Noite. Rio de Janeiro, 10/02/1943, p. 3.

⁹ A Noite. Rio de Janeiro, 11/02/1943, p. 10.

“Não depende de mim. Depende somente do alto chefe da nação”. A oportunidade da minha volta ao Pará, para mais uma vez convosco trabalhar pela grandeza e pelo próprio bem estar e felicidade de sua população, dependia exclusivamente do chefe de Nação [...]”¹⁰

Neste fragmento extraído do jornal *Folha Vespertina*, em parte de seu discurso, torna-se muito nítido a tentativa de Magalhães Barata de figurar como uma espécie de anseio popular que durante sete anos esteve distante da chefia do Estado, não deixou de se preocupar e acompanhar os andamentos políticos paraenses. Algumas características retratam bem a personificação de um político populista, que apresenta frases/termos que simbolizam ligações extremadas entre a liderança política e seus apoiadores ou simpatizantes, confrontando ideias de unidades de diferentes segmentos sociais, por exemplo, na frase: “nos separamos em corpo, mas sempre ligados pelo coração”.

Em seu retorno, Magalhães Barata nomeou vários dos seus auxiliares que foram sendo publicados nas edições do *Diário Oficial do Estado*, nos dias subsequentes ao seu retorno a interventoria, destaco alguns, como: Lameira Bittencourt para o cargo de Secretário Geral do Estado; Antonio Teixeira Gueiros para o cargo de diretor de Departamento de Segurança Pública; Alberto Engelhard para o cargo de diretor-geral do Departamento de Finanças; Álvaro Adolfo da Silveira para o cargo de Consultor Geral do Estado; José Cardoso da Cunha Coimbra para o cargo de diretor da Biblioteca e Arquivo Público e nomeou interinamente Inocêncio Machado Coelho Neto para responder ao expediente do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Além dos considerados cargos mais importantes, como de Secretário Geral e o responsável pela Segurança Pública, destaco os dois últimos nomes e suas funções para prosseguimento da análise nesses primeiros meses da segunda interventoria de Magalhães Barata.

José Cardoso da Cunha Coimbra publicou em 1945 o livro intitulado “Magalhães Barata e o Pará: subsídios para história”,¹¹ em que apresentou aos seus leitores vasto conteúdo fotográfico e fontes hemerográficas originárias dos meios de comunicações que acompanhavam Magalhães Barata em sua segunda passagem pelo poder. Apesar de referências a outros momentos históricos, o livro de Cunha Coimbra centrou-se na segunda passagem pelo poder de Magalhães Barata, de 1943 a 1945. Além da riqueza documental que o livro carrega, vale ressaltar o perfil do autor e os moldes da construção de sua obra.

¹⁰ Folha Vespertina. Belém, 19/02/1943, p. 1.

¹¹ COIMBRA, José Cardoso da Cunha. *Magalhães Barata: indícios para a história*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

Durante os anos de 1943 e 1945, Cunha Coimbra desempenhou dois cargos que proporcionaram proximidade e elementos para promover o estudo sobre Magalhães Barata. Além de ser nomeado diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, Cunha Coimbra também desempenhou, entre o final de 1944 e 1945, o cargo de diretor do DEIP-PA, sendo responsável pelo reordenamento do órgão no período de derrocada do Estado Novo. Inclusive, várias fotografias de Magalhães Barata e outras autoridades do Estado, que estão presentes no referido livro, foram materiais produzidos pelo departamento estadual de propaganda, algumas reproduzidas no período da gestão de Cunha Coimbra.

Além da riqueza documental, não se pode deixar de comentar o caráter de homenagem a Magalhães Barata que a obra de Cunha Coimbra foi revestida. Desse modo, a junção dos vários registros, discursos de Magalhães Barata, recortes de periódicos e os comentários do autor, tornam a obra datada historicamente como uma espécie de tributo a figura do paraense. Entretanto, deve-se considerar sua importância principalmente pela escassez de pesquisas que tratem este período da história social e política.

Por outro lado, o nome de Inocêncio Machado Coelho Neto como responsável de expediente do DEIP/PA foi uma das primeiras modificações realizada por Magalhães Barata após seu retorno. Aquela seria a terceira nomeação específica para o Departamento, uma vez que o Padre Cupertino Contente foi nomeado para divisão de Rádio e Lindolfo Mesquita nomeado para divisão de Propaganda, Publicidade e Turismo.¹² Entretanto, apesar das trocas de responsáveis pelas divisões, foi a partir do Decreto-Lei nº 4.287 de março de 1943, que o interventor paraense começaria a moldar o Departamento de Imprensa a partir de sua concepção. Destaco alguns pontos do extenso decreto:

[...] Considerando a necessidade de dar maior amplitude ao Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), com mais perfeita organização dos serviços que lhe competem de modo a melhor atender aos altos interesses do Estado, permitindo-lhes a mais eficiente propaganda de suas possibilidades, através da imprensa, do livro, do rádio e demais meios de difusão e comunicações,

DECRETA:

ART. 1.º – Fica reorganizado o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) diretamente subordinado ao Governo do Estado e obedecendo, sob ponto de vista da orientação técnica e doutrinária, ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

[...] ART. 3.º – Os serviços do DEIP ficam agrupados:

- a) Divisão de Imprensa, Teatro, Cinema e Diversões;
- b) Divisão de Rádio-Difusão e comunicações;
- c) Divisão de Propaganda, Publicidade e Turismo.

ART. 4.º – O DEIP será dirigido por um Diretor Geral, em comissão, padrão X – de nomeação do Presidente da República, mediante indicação do chefe de Executivo Estadual.

¹² Diário Oficial. Belém, 24/02/1943.

ART. 5.º – Cada uma das divisões de que trata o art. 3º, terá um Diretor – padrão R – nomeado, em comissão, pelo Chefe do Executivo Estadual, mediante prévia aprovação do Diretor Geral do DIP, e, durante vigência do Decreto-Lei federal nº 4.828, de 13 de outubro de 1942, também do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

[...] ART. 10.º – Além dos serviços fixados neste Decreto-Lei e de outros que lhe possam ser atribuídos pelo DIP, promoverá o DEIP a organização e execução dos serviços de propaganda e publicidade dos municípios do interior.

ART. 11.º – Para maior eficiência de suas atividades nos municípios do interior, a Diretoria Geral do DEIP nomeará, sob indicação do respectivo prefeito, e sem ônus para o Estado, um ou mais representantes em cada município

ART. 12.º – Ficam os prefeitos municipais obrigados a fornecer ao DEIP todos os informes que lhes forem solicitados, de forma a habilitar o Departamento a bem desempenhar o estabelecido no art. 10 do presente Decreto-Lei.¹³

As modificações em torno do DEIP/PA efetivadas por Magalhães Barata em menos de um mês após seu retorno à interventoria do Estado, evidenciava a preocupação do político com este órgão de controle e organização das áreas de comunicação e cultura. Por meio desta lógica, o próprio Decreto-Lei nº 4.287, especificou que a reorganização tinha como cerne uma maior organização e aumento da amplitude das funções desempenhadas pelo Departamento de Imprensa.

Desse modo, apesar da continuidade de alguns pontos centrais referente à organização do DEIP/PA, como: subordinação ao Governo do Estado e atendimento às normas técnicas e doutrinárias oriundas do DIP; o presente decreto redefiniu suas divisões agrupando áreas outrora distintas que estavam explicitadas no Decreto-Lei nº 3.651 de 16 de janeiro de 1941, baixado por José da Gama Malcher, exatamente o decreto de criação do Departamento, apresentado no segundo capítulo desta pesquisa. Desse modo, o órgão responsável pela criação de propaganda e controle aos meios de comunicação do Estado passava pela primeira reorganização considerável desde sua criação.

Contudo, além do reordenamento das divisões, um dos pontos de maior destaque nesse Decreto-Lei refere-se ao direcionamento das atividades do DEIP/PA para as cidades do interior do Estado, efetivando uma expansão no seu campo de atuação. Além disso, tal orientação pode ser observada como mais uma das políticas efetivadas por Magalhães Barata no sentido de estabelecer maior vínculo com os interiores do Pará e seus respectivos prefeitos, em uma espécie de continuidade a uma de suas marcas de governança concretizada na primeira interventoria: forte presença do governo do Estado fora da capital.

Nesse mesmo curso de mudanças, Magalhães Barata nomeou Arnaldo Valente Lobo como diretor-geral do DEIP/PA. A revista *Pará Ilustrado* em sua edição de março de 1943

¹³ Diário Oficial. Belém, 29/03/1943.

estampou com destaque algumas das mudanças empregadas e uma fotografia dos principais responsáveis pelo órgão:

Imagem 8 – Novos diretores do DEIP/PA



Fonte: Revista Pará Ilustrado, nº 131 (20/03/1943), p. 11.

Na imagem, da direita para esquerda, estão: Arnaldo Lobo, Diretor-Geral do DEIP/PA; Padre Cupertino Contente, Diretor da Divisão de Rádio; Lindolfo Mesquita, diretor da Divisão de Propaganda, Publicidade e Turismo e o jornalista José Braga Filho como Secretário-Geral do Estado. Vale ressaltar que os diretores de divisões da imagem ainda estavam desempenhando funções diante da organização mantida no governo Gama Malcher, uma vez que o decreto-lei de reorganização baixado por Magalhães Barata, anteriormente citado, concretizou-se somente a partir de abril de 1943.

Entretanto, a imagem além de possibilitar a visualização dos diretores do departamento que para fins desta pesquisa é muito importante, evidencia um movimento de publicização de tais nomes e trabalhos desenvolvidos diante da sociedade paraense. Dentre os presentes, ressalto os nomes do padre Cupertino Contente, que já havia desempenhado função de Chefe de Expediente do órgão e passou a ser diretor de divisão, e será novamente resgatado nas próximas páginas como um dos “interventores” que dirigiram as *Folhas* durante o afastamento de Paulo

Maranhão. Por outro lado, Lindolfo Mesquita, também conhecido pelo pseudônimo “Zé Vicente” utilizado em autorias de publicações em impressos, se tornaria, em outubro de 1943, diretor-geral do DEIP/PA, uma vez que o bacharel Arnaldo Lobo seria designado ao Tribunal de Apelação.

Para fins contextuais a este tópico, destaco mais duas mudanças: nomeação de Roberto Camelier para divisão de Radiodifusão e Comunicações em março de 1943, retornando o padre Cupertino Contente ao cargo de chefe de expediente; e a nomeação do maestro e compositor Waldemar Henrique Costa Pereira para o cargo de diretor de Turismo, Propaganda e Publicidade, em março de 1943. A presença destes dois conhecidos nomes da época representa o grau de relações estabelecidas entre órgão de controle e alguns setores da sociedade paraense. Roberto Camelier foi um dos criadores da Rádio Clube do Pará, primeira emissora no ramo da Região Amazônica, concretizada em 1928.¹⁴ Por outro lado, Waldemar Henrique tornou-se um dos maiores artistas da história paraense, tendo composições conhecidas nacionalmente e influenciado outros nomes do seu ramo.¹⁵

Tal contextualização de diretores, mudanças nas linhas de atuação e demais pontos em relação ao DEIP/PA tornam-se necessários para visualizar a atenção oferecida por Magalhães Barata ao órgão de comunicação. É evidente a constante troca de diretores, passando de Manoel Lobato para Arnaldo Lobo e em poucos meses para Lindolfo Mesquita; ou ainda as trocas de diretores de divisão: Roberto Camelier, Lindolfo Mesquita, Waldemar Henrique, Padre Cupertino Contente, dentre outros. Todas as redefinições citadas acima ocorreram sob gestão de Magalhães Barata entre os meses de fevereiro e outubro de 1943.¹⁶

Simultâneo a tantas mudanças no âmbito de gerenciamento dos meios de comunicação, em maio de 1943, como uma substituição em um jogo político, a entrada de cena de Magalhães Barata representou a saída de Paulo Maranhão. Uma série de documentos norteia e exemplificam o embate da vez, na maioria produzido pelo próprio DEIP/PA e encaminhado ao DIP, esfera maior de controle aos veículos de imprensa da ditadura varguista.

¹⁴ OLIVEIRA, Érito Vânio. O jubileu de ouro da radiofonia na Amazônia paraense: biografar a rádio? In: *Anais Eletrônicos do XXIX Simpósio Nacional de História*, 2017, Brasília. Brasília: UNB, 2017.

¹⁵ AGUIAR, Geam Gonçalves; CLÍMACO, Magda de Miranda. Waldemar Henrique, um compositor paraense: regionalismo e interações com os nacionalistas de Mário de Andrade e Getúlio Vargas. *Opus*, v. 25, n. 3, p. 281-307, set/dez. 2019.

¹⁶ Para melhor visualização do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, seus diretores, relações com outros setores da sociedade e áreas de atuação como: cinema, música, eventos esportivos e artísticos, etc. consultar: LIMA, Marcos Bezerra. *Sob a Ditadura Varguista: O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará (1940-1945)*. 99 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2021; TEIXEIRA, Tatiane do Socorro Correa. *Carnaval Belenense em Tempos de Estado Novo (1938-1946)*. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

Vale ressaltar a presença do departamento de imprensa em meio ao conflito como um elemento novo diante das dissidências encontradas nos capítulos 1 e 2 deste estudo. Nesse momento, o interventor federal Magalhães Barata tinha em suas mãos um órgão – dentre várias funções – que legislava justamente as atividades jornalísticas, ou seja, conseguiu maior efetividade no principal campo político de atuação de Paulo Maranhão. O primeiro indício que ilustra um dos momentos de maior tensão entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão foi registrado no dia 06 de maio de 1943, por conter três páginas, destaco apenas alguns fragmentos:

[...] Passo às mãos de Va. Excia. alguns recortes dos jornais da Empresa “Folha do Norte”, desta capital comprovantes de sua orientação relativamente à administração pública do Estado.

De antemão, cabe-me explicar a Va. Excia. que a conduta desses periódicos (Folha do Norte e Folha Vespertina) para com a Interventoria Federal, ou seja, a maneira por que noticiam os fatos, à primeira vista, parece destituída de segunda intenções ou de quaisquer propósitos de crítica ou desaprovação. Talvez lá fora se afigure mesmo fato trivial, sem importância, embora aqui, em nosso meio, surta o efeito desejado, que é atrair para o governo a antipatia popular, emprestando-se seus atos de um caráter de injustiça e de partidarismo. [...] ¹⁷

O fragmento acima trata-se do início do ofício elaborado por Arnaldo Lobo, então diretor do DEIP/PA para José Coelho dos Reis, na época diretor-geral do DIP, substituto de Lourival Fontes. A postura adotada pelo órgão paraense era de evidenciar que a empresa de Paulo Maranhão estava desempenhando atividades contrárias as diretrizes do Estado, adotando uma linha editorial que contestava ações do governo recém-instituído de Magalhães Barata. A escolha de Arnaldo Lobo para atestar tal prática recaiu no envio ao DIP de matérias da *Folha do Norte* e da *Folha Vespertina* que atingiam de alguma forma o governo. Entretanto, um ponto que levanta atenção recai na observação feita por Arnaldo Lobo em evidenciar que alguns trechos poderiam parecer ao chefe do DIP destituídos de quaisquer segundas intenções, porém, somente no meio político local faziam sentido. Em outras palavras, o departamento estadual estava fazendo exatamente o seu dever – legislar os meios de comunicação locais – uma vez que seus diretores possuíam entendimento das especificidades e grupos políticos partidários dos seus locais de atuação, era a prática de dividir e de pormenorizar para melhor enquadramento das diretrizes do regime Vargas em diferentes escalas.

Após o ofício, Arnaldo Lobo elaborou um memorial com o título: “O incidente entre o DEIP e a ‘Folha do Norte’” reiterando o ofício enviado ao DIP. Nesse outro documento ficou

¹⁷ Ofício, 06/05/1943 – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 09. APEP.

ainda mais nítido a estratégia do departamento de imprensa em evidenciar o caráter destoante das *Folhas* em relação ao governo de Magalhães Barata e em comparação aos demais impressos, como se pode analisar: “Mal sopitando o seu velho ódio e despeito contra o Coronel Magalhães Barata, interventor federal do Pará, a ‘Folha do Norte’ e a ‘Folha Vespertina’, de propriedade do sr. Paulo Maranhão, procuram por todos os meios e modos perturbar a situação de calma e tranquilidade [...]” e continua apresentando como Paulo Maranhão ludibriava as imposições do DEIP/PA:

Sabendo que o DEIP não dispõe de sanção imediata para as transgressões e inobservância das leis e regulamentos de imprensa [...] começaram esses dois jornais a negacear as determinações dessa entidade, ora recusando-se a dar guarida em suas colunas a matéria de propaganda e outras que lhes eram enviadas, ora se permitindo a faculdade de as escolher, uma publicando redatorialmente, outras declarando a procedência do DEIP, e todas estas no tipo menor de que dispõem as suas oficinas, ao visível propósito de mostrar, de público, o menosprezo e o desprestígio pelo governo e seus órgãos diretos de propaganda e colaboração como é o DEIP [...] Por tudo isso se vê o espírito obcecado de oposição, que domina esses órgãos de imprensa, oposição disfarçada [...] Finalmente, não é possível que essa empresa jornalística continue a desprestigiar o DEIP [...].¹⁸

Além de apresentar o circuito comercial de comunicação de Paulo Maranhão como arma para concretizar um “velho ódio” do jornalista contra o interventor Magalhães Barata, evidenciando aos órgãos competentes e demais leitores que a situação de instabilidade entre esses dois sujeitos não era recente, o departamento preocupou-se em demonstrar como os jornais costumavam desobedecer às suas ordens. Interessante notar que o próprio Arnaldo Lobo, como diretor do DEIP/PA, encontrava-se impotente diante da hierarquização de órgãos que legislava os meios de comunicação no país, afirmando algumas vezes que Paulo Maranhão somente agia dessa forma pelo fato do departamento estadual não possuir mecanismos de punições diretas, ou seja, observável nesses dois documentos citados acima era a conduta a ser adotada: envio de pareceres sobre determinadas situações, contendo informações básicas dos envolvidos, ligações políticas e exemplos de condutas e/ou fatos ocorridos.

Por meio dessa lógica, o DEIP/PA apresentou características físicas editoriais presentes diariamente e disponível aos leitores paraenses da época, que simbolizavam a conduta antigovernista de Paulo Maranhão por meio das *Folhas*: o costume de publicar matérias enviadas pelo órgão, segundo vontade própria, que seriam expressamente obrigatórias, algumas vezes publicando da seguinte maneira: “[...] já omitindo sistematicamente o nome dos diretores deste (DEIP) do noticiário de festas cívicas, já publicando a matéria oficial fornecida pelo

¹⁸ Ofício, 10/05/1943 – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 09. APEP.

Departamento em corpo minúsculo [...]”.¹⁹ Desse modo, torna-se possível observar quais artifícios foram empregados por Paulo Maranhão de maneira pública ou velada, dentro do campo jornalístico, como subterfúgio à lógica de dominação do departamento de imprensa.

O mês de maio de 1943, seguiu com outras ações por parte do DEIP/PA contra a *Folha do Norte*, como exigir autoria de matérias cuja assinatura nos jornais constava com pseudônimos ou iniciais sem relação com as iniciais dos nomes de redatores.²⁰ Infelizmente, nas séries documentais relativas ao DEIP/PA disponíveis no APEP não constam repostas do DIP relativas aos ofícios enviados da representação estadual, entretanto, apenas uma semana depois os pedidos de punição a Paulo Maranhão e suas empresas, os resultados seriam conhecidos publicamente. Carlos Rocque, ao reconstruir os primeiros acontecimentos do retorno de Magalhães Barata para a Interventoria do Estado em fevereiro de 1943, enfatizou que o político retornaria com um discurso contrário à vingança, entretanto, um dos primeiros sucessos contra antigos inimigos foi a consolidação do afastamento de Paulo Maranhão da direção das *Folhas* em maio de 1943.²¹

Interessante notar que a escrita de Carlos Rocque sobre a segunda passagem de Magalhães Barata como interventor federal do Pará, foi um período de menor atenção e discussão por parte do autor. Além disso, os fatos que antecederam a saída de Paulo Maranhão da direção dos seus próprios jornais não foram apresentados por Rocque, muito provavelmente por fazer nesse momento do escrito utilização de fontes jornalísticas, indicando apenas uma sucessão de fatos. Dessa forma, a conservação e possibilidade de uso dos documentos oficiais do departamento de imprensa tornaram-se essenciais para a reconstrução dos acontecimentos e para visualização dos vários outros agentes envolvidos na disputa política entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão. De qualquer forma, em menos de duas semanas após os ofícios entre DEIP/PA, DIP e as *Folhas*, o nome do jornalista carioca Pedro Timoteo estava publicado em vários jornais de todo o país como o escolhido para ser o novo diretor da *Folha do Norte* e da *Folha Vespertina*.

Na edição do dia 25 de maio de 1943, duas semanas após o memorial feito pelo DEIP/PA pedindo ao DIP punições às *Folhas* de Paulo Maranhão, o jornal *Folha do Norte* noticiava aos seus leitores matéria com o seguinte título “O novo diretor da Empresa de Publicidade ‘Folha do Norte’ LTDA” e com a descrição: “O sr. Paulo Maranhão, diretor da Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda., de Belém do Pará, convidou o nosso colega de

¹⁹ Ofício, 06/05/1943 – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 09. APEP.

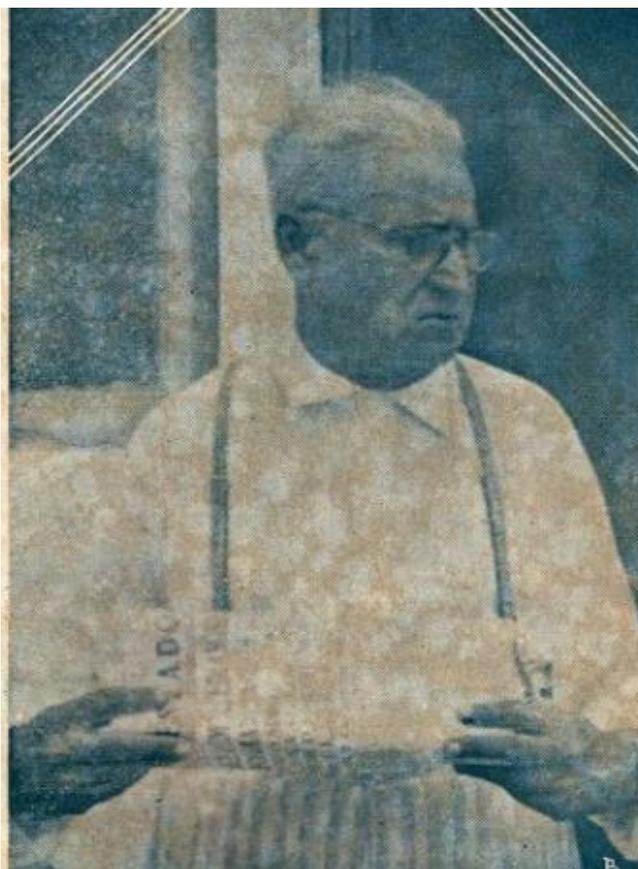
²⁰ Ofício, 08/05/1943 - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 09. APEP.

²¹ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: SECULT, 1999, p. 417.

imprensa Pedro Timoteo, para assumir a direção da referida empresa”.²² Tratava-se na nota encaminhada à imprensa do Rio de Janeiro, que também foi usada para informar a sociedade paraense do afastamento de Paulo Maranhão da direção das *Folhas*.

Em mais um momento, assim como ocorreu algumas vezes na década de 1930, Paulo Maranhão por motivações políticas era obrigado a abandonar seu jornal e suas funções jornalísticas. Contudo, diferente do que ocorreu em 1930 e 1934, quando o jornal se manteve sob gerenciamento de algum membro da família Maranhão, ou ainda, algum nome ligado ao jornal e a política local, dessa vez o comando do principal impresso de Belém ficaria em mãos de um jornalista estranho as vicissitudes partidárias paraenses e nem mesmo seus filhos poderiam figurar na gerência do meio de comunicação. A consequência dos fatos, os desdobramentos das ações, apontam para uma causa direta, tendo a saída de Paulo Maranhão em maio de 1943, como resultado do retorno de Magalhães Barata em fevereiro desse mesmo ano e o acúmulo de embates com o DEIP/PA que resultou na intromissão do governo federal, sendo o DIP órgão de suporte.

Imagem 9 – Paulo Maranhão em 1943



Fonte: Revista Pará Ilustrado, nº 127, janeiro de 1943.

²² Folha do Norte. Belém, 21/05/1943, p. 1.

O jornalista escolhido para comandar a *Folha do Norte* e a *Folha Vespertina* foi Pedro Timoteo, que na época de sua vinda a Belém, era membro do Conselho Nacional de Imprensa, redator do *Jornal do Brasil* e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais.²³ Antes mesmo do seu embarque para assumir a diretoria das *Folhas*, visitou o DIP e foi recebido por José Coelho dos Reis,²⁴ o mesmo diretor-geral que recebeu os inúmeros ofícios de Arnaldo Lobo, diretor do DEIP/PA. Sua chegada à capital paraense ocorreu no dia 23 de maio, sendo recepcionado pela alta cúpula do Estado, estando entre os presentes: Magalhães Barata, interventor federal; Lameira Bitencourt, secretário-geral, Álvaro Adolfo, consultor jurídico; Jerônimo Cavalcante, prefeito; Arnaldo Lobo, diretor do DEIP/PA; Lindolfo Mesquita, diretor de divisão do DEIP/PA, dentre outros. Por parte do corpo principal de funcionários da *Folha do Norte*, somente um ausente: Paulo Maranhão, enquanto seus filhos: João Maranhão, Clóvis Maranhão e Paulo Maranhão Filho compareceram, assim como dois de seus netos: Haroldo e Ivan Maranhão, filhos de João.²⁵

Sem dúvidas, chama atenção a alta cúpula do Estado receber o jornalista que veio para comandar o jornal de oposição, mais uma vez direcionando essa troca na diretoria das *Folhas* como algo coordenado e como punição a Paulo Maranhão. A primeira mensagem publicada pela *Folha do Norte* sob o comando de Pedro Timoteo deixava claro as mudanças de trilhos:

No prosseguimento de sua nobre e elevada missão de intérpretes fiéis da vontade e das aspirações do povo do Pará, a Folha do Norte e a Folha Vespertina iniciam hoje uma fase nova, sob direção geral, inclusive a administrativa, do sr. Pedro Timoteo [...] integrados na delicada função de caráter público que o regime embasado no Estado Nacional atribui à imprensa, estes dois órgãos de opinião continuam, destarte, a serviço das grandes causas populares. Sua colaboração, de atitudes claras, no sentido de revigorar o prestígio das instituições nacionais, far-se-á sentir, conseqüentemente, também no âmbito das profícuas atividades da administração deste Estado, que se desenvolvem sob a alta e sábia orientação do Presidente Getúlio Vargas, tendo como delegado de sua confiança imediata, na execução da árdua tarefa de reconstrução do Pará, o infatigável e probo interventor Magalhães Barata [...] Em sua nova fase, a Folha do Norte e a Folha Vespertina estarão a serviço desses nobres e altos desígnios.²⁶

Pedro Timoteo fez questão de demonstrar que as *Folhas* estavam em uma nova fase, sob sua própria orientação, tanto ideológica como administrativa. Também demonstrou total proximidade às diretrizes do Estado Novo varguista, assumindo sua missão de atender as demandas vindas do governo federal na figura de Getúlio Vargas e no âmbito estadual por

²³ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 22/05/1943, p. 7.

²⁴ Folha do Norte. Belém, 23/05/1943, p. 1.

²⁵ Folha Vespertina. Belém, 24/05/1943, p. 1.

²⁶ Folha do Norte. Belém, 26/05/1943, p. 1.

Magalhães Barata. A ênfase na entrada dos jornais em uma nova fase é característica do processo de reordenamento em torno de um meio de comunicação que transgrediu as imposições e desafiou por diversos motivos os mecanismos de controle presentes em um momento de cerco político.

Contudo, a permanência do jornalista Pedro Timoteo na direção da *Folha do Norte* e da *Folha Vespertina*, ocorreu somente por um mês. As principais mudanças efetivadas em sua administração foi a retirada de qualquer noticiário contrário a Magalhães Barata ou seu governo, além disso, efetivou-se uma política editorial de acompanhamento e de elogios ao interventor federal. Um exemplo desse cenário foi durante os festejos em decorrência do aniversário de Magalhães Barata em 2 de junho de 1943.²⁷ Interessante notar o quão volátil foi a relação entre os jornais de Paulo Maranhão e o poder estatal nos primeiros meses após o retorno de Magalhães Barata. Se em um determinado momento, alguém escolhesse analisar somente dois meses (maio e junho de 1943) as publicações referentes a Magalhães Barata em um dos principais jornais impresso da região, ficaria certamente confuso com as mudanças editoriais.

Todavia, além de uma aproximação muito nítida das *Folhas* ao interventor federal, outros dois pontos chamam atenção no direcionamento editorial empregado por Pedro Timoteo: matérias sobre a Segunda Guerra Mundial e conexões com sujeitos até então afastados das socializações de Paulo Maranhão e/ou demais membros dos periódicos. Sobre o primeiro ponto, desde sua mensagem inicial o jornalista carioca evidenciou sua preocupação em utilizar do meio de comunicação como canal de diálogo diante da população paraense. De imediato, publicou em destaque várias mensagens sobre o conflito bélico e a necessidade de colaboração de todos os setores da sociedade em torno do esforço de guerra, por exemplo: “[...] O esforço de guerra do Brasil, coordenado suas possibilidades e recursos na luta, contra a totalitarismo anticristão, a formar na vanguarda do bloco continental pela salvaguarda dos ideais democráticos, não dispensa colaborações [...]”.²⁸

Do mesmo modo, foi Pedro Timoteo, no mês de junho de 1943, que ofereceu guarida nas páginas das *Folhas* ao chamado “Mês da Borracha” instituído por Getúlio Vargas, e seria coordenado no Pará pelo governo estadual na figura de Magalhães Barata.²⁹ Justamente nesse curso de esforço de guerra no qual a Amazônia estava inserida como palco estratégico para obtenção de matéria-prima essencial à indústria bélica, que se pode ler uma *Folha do Norte* sob intervenção jornalística externa e em total alinhamento ao colaboracionismo das demandas

²⁷ Folha do Norte. Belém, 02/06/1943, p. 1.

²⁸ Folha do Norte. Belém, 27/05/1943, p. 6.

²⁹ Folha do Norte. Belém, 05/06/1943, p. 1.

políticas locais. Apesar de discutir de maneira mais detida a relação entre Magalhães Barata e os anseios da Segunda Guerra Mundial no tópico seguinte, inclusive tratando de indícios passíveis de reconstrução do referido “Mês da Borracha”, tanto em Belém como em cidades interioranas, vale registrar que dificilmente os impressos de grande circulação administrados por Paulo Maranhão estariam prontamente abertos às mensagens, conferências e demais iniciativas encabeçadas por Magalhães Barata.

Para além dos assuntos relacionados à Guerra, Pedro Timoteo aproximou-se de nomes ligados ao controle dos meios de comunicação, recebendo-os no próprio prédio da *Folha do Norte*. Após visitar autoridades do Estado, como Lameira Bitencourt e Álvaro Adolfo no Palácio do Governo;³⁰ Paula Cidade, no Comanda da 8ª Região Militar;³¹ Pedro Timoteo recebeu o diretor geral do DEIP/PA, Arnaldo Lobo. O encontro ocorrido após uma semana da saída de Paulo Maranhão simbolizou o êxito em relação aos constantes pedidos feitos por Arnaldo Lobo ao DIP para punir às *Folhas*. Após reunião com Pedro Timoteo e Braga Filho que o acompanhou na visita, o diretor do departamento de imprensa, ainda nas instalações dos jornais, escreveu para redação suas impressões em relação à empresa:

Esta visita de cordialidade às Folhas traduz, particularmente, os intuitos de uma leal e forte aproximação que deve existir entre a imprensa de nossa terra e o órgão orientador, por excelência, da opinião pública, que é o DEIP, como depositário do pensamento dos poderes públicos. Não se compreende hoje, sob o regime do Estado Nacional em que vivemos, à imprensa dissociada dos princípios orientadores da opinião coletiva, cuja atividade deve ser encaminhada num sentido de benéfico e proveitoso, sem excessos de crítica nem paixões ou ressaibos de partidarismos. Está certo o DEIP que o ilustre dr. Pedro Timoteo, diretor responsável das Folhas, há de levar os grandes órgãos da Empresa Folha do Norte por destinos vitoriosos e seguros, fazendo-lhes resistir aquela tradição digna e grandiosa dos dias que passaram, quando o conceituado matutino teve à sua frente, entre outros espíritos brilhantes, Enéias Martins e João de Deus do Rego.³²

Interessante notar que o principal intuito de Arnaldo Lobo ao explicar o motivo de sua visita recaiu em alegar o movimento de aproximação entre o DEIP/PA e as *Folhas*, possível somente a partir da administração de Pedro Timoteo. Ao discorrer que a imprensa precisava atuar livre de qualquer partidarismo, o diretor do departamento de imprensa relaciona tal afirmativa às queixas em relação ao partidarismo e parcialidade de Paulo Maranhão materializados na *Folha do Norte* e na *Folha Vespertina*. Por fim, e um dos pontos de maior reflexão está ligado à afirmativa que a Empresa Folha do Norte, sob administração de Pedro

³⁰ Folha do Norte. Belém, 25/05/1943, p. 1.

³¹ Folha do Norte. Belém, 27/05/1943, p. 1.

³² Folha do Norte. Belém, 01/06/1943, p. 1.

Timoteo, voltaria a ser grande e digna, como na época de Enéias Martins e João de Deus do Rego, sem, entretanto, citar Paulo Maranhão que, em 1943 havia completado mais de duas décadas como diretor-proprietário e quase 50 anos dentre os vários cargos ocupados, desde seu ingresso no jornal no mesmo ano de inauguração, em 1896.

Arnaldo Lobo voltaria a visitar as instalações da *Folha do Norte* poucos dias depois, quando Pedro Timoteo inaugurou no salão redacional um retrato de Getúlio Vargas, tendo realizado uma cerimônia “[...] singela, porém, muito significativa, provou, à evidência, o espírito de unidade da consciência nacional [...]”.³³ Em discurso proferido pelo então diretor das *Folhas*, tornou a evidenciar uma das linhas na qual entendo ser um dos reais motivos para intervenção aos jornais de Paulo Maranhão, discurso esse enviado na íntegra ao DEIP/PA: “Em nenhuma fase da história do nosso país este canto do mundo que é o Estado do Pará, esteve tão exposto às vistas e, podemos dizer à gula de gente de todos os recantos do planeta, como hora em que atravessamos [...]”³⁴ ou seja, a presença de Pedro Timoteo na direção das *Folhas* pode ser visualizada como uma saída para apoio integral do principal jornal do Norte do Brasil às diretrizes que o contexto do Estado Novo e das demandas bélicas exigiam.

Ainda sobre o discurso de Pedro Timoteo, o jornalista carioca fez questão de afirmar o alinhamento das *Folhas* ao poder federal e estadual: “A ‘Folha do Norte’ estará, portanto, a serviço do sr. Presidente da República, e igualmente, eu vos asseguro, a serviço do governo do Pará, porque ele é o delegado do chefe da Nação [...]” e concluiu seu discurso com uma analogia a um trecho de uma biografia sobre Theodoro Roosevelt – Presidente dos Estados Unidos no início do século XX – na qual o então presidente norte-americano voltava-se ao retrato de Abraham Lincoln e perguntava: “- Lincoln, se estivesses em meu lugar, que farias para obter solução para deste caso?”, o mesmo deveria ser feito pelos funcionários das *Folhas*, conforme suas especificidades: “Os homens da imprensa, que aqui exercem sua missão em uma verdadeira colmeia de trabalhadores do pensamento [...] quando se encontrarem em dificuldades saberão voltar-se para efígie do presidente Getúlio Vargas e exclamar: - Presidente, que farias vós, no meu lugar?”³⁵

Sem dúvidas, o simbolismo em torno do retrato de Getúlio Vargas estava acompanhado do ideário de unidade nacional e devoção à figura do líder do Estado, embasados em uma agenda que a partir de 1943 carrega os elementos de defesa nacional e do esforço de guerra. A última ocorrência que se constatou encontro direto entre Pedro Timoteo e Arnaldo Lobo ocorreu

³³ Folha do Norte. Belém, 11/06/1943, p. 1 e 6.

³⁴ Ofício, 11/06/1943 - - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 09. APEP.

³⁵ Idem.

em um almoço oferecido por Alberto Mesquita, representante da revista carioca *Visão Brasileira*.³⁶ Outro visitante ilustre do campo de controle aos meios de comunicação que conheceu o prédio da *Folha do Norte*, foi o diretor da Divisão de Cinema do DIP, Israel Souto, durante sua rápida passagem por Belém em viagem que teria destino os Estados Unidos.³⁷ Todos esses indícios demonstram que a presença e atividade de Pedro Timoteo frente as *Folhas* significou uma espécie de controle dos órgãos reguladores aos impressos de Paulo Maranhão, principalmente ao levarmos em consideração a relação estabelecida entre ele e o diretor do DEIP/PA, participante direto no processo de afastamento da família Maranhão da sua própria empresa.

Apesar do redirecionamento editorial que Pedro Timoteo conseguiu executar, sua permanência nas *Folhas* foi rápida e sua saída em meio a um forte embate com João Maranhão, o filho de Paulo que por mais tempo atuou como gerente da *Folha do Norte* e por vários momentos figurou-se como diretor responsável da *Folha Vespertina*. No fim de junho de 1943, veio a público uma série de informações sobre os bastidores das *Folhas*, como relação entre patrões e funcionários, valores arrecadados pela empresa, divergências com outros meios de comunicação, etc. A empresa de Paulo Maranhão foi fortemente exposta por Pedro Timoteo.

Diante disso, o primeiro indício sobre os assuntos foi encontrado no APEP, quando Argemiro Campelo, escolhido por Pedro Timoteo para substituir João Maranhão na função de gerente,³⁸ enviou ao DEIP, atendendo pedido do próprio órgão feito aos principais jornais impressos de Belém,³⁹ informações logísticas da empresa de comunicação. Em documento expedido dia 24 de junho de 1943, Argemiro Campelo informa a Arnaldo Lobo, que “Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda.” mantém contrato exclusivo com João Augusto da Silva Lima, para distribuição das *Folhas* nos postos, bancas ou vendas avulsas, repassados aos vendedores pelo valor de 0,30 cruzeiros, onde estes deveriam vender pelo valor de 0,40 cruzeiros. Contudo, Argemiro Campelo informa ao DEIP/PA que a direção não possui informações dos vendedores, não podendo enviar registros trabalhistas, porém, repassou os locais de venda, os quais estão sinalizados no próximo mapa adaptado:

³⁶ Folha do Norte. Belém, 20/06/1943, p. 12.

³⁷ Folha do Norte. Belém, 13/06/1943, p. 1.

³⁸ Folha do Norte. Belém, 08/06/1943, p. 1.

³⁹ Além da *Folha do Norte*, outros dois jornais de grande circulação da capital tiveram que enviar ao DEIP/PA, informações sobre suas logísticas, são eles: *A Vanguarda* e *O Estado do Pará*. Informações presentes nos ofícios do dia 22/06/1943 e 01/07/1943, sobre *A Vanguarda* e *O Estado do Pará*, respectivamente, na caixa 09 – Fundo: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará.

Mapa 1 – Locais de venda da Folha do Norte em 1943



Fonte: FORTUNA, Mayr Sampaio. Mapa de Belém (1947/1948). [Adaptado].⁴⁰

Totalizando 16 pontos fixos de venda, mais os pontos itinerantes fora da capital, as informações repassadas ao DEIP/PA demonstram amplitude comercial na qual a empresa de Paulo Maranhão operava em 1943. Além das informações sobre valores e vendas, Argemiro Campelo informou que o responsável pelos pagamentos de impostos dos pontos de venda à Prefeitura de Belém era João Maranhão, não informando maiores detalhes dos valores repassados. O momento em que o DEIP/PA exigiu informações aos jornais de Belém foi muito oportuno para o órgão conseguir detalhes logísticos da *Folha do Norte*, uma vez que a solicitação ocorreu justamente sob direção de Pedro Timoteo.

Interessante notar que os locais de venda do periódico estavam para além das proximidades de sua sede, situada na rua Gaspar Viana, houve uma expansão considerável para outras regiões da cidade, como os atuais bairros do Marco, da Pedreira, de Nazaré, do Telégrafo, do Umarizal, dentre outros. As localidades marcadas no mapa em vermelho apontam os locais exatos de venda do jornal *Folha do Norte*, descritos nos documentos do DEIP/PA, nos quais

⁴⁰ Mapa disponível em: <https://fauufpa.org/2015/06/05/mapa-de-belem-19471948-por-mayr-sampaio-fortuna/>

foram encontrados de maneira mais precisa com ajuda das localidades de outros estabelecimentos que ficavam nas proximidades. Os locais marcados em amarelo são os pontos de venda onde foi possível localizar somente a rua em questão, porém, sem precisar o perímetro da rua ou avenida.⁴¹

Tendo em vista o atendimento e o envio de tais solicitações ao Departamento de Imprensa, entende-se que Pedro Timoteo foi além e tornou público inúmeras irregularidades das *Folhas* e chegou a comunicar o próprio presidente Getúlio Vargas da real situação dos jornais e suas dificuldades com João Maranhão. Infelizmente, não foi possível consultar o documento original expedido por Pedro Timoteo e enviado a Getúlio Vargas, contudo, o jornalista carioca fez questão de publicar na *Folha Vespertina* a íntegra e provocou inúmeras repercussões do ato. Em matéria com o título: “Graves irregularidades na ‘Empresa de Publicidade Folha do Norte’”, Pedro Timoteo expôs toda a situação em que o jornal se encontrava, desde sua chegada até aquele momento, um mês depois.

Primeiro, o jornalista carioca explicou como se deu o convite para assumir as *Folhas*, tendo Paulo Maranhão o convidado ao saber que o DEIP/PA tinha enviado uma série de documentos ao DIP e ao Conselho Nacional de Imprensa, os quais comprovavam comportamento contrário ao governo estadual por parte dos jornais. Como Paulo Maranhão estava no Rio de Janeiro durante o mês de maio, procurou diretamente Pedro Timoteo e lhe pediu para assumir seus jornais, como uma antecipação às medidas legais que seriam aplicadas pelos órgãos de controle. Após o aceite do convite, teria ficado estabelecido por meio de procuração judicial que tanto Paulo Maranhão, como João Maranhão, se afastaria completamente dos jornais. Assim sendo, Pedro Timoteo aceitou o convite e dirigiu-se ao DIP para obter as diretrizes de atuação.⁴²

Portanto, segundo indícios, o movimento feito por Paulo Maranhão para não receber punições foi o de construir um acordo político com Pedro Timoteo, que havia sido funcionário tanto do DIP, como do Conselho Nacional de Imprensa, projetando um panorama amigável entre os órgãos que estavam trabalhando nos processos que poderiam resultar em suspensão ou

⁴¹ As localidades com pontos de referências enviadas ao DEIP/PA foram: Rua Conselheiro João Alfredo, em frente à casa Corcovado; Boulevard Castilhos França, em frente à Recebedoria; Avenida 15 de Agosto, em frente ao Continental Café; Praça da República, em frente à Casa Outeiro; Praça Justo Chermont, em frente à Casa Constante; Avenida Independência, em frente à Casa Sempre-Viva; Avenida Independência, em frente à Padaria Rosa; Largo de São Braz; Avenida Tito Franco, esquina da Travessa Curuzú; Avenida 1º de Maio, próximo ao Mercado; Praça Camilo Salgado, próximo ao Mercado Santa Luzia; São Jeronimo, esquina da Generalíssimo Deodoro; Praça General Magalhães; Avenida Conselheiro Furtado, em frente do Mercado; Praça Amazonas; e Rua Dr. Assis, esquina com a travessa Gurupá. A partir destas informações, foi possível adaptar o mapa e ilustrar aos leitores espacialmente onde eram vendidos os exemplares da *Folha do Norte*. Informações dos locais presentes em: Ofício, 24/06/1943 – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 09. APEP.

⁴² *Folha Vespertina*. Belém, 26/06/1943, p. 1.

proibição de circulação das *Folhas*. Contudo, esta é a hipótese que mais se encaixa diante dos ocorridos, mas não descarto a possibilidade de que esta ordem tenha sido mais vertical, onde o próprio DIP ou Conselho Nacional de Imprensa, tenha imposto a Paulo Maranhão o afastamento de suas funções e nomeado diretamente um interventor do campo jornalístico.

Em um segundo momento de seu envio a Getúlio Vargas, o jornalista Pedro Timoteo expôs situações precárias vividas pelos funcionários das *Folhas*: “[...] vários funcionários não possuem carteiras profissionais. Muitíssimos deles jamais gozaram férias regulamentares. Diversos redatores e revisores não estão registrados como jornalista, na forma legal. Os operários gráficos trabalham, via de regra, dez e doze horas por dia [...]” e assinalou sobre os ganhos da família Maranhão: “[...] tem esta, no entanto, um lucro líquido mensal que ascende a cerca de 80.000 Cruzeiros. Quando se afirma que este é o lucro líquido mensal, oportuno é assinalar que os quotistas componentes da citada empresa proprietária dos dois diários em referência, auferem, mensalmente, avultados proventos [...]”.⁴³

Sem dúvidas, diante do recorte proposto nessa pesquisa, o mês em que Pedro Timoteo esteve na direção das *Folhas*, foi o período de maior exposição dos bastidores dos negócios de Paulo Maranhão e seus filhos, desde sua relação com os trabalhadores, que já havia sido apresentada por Paulo Maranhão como uma “grande família” – quadro distinto do apresentado por Pedro Timoteo – e até mesmo os altos lucros que a empresa obtinha por meio dos dois jornais. Mas, o que mais incomodou Pedro Timoteo, sendo apresentado como motivador para a denúncia ao Presidente da República, recaiu na conduta de João Maranhão, que agia de maneira contrária às ordens do jornalista carioca, principalmente na ausência deste. Desse modo, Pedro Timoteo solicitou a Getúlio Vargas e ao Chefe de Polícia do Pará, que investigasse os interesses financeiros dos filhos de Paulo Maranhão, citando: Clóvis, Paulo Maranhão Filho e o próprio João Maranhão, ressaltando que este último deveria deixar os seus aposentos no quarto andar do prédio das *Folhas*, como uma maneira de cumprir o acordo de afastamento completo dele e de seu pai.

O ato de Pedro Timoteo foi comentado em vários meios de comunicação, tendo sido irradiado inclusive pela Rádio Clube do Pará,⁴⁴ assim como, telegramas foram endereçados às redações da *Folha do Norte*, parabenizando seu então diretor pela “enérgica atitude que reduziu a escombros a outrora inatingível fortaleza dos Maranhões, sem o ruído das metralhadoras e o crepitar dos fuzis”, como o assinado por Raimundo Costa.⁴⁵ Apesar de todo o redirecionamento,

⁴³ Idem.

⁴⁴ Folha do Norte. Belém, 27/06/1943, p. 1.

⁴⁵ Idem.

exposição e denúncias efetivadas por Pedro Timoteo, os eventos registrados acima parecem ter desencadeado alguma situação que ocasionou sua saída do cargo de diretor das *Folhas*. Em seu lugar foi escolhido um dos funcionários pioneiros do DEIP/PA. As *Folhas* conheceram em julho seu segundo diretor externo à família Maranhão, o escolhido da vez foi o Padre Cupertino Contente⁴⁶.

A descoberta que Pedro Timoteo foi substituído por Cupertino Contente acabou sendo um achado improvável. O mais comum ao analisar fontes originárias de periódicos, como os impressos comandados por Paulo Maranhão, está em registrar informações editoriais e da redação, assim como, diretores e gerentes, ou seja, os sujeitos responsáveis pela concretização de determinados meios de comunicação. Desde a chegada de Pedro Timoteo às *Folhas*, seu nome manteve-se no cabeçalho do jornal, e continuou após sua saída, não ocorrendo o processo de reimpressão dos materiais com o nome de Padre Cupertino Contente. Desse modo, foi a partir de telegramas recebidos pela *Folha do Norte* que se comprovou sua posição de “diretor interino”.

Nos primeiros dias de julho de 1943, vários telegramas com pouco destaque foram publicados nas edições da *Folha do Norte*, remetidos por várias pessoas parabenizando Cupertino Contente por assumir as *Folhas*.⁴⁷ Contudo, foi o telegrama de Araújo Filho, então prefeito da cidade de Muaná, enviado não para padre Cupertino Contente, mas para Arnaldo Lobo, ainda no cargo de diretor do DEIP/PA, que destacou um dos pilares da mudança de diretores nos jornais de Paulo Maranhão: “Queira o prezado amigo aceitar minhas felicitações pela acertada e justa nomeação do ilustre padre Cupertino Contente para diretor interino da Folha do Norte. Saudações.”⁴⁸

Estava evidenciada a atuação do DEIP/PA na segunda troca de diretores das *Folhas*. Se na primeira, quando se efetivou a saída de Paulo Maranhão para a chegada de Pedro Timoteo, em um contexto de extremo embate entre os jornais e o departamento de imprensa, dessa vez, o próprio Arnaldo Lobo teria sido responsável pela indicação de Cupertino Contente. Vale assinalar que este chegou a ser nomeado como chefe de expediente após o retorno de Magalhães Barata e estava como chefe da Divisão de Rádio entre os meses de fevereiro e março, inclusive presente na imagem dos novos diretores do DEIP/PA, como pontuado no início deste tópico.

⁴⁶ Folha do Norte. Belém, 01/07/1943, p. 1.

⁴⁷ No total foram publicados 10 telegramas recebidos por Cupertino Contente, parabenizando-o pela nova função de “diretor interino” das *Folhas*. Apesar do quantitativo expressivo, chamou atenção que somente um dos telegramas – tendo como remetente Nelson Parijós, prefeito de Cametá – foi estampado na primeira página do periódico, no dia 01/07/1943. Os demais, foram publicados nas páginas de número três e seis dos dias posteriores, evidenciando menos destaque.

⁴⁸ Folha do Norte. Belém, 02/07/1943, p. 6.

Mas como Pedro Timoteo ficou nessa trama toda? O jornalista não voltou ao Rio de Janeiro após sua saída da direção das *Folhas*, ao contrário, permaneceu no Pará e passou a desempenhar cargo de interventor na empresa “Bherringe e Cia”, empresa que, segundo o próprio Pedro Timoteo, era responsável por 40% da exportação da borracha produzida no Pará.⁴⁹ Desse modo, após todo embate sobre a *Folha do Norte* e suas finanças, o governo federal optou por afastá-lo do campo jornalístico, mas mantê-lo diante do complexo esforço de produção de borracha. Interessante notar que Pedro Timoteo, no Pará, figurou-se como um agente de intervenção do governo federal em assuntos locais, evidenciado por sua atuação nas *Folhas* e posteriormente na empresa de extração de látex.

A permanência de Cupertino Contente na direção das *Folhas* não durou mais de três semanas. Durante seu exercício, os jornais sofreram poucas modificações editoriais, mantendo-se cordial ao interventor federal Magalhães Barata, evidenciando tal cordialidade por meio de elogios a discursos ou atos,⁵⁰ e recebeu uma autoridade dos órgãos de controle a imprensa. Em visita de inspeção a vários departamentos estaduais de imprensa pelo país, o jornalista Joel Presídio, que constava como alto funcionário do DIP, chegou a visitar a *Folha do Norte*, acompanhado de Edgar Proença e sendo recebido por Cupertino Contente.⁵¹

Desse modo, a permanência de Cupertino Contente no cargo de diretor interino das *Folhas* serviu unicamente para transição de Pedro Timoteo para Paulo Eleutério, nome conhecido na sociedade paraense e que por muitos anos fez parte do jornal *Folha do Norte* como secretário. Vale lembrar que Paulo Eleutério foi nome de destaque na representação da AIB no Pará, como destacado no capítulo 1. O anúncio de Paulo Eleutério veio por meio de nota oficial do DEIP/PA publicada na *Folha do Norte*, explicando também que pela saída de Pedro Timoteo do cargo de diretor das *Folhas*, o jornalista carioca perderia segurança pessoal e funcional oferecida pelo Chefe de Polícia do Estado após o embate com João Maranhão que chegou ao Presidente Getúlio Vargas.⁵² Tal informe certificou que as autoridades locais trabalhavam no intuito de proporcionar continuidade aos trabalhos de Pedro Timoteo, oferecendo-o inclusive seguranças, uma vez que o jornalista se sentia afrontado por João Maranhão, todavia sua manutenção na chefia dos jornais não foi concretizada.

A chegada de Paulo Eleutério como diretor das *Folhas* representou um reingresso, desde maio de 1943, de um membro da família Maranhão, Clóvis Maranhão, filho de Paulo, assumiu

⁴⁹ Folha do Norte. Belém, 07/07/1943, p. 1.

⁵⁰ Folha do Norte. Belém, 08/07/1943, p. 1.

⁵¹ Folha do Norte. Belém, 23/07/1943, p. 1.

⁵² Folha do Norte. Belém, 27/07/1943, p. 1.

o cargo de gerente da empresa jornalística. Contudo, somente em novembro de 1943, Paulo Maranhão retornou ao cargo de diretor de sua empresa. Nos meses de agosto, setembro e outubro, o jornalista acompanhou uma série de mudanças nas colunas das *Folhas* efetivadas por Paulo Eleutério e Clóvis Maranhão, principalmente na *Folha do Norte*. Como destaque, cito a criação de uma nova seção chamada de “As Folhas nos municípios do interior” que funcionaria como canal para noticiário das várias cidades do interior paraense.⁵³

O envio deveria ser feito pelos prefeitos ou demais autoridades dos municípios do interior, em no máximo uma lauda contendo resumo do ocorrido. Não seriam aceitos críticas, discursos ou comentários literários, somente narrativas de fatos. O intuito, segundo o jornal, era de: “[...] servir com o deliberado propósito de ajudar a quem trabalha e produz no interesse geral do progresso e da expansão da economia do Estado [...]”.⁵⁴

Tal iniciativa agradou até mesmo o interventor federal Magalhães Barata, que por meio do secretário-geral Lameira Bitencourt, parabenizou a iniciativa de Paulo Eleutério e sugeriu que na seção fosse possível a publicação de “[...] pedidos e reclamações de providências, queixas, sugestões, e tudo mais que interessar a vida e a administração das comunas, desde que o assunto seja tratado com sinceridade e lealdade, em linguagem serena, sóbria e respeitosa. [...]”.⁵⁵ Nesse momento, o periódico de Paulo Maranhão voltava a se aproximar das diretrizes da interventoria do Estado, inclusive auxiliando o governo diante de agendas de municípios do interior paraense. Em outro contexto, assemelha-se novamente a política implementada nos primeiros anos de 1930, em sua primeira passagem pelo poder, onde Magalhães Barata convergiu com Paulo Maranhão na criação de canais de diálogo por meio da *Folha do Norte*, entre a população e o governo, como analisado por Michele Silva.⁵⁶

Durante a administração de Paulo Eleutério, a aproximação com a interventoria do Estado foi evidente, com trocas de telegramas, cobertura dos atos governamentais e apesar de algumas dificuldades, relação amistosa com o DEIP/PA. O retorno dos principais responsáveis pela *Folha do Norte*, em outras palavras, Paulo e João Maranhão, começou em setembro, quando João substituiu Clóvis na gerência do jornal. Seu pai retornou em meados de novembro, findando um dos maiores períodos de afastamento da direção de sua empresa, no total, seis meses.⁵⁷ Paulo Maranhão recebeu várias mensagens sobre seu retorno, dentre autoridades do

⁵³ Folha do Norte. Belém, 03/08/1943, p. 1.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Folha do Norte. Belém, 05/08/1943, p. 8.

⁵⁶ SILVA, Michele da Rocha. *Para serem atendidas*: cartas ao interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935). 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

⁵⁷ Folha do Norte. Belém, 23/11/1943, p. 1.

Estado, como Paula Cidade, comandante da 8ª Região Militar,⁵⁸ até antigos funcionários da *Folha do Norte*, como Agostinho Monteiro e Archimimo Lobo.⁵⁹

Como esperado, a alta cúpula do governo do Estado não apresentou entusiasmo pelo retorno de Paulo Maranhão, como ocorreu com Pedro Timoteo e Paulo Eleutério, ao contrário, manteve-se em silêncio. Não foi observado continuidade da seção sobre pautas do interior do Estado que aproximou Magalhães Barata a Paulo Eleutério, possivelmente interrompida por Paulo Maranhão, assim como um cessar total de elogios à administração de Magalhães Barata, acompanhando a gestão com maior distanciamento.

Por fim, vale pontuar que em outubro de 1943 foi realizada cerimônia em homenagens aos professores da Escola Normal que se aposentaram naquele ano, entre eles, Paulo Maranhão. Com decreto assinado por Magalhães Barata em junho de 1943,⁶⁰ Paulo Maranhão deixou a cadeira de Literatura da instituição de ensino, substituído por Maria Antonieta Serra Freire.⁶¹ Apesar de não comparecer ao evento de despedida, Paulo Maranhão enviou o discurso que seria lido por ele, apresentando alguns pontos de sua vivência como professor e citando o contexto em que sua aposentadoria se consumava:

[...] coincidiu minha aposentadoria no magistério com o meu afastamento do jornalismo, na mesma idade em que Sócrates bebeu a taça de cicuta por sentença dos seus juízes. E pena é que, a igual distância, agora, de uma e outra função – extremos polares da minha atividade até velhice – não possa dormir para só acordar mais tarde. [...] Ao iniciarmos, no vigor dos anos, a carreira do magistério, não devíamos perder de vista a porta por onde entramos, porque será a mesma de que nos serviremos para sair um dia [...] confesso-me enternecido diante desta homenagem. De todos os homens que exercitam um ofício público no Brasil, o professor inativo é mais depressa esquecido que os mortos. Olha-se para ele com desdém ou indiferença. É a casca do fruto a que aludi. [...] em certa metrópole portuguesa, existe uma rua que se denomina das Dificuldades. Desejaria chamar àquelas por onde andei, a caminho desta Escola, durante cerca de trinta anos, ruas da Alegria. Neste tempo do Saber, meus senhores, nunca ninguém foi mau para mim. Era aqui que gozava as mais puras emoções da maturidade, já cansado e odiado, enquanto lá fora, no campo dos rudes discrímes políticos, afuzilavam, em torno de mim, os raios das lutas tempestuosas. [...]⁶²

⁵⁸ Folha do Norte. Belém, 23/11/1943, p. 1.

⁵⁹ Folha do Norte. Belém, 23/11/1943, p. 6.

⁶⁰ Diário Oficial. Belém, 14/06/1943.

⁶¹ Professora dos grupos escolares belenenses, atuou como diretora do Grupo Escolar José Veríssimo e foi integrante da Sociedade Paraense de Educação, além de ter sido colaboradora da Revista Escola. Nos anos 1930 teve forte atuação política, sendo associada dos grupos Departamento Paraense pelo Progresso Feminino e Legião Feminina Magalhães Barata; candidata à Deputada Estadual, pelo Partido Liberal; e nomeada como Diretora de Educação e Ensino Público do Pará, em 1934. Ver mais sobre sua atuação em: RODRIGUES, Bárbara Leal. *Feminismo do Extremo Norte: trajetórias e reivindicações do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino* (Belém/PA, 1931-1937). 263 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

⁶² Folha do Norte. Belém, 07/10/1943, p. 1.

Um dos primeiros pontos que Paulo Maranhão destacou recaiu no contexto em que, simultâneo ao seu afastamento das atividades jornalísticas, ocorreu sua aposentadoria como professor da Escola Normal, algo que deve ter pesado nas atividades diárias do jornalista. Além da visível comoção e tristeza, nas palavras de Paulo Maranhão, no avançar da idade, em 1943, contando 70 anos, percebe-se um comparativo entre as duas profissões e a sua percepção da colossal diferença de tratamento que recebeu tanto no campo educacional, como no campo político. Sendo este último efetivado muito mais pelo capital político acumulado e convertido, como assinala Pierre Bourdieu,⁶³ de um campo social para outro, ou seja, de sua influência do jornalismo ao político-partidário.

Portanto, ao retornar às *Folhas*, Paulo Maranhão voltava a um dos campos de atuação citados no discurso de despedida da Escola Normal. A partir de novembro de 1943, o jornalista retomava seu poder a frente do principal impresso do estado, mas precisaria enfrentar várias dificuldades impostas pelas conjunturas estatais e seus adversários políticos, apesar de próximo, o período vivido até a liquidação do Estado Novo em 1945, carregou surpresas, tanto para Paulo Maranhão, como para Magalhães Barata.

3.2 Um Pará em guerra, um Norte censurado

O retorno de Magalhães Barata a interventoria do Estado, em fevereiro de 1943, esteve ligada ao esforço bélico que o Brasil protagonizou diante da Segunda Guerra Mundial. Desse modo, para além do rearranjo que a imprensa sofreu, como exemplificado a partir dos periódicos de Paulo Maranhão, o nome de Magalhães Barata representou a liderança nos assuntos em volta da produção de borracha e das relações fronteiriças.

Algumas conjunturas específicas simbolizam a atuação de um dos nossos sujeitos centrais durante os anos de 1943 e 1944, as quais me detenho: “Mês da Borracha” (1943) e a atuação de Magalhães Barata e o DEIP/PA; visita às Guianas Francesa, Inglesa e Holandesa (1944). Esses dois períodos de intensa movimentação de Magalhães Barata ilustram a importância do seu retorno e o grau de atuação/projeção que ele obteve diante da conjuntura bélica no final do Estado Novo. Em concomitante, torna-se possível observar pontos de inflexão na atuação dos mecanismos de controle aos meios de imprensa locais, como as imposições que se mantiveram diante das *Folhas* e processos paralelos que simbolizam um movimento de

⁶³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL difusão editorial, 1989, p. 191.

declínio das organizações/estruturas estadonovista no Pará. São a partir desses pontos que este tópico foi construído.

Imagem 10 – Magalhães Barata em 1943



Fonte: Atualidades: boletim do Departamento de Imprensa e Propaganda do Pará. n° 7, abril de 1943

Em junho de 1943, sob responsabilidade de José da Gama Malcher, na época presidente do Banco de Crédito da Borracha, foi lançado o livro: “O mês da borracha e o Banco de Crédito da Borracha”,⁶⁴ como parte do esforço estatal para avanço da produção de borracha para os países Aliados na Segunda Guerra Mundial. O livro foi uma espécie de guia dos ocorridos durante o “Mês da Borracha”, também presente uma série de documentos evidenciando a atuação do Banco de Crédito chefiado por Gama Malcher diante da campanha. A obra serviu prioritariamente como fonte para visualização das atividades agrupadas no mês de junho de 1943, as quais incrementaram e visavam impulsionar a produção de borracha, o qual ficou conhecido como “Mês da Borracha”, denominado pelo próprio Getúlio Vargas.

O livro elaborado pelo Banco de Crédito iniciou com: “dois documentos memoráveis instituindo o mês de junho como ‘Mês da Borracha’”⁶⁵ que foram o manifesto aos brasileiros e

⁶⁴ Obra disponível digitalmente no acervo de obras raras da Biblioteca Público Arthur Vianna: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/livros/bancodecreditodaborracha1943/>. Acesso em: 16 out. 2022.

⁶⁵ BANCO de Crédito da Borracha. *O mês nacional da borracha e o banco de crédito da borracha*. Belém: oficinas gráficas da revista veterinária, 1943, p. 11.

a circular aos prefeitos, ambos de autoria de Getúlio Vargas. No manifesto, Getúlio Vargas enfatizou a necessidade de produção da borracha, exemplificando que apenas um ataque aéreo consumia cerca de 826 quilos de borracha, dessa forma, era extremamente necessário a extração de látex em todo lugar possível, segundo os planos de produção.

O Presidente da República citou os preceitos de lealdade e de cooperação dos agentes envolvidos para fortalecer os esforços de produção: “[...] brasileiros: com a mesma clareza com que me habituei a falar-vos, venho hoje dirigir-me a vós para solicitar a vossa cooperação leal e decidida em prol de uma campanha que hoje se inaugura: a Campanha da Borracha [...]” e concluiu enfatizando a inauguração da campanha: “[...] inauguro, pois, solenemente, o Mês Nacional da Borracha, a que ficarão consagrados estes dias de junho, nos quais ides aumentar, poderosamente, o nosso esforço de produção”.⁶⁶

Em uma mesma linha de atuação, a circular aos prefeitos das cidades que protagonizaram os colossais desafios de produção esteve repleta de mensagens de apoio e otimismo no eventual sucesso que a campanha poderia alcançar. Interessante notar que ao afirmar que o desafio para extração era grande, Getúlio Vargas lembrou seu discurso em outubro de 1940, quando visitou o Rio Amazonas e mencionou a necessidade de industrializar a produção de borracha, porém, agora a extração se daria sob pressão internacional de uma guerra.⁶⁷ Desse modo, o movimento de aproximação entre o chefe do governo federal e os representantes dos inúmeros poderes municipais, neste contexto, ocorreu durante os esforços em torno do que ficou conhecido como “Batalha da Borracha”.

Após os dois documentos citados acima, o livro produzido pelo Banco de Crédito da Borracha apresentou intensa troca de mensagens entre a própria instituição financeira e representantes de vários segmentos, dentre eles agentes do Estado brasileiro e americano. Dentre personalidades de destaque que estabeleceram comunicação com o Banco de Crédito estão: Getúlio Vargas; Jefferson Caffery, embaixador dos Estados Unidos; governadores do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Goiás: Silvestre Coelho, Álvaro Maria, Julio Muller e Pedro Ludovico, respectivamente. Além destes, houve contato com o DIP e várias mensagens telegráficas trocadas com Magalhães Barata. O livro apresenta também variadas imagens, tanto de representantes do Banco, como propagandas utilizadas durante a campanha da borracha.

No Pará, o mês de junho foi movimentado por várias atividades, algumas protagonizadas por Magalhães Barata. Logo no início do mês, em consonância às diretrizes do

⁶⁶ Ibid., p. 7.

⁶⁷ Ibid., p. 8.

governo federal, o interventor paraense enviou aos prefeitos das zonas de produção de borracha, telegrama com orientações para maior cooperação entre os segmentos sociais envolvidos:

Senhor prefeito, celebrando o mês da borracha, em atenção à proclamação do senhor presidente da República, em que faz apelo a todos que estão empenhados na campanha de desenvolver a máxima produção possível desta nossa matéria prima, como imperativo de honra dos compromissos com os nossos aliados, deveis dar a mais ampla divulgação ao chamado do eminente chefe da Nação ao dever de todos os brasileiros, nesta hora em que, produzindo borracha, darão contribuição como se estivessem no campo da batalha. Recomendo-vos a maior publicidade por todos os meios, inclusive palestras e conferências, interessando os seringalistas, seringueiros, demais classes produtoras e professores das escolas pública e particulares sobre o valor da borracha como base da nossa economia, que poderá assegurar a prosperidade de nossa terra.⁶⁸

A mensagem enviada a vários prefeitos era bastante direta, ao citar o alinhamento às políticas federais lideradas por Getúlio Vargas. Porém, outros dois pontos chamam atenção, o primeiro sobre a equiparação do esforço em produzir borracha e a ida de soldados aos campos de batalha na Europa, algo bastante propagado na época. O segundo ponto sobre as estratégias de aproximação entre os poderes municipais, na figura do prefeito, e os vários elementos sociais envolvidos na logística de extração e produção de borracha. Na ocasião, Magalhães Barata sugeriu que fossem efetivadas palestras e conferências, além de contar com o campo educacional para o entendimento da importância da matéria-prima para o contexto bélico e o quão necessário seria uma cooperação entre setores difusos na sociedade.

O interventor paraense estava orientado sobre alguns pontos e mudança de curso em relação ao “Mês da Borracha”, uma vez que por meio da documentação referente ao DEIP/PA, foi possível vislumbrar o contato entre o DIP, DEIP/PA e a interventoria do Estado. José Coelho dos Reis, na época diretor-geral do DIP, enviou a Magalhães Barata informações sobre documentos para propaganda que o interventor deveria enviar aos prefeitos das cidades produtoras de borracha e a possibilidade de colaboração da Companhia de Desenvolvimento da Borracha (Rubber Development Corporation) para “[...] fornecer elementos de extração, estimular os produtores e organizar a venda dos produtos [...]”.⁶⁹

No dia 10 de junho, o governo do Estado, na figura de Magalhães Barata criou por meio da Rádio Clube do Pará (PRC-5), o programa chamado “Hora da Borracha”,⁷⁰ o qual era irradiado às 21h, com programação diária visando divulgação e incremento da produção da

⁶⁸ Folha do Norte. Belém, 05/06/1943, p. 1.

⁶⁹ Comunicado – 21/05/1943 – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 05. APEP.

⁷⁰ BANCO de Crédito da Borracha. *O mês nacional da borracha e o banco de crédito da borracha*. Belém: oficinas gráficas da revista veterinária, 1943, p. 30.

borracha à capital e várias cidades do interior do Estado. O discurso inaugural, no próprio dia 10, foi realizado por Magalhães Barata e obteve ressonância em várias regiões do Pará. Com discurso similar aos preceitos citados no telegrama endereçado aos prefeitos e exposto acima, Magalhães Barata enfatizou cooperação, publicidade e engajamento dos grupos ligados à produção.

Como resposta, inúmeros prefeitos enviaram ao DEIP/PA pareceres sobre como a cidade recebeu por meio do rádio o discurso inaugural do interventor federal. Foi possível mapear a devolutiva de 10 localidades, sendo elas: Óbidos, Marapanim, Santarém, Abaeté (Abaetetuba), Marabá, Capanema, Oriximiná, Vizeu, Altamira e Amapá⁷¹. Dos lugares citados, três não conseguiram acompanhar a programação liderada por Magalhães Barata. Em Marapanim, o então prefeito Carmo Ferreira relatou ao departamento de imprensa que o município não possuía nenhum aparelho receptor, inviabilizando à população acesso às informações.⁷²

Em Abaeté, que ainda em 1943 passaria a ser denominado Abaetetuba, o problema consistiu na falta de energia elétrica, segundo informou o prefeito Borges do Rego.⁷³ O último dos municípios identificados que apresentou problemas para escuta dos discursos foi Capanema, onde o aparelho radiofônico da cidade encontrava-se com problemas e precisou ser enviado para Belém em busca de solução. Contudo, o então secretário Marciolino Alves informou que por meio de aparelhos particulares foi possível escutar o discurso de Magalhães Barata e tratou de reafirmar no mesmo telegrama que a cidade se encontrava empenhada na empreitada de produção.⁷⁴

Os três casos de problemas técnicos ou ausência de equipamentos simbolizam parte da dificuldade de integração informacional que a campanha da borracha precisou enfrentar no intuito de alavancar sua produção com o “Mês da Borracha”. As demais prefeituras informaram que conseguiram proporcionar às suas populações a programação em questão e que, como esperado, demonstraram apoio irrestrito ao governo do Pará e ao governo federal. Em Marabá, a prefeitura informou que dois dias após o discurso de Magalhães Barata, foi realizada na praça central da cidade, uma reunião que formalizou a inauguração no município da campanha da borracha. A reunião foi presidida pelo prefeito interino da cidade, Antônio Vilhena de Souza, e

⁷¹ A relação foi composta por inúmeros telegramas recebidos pelo DEIP/PA, entre os dias 11 e 15 de junho por meio de correio telegráfico. Documentação presente no APEP, Área: Comunicação; Série: Telegramas; Fundo: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 15.

⁷² Telegrama – 11/06/1943 – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 15. APEP.

⁷³ Telegrama – 11/06/1943 – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 15. APEP.

⁷⁴ Telegrama – 11/06/1943 – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 15. APEP.

teve dois oradores: Benedito Mutran, representante do Banco da Borracha e o professor Isnard Lima, ambos discursando sobre a importância da matéria-prima para vitória dos países Aliados na Segunda Guerra Mundial. Segundo o mesmo telegrama, ficou definido que seria realizado aos sábados, no salão principal da sede municipal, reuniões para propaganda e incentivo à produção de borracha.⁷⁵

Importante ressaltar o papel desempenhado pelo DEIP/PA como canal de comunicação da interventoria com os interiores, principalmente com os centros de produção de borracha. Era por meio do departamento de imprensa que as comunicações ocorriam, assim como era este órgão o responsável pelo recebimento, repasse e criação de materiais para propaganda, comunicados e/ou memoriais sobre atividades estabelecidas e vinculação junto aos meios de comunicação de massa, como impressos e rádio para maior alcance dos programas governamentais. Em outras palavras, a concentração de comunicação em um departamento favoreceu as atividades desempenhadas por Magalhães Barata. Além disso, novamente o DEIP/PA pode ser observado como elemento de contato na atuação dos dois personagens analisados nesse estudo, seja voltado ao controle e adequação das *Folhas* de Paulo Maranhão, como posto no tópico anterior, seja como porta-voz de Magalhães Barata nas principais pautas assumidas após seu retorno à chefia do Estado paraense.

Em setembro de 1943, diante de dificuldades e de realidades aquém da esperada, a interventoria estabeleceu novamente contato com prefeituras do interior. Em um comunicado produzido pelo DEIP/PA, tornou-se evidente a preocupação de Magalhães Barata com a capacidade produtiva: “[...] vai reunir o mais breve possível, todos os prefeitos das regiões produtoras da “*Hevea brasiliensis*” para ouvir dos mesmos quais as possibilidades e necessidades para um maior aumento [...]”.⁷⁶ No mesmo comunicado, o DEIP/PA por meio da Divisão de Imprensa, Teatro, Cinema e Diversões, tratou de exaltar a atuação de Magalhães Barata frente aos esforços de produção, identificando-o como “soldado número um na grande campanha de produção da borracha”, por essa e outras ações.

Foi possível verificar a resposta de alguns prefeitos, pontuando com heroísmo condutas que dificultaram o resultado produtivo esperado pelo próprio governo brasileiro e países aliados, como especificado nesse trecho: “[...] estamos desenvolvendo uma forte propaganda, felizmente bem correspondida pelo nosso comércio do interior, grandemente empenhado no desbravamento das matas, ocupando seringais há mais de 20 anos paralisados [...]”.⁷⁷ E apesar

⁷⁵ Telegrama – 14/06/1943 – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 15. APEP.

⁷⁶ Comunicado – 15/09/1943 - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 05. APEP.

⁷⁷ Comunicado – 23/09/1943 - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 05. APEP.

da dificuldade, o documento assinado por vários prefeitos não deixou de reconhecer o empenho de Magalhães Barata nos meses que ficaram conhecidos como da Campanha da Borracha.

É válido ressaltar as dificuldades e a séria desorganização do governo brasileiro no estabelecimento de uma missão que desde sua origem era extremamente difícil, na qual levou milhares de brasileiros ao total desamparo nos deslocamentos aos campos de extração e de produção de borracha. Frederico Lima, ao reconstruir por meio de documentação da época e relatos de antigos soldados da borracha, aponta, que apesar da constituição de várias instituições criadas e regulamentadas para o avanço da produção da borracha, como o Banco de Crédito da Borracha, Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e instituições americanas que fomentaram financeiramente e em questões logísticas, o desafio de extração de borracha para atender às demandas bélicas fracassou diante do projetado nos meses iniciais.⁷⁸

Um dos pontos que o autor mais chamou atenção em seu escrito recaiu na continuidade – apesar das diferentes estruturas e contextos – do abandono e do esquecimento por parte do governo brasileiro aos soldados da borracha. Seja as péssimas condições oferecidas para produção de borracha entre os anos de 1942 e 1945, principalmente após assinatura dos *Acordos de Washington*,⁷⁹ seja pelo desamparo pós-guerra evidenciados nas negativas a pedidos de auxílios financeiros ou de saúde, protocolados por ex-soldados da borracha ou familiares, que por várias vezes receberam como respostas de órgãos, como o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a mensagem: “nada consta em nossos arquivos”. Observa-se uma continuidade de abandono e de esquecimento:

Os “pracinhas” lutaram e voltaram, heroicizados, da guerra. Um retorno que para os *soldados da borracha* jamais ocorreu. Por isso, ainda hoje travam uma luta, que vem se arrastando desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Uma luta cheia de promessas, mentiras, abandonos e descasos e, que, por isso mesmo, em muitos momentos arrefeceu o ímpeto desses homens. [...] ⁸⁰

⁷⁸ LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. *Soldados da Borracha: Das vivências do passado às lutas contemporâneas*. 2ª ed. Manaus: Editoria Valer, 2019.

⁷⁹ Os Acordos de Washington foram as medidas de cooperação assinadas entre o Brasil e os Estados Unidos diante da Segunda Guerra Mundial em 1942, nas quais visavam construir relações de suporte entre as duas nações e suas demandas bélicas. No caso, a Amazônia foi tida como um dos focos desses acordos pela necessidade de produção e exportação da borracha. Outros pontos como: uso de bases aéreas do litoral brasileiro por tropas americanas, envio de tropas à Europa, são exemplos de cooperação firmados naquele momento. Ver mais em: LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. *Soldados da Borracha: Das vivências do passado às lutas contemporâneas*. 2ª ed. Manaus: Editoria Valer, 2019.

⁸⁰ LIMA, op. cit., p. 237.

Retomando as especificidades em torno da atuação de Magalhães Barata, que apesar das dificuldades enfrentadas, manteve-se como nome central na empreitada de organização e incremento da política de atendimento às demandas bélicas no Norte do país. Uma das funções concretizadas pelo departamento de propaganda era a elaboração de comunicados para imprensa e/ou circulação em outros departamentos estatais, seja em âmbito local ou nacional. Ainda em 1943, o DEIP/PA que continuamente recorria à política de observação e de controle aos meios de comunicação, utilizou uma matéria publicada na *Folha do Norte* para novamente exaltar a figura de Magalhães Barata.

A construção desses documentos por parte do DEIP/PA pautava-se na leitura, destaque e comentários com citações diretas das publicações feitas nos principais periódicos. Dentre os casos, a *Folha do Norte* era dificilmente escolhida com publicações de cunho positivo sobre Magalhães Barata ou a administração pública, porém, a publicação em questão, cuja autoria era do escritor e jornalista Francisco Barros Junior, carregava múltiplos elogios ao interventor paraense, e uma especificidade foi publicada justamente no período de afastamento de Paulo Maranhão da direção dos jornais. Dessa forma, a guarida que os impressos, outrora oposicionistas deram às manchetes positivas em relação ao governo, foram utilizadas pelo departamento de imprensa. Dissertando sobre a “sensação de guerra”, Francisco Barros Junior não poupou elogios à administração de Magalhães Barata, pontuando:

Chama atenção para o fato singular de que em todas as vitrines, confeitarias, etc., se veem retratos do interventor, adornados de flores, junto das cores nacionais. Até nas habitações mais modestas se encontra o retrato do sr. Coronel Interventor [...] efetivamente o chefe do governo não destruiu nada, mas ajustou e melhorou os serviços públicos na medida do possível, advindo daí o prestígio de que goza entre os seus governados. [...] Barros Junior finaliza seu interessante artigo salientando o importante papel que o exmo. Sr. interventor federal, coronel Magalhães Barata, tem desempenhado em nosso Estado em favor do esforço de guerra do país.⁸¹

O fragmento evidencia a produção em torno da figura de Magalhães Barata como um líder, preocupado com seus governados e como figura central no esforço de guerra, recebendo reconhecimento público por seus feitos, materializados na presença de seus retratos nas residências e nos estabelecimentos comerciais de Belém. Desse modo, apesar da produção de borracha abaixo do esperado, em decorrência da falta de infraestrutura e ausência de um processo de industrialização da economia gomífera, a imagem de Magalhães Barata manteve-se como merecedor de elogios e como personagem responsável pelas benfeitorias no Pará. Afinal, uma das principais motivações para o retorno de Magalhães Barata, se não a principal,

⁸¹ Telegrama – 27/10/1943 - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 15. APEP.

era sua capacidade de diálogo e construção de canais com diferentes atores sociais de distintas localidades do estado do Pará, proporcionando parte necessária para a implementação de programas pensados pelo governo federal.

Por outro lado, o retorno de Magalhães Barata significou a presença de alguém capaz de estabelecer relações amistosas com territórios vizinhos ao Norte do Brasil, como as Guianas Francesa, Inglesa e Holandesa. Pere Petit, aponta que a nomeação pelo governo federal de Magalhães Barata como interventor federal do Pará, foi efetivada com objetivo de alinhar o governo paraense aos interesses nacionais, principalmente voltado a Guerra da Borracha. Contudo, em 1943, Magalhães Barata também constava como representante do Brasil junto às Guianas, tornando sua presença no governo do Pará uma saída para a problemática em torno da presença civil e militar que o contexto bélico exigia em relação à Guiana Francesa,⁸² uma vez que boa parte da França estava ocupada pela Alemanha Nazista. Diante de tal contexto, tornou-se interessante analisar mais um conjunto de episódios que representam outra demanda protagonizada por Magalhães Barata em seu retorno a interventoria do Pará.

Em fevereiro de 1944, após várias redefinições de datas, chegava ao conhecimento do público que Magalhães Barata de fato partiria de Belém rumo às Guianas Francesa, Inglesa e Holandesa, em visita de caráter oficial e como representante do Brasil.⁸³ A comitiva que Magalhães Barata integrava era composto por: Álvaro Adolfo, consultor-geral do Estado; Lindolfo Mesquita, diretor-geral do DEIP/PA; Arruda Botelho, representante do Itamaraty e Líbero Luxardo, cinematografista.⁸⁴ A visita aos três territórios foi feita no intervalo de oito dias, sendo bastante detalhada em livro organizado por Lindolfo Mesquita e publicado no mesmo ano, obra com o título: “O Brasil nas Guianas: a visita do coronel Magalhães Barata a Caiena, Georgetown e Paramaribo”.

Interessante notar na comitiva a presença de Lindolfo Mesquita, um dos principais nomes vinculados ao departamento de imprensa do Pará desde o retorno de Magalhães Barata em fevereiro de 1943, exercendo primeiro o cargo de diretor de divisão e assumindo posteriormente a direção-geral. Outro nome que chamou atenção foi o de Líbero Luxardo, produtor de filmes, na época já bastante conhecido. Ambos contribuíram na viagem em dois aspectos: facilidade de diálogo com os meios de comunicação locais e viabilidade de registros escritos e iconográficos. Além disso, a presença do diretor do DEIP/PA em uma viagem

⁸² PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003, p. 128.

⁸³ Folha do Norte. Belém, 04/02/1944, p. 1.

⁸⁴ MESQUITA, Lindolfo. *O Brasil nas Guianas: a visita do coronel Magalhães Barata a Caiena, Georgetown e Paramaribo*. Belém: Pará Ilustrado (DEIP), 1944, p. 73.

importante ao Estado e que projetava Magalhães Barata em âmbito internacional, reafirma novamente a importância que tal departamento acumulou durante a segunda passagem pelo poder do mandatário paraense.

O primeiro destino acertado para viagem de Magalhães Barata foi para Guiana Francesa, tendo posteriormente Johannes Brons, na época governador interino do Suriname, enviado a Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, telegrama convidando o interventor paraense para estender sua viagem até Paramaribo, após passagem por Caiena.⁸⁵ No entanto, um terceiro destino foi acrescentado, a cidade de Georgetown, na Guiana Inglesa. Após superar dificuldades climáticas para o voo de Belém até Caiena, a chegada de Magalhães Barata ganhou bastante repercussão na colônia francesa, sendo recebido pelo governador Jean Rapenne e outras autoridades locais.

A população também esteve presente no desembarque e outros eventos em locais públicos. Um dos atos que mais chamou atenção foi a cerimônia que condecorou Magalhães Barata com a gravata de Comendador da Estrela d' Anjouan, concedida por Jean Rapenne:

Imagem 11 – Condecoração de Magalhães Barata em Caiena



Fonte: MESQUITA, Lindolfo. *O Brasil nas Guianas: a visita do coronel Magalhães Barata a Caiena, Georgetown e Paramaribo*. Belém: Pará Ilustrado (DEIP), 1944, p. 9.

⁸⁵ Idem., p. 4.

A imagem acima mostra exatamente o momento em que Jean Rapenne cumprimenta Magalhães Barata no ato de condecoração realizado na Praça Palmistes, no centro da cidade. O governante francês ressaltou o auxílio prestado por Magalhães Barata à Guiana Francesa, que sofria bastante com crise de abastecimento alimentar, em detrimento da situação da França e dos bloqueios de exportações ao território. A relação entre o Pará comandado por Magalhães Barata e Jean Rapenne como comandante da Guiana Francesa já foi alvo de alguns estudos e ainda merece maiores reflexões em torno das várias relações firmadas entre os dois governantes, principalmente as ligadas ao campo econômico.

O pesquisador Stéphane Granger ao discutir a relação fronteiriça estabelecida entre a Guiana Francesa e o Brasil durante o século XX, observou que a presença de Magalhães Barata no governo paraense e como nome de confiança do presidente Getúlio Vargas, proporcionou uma série de trocas comerciais entre o Pará e a Guiana Francesa. A principal relação econômica foi a exportação de gêneros alimentícios do Pará para a Guiana, principalmente a compra por parte do território francês de bois para consumo de carne, apesar da crise alimentar que o Pará também vivia na época, porém, o pagamento em ouro ao governo paraense prevalecia frente às demandas da população local.⁸⁶

O próprio Magalhães Barata, em discurso pronunciado durante sua estadia na Guiana Francesa, citou algumas das ligações estabelecidas entre os dois governos:

Circunstâncias várias fizeram-me amigo desta Guiana, desde o tempo em que, no desempenho de funções militares na fronteira do meu país com a vossa, tive ocasião de manter relações com o seu povo, animado sempre do mesmo sentimento de boa vizinha e de cooperação. No governo do meu Estado, preocupei-me em estreitar mais ainda essas relações procurando animar o nosso intercâmbio comercial, que é o veículo natural da harmonia dos interesses recíprocos e facilitar as permutas dos produtos substanciais que as contingências da guerra não permitiam chegar aos vossos mercados consumidores. [...] a França e o Brasil lutam, neste momento, por uma mesma causa, que é a da liberdade dos povos que querem sobreviver e dirigir seus próprios destinos. [...]⁸⁷

Além de lembrar o tempo que serviu no município de Oiapoque, no início da sua carreira militar, Magalhães Barata, sem pormenorizar quais relações econômicas eram concretizadas com a Guiana Francesa, fez questão de afirmar que durante seu governo o

⁸⁶ GRANGER, Stéphane. Entre contenção e cooperação: A percepção da fronteira Guiano-Brasileira pelos militares brasileiros no século XX. *Trashumante. Revista Americana de História Social*, n. 3, p. 48-73, 2014, p. 57.

⁸⁷ MESQUITA, Lindolfo. *O Brasil nas Guianas: a visita do coronel Magalhães Barata a Caiena, Georgetown e Paramaribo*. Belém: Pará Ilustrado (DEIP), 1944, p. 64-65.

intercâmbio comercial foi uma das bases de sua gestão frente ao território vizinho. Em outro estudo, Stéphane Granger e Iuri Cavlak, pontuam que durante o período da Segunda Guerra Mundial a relação entre Brasil e Guiana Francesa apresentou vários paradoxos, desde a cogitação de Getúlio Vargas em anexar o território francês a partir da convenção de Havana em 1940, questão não concretizada, até as preocupações de Magalhães Barata em construir um panorama que lhe proporcionasse estabilidade diante de uma fronteira que oscilava entre: vantagens econômicas advindas do ouro francês, até aos perigos de invasão, primeiro a alemã em detrimento da ocupação da França, e posteriormente os perigos de instabilidade e levantes sociais que poderiam colapsar o sistema penitenciário vizinho, ocasionando migrações as cidades brasileiras.⁸⁸

Os autores citados acima afirmam com base em documentação presentes em arquivos da Guiana Francesa, que a atitude do governo paraense em manter a venda de gêneros alimentícios ao território vizinho resultou em críticas por parte da imprensa paraense, todavia, não foi citado quais veículos de comunicação fizeram tais críticas, nem o período delas, o que seria importante para diálogo com a posição da *Folha do Norte* durante a segunda interventoria de Magalhães Barata. Entretanto, é válido ressaltar que entre as notícias que o DEIP/PA enviou ao DIP durante o processo que resultou no afastamento de Paulo Maranhão em maio de 1943, estavam registros que apontavam que a gestão de Magalhães Barata estava falhando no gerenciamento do abastecimento alimentar, direcionando majoritariamente a pesca e não ao consumo bovino.

Por fim, vale pontuar que Magalhães Barata citou o nome de um comerciante paraense, Enéas Barbosa, como responsável pelo transporte de uma série de mercadorias que levou: “[...] à Caiena alívio aos sofrimentos físicos [...]”, uma vez que após o bloqueio comercial com Paramaribo, a população passava dificuldades e: “[...] sua gente vivia de arroz e peixe [...]”.⁸⁹ A atuação deste comerciante paraense em Caiena lhe proporcionou, segundo Magalhães Barata: “[...] Em Caiena, o sr. Enéas Barbosa é hoje uma pessoa de importância e estima de todos. Desdobra-se em atividades para suavizar as dificuldades daquela gente. [...] é ele estimado por todos e considerado pelas altas autoridades, a começar pelo próprio governador [...]”⁹⁰. Desse modo, Magalhães Barata apresentou-se como responsável pela construção de canais para

⁸⁸ CAVLAK, Iuri; GRANGER, Stéphane. Entre criação do Amapá e intercâmbios econômicos, as consequências da Segunda Guerra mundial nas relações entre o Brasil e a Guiana Francesa. *Fronteiras & Debates*, v. 1, n. 1, p. 67-80, 2014.

⁸⁹ MESQUITA, Lindolfo. *O Brasil nas Guianas: a visita do coronel Magalhães Barata a Caiena, Georgetown e Paramaribo*. Belém: Pará Ilustrado (DEIP), 1944, p. 58.

⁹⁰ Idem., p. 60.

cooperação entre o Brasil e a Guiana, proporcionando segurança e abastecimento alimentar para a colônia francesa, colocando-se mais uma vez como uma figura assistencialista, expandindo seu campo de suporte aos necessitados que até então era somente no Pará. Tais relações chamam atenção pelas possibilidades de pesquisas em torno dessa temática.

O segundo destino da viagem de Magalhães Barata foi a Guiana Inglesa, na cidade de Georgetown. Como esperado pelo perfil da comitiva, Lindolfo Mesquita fez questão de mapear o que estava sendo publicado nos jornais locais. O periódico local *Guiana Sunday Graphic* ofereceu destaque a chegada de Magalhães Barata e em uma página completa publicou uma série de fotografias com o título: “Brazil knits friendship ties with British Guiana”.⁹¹ O fato ganhou destaque no livro organizado por Lindolfo Mesquita, pois, segundo ele, a repercussão positiva da estadia de Magalhães Barata nos territórios era sintoma de uma maior projeção política do mandatário paraense.

Em contraste com o tempo de permanência na Guiana Francesa, a estadia de Magalhães Barata em Georgetown foi majoritariamente voltada a conhecer a cidade e seus arredores, em reuniões e excursões com os políticos locais. A convite do governador Gordo Lethem, toda a comitiva que acompanhou Magalhães Barata fez um voo para observar as características do local, onde foi possível contemplar as construções, plantações e demais aspectos da cidade. Segundo relatado na obra organizada por Lindolfo Mesquita, todos ficaram impressionados com a organização do local: “[...] o colonizador inglês transformou a fisionomia dos campos e corrigiu-lhes os inconvenientes, para a vitória de uma cultura agrícola sistematizada [...]” e fizeram até comparativo com uma região paraense: “[...] Honra seja feita aos que realizaram a obra ciclópica. Possamos nós fazer a mesma coisa da formidável Ilha do Marajó. Possamos nós fazer igual trabalho nas terras prodigiosas que possuímos em nosso país [...]”.⁹²

Sobre esse ponto, vale ressaltar que uma das consequências das visitas de Magalhães Barata às Guianas, pode ter sido comparativo em torno de organização econômica e administrativa de tais territórios, viabilizando a implantação de determinadas políticas em detrimento de similaridades de aspectos naturais. Pouco foi discutido sobre acordos financeiros ou até mesmo efetivadas cerimônias de homenagens, ou celebrações em torno de Magalhães Barata, em exceção de jantares com autoridades. Em relação à Caiena, a permanência do político paraense em Georgetown pode ser considerada discreta.

⁹¹ Em tradução livre: “Brasil estreita laços de amizade com a Guiana Inglesa”.

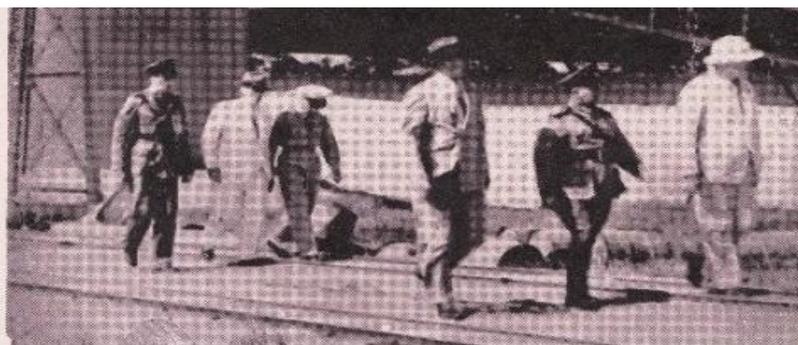
⁹² MESQUITA, Lindolfo. *O Brasil nas Guianas: a visita do coronel Magalhães Barata a Caiena, Georgetown e Paramaribo*. Belém: Pará Ilustrado (DEIP), 1944, p. 33.

Em continuidade, Magalhães Barata visivelmente transpareceu que sua ida à Guiana Inglesa significou uma possibilidade de expansão comercial, citando o momento de guerra como profícuo para tal movimento. Segundo o paraense, o governo de Gordo Lethem poderia junto ao governo brasileiro, tendo o Pará como canal, estreitar trocas de mercadorias, principalmente alimentos e tecidos. E não deixou de enfatizar o quão bem-vindo seria uma visita do mandatário inglês às terras paraenses, para conhecer o potencial econômico do Estado e seus aspectos naturais, similares ao território vizinho.⁹³

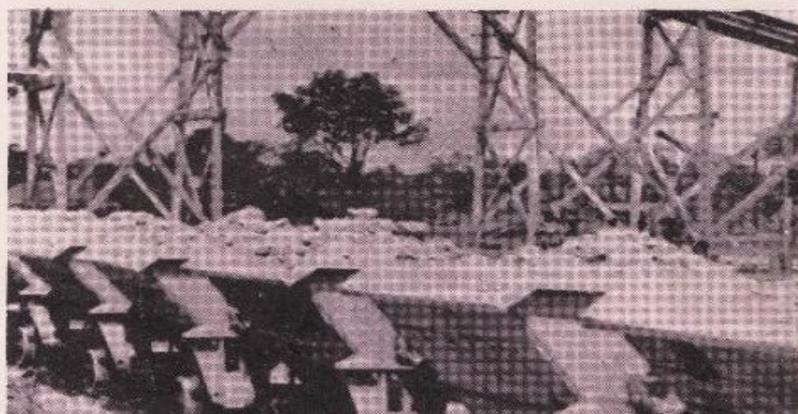
O último destino de Magalhães Barata nessa movimentada viagem internacional foi a Guiana Holandesa, na cidade de Paramaribo. A terceira estadia carregou traços das duas anteriores. Magalhães Barata se familiarizou com as principais atividades desenvolvidas em Paramaribo, principalmente a infraestrutura em torno da extração de Bauxita, uma vez que assim como a borracha, o alumínio era de suma importância aos esforços da guerra. Porém, assim como na Guiana Inglesa, o interventor paraense mais observou as estruturas do Suriname em tom de admiração e descoberta, projetando utilização de algumas técnicas e logística de extração. Em um dos registros fotográficos, está Magalhães Barata junto a sua comitiva em visita a uma das minas de bauxita:

⁹³ MESQUITA, Lindolfo. *O Brasil nas Guianas: a visita do coronel Magalhães Barata a Caiena, Georgetown e Paramaribo*. Belém: Pará Ilustrado (DEIP), 1944, p. 65-66.

Imagem 12 – Magalhães Barata visita mina de Bauxita em Paramaribo



*Em Paramaribo, quando o coronel Magalhães Barata visita
-- uma das companhias que exploram bauxita*



Fonte: MESQUITA, Lindolfo. *O Brasil nas Guianas: a visita do coronel Magalhães Barata a Caiena, Georgetown e Paramaribo*. Belém: Pará Ilustrado (DEIP), 1944, p. 38.

Por outro lado, em Belém, resumindo sua viagem às Guianas, o interventor federal Magalhães Barata, informou que o comércio do Pará tinha total capacidade de fixar relações com as três Guianas, entretanto observou uma série de empecilhos:

Mesmo com os inconvenientes que eu encontrei e os senões nesse setor que constatei nas Guianas, principalmente holandesa, as mercadorias brasileiras são ali vendidas por um preço exorbitante, ou seja 30% a mais que os preços da importação americana. Não sei a quem atribuir, si ao abuso, à ambição dos comerciantes daqui de Belém que para lá exportam, ou se devido a qualquer taxa estrangeira, que aliás não me consta haver na Guiana Francesa. O fato é que tenho a impressão de que, terminada a guerra, das Guianas Inglesa e Holandesa seremos imediatamente desbancados pelos outros mercados.⁹⁴

Este fragmento simboliza perfeitamente o quanto Magalhães Barata estava interessado no comércio com os territórios visitados, principalmente na possibilidade de expansão econômica do Pará. Por isso, ficou inconformado com os preços abusivos das mercadorias

⁹⁴ MESQUITA, Lindolfo. *O Brasil nas Guianas: a visita do coronel Magalhães Barata a Caiena, Georgetown e Paramaribo*. Belém: Pará Ilustrado (DEIP), 1944, p. 59.

exportadas de Belém às Guianas, principalmente nos centros nos quais tinha menor influência: Georgetown e Paramaribo. Bem verdade que Magalhães Barata, pelos indícios citados, estava preocupado com a reorganização política e econômica que a região Norte tomaria no pós-guerra, e na competitividade que a liberdade de transações comerciais com o fim do conflito traria ao Pará, ficando prejudicado se mantivesse uma política de preços exorbitantes.

Contudo, tanto a Guiana Francesa, Guiana e Suriname, que estão em posições geográficas privilegiadas no que tange possibilidades de aberturas e construções de relações comerciais com a Europa, América do Sul e Caribe, não mantiveram no pós-guerra eventuais parcerias que a América do Sul pudesse proporcionar. Até mesmo no cenário atual, a relação econômica e política envolvendo o Brasil com os territórios visitados por Magalhães Barata em 1944, mantém-se de maneira modesta.

Como aspectos finais da viagem de Magalhães Barata às Guianas, destaco a relação entre a expedição e a imprensa. Ainda na cidade de Georgetown, o diretor-geral do DEIP/PA, Lindolfo Mesquita, concedeu ao jornal local *Daily Chronicle*, entrevista sobre os principais aspectos em relação à situação do Pará e do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Após agradecimentos pelo convite do governador Gordo Lethem para conhecer a Guiana Inglesa, o responsável pelo departamento de imprensa paraense respondeu sobre os impactos na alimentação da população paraense no período de guerra, pergunta representativa, tanto em relação às dificuldades que toda a região Norte do continente estava vivendo, como em relação às possíveis relações comerciais que o Pará na figura de Magalhães Barata tentava criar e/ou impulsionar com os três territórios visitados.⁹⁵

Sobre esse ponto, Lindolfo Mesquita foi bastante direto em sua resposta, ao afirmar que o Pará havia sofrido crises de abastecimento antes mesmo do Brasil declarar guerra aos países do Eixo, principalmente em consequência do afundamento de navios costeiros e a dificuldade em transporte dos gêneros de maneira segura e com a logística adequada. Porém, após o estabelecimento de acordos militares e o aumento de segurança na costa marítima, o Pará conseguiu restabelecer o abastecimento. O segundo assunto levantado pelo jornal foi em relação à força aérea brasileira e como o Pará agiria diante do pós-guerra com a possibilidade de expansão da aviação civil.⁹⁶ A resposta de Lindolfo foi de que a força aérea brasileira crescia dia após dia e que estava preparada para o combate, sobre a viação civil disse que o Pará teria, em 1944, começado a separar aeródromos para maior eficiência da aviação civil.

⁹⁵ Idem., p. 48.

⁹⁶ Idem., p. 49.

Outro ponto de interesse na entrevista de Lindolfo Mesquita foi sobre a produção de borracha para guerra, porém, o paraense foi bastante sucinto em sua resposta, alegando somente que todo o Pará estava produzindo borracha para atender às demandas bélicas, produção essa vendida aos Estados Unidos, conforme os Acordos de Washington. Por fim, o jornal *Daily Chronicle* indagou ao paraense sobre a carreira de Magalhães Barata. Lindolfo Mesquita resumiu a trajetória de Magalhães Barata, citando sua participação no movimento de 1930, sua extremada ligação com o Pará – desde o início de sua carreira militar, até se tornar governante do Estado – concluindo sua apresentação destacando que o interventor paraense sempre fez de tudo para “[...] levantar o ‘standard’ da vida do povo paraense menos favorecido e sua obra principal tem sido sempre o seu levantamento [...]”.⁹⁷ Vale lembrar, que Lindolfo Mesquita foi responsável por uma das obras que reconstruíram parte da trajetória do político paraense,⁹⁸ publicado no mesmo ano do livro sobre a expedição às Guianas.

Em Belém, a *Folha do Norte* e *O Estado do Pará* deram destaque para a viagem de Magalhães Barata. Vale citar que Paulo Maranhão e João Maranhão já estavam no comando da *Folha do Norte* e da *Folha Vespertina*. Infelizmente, *O Estado do Pará* do ano de 1944 não está disponível para consulta na Biblioteca Pública Arthur Vianna. Desse ano, apenas as *Folhas* e alguns exemplares de *A Vanguarda* estão disponibilizados ao público. Diante do histórico embate entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, o diretor do DEIP/PA escolheu justamente as manchetes do jornal mais próximo do interventor federal, ou seja, *O Estado do Pará*, para compor fragmentos do livro que relata o passo a passo da expedição. Sem sinalização de datas para as manchetes, ficaram visíveis o apoio prestado pelo *O Estado do Pará* à interventoria, como nesse fragmento: “[...] A viagem recentemente empreendida às regiões vizinhas do Norte – as Guianas, pelo exmo. senhor coronel Magalhães Barata, interventor federal no Estado, constituiu-se acontecimento significativo relevância nos anais da vida diplomática do nosso país [...]”.⁹⁹

Em contrapartida, a *Folha do Norte* divulgou os principais eventos que Magalhães Barata participou, principalmente sua chegada e homenagens que recebeu em Caiena.¹⁰⁰ Outro indício interessante foi a publicação do telegrama enviado por Magalhães Barata a Getúlio Vargas, sinalizando que teve uma boa impressão das três Guianas e otimismo em relação a um

⁹⁷ Idem., p. 50.

⁹⁸ MESQUITA, Lindolfo. *Magalhães Barata: o Pará e sua história*. Belém, 1944.

⁹⁹ MESQUITA, Lindolfo. *O Brasil nas Guianas: a visita do coronel Magalhães Barata a Caiena, Georgetown e Paramaribo*. Belém: Pará Ilustrado (DEIP), 1944, p. 71.

¹⁰⁰ Folha do Norte. Belém, 13/02/1944, p. 1.

aumento do intercâmbio econômico entre os países.¹⁰¹ Interessante notar que os jornais de Paulo Maranhão adotaram linha de publicação na qual traduziam comunicados enviados pelas cidades em que Magalhães Barata visitou, como Paramaribo, e não produziram comentários a respeito das impressões que o próprio interventor ou Lindolfo Mesquita repassaram.

Se por um lado, Magalhães Barata participava de várias movimentações políticas envolvendo inclusive o governo federal, como a Campanha da Borracha e a cooperação com as Guianas Francesa, Inglesa e Holandesa, por outro lado, Paulo Maranhão, que retornou aos seus jornais em novembro de 1943, manteve conduta sem maiores problemas com o governo de Magalhães Barata nos meses imediatos a sua volta. Até que, em abril de 1944, o gerente das *Folhas* e filho de Paulo, João Maranhão, foi preso pela polícia, junto a ele Adolfo Barros, também funcionário do grupo de comunicação: “Ontem à tarde, foram intimados a comparecer à Polícia os nossos companheiros João Maranhão, gente da Empresa de Publicidade ‘Folha do Norte’ Ltda., e Adolfo Barros, chefe de escritório. E desde as primeiras horas da noite ali se encontram presos incomunicáveis, sem nota de culpa. [...]”.¹⁰²

O jornal ainda informava que o advogado Álvaro Fonseca entraria com pedido de habeas-corpus para os dois funcionários, porém, no dia posterior à prisão, o próprio Álvaro Fonseca disse que o pedido não precisou ser feito, uma vez que de maneira amistosa teria se entendido com Moura Carvalho, na época chefe de polícia do Estado.¹⁰³ O jornal do Rio de Janeiro *Correio da Manhã* repercutiu o incidente, porém, diferente do publicado na *Folha do Norte*, alegou que um grupo de jornalistas foi até a delegacia denunciar João Maranhão e outros funcionários por obrigar que os trabalhadores ao buscar os exemplares diários das *Folhas*, levassem obrigatoriamente exemplares do jornal *O Imparcial*, ao que tudo indica, teria João Maranhão negócio com este periódico. Todavia, os jornalistas alegavam que *O Imparcial* tinha pouquíssima saída, diferente das *Folhas* que vendiam um bom número de exemplares por dia, e eles acabavam ficando com o prejuízo.¹⁰⁴

Rapidamente João Maranhão foi posto em liberdade, não chegou a ficar 48h na delegacia,¹⁰⁵ então o editorial da *Folha do Norte* decidiu se pronunciar sobre o ocorrido, após uma nota que a polícia teria fornecido aos meios de comunicação. A nota informava que o motivo de João ter sido intimidado decorreu da queixa de cerca de 30 gazeteiros, nos quais afirmaram ser João Maranhão responsável pelo *O Imparcial*, e por meio de ameaças obrigava

¹⁰¹ Folha do Norte. Belém, 24/02/1944, p. 1.

¹⁰² Folha do Norte. Belém, 21/04/1944, p. 1.

¹⁰³ Folha do Norte. Belém, 22/04/1944, p. 1.

¹⁰⁴ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 23/04/1944, p. 2.

¹⁰⁵ Folha do Norte. Belém, 22/04/1944, p. 4.

que os trabalhadores tentassem a chamada “venda casada” das *Folhas* e do *O Imparcial*. Outra denúncia feita pelos jornalheiros foi de que João obrigava que eles vendessem a *Folha do Norte* a preços mais elevados do que o combinado, ficando o gerente com o excedente.¹⁰⁶

A resposta da *Folha do Norte* foi de total contrariedade às queixas prestadas pelos jornalheiros, como esperado. Porém, algumas justificativas chamaram atenção. A primeira foi de que nenhum jornalheiro era obrigado a levar os três jornais (*Folha do Norte*, *Folha Vespertina* e *O Imparcial*), porém, pela crise do papel, vivida nos últimos anos do Estado Novo, os trabalhadores que concordassem em levar os três impressos tinha prioridade de compra. Tal afirmativa já configura um direcionamento da empresa para venda do jornal menos conhecido e comercializado. Por outro lado, sobre a recusa de receber os exemplares não vendidos, como alegavam os trabalhadores e sobre a ordem de venda a valores maiores ser da própria gerência, a nota de esclarecimento foi taxativa: “[...] nenhuma vantagem decorre para nossa empresa da venda dos jornais acima do preço estabelecido. Esse lucro embolsa-o o vendedor [...]”.¹⁰⁷

O argumento utilizado pelo jornal de Paulo Maranhão foi de que costumeiramente nas edições estavam estampados avisos orientando os consumidores a não comprarem os periódicos a preços maiores do que os descritos na capa do jornal, e ainda denunciassem os vendedores e localidade da venda. A nota de esclarecimento termina dizendo que as acusações são todas falsas e que: “[...] a verdade é como o corpo do afogado. Demora no fundo, mas acaba vindo à tona. As Folhas não mentem.” Apesar da negativa, em outros dois momentos, João Maranhão foi apontado como parte em escândalos envolvendo questões financeiras e a *Folha do Norte*. A primeira apontada por Pedro Timoteo, como descrita no tópico 3.1, a segunda em janeiro 1945, quando o jornal *A Vanguarda*, em atitude similar aos dos jornalheiros, acusou João Maranhão e a *Folha do Norte* de monopolizar os pontos de venda de jornais na cidade de Belém, prejudicando os negócios dos demais impressos.¹⁰⁸ Nesse mesmo contexto de denúncia do jornal *A Vanguarda*, em 1945, pode ser visualizada uma nova crise envolvendo às *Folhas* de Paulo Maranhão, o interventor Magalhães Barata e o DEIP/PA. Crise essa que trouxe antigas práticas, como tentativa de empastelamento do meio de comunicação e censura prévia efetivada por um departamento de imprensa em declínio, assim como outras estruturas do Estado Novo Vargasista.

Entretanto, outro episódio chamou atenção. No dia 26 de abril, cinco dias após a prisão de João Maranhão, o periódico carioca *Diário de Notícias* informou que por ordem do

¹⁰⁶ *Folha do Norte*. Belém, 23/04/1944, p. 1.

¹⁰⁷ *Idem.*,

¹⁰⁸ *A Manhã*. Rio de Janeiro, 13/01/1945, p. 2.

DEIP/PA, a *Folha Vespertina* estava suspensa por 24 horas, em consequência de ter infringido dispositivos legais estabelecidos pelo órgão de censura. Vale ressaltar que na maioria dos exemplares dos anos iniciais da década de 1940, o nome que constava como diretor da *Folha Vespertina* era o de João Maranhão. A proximidade temporal entre a denúncia dos jornalistas e a suspensão do periódico pode remeter a uma causa e consequência, porém, não obtive indícios que comprovasse esta hipótese.

Ao contrário, as *Folhas*, de certa forma, desde o retorno de Paulo Maranhão em novembro de 1943, estava distante de embates com o DEIP/PA. Salvo uma exceção registrada em janeiro de 1944, ou seja, três meses antes do episódio envolvendo João Maranhão e a suspensão da *Folha Vespertina*. A exceção foi quando o músico Waldemar Henrique, que na época estava desempenhando o cargo de diretor da divisão de Cultura Artística, vinculada a divisão Imprensa, Teatro, Cinema e Diversões, chamou atenção de Paulo Maranhão para que o jornal *Folha do Norte* não adiasse, alterasse ou fosse publicada sem destaque as notícias enviadas por Waldemar Henrique sobre eventos, ou avisos públicos, uma vez que tal conduta afetaria os trabalhos de sua divisão.¹⁰⁹

Seja a prisão de João Maranhão, a suspensão da *Folha Vespertina* ou chamada de atenção de Waldemar Henrique, tais indícios apontam para uma continuidade de incidentes envolvendo repartições públicas da interventoria de Magalhães Barata e os jornais e/ou funcionários de Paulo Maranhão. Todavia, o declínio do Estado Novo e a preocupação dos agentes analisados nesse estudo em uma transição política que o país passaria no ano de 1945, com novos rearranjos dos grupos políticos partidários, apresentaram contextos e episódios importantes para análise. Tais pontos estão desenvolvidos no próximo e último tópico.

3.3 Uma transição política nada pacífica

O ano de 1945 representa um momento de drásticas mudanças no país e no mundo. Mudanças essas que vão desde o término da Segunda Guerra Mundial e o reordenamento geopolítico entre as nações, até em âmbito nacional com a dissolução do Estado Novo e a transição política brasileira. Para fins dessa pesquisa, o embate entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão conheceu no ano de 1945 outros contextos e realinhamentos. Se por um lado os jornais de Paulo Maranhão voltaram a criticar abertamente o interventor federal Magalhães Barata, por outro lado, sofreram novamente ataques a sua sede. Outros dois pontos que

¹⁰⁹ Ofício – 24/01/1944 – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 09. APEP.

ocorreram nos demais anos da chamada Era Vargas retornaram à realidade dos sujeitos analisados: reordenamento em torno da sucessão política por meio de eleições e os processos de censura explícita às *Folhas*.

No início de março de 1945, Getúlio Vargas, acompanhado por Luiz Vergara, chefe de gabinete; Firmo Freire, chefe do gabinete militar; Andrade Queiroz; Alzira Vargas e Amaral Peixoto; convocou para o salão do Palácio do Rio Negro, na cidade Petrópolis, uma coletiva de imprensa para discutir assuntos relacionados ao curso político que o país estava tomando, principalmente em decorrência da pressão em torno da eleição presidencial que aconteceria no segundo semestre do ano. Um nome reconhecido no jornalismo e citado no primeiro capítulo estava presente e discursou, Herbert Moses. Após os discursos iniciais, Vargas tratou de responder os jornalistas que lhe faziam perguntas. Dentre os principais temas: crise do papel para jornais; atos adicionais baixados para transição política e liberdade da imprensa e do rádio no momento derradeiro do regime. Analiso a última pauta.

Dentre os jornalistas que perguntaram a Getúlio Vargas, esteve presente Roberto Groba, que lhe indagou sobre a necessidade de convocação de uma assembleia constituinte para as eleições de 1945. Após negativa de Vargas, outro jornalista indagou se haveria liberdade à imprensa e rádio para acompanhar todo o processo, Vargas respondeu: “– A imprensa já não se está manifestando livremente?”, então novamente Roberto Groba recorreu à palavra e discorreu: “– Em diversos Estados do Norte ainda há censura. A Folha do Norte, do Pará, por exemplo, está até suspensa.”¹¹⁰ Logo em seguida o jornal de Paulo Maranhão ser citado na coletiva de imprensa de Getúlio Vargas, o presidente proferiu: “– Devo dizer ainda aos senhores que o DIP passará a ser um órgão ou uma dependência do Ministério da Justiça. Este tomará a si a coordenação política. O DIP será apenas instrumento de divulgação da cultura brasileira.”¹¹¹ Na verdade, Roberto Groba havia se equivocado em um detalhe, a *Folha do Norte* não estava suspensa, mas sob censura prévia, o jornalista esclareceu o mal-entendido no dia posterior a coletiva de imprensa.¹¹²

Sem dúvidas, era um momento crucial no desmoronamento de instituições que incorporaram o itinerário do regime e foram aperfeiçoadas para garantir seguridade a Getúlio Vargas. O DIP, segundo o próprio Vargas, passaria a ser “apenas um instrumento de divulgação”. No início de 1945, o departamento de controle aos meios de comunicação já apresentava severas fragilidades, como aponta Boris Fausto:

¹¹⁰ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 03/03/1945, p. 12.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 04/03/1945, p. 28.

Indicador expressivo da derrubada de muitas ditaduras, a imprensa começou a escapar ao controle do DIP e a publicar o que não devia ser publicado. Foi o caso da entrevista de José Américo de Almeida, em 22 de janeiro de 1945. Concedida ao jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, na qual o político e candidato às frustradas eleições presidenciais de 1938 enfatizou a urgência de democratização do país. Poucos dias após essa entrevista, Vargas antecipou-se a novas manifestações, ao promulgar o Ato Adicional em que, por meio de emendas à Carta constitucional de 1937, anunciou eleições para a presidência da República e o governo dos estados [...] apesar dessa iniciativa e da posterior fixação das eleições para dezembro, crescia na oposição o sentimento de que, de um modo ou de outro, Vargas pretendia permanecer no poder.¹¹³

Apesar da dificuldade de manter o controle aos meios de comunicação, principalmente os de maiores expressões, como o caso assinalado por Boris Fausto, onde o *Correio da Manhã* conseguiu levar ao público as pautas apresentadas por uma liderança política nacional, como José Américo, houve casos em que os DEIP's se mantiveram no enalço de condutas desviante, como ocorreu no Pará, entre o DEIP e a *Folha do Norte*. Desse modo, voltamos a afirmativa dada pelo jornalista Roberto Groba a Getúlio Vargas, citando como exemplo de censura o jornal *Folha do Norte*. O que explica e o que estava se passando nos meses iniciais de 1945, para um jornalista na capital federal citar o jornal de Paulo Maranhão?

O jornalista Roberto Groba era diretor da sucursal da *Folha do Norte* no Rio de Janeiro, em escritório localizado na Rua do México. Foi por este motivo, que ele interveio a favor da *Folha do Norte*, publicizando a situação que o periódico estava vivendo, situação essa que após sua explanação ficou de conhecimento nacional. Importante frisar que a expansão comercial concretizada por Paulo Maranhão, como as sucursais, aumentava seu poder de expressão e contato com autoridades federais, tanto para construção de diálogos e trocas comerciais, como para divulgação de anomalias na continuidade das atividades jornalísticas e empresariais. A fala de Roberto Groba não foi a primeira expressão de denúncia presente da imprensa da capital, esteve em consonância com o telegrama que o próprio Paulo Maranhão enviou ao jornal *Correio da Manhã*, com intuito de evidenciar a censura prévia que seu jornal estava submetido, tendo o jornal publicado a transcrição do telegrama:

A Folha do Norte, jornal sob minha direção, submetida já meses à censura prévia, continua sob esse regime até hoje. Apresentei ao DIP, testemunhos concretos de que era incabível esse ato, por nada justifica-lo. Havia a preocupação desprestigiar o interventor do Estado, cujos atos sucessivos de violência e arbítrio contra meus jornais o DEIP local proíbe noticiemos. A Folha Vespertina, também jornal sob minha direção, esteve submetida à mesma censura. Rogo ao prezado colega divulgar estes

¹¹³ FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Olhando para dentro: 1930-1964*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (História do Brasil Nação), p. 106.

fatos, que dão bem a medida do que se pratica contra imprensa independente na minha pobre terra. Saudações. Paulo Maranhão.¹¹⁴

A denúncia de Paulo Maranhão evidenciava que os dispositivos de censura empregados pelo DEIP estavam em curso, e que seus dois jornais estavam sob julgo das autoridades locais. Um ponto interessante relatado pelo diretor das *Folhas* recaiu nos mecanismos usados por ele na tentativa de derrubar a censura prévia, ao recorrer ao DIP, conseqüentemente constatando que o embate concreto estava contra o DEIP e não o órgão maior, particularizando tal disputa, pois, era a esfera estadual de censura que estava preocupada com ataques à interventoria do Estado na figura de Magalhães Barata.

O evidenciado acima, era um desdobramento do que estava ocorrendo desde o mês de fevereiro de 1945. As *Folhas* iniciaram aquele ano sob censura prévia efetivada pelo DEIP/PA. Tal situação foi interrompida quando Amílcar Dutra de Menezes, então diretor-geral do DIP, sucessor de Coelho dos Reis, comunicou ao departamento estadual que a censura, pelo menos à *Folha Vespertina*, estava suspensa a partir do dia 26 de fevereiro de 1945.¹¹⁵ De imediato, o DEIP/PA na figura do seu diretor interino, Mauricio Coelho de Souza, enviou ao DIP um longo ofício pedindo providências contra as *Folhas*, alegando que os jornais não respeitariam os poderes estadual e federal sem censura prévia e que aguardavam providências e orientações por parte do DIP para melhor agir diante dos jornais de Paulo Maranhão.¹¹⁶

A conduta era similar a adotado em março de 1943, quando o DEIP/PA conseguiu junto ao DIP o afastamento de Paulo Maranhão e a presença de um jornalista externo aos círculos políticos. O envio de recortes dos periódicos com dezenas de comentários a respeito das publicações e “reais objetivos dos jornais”, era uma espécie de conduta oficial do órgão estadual para com sua matriz. Tudo indica que o DEIP/PA manteve comunicação junto ao DIP simultaneamente às denúncias públicas feitas por Roberto Groba e Paulo Maranhão, uma vez que no dia 06 de março, Mauricio Coelho de Souza comunicou a Magalhães Barata que após sucessivos pedidos de como agir diante das *Folhas*, o DIP reestabeleceu a censura prévia e comunicou que pelo contexto de punição, os jornais de Paulo Maranhão deviam obedecer às ordens do DEIP.¹¹⁷ Com a resolução, o DEIP/PA tratou de comunicar os responsáveis pela *Folha do Norte*, como o relatado ao interventor federal:

¹¹⁴ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 02/03/1945, p. 10.

¹¹⁵ Ofício, 26/02/1945 – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 10. APEP.

¹¹⁶ Ofício, 27/02/1945 – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 10. APEP.

¹¹⁷ Ofício, 06/03/1945. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 10. APEP. – Grifos do autor.

[...] officiei ao diretor daquele órgão [Folha do Norte], para que providenciasse afim de que comparecesse a este DEIP, até 23 horas de ontem, o secretário do jornal, para que tomasse conhecimento das determinações contidas no telegrama em apreço. Aqui veio ter então, o sr. Vitorio de Castro, que ao par do assunto, disse primeiramente, que o seu jornal não acatava determinações do DIP, uma vez que já existia liberdade de imprensa, anunciada pelo sr. Presidente da República. Como é natural que fizesse, pedi ao mesmo que respondesse em ofício, declarando por escrito que aquela empresa não acataria ordens emanadas daquele departamento nacional [...] os acontecimentos permaneceram nessa expectativa, até que, mais ou menos às 22:45 horas, comunicou-me o sr. Vitorio que resolverá acatar certamente após entendimento com seu diretor às determinações do DIP e deste DEIP. Assim, compareci às 23:30 horas na redação daquele jornal, afim de fazer serviço de censura a que necessariamente se acha o mesmo submetido.¹¹⁸

A narrativa dos fatos demonstra que a ação do DEIP foi imediata junto às *Folhas*. O passo a passo de oficializar, ir até a sede do departamento que como já dito ficava na 15 de agosto, atual Presidente Vargas, para depois o próprio diretor interino se direcionar às instalações das *Folhas*, que ficava a pouca distância do departamento, possibilitam reconstruir tal ocorrido. Um ponto de destaque no documento do DEIP enviado a Magalhães Barata recaiu na possível resposta dada pelo funcionário da *Folha do Norte*, de que a liberdade de imprensa teria voltado, conforme anunciado pelo próprio Vargas, justamente na entrevista em que a situação da *Folha do Norte* foi citada pelo diretor da sucursal do Rio de Janeiro. Em outras palavras, era um momento de incertezas, de avanços e recuos, pois, se de um lado o próprio presidente garantia liberdade aos meios de comunicação e anunciava uma diminuição drástica de importância do principal órgão de controle, do outro lado, os mesmos aparelhos ainda estavam em ação e sufocavam a oposição.

Ainda em março, o diretor da sucursal da *Folha do Norte* no Rio de Janeiro, Roberto Groba, conseguiu audiência com o então ministro da justiça, que havia assumido o cargo recentemente, Agamenon Magalhães, muito provavelmente para tratar sobre a denúncia que o jornalista relatou na coletiva de imprensa de Getúlio Vargas e o retorno da censura às *Folhas* na virada do mês de fevereiro para março.¹¹⁹ Diferente do que ocorreu em 1943, quando Paulo Maranhão foi afastado, a imprensa da capital federal repercutiu em maior grau os ocorridos em Belém, de certa forma como sintoma da liberdade em torno dos meios de comunicação e progressão das oposições ao governo.

Desse modo, após o retorno da censura prévia, a estabilidade política envolvendo as *Folhas* e o Estado piorou consideravelmente. João Maranhão remeteu ao *Correio da Manhã* que o prédio da *Folha do Norte* corria risco de ser depredado e que as autoridades policiais

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Folha do Norte. Belém, 09/03/1945, p. 1.

estavam por trás de um plano nesse sentido.¹²⁰ Na mesma direção, o *Diário Carioca* deu ênfase a contrariedade que vivia as *Folhas* no Pará, estando sob censura prévia em um momento de democratização do Brasil. Além de exemplificar 14 episódios que representavam a perseguição sistemática efetivada por Magalhães Barata aos jornais.¹²¹ Mas nem toda a imprensa da capital ficou ao lado de Paulo Maranhão e sua empresa, o jornal *A Manhã*, publicou manchete lançada pelo *O Radical*, dias antes, não poupou críticas à *Folha do Norte* e ao *Diário Carioca* que insultaram Magalhães Barata: “[...] Numa análise justa da história política do Pará, nos quarenta e poucos anos da existência daquele jornal, aponte-se quais foram os programas e ideias que eles defenderam por uma causa que não fosse de sórdidos interesses pessoais privado do seu proprietário [...]”.¹²²

De todo modo, a censura prévia às *Folhas* foi interrompida ainda em março, quando Amílcar Dutra de Menezes, informou ao DEIP que estava suspensa qualquer censura prévia em relação aos jornais de Paulo Maranhão.¹²³ Na *Folha do Norte* uma nota grande na primeira página informava o fim da censura prévia após meses dos jornais nessa condição.¹²⁴ Uma série de fatores deve ter interferido na situação, desde a enorme repercussão que obteve na imprensa da capital federal a situação que se encontrava os jornais, perpassando pela reunião entre o representante da *Folha* no Rio de Janeiro e o ministro da justiça, até o próprio contexto nacional de expansão das oposições ao regime de Getúlio Vargas.

Apesar de todo o processo em torno da censura na qual havia sido submetida às *Folhas*, o fim do DIP e suas filiais DEIP's estava próximo. A própria *Folha do Norte* noticiou que o ministro da justiça Agamenon Magalhães elaborara projeto que dissolvia o departamento nacional e suas representações nos estados brasileiros, faltando apenas assinatura de Getúlio Vargas.¹²⁵ Apesar da notícia no periódico paraense em março, foi somente em maio de 1945, que o Decreto-Lei nº 7.582, foi aprovado pelo presidente Getúlio Vargas, extinguindo o DIP e criando o Departamento Nacional de Informações (DNI), tornando este subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como funcionava os departamentos que legislavam os meios de comunicação antes da promulgação do Estado Novo, em 1937.¹²⁶

¹²⁰ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 06/03/1945, p. 3.

¹²¹ Diário Carioca. Rio de Janeiro, 15/03/1945, p. 3.

¹²² A Manhã. Rio de Janeiro, 20/03/1945, p. 7.

¹²³ Ofício, 16/03/1945 - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 10. APEP.

¹²⁴ Folha do Norte. Belém, 17/03/1945, p. 1.

¹²⁵ Folha do Norte. Belém, 10/03/1945, p. 1.

¹²⁶ Brasil. Decreto-Lei Nº 7.582, de 25 de maio de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7582-25-maio-1945-417383-publicacaooriginal-1-pe.html> - Consultado em 25/10/2023.

O mesmo decreto que extinguiu o DIP, também extinguiu os DEIP's, conforme art. 16: “[...] Os departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda são considerados extintos e passam a reger-se, sob a denominação de Departamentos Estaduais de Informações, pelas normas do presente Decreto-Lei”.¹²⁷ O diretor do DEIP/PA em 1945, Cunha Coimbra, elaborou e enviou um extenso ofício para Magalhães Barata comentando as funções exercidas pelo departamento de imprensa, possíveis mudanças que o decreto alteraria na estrutura dos dispositivos de controle e fez um detalhamento orçamentário do órgão estadual,¹²⁸ demonstrando que nesse momento de transição e incertezas, os nomes responsáveis pelo controle às mídias, estavam costurando acordos e projetando posições para si, nomes próximos e instituições que faziam parte.

Conjunturas como esta, de transição política e institucional, tendem a proporcionar um campo variado de ações que outrora encontravam-se bem demarcados. Sobre esse contexto, pode-se afirmar que duas questões sobressaíram em relação ao declínio do DEIP/PA (rotulado como Departamento Estadual de Informação (DEI) a partir de junho de 1945): a primeira em relação à posição que às *Folhas* tomaram para atacar livremente a interventoria de Magalhães Barata, protagonizando em meados de 1945 uma disputa política local entre a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD). Segundo ponto relacionado às últimas ações do DEIP/DEI na transição política de Magalhães Barata.

Importante reforçar que apesar de uma leitura de que as instituições que sustentaram a ditadura varguista estavam em declínio, como o DIP estava, de fato ocorreu, porém, não foi de forma homogênea. O caso posto acima, onde o DEIP/PA consegue manobrar junto ao DIP várias imposições às *Folhas* de Paulo Maranhão, deixa nítido que em algumas localidades o poder de censura e de controle aos meios de comunicação continuaram funcionando. Apesar de neste momento analisarmos o final das atividades do DEIP/PA, o aparecimento dos DEIP's não foi simultâneo, nem mesmo o nível de atuação/importância que cada um desenvolveu, como os casos dos departamentos dos estados: Amazonas, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e São Paulo, como analisados em pesquisa anterior.¹²⁹

Ao compararmos a ideia de que a partir de 1942 com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os aparelhos repressivos varguistas tiveram menor atuação e em 1945 praticamente sumiram, estaríamos anulando especificidades ocorridas em várias regiões, como

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Ofício, 31/03/1945 - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará, caixa 10. APEP.

¹²⁹ LIMA, Marcos Bezerra. *Sob a Ditadura Varguista: O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará (1940-1945)*. 99 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2021, p. 46-55.

os casos do Amazonas que criou seu DEIP somente em 1943¹³⁰ e o próprio Pará com o uso personalista de Magalhães Barata para dificultar as atividades de seus opositores.

Todavia, o afrouxamento que ocorreu por parte dos órgãos de controle aos meios de comunicação, possibilitou que Paulo Maranhão, a partir da *Folha do Norte*, tornasse a atacar Magalhães Barata de forma explícita, desencadeando episódios similares aos ocorridos em 1934, quando o periódico atacava a figura do interventor sem qualquer filtro e consequentemente sofreu uma tentativa de empastelamento. Exemplos da mudança editorial que a *Folha do Norte* sofreu está nas edições do mês de abril de 1945, quando manchetes contendo críticas a Magalhães Barata foram publicadas quase que diariamente, com títulos como: “ídolo de barro”¹³¹ ou “o diabo coxo”.¹³² Era sem dúvidas o retorno de um editorial de oposição ferrenha, que Paulo Maranhão sabia fazer muito bem. As notícias em considerações gerais costumavam trazer críticas a situação social/econômica que Belém estava passando, atribuindo a culpa a Magalhães Barata, mas principalmente sugerindo que a população paraense deveria reconhecer o interventor federal como o principal responsável pelas mazelas presentes.

A situação da época era tensa. Sem os aparatos de controle do DEIP/PA, a *Folha do Norte* lembrou o campo livre para atacar Magalhães Barata que possuiu em outros momentos. Mas como nem tudo são maravilhas, Paulo Maranhão precisou lembrar os ataques que outrora sofreu. No dia 19 de abril de 1945, após atos em homenagem prestado por operários e estudantes a Getúlio Vargas, na data do seu aniversário, que foram realizados na Praça Justo Chermont e depois na Praça Pedro II, um grupo de manifestantes partiu rumo ao prédio da *Folha do Norte* e atacaram o edifício com pedras e tiros, um dos disparos, segundo matéria da própria *Folha do Norte*, quase atingiu a esposa de João Maranhão que estava no terceiro andar do edifício.¹³³

Em sua defesa, o periódico informou que várias denúncias foram registradas tanto ao ministro da justiça como ao presidente da república, que a interventoria federal estaria por trás de um plano de destruição das instalações do jornal. Vale pontuar que durante esse ataque quem constava como diretor interino das *Folhas* era João Maranhão, provavelmente pela internação para um procedimento cirúrgico que Paulo Maranhão passou dias antes.¹³⁴ O jornal apresentou duas motivações que se completaram para o ataque às suas instalações. A primeira seria que Magalhães Barata, em discurso na Praça Pedro II, teria atacado o jornal de Paulo Maranhão,

¹³⁰ ALVES, Hosenildo Gato. *Imprensa e Poder: A propaganda Vargasista na Imprensa Amazonense (1937-1945)* 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

¹³¹ *Folha do Norte*. Belém, 04/04/1945, p. 1.

¹³² *Folha do Norte*. Belém, 08/04/1945, p. 1.

¹³³ *Folha do Norte*. Belém, 20/04/1945, p. 1 e 8.

¹³⁴ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 17/04/1945, p. 11.

assim como outros adversários. Posteriormente, parte do grupo em que estava envolvido nas confusões foi levado pelo capitão Boanerges do Couto até as *Folhas*, fato que João Maranhão ponderou achar estranho, pois, o capitão teria consultado o gerente do periódico sobre levar o grupo ou não à delegacia. Foi neste movimento de levá-los até o prédio das *Folhas* que desencadeou os ataques dos manifestantes. O jornal ainda informava que várias pessoas orientadas pela interventoria estavam infiltradas nos atos e influenciaram os ataques ao jornal.¹³⁵

Desse modo, o contexto de ataques feitos pela *Folha do Norte* a Magalhães Barata, logo após a queda dos dispositivos de coerção do DEIP/PA, deve ter contribuído para o aumento de tensão e alimentado um sentimento de revanche por parte dos apoiadores do interventor federal. O noticiário do Rio de Janeiro trouxe outras versões do fato, inclusive a de que teria partido do prédio das *Folhas* disparos de arma de fogo em direção à multidão que voltava dos atos em homenagem a Getúlio Vargas, ferindo ao menos quatro pessoas.¹³⁶ Impressiona a diferença de narrativas empregadas pelos periódicos, demonstrando o quão direcionado eram determinadas publicações com intuito de alcançar apoio de autoridades e da opinião pública. Foi divulgado também que o ministro da justiça Agamenon Magalhães teria remetido telegrama às *Folhas* alegando estar trabalhando no caso.¹³⁷

Em meados de 1945, a oposição política ao regime Vargas estava muito forte, a formação ainda em 1944 da UDN, contando inclusive com alguns nomes militares, fez com que vários grupos políticos agrupassem anseios contrários às forças governistas, alguns segmentos carregavam questões de outras épocas e visualizaram naquela organização política uma forma de combater a ditadura varguista.¹³⁸ Por outro lado, o surgimento do PSD ancorado às atividades dos interventores estaduais representou mais uma vez a constituição de um partido próximo a máquina política/administrativa do Estado.¹³⁹

Em um contexto de efervescência política, diante de um decadente Estado Novo que durou quase oito anos, o chamado “queremismo” exigia em vários cantos do país a continuidade de Getúlio Vargas no poder. Movimento que deixava a UDN em estado de alerta e aumentava o medo de alguma manobra política que sustentasse uma continuidade de Getúlio Vargas no executivo. Além do PSD, outra força política foi articulada pelo presidente e era resultado do

¹³⁵ Folha do Norte. Belém, 20/04/1945, p. 8.

¹³⁶ A Manhã. Rio de Janeiro, 22/04/1945, p. 9.

¹³⁷ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 25/04/1945, p. 12.

¹³⁸ GOMES, Maria de Castro. *et al. O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 10), p. 280.

¹³⁹ Idem.

esforço de Marcondes Filho, um dos ministros mais conhecidos do regime Vargas, para agrupar os setores operários urbanos, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).¹⁴⁰

No Pará, Magalhães Barata e Paulo Maranhão, como esperado, estiveram em lados distintos frente às organizações políticas que se organizaram para o processo eleitoral. O pleito para presidente marcado para o dia 02 de dezembro agitou as forças políticas. É nesse contexto que se pode observar dois pontos: aproximação da *Folha do Norte* da seção estadual da UDN; últimas atividades do DEIP/PA em benefício de Magalhães Barata e o PSD, partido fundado pelo próprio interventor federal. Após a oficialização das candidaturas em plano nacional de Eduardo Gomes pela UDN e Eurico Gaspar Dutra pelo PSD e posteriormente em aliança PSD/PTB, tanto Paulo Maranhão, como Magalhães Barata movimentaram suas bases locais para transitar do regime ditatorial à democracia, durante o segundo semestre de 1945.

Como medida de apoio, o editorial da *Folha do Norte* foi dividido – assim como na campanha da frustrada eleição presidencial de 1938 – em duas frentes: ataques ao interventor federal e abertura de espaço para notícias/propaganda da UDN. Uma das primeiras ocorrências que o jornal da família Maranhão publicou foi sobre a instalação do Comitê Pró Brigadeiro Eduardo Gomes, concretizada no dia 02 de abril.¹⁴¹ A publicação apresentou a sede provisória do comitê recém-criado: Travessa Leão XIII, nº 49. Porém, a oficialização da seção Pará da UDN ocorreu somente em junho de 1945, tendo a casa do professor Almerindo Trindade, na Travessa Padre Eutíquio, nº 283, como sede da organização política.¹⁴² Durante o evento de instalação da UDN no Pará, uma das homenagens foram para a *Folha do Norte*, tendo João Maranhão convidado a tomar assento na mesa principal da organização, diante de protestos de agradecimento dos presentes.¹⁴³

A divergência estava posta, se de um lado as *Folhas* ofereciam cobertura e espaço para propaganda em seu jornal, por outro o interventor federal fundava o PSD Pará, movimento feito por interventores de outros estados brasileiros com seus respectivos partidos. Em publicação no jornal *Correio da Manhã*, avaliando notícias envolvendo a fundação do PSD por Magalhães Barata, o periódico foi incisivo ao destacar os lados opostos vividos pelos dois personagens aqui analisados:

[...] em resumo, a situação é, pois, esta: de um lado, o coronel Barata exclusivamente cercado dos seus altos funcionários e parentes, aos quais se juntaram o sr. Álvaro Adolfo, único chefe conservador a assim proceder, o dr. Clementino Lisboa, único

¹⁴⁰ Idem., p. 281.

¹⁴¹ *Folha do Norte*. Belém, 08/04/1945, p. 1.

¹⁴² *Folha do Norte*. Belém, 20/06/1945, p.1.

¹⁴³ *Correio da Manhã*. Belém, 22/06/1945, p. 3.

chefe liberal de idêntico procedimento, o sr. Nelson Parijós, exclusiva figura laurista de projeção a seguir tal orientação... e ninguém mais.

Do outro lado, distanciados do interventor ou em oposição ativa, estão todos os antigos chefes do PRF, do PRC, menos o sr. Álvaro Adolfo, e do PRL, bem como todos os membros da coligação que elegeram o sr. José Malcher governador, em maio de 1935. Igualmente contra o coronel Barata, contra a candidatura oficial, portanto, está o conjunto da imprensa paraense, Folha do Norte à frente, com o seu diretor, sr. Paulo Maranhão. [...].¹⁴⁴

O jornal carioca discorreu sobre um possível isolamento político que Magalhães Barata poderia estar vivendo no contexto de formação das alianças partidárias desse momento. Interessante notar como o periódico apresentou um aglomerado de grupos que formariam a oposição paraense, seja aqueles ligados ao antigo PRF – retornando a questões antes mesmo do movimento de 1930 – ou o segmento de comunicação, tendo a figura de Paulo Maranhão como liderança na área, ambos adotaram a oposição. Diante desse prisma, a divergência política no Pará ficou muito evidente, principalmente pela centralidade em torno da figura de Magalhães Barata, destacadamente um dos maiores políticos do período republicano paraense, ou seja, criou-se basicamente dois polos políticos durante toda a Era Vargas no Pará, aqueles ligados a Magalhães Barata e aqueles contrários que figuraram em outros grupos.¹⁴⁵

Mas se a UDN contou com a principal empresa de comunicação do estado para propagar sua agenda e pautas a favor do Brigadeiro Eduardo Gomes, a fundação e atividades do PSD contaram com o apoio da máquina pública comandada por Magalhães Barata. Nesse momento, que se torna possível observar um dos últimos conjuntos de atividades empregadas pelo DEIP/PA em favor de Magalhães Barata. Um indício que provavelmente seja a maior e melhor expressão de tal conduta está na edição nº 11, do mês de maio de 1945, do boletim informativo do departamento estadual de imprensa chamado de *Atualidades*.

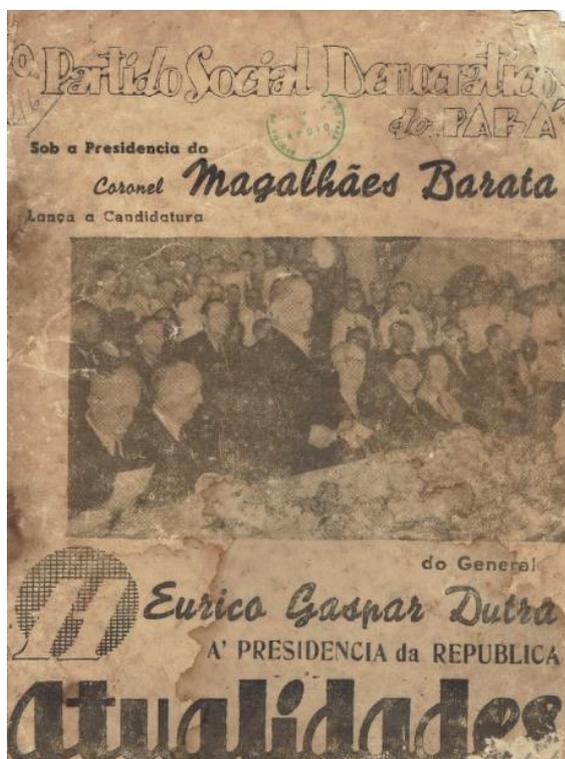
O *Atualidades* foi um dos meios de comunicação criado pelo DEIP/PA para propagar atividades, atos e eventos ligados a interventoria do Estado. Infelizmente, na Biblioteca Pública Arthur Vianna, constam apenas três exemplares do boletim, dois de 1943 e apenas um de 1945. A periodicidade era bimestral e contava com muitas imagens, cópias de decretos e discursos

¹⁴⁴ Correio da Manhã. Belém, 17/05/1945, p. 12.

¹⁴⁵ Basta lembrar das campanhas consumadas em 1933 e 1934, onde Magalhães Barata por meio do Partido Liberal angariou várias vitórias eleitorais para diferentes cargos, diante da Frente Única Paraense que figurava vários nomes de oposição ao interventor. Em 1937, durante seu retorno para fazer campanha Pró-José Américo, novamente ficou nítido a cisão entre as camadas pró e contra o chamado baratismo. Não sendo diferente em 1945, na concretização das campanhas presidenciais para o pleito de 02 de dezembro. As eleições seguintes, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, também tiveram pautas em torno de Magalhães Barata e do seu legado. Sobre o chamado “ciclo baratista” e/ou “herança baratista” em outras eleições que chegam até a década de 1980, ver: BITTENCOURT, Jean Guilherme Guimarães. *Entre as urnas e as togas: justiça eleitoral e competição política no Pará (1982/86)*. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

proferidos por líderes políticos. Para nossos fins, a edição de maior interesse é a de 1945, voltada unicamente para cobertura da convenção do PSD Pará, contando com o lançamento da candidatura de Eurico Gaspar Dutra, evento liderado por Magalhães Barata:

Imagem 13 – Convenção do PSD Pará liderada por Magalhães Barata



Fonte: Atualidades: boletim do Departamento de Imprensa e Propaganda do Pará. nº 11, maio de 1945.

A imagem acima é justamente a capa da edição em homenagem à convenção do PSD, que lançou no Pará a candidatura de Eurico Gaspar Dutra como candidato à presidência, onde Magalhães Barata consta em pé discursando perante várias pessoas. O ato foi realizado no Teatro da Paz, no dia 01 de maio e contou com a presença de várias figuras destacadas da política local, como: Álvaro Adolfo, Otávio Meira, João Botelho, Anibal Duarte e Alberto Engelhard. Vale pontuar a organização interna do partido nesse primeiro momento: Coronel Magalhães Barata, presidente; Lameira Bittencourt, 1º vice-presidente; Álvaro Adolfo, 2º vice-presidente; Alberto Engelhard, tesoureiro; Otávio Meira, 1º secretário; Anibal Duarte, 2º secretário e Cunha Coimbra, secretário-geral.¹⁴⁶

Desse modo, a edição é totalmente voltada ao evento, contendo os discursos dos nomes citados acima, fotos dos convidados, das caravanas vindas do interior do estado e várias fotografias em homenagem a Gaspar Dutra e Getúlio Vargas. De tal modo, é nítido o

¹⁴⁶ Atualidades. Belém, nº 11. maio/1945, p. 8.

aparelhamento de um dispositivo de comunicação estatal para fins partidários em um momento de incertezas políticas. O DEIP/PA que já havia sido utilizado como arma para conflitos no campo da imprensa, agora era utilizado como meio propagador da corrente política local liderada pelo interventor Magalhães Barata. Assim sendo, se os dispositivos de censura ao principal opositor de Magalhães Barata estavam fora de uso pelo departamento de imprensa – comandado em maio de 1945 por Cunha Coimbra, que em simultâneo exercia a secretaria-geral do PSD – restava propagandear as agendas protagonizadas pelo interventor.

Acima foi citado um indício presente em uma das publicações do *Correio da Manhã* sugerindo um isolamento político de Magalhães Barata diante dos principais nomes da política paraense. Se de um lado as alianças de algum modo ficaram abaixo do esperado, o apoio popular se manteve em alta, um bom exemplo é o número de caravanas de fora da capital que vieram prestigiar a convenção do PSD, mais de 50 localidades com seus representantes.¹⁴⁷ O número expressivo era sinal da característica de popularidade contida no fazer político de Magalhães Barata. Aliás, um fato curioso e até cômico sobre política no interior foi narrado pelo jornal *A Noite*, informando que em uma excursão de Agostinho Monteiro pela UDN, na cidade de Maracanã, os automóveis que levavam os opositores do interventor foram confundidos pelos moradores locais que achavam se tratar de comitiva do próprio Magalhães Barata, ao caso de correrem atrás dos veículos vibrando em prol do político, até constatar o erro. O jornal ainda informava que apesar de ser uma zona predominantemente favorável a Magalhães Barata, a comitiva da UDN não deixou de visitar.¹⁴⁸

Magalhães Barata durante suas duas passagens pelo poder no regime de interventoria manteve bastante proximidade com os municípios do interior paraense. Em março de 1945, antes mesmo da oficialização da campanha de Gaspar Dutra, é possível vislumbrar o estreitamento de relações de apoio entre o interventor e prefeitos, viagens a municípios para inauguração de postos de saúde, escolas e outras construções. Um exemplo é sua ida ao município de Vigia para inauguração de um posto de saúde, sempre tendo seu nome e de Getúlio Vargas bastante homenageados.¹⁴⁹ Após as oficializações dos trabalhos em prol dos candidatos,

¹⁴⁷ Idem., p. 26-28. No total foram registradas 55 delegações de todas as regiões do Pará: Alenquer, Araticu (Oeiras do Pará), Anajás, Anhangá (São Francisco do Pará), Ananindeua, Arariúna (Cachoeira do Ariri), Bujarú, Breves, Barcarena, Conceição do Araguaia, Curuçá, Currálinho, Capanema, Castanhal, Cameté, Capim (São Domingos do Capim), Faro, Guamá (São Miguel do Guamá), Gurupá, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Marabá, Maracanã, Marapanim, Mocajuba, Monte Alegre, Muaná, Nova Timboteua, Ourém, Ponta de Pedras, Portel, Porto de Moz, Prainha, Santarém, Salinópolis, São Sebastião da Boa Vista, São Caetano de Odivelas, Soure, Vigia, Abaetetuba, Baião, Afuá, Inhangapi, João Coelho (Santa Izabel do Pará), Bragança, Almeirim, Juruti, Moju, Oriximiná, Viseu, Chaves, Óbidos, Irituia, Altamira e Itaituba, Acará.

¹⁴⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro, 12/07/1945, p. 16.

¹⁴⁹ Comunicado, 08/03/1945 – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará. Caixa 06, APEP.

Magalhães Barata impulsionou sua presença fora da capital, dentre as várias excursões, algumas eram voltadas à inauguração de comitês do PSD em cidades como Castanhal e Igarapé-Açu.¹⁵⁰

No interior, o esforço de Magalhães Barata era visível para angariar o maior número de votos possíveis para seu candidato à presidência, mas sem dúvidas, visando seu próprio capital político em uma possível viabilidade de candidatura ao governo do Estado em eleições diretas. Em Belém, o DEIP/PA não deixou de lado movimentos que agregasse apoio ao interventor. Em julho de 1945, durante os preparativos de uma atração artística de ventriloquia, o departamento remeteu ao gerente da Pará-Eletric Paraense 60 cartazes do evento que deveriam ser fixados na frente dos bondes, pois, a primeira apresentação do grupo artístico seria justamente em homenagem a Magalhães Barata, este que, segundo o DEIP/PA, não estava medindo esforços para eventos de artes em terras paraenses.¹⁵¹

Apesar dos esforços propagandistas tanto da UDN como do PSD, o contexto político não era favorável a paz entre as forças oposicionistas do Pará. Alguns episódios de violência foram registrados nos meses que antecederam as eleições presidenciais. Após os atentados às instalações das *Folhas* citado anteriormente, um redator da *Folha Vespertina*, chamado Josias de Macêdo, teria sido agredido por um policial à paisana por tentar rasgar cartazes pregados em paredes na Praça Portugal, em frente à antiga Casa Corcovado, onde se localizava uma banca de venda de jornal das *Folhas*.¹⁵² O prédio da *Folha do Norte* também foi palco de tensões em meados de 1945, sendo cercado pela polícia em dois momentos diferentes: maio de 1945, em detrimento das caminhadas populares em comemoração ao triunfo das forças Aliadas na Segunda Guerra Mundial;¹⁵³ junho de 1945, em decorrência do retorno de Magalhães Barata de uma excursão ao interior do Estado, momento que agregaria populares em sua recepção.¹⁵⁴

Segundo as notas publicadas na imprensa, o receio das autoridades recaiu em atos de vandalismo tanto por grupos políticos ligados ao interventor Magalhães Barata, como por parte dos funcionários das *Folhas*, ou seja, como sua localização era muito próxima dos lugares de concentração para atos populares e embarque e desembarque de transporte fluvial, poderiam ocorrer imprevistos. Porém, o ato de maior violência ainda estava por vir. No final de junho de 1945, um atentado a tiros contra um jornalista da *Folha* deixava muito nítido que a transição política no Pará não foi nada pacífica.

¹⁵⁰ A Noite. Rio de Janeiro, 14/06/1945, p. 16.

¹⁵¹ Ofício, 12/07/1945- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará. Caixa 10, APEP.

¹⁵² Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 20/05/1945, p. 3. O ponto de venda em que o jornalista Josias de Macêdo teria sido agredido é o de número 1 no mapa adaptado presente no tópico 3.1 deste capítulo.

¹⁵³ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 08/05/1945, p. 2.

¹⁵⁴ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 02/06/1945, p. 10.

Segundo o relatado pela *Folha do Norte*, no dia 18 de junho, uma segunda-feira, houve uma ligação anônima à redação do jornal ameaçando de morte o jornalista Adolfo Barros e o gerente João Maranhão. Sem oferecer tanta importância, principalmente pela tensão política e uma cultura de violência voltada aos jornais que adotavam grupos políticos partidários, como era o caso da *Folha do Norte*, as atividades dos dois ameaçados seguiram normalmente. Todavia, a ameaça não demorou a ser concretizada. No dia seguinte, quando Adolfo Barros saía de sua residência, situada na avenida São Jerônimo (atual José Malcher), foi surpreendido por dois homens que efetuaram vários disparos de arma de fogo contra o jornalista, um deles atingindo a região do tórax, deixando-o em estado grave.¹⁵⁵

Diante do atentado, rapidamente o jornal de Paulo Maranhão fez acusações diretas à interventoria de Magalhães Barata, desmentindo suspeita levantada pela polícia local que o autor do crime seria um ex-funcionário do jornal e remetendo a autoria a algum capanga do interventor:

[...] e agora é apresentado pela polícia como autor do crime (Paulo Guilherme Felipe, ex-funcionário da Folha do Norte), é um mistificador a serviço do baratismo, que já é sinônimo de banditismo [...] desses fatos e antecedentes o que ressalta é o fato de haver sido o crime praticado por outro, cuja identidade a polícia procura esconder, para desviar a responsabilidade, que é toda inteira do governo do sr. Barata [...]¹⁵⁶

Vale lembrar mais uma vez, diante de atos de violência, os periódicos comandados por Paulo Maranhão acusaram diretamente Magalhães Barata de ser mandante de tais práticas. Além de relatar possíveis ligações de funcionários públicos com o atentado a Adolfo Barros, a mesma publicação apresenta telegrama remetido por Roberto Groba a Eurico Gaspar Dutra e brigadeiro Eduardo Gomes sobre os ocorridos, pedindo providências diante da tensão que Belém estava tomada.

Apesar do ocorrido, os ferimentos não levaram a óbito o jornalista da *Folha do Norte*. Interessante notar que tais divergências políticas empregadas por sujeitos históricos como Paulo Maranhão e Magalhães Barata, afetaram diversos segmentos sociais que orbitavam diante de socializações que tinham os dois como protagonistas. Basta pensar nesse último exemplo, onde um trabalhador de um meio de comunicação foi vítima de um atentado a tiros, em um contexto de disputa partidária, muito provavelmente ligado a questões de cunho político/ideológico. Em outras palavras, reflete o quanto acontecimentos estão interligados e acabam por imbricar várias situações que tem por origem divergências maiores, afetando o cotidiano dos trabalhadores, da

¹⁵⁵ Folha do Norte. Belém, 20/06/1945, p. 1.

¹⁵⁶ Idem.

sociedade na totalidade e até mesmo afetando cursos históricos. De cima a baixo, por todos os lados, pode-se visualizar questões que perpassaram tais dinâmicas políticas.

O segundo semestre de 1945 representou o período em que Getúlio Vargas tentaria suas últimas manobras antes da derrocada do Estado Novo se concretizar. Uma delas mexeu com o panorama político dos estados brasileiros: “[...] Em outubro, Getúlio, pensando na possibilidade de que o processo eleitoral seja irreversível, joga com mais uma manobra, marcando as eleições para a governança dos Estados ao mesmo tempo que os pleitos para Presidente da República e Congresso Nacional [...]”.¹⁵⁷ Lógico que a ideia era contar com o maquinário público nas mãos dos interventores nos seus respectivos Estados (todos nomeados pelo próprio Getúlio Vargas, seja em 1937 com o golpe de Estado, seja decorrente as trocas ao longo dos anos posteriores) para alcançar os melhores resultados possíveis.

Como previsto, a marcação dos pleitos estaduais para menos de dois meses suscitou muita indignação das oposições, com protestos violentos e o lançamento de manifestos com acusações de arbitrariedade e imoralidade política por parte de Getúlio Vargas.¹⁵⁸ O Pará era exemplo de como poderia funcionar tal manobra favorável a uma transição com maiores vantagens a Vargas. Magalhães Barata, designado pelo próprio presidente em fevereiro de 1943, para liderar campanhas como da extração de borracha para a Segunda Guerra Mundial e as relações com as Guianas Francesa, Inglesa e Holandesa, que já havia criado a seção estadual do PSD, para fornecer apoio a Gaspar Dutra, teria os dispositivos estatais para dominar a eleição no seu próprio estado. Algo similar ao ocorrido com as eleições de 1933 e 1934, tendo como diferença que a eleição de 1945 seria de forma direta.

O interventor paraense comentou sobre o ato de Getúlio Vargas, demonstrando apoio ao postulado, também não deixou de provocar a oposição paraense:

[...] considero esse ato mais uma eloquente prova do descortínio e sabedoria política do nosso grande presidente que mais uma vez soube suscitar e atender aos verdadeiros anseios da Nação. Múltiplas serão as vantagens decorrentes daquele sábio decreto e, entre elas, avulta o breve encerramento dessa agitação de espírito e desse entrechoque de paixões, fatores que perturbam, sobremaneira, o exercício das atividades administrativas [...] sinceramente, penso e desassombradamente afirmo que só os partidos fracos, sem raízes na opinião pública, e, apenas, os políticos sem eleitorado podem reear a antecipação das eleições estaduais [...].¹⁵⁹

¹⁵⁷ GOMES, Maria de Castro *et al.* *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 10), p. 287.

¹⁵⁸ *Idem.*

¹⁵⁹ A Manhã. Rio de Janeiro, 13/10/1945, p. 8.

É bem verdade que o contexto político prejudicava drasticamente a tranquilidade da cidade, se pensarmos no recorte temático proposto nessa pesquisa, basta para entender os vários episódios de violência contra jornalistas e instalações das *Folhas*. Em contrapartida, Magalhães Barata direcionou os protestos da oposição tendo como motivação partidos incipientes e candidatos sem capital político, ao invés de relacionar com a desigualdade de acesso ao instrumental que interventores teriam para concorrer às eleições estaduais.

Sem a concretização das eleições para governadores em 1945, o mês de outubro que iniciou com a manobra referida acima, terminaria com Getúlio Vargas no dia 29 de outubro renunciando. O responsável pelo andamento das eleições para Presidente da República, senadores e deputados federais ficou a cargo do Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. No Pará, Magalhães Barata desincompatibilizou do cargo de interventor federal no final de outubro de 1945, para concorrer às eleições ao governo do Estado, porém, concorreu de fato para o cargo de senador federal. As eleições para o governo do Estado ocorreram somente em 1947.

Em plano nacional, os resultados das eleições para Presidente da República foram: Gaspar Dutra do PSD obteve 3.251.507 votos (55,39%); Eduardo Gomes da UDN obteve 2.039.342 votos (34,74%); Yedo Fiúza do PCB obteve 569.818 votos (9,70%); sendo os mais votados para o cargo.¹⁶⁰ Tanto para presidência, como para o senado e para deputados federais, o PSD obteve maioria e considerável sucesso com seus candidatos, o que pode representar que as utilizações dos mecanismos estatais meses antes das eleições surtiram efeitos nos resultados:

O que se pode afirmar com segurança, diante destes dados [resultados eleitorais de 1945], é que a sombra do velho Getúlio Vargas continuava a se estender sobre o país. Derrubara-se o homem, mas os mecanismos políticos, o aparato burocrático, o sistema de poder elitista e autoritário iriam permanecer, modificados em alguns aspectos de sua forma, mas idênticos quanto ao conteúdo.¹⁶¹

No Pará, os resultados seguiram a tendência nacional, com um quantitativo eleitoral que compareceu às urnas de 123.474 pessoas. Os paraenses optaram entre os três principais candidatos para presidência da república da seguinte forma: Gaspar Dutra obteve 61.591 votos; Eduardo Gomes obteve 43.537 votos e Yedo Fiúza obteve 4.272 votos. A influência de Magalhães Barata à frente do PSD também garantiu a sua eleição para o cargo de senador, tendo recebido 61.906 votos. A vitória foi ainda maior quando conseguiu emplacar a segunda vaga

¹⁶⁰ GOMES, Maria de Castro. *et al. O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 10), p. 289.

¹⁶¹ *Idem.*, p. 290.

das duas que o Pará tinha direito, com a eleição de Álvaro Adolfo, que obteve 61.733 votos. O partido apoiado por Paulo Maranhão e às *Folhas* não obteve êxito na corrida ao senado, tendo Agostinho Monteiro, líder da UDN no Pará, 39.432 votos e o ex-governador e ex-interventor federal José Malcher o montante de 38.772 votos.¹⁶²

Foi diante de uma vitória expressiva que Magalhães Barata transitou do Estado Novo para o período democrático pós 1945, exercendo o cargo de senador. Para Paulo Maranhão, a transição não foi das melhores diante das aspirações do partido político que obteve seu apoio ou até mesmo o ruim desempenho eleitoral que um de seus filhos, Clóvis Maranhão, obteve concorrendo pela própria UDN para o cargo de deputado federal. Sobre o embate político entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão nos anos posteriores ao recorte proposto nessa pesquisa, deve-se assinalar que a disputa continuou de maneira forte, porém alternando entre vitória deste ou daquele. Durante seu mandato como senador, Magalhães Barata continuou a enfrentar a oposição política e jornalística de Paulo Maranhão por meio da *Folha do Norte*, como exposto na pesquisa anteriormente citada de Alessandra Oliveira.¹⁶³

Entretanto, a partir de 1946, ocorre uma virada de chave na relação Magalhães Barata vs Paulo Maranhão, referente às armas de ataques na arena do jornalismo, pois, com intuito de criar o jornal *O Liberal* desde 1945, Magalhães Barata conseguiu no ano posterior, tendo pela primeira vez um jornal totalmente voltado para suas pautas e agendas baratistas desde que chegou ao poder do Estado pela primeira vez em novembro de 1930. Vale lembrar que *O Estado do Pará* ofereceu demasiado apoio em sua primeira interventoria a Magalhães Barata, assim como este também extraiu de alguns mecanismos de comunicação do Estado para autopromoção política, como *Diário Oficial* e o DEIP/PA, mas um jornal diário que combatesse frente a frente um dos seus maiores adversários, ficou a cargo do *O Liberal*. E assim foi, Paulo Maranhão vivenciou, a partir de 1946, outro meio de comunicação lhe atacar quase que diariamente, como ele próprio fazia com Magalhães Barata, apesar das diferenças de estrutura, público leitor e tiragem diária.

A segunda metade da década de 1940 e a década de 1950 reservaram várias disputas entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata. Em 1947, Paulo Maranhão pelo Partido Social Progressista (PSP) concorreu e perdeu a disputa para a terceira e última vaga ao Senado Federal para José Augusto Meira Dantas, do PSD. Vale pontuar que em 1947, a disputa política para o

¹⁶² Tribunal Regional Eleitoral (PA). Eleições Gerais (1945-2006): Resultado. Belém: TRE/PA, 2008, p.15.

¹⁶³ OLIVEIRA, Alessandra Nunes de. *Do embusteiro ao eminente ídolo paraense: a disputa política entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão nas manchetes dos jornais Folha do Norte e O Liberal*. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

governo do Estado foi bastante acirrada entre Moura Carvalho, do PSD, que foi apoiado por Magalhães Barata, contra Zacarias de Assumpção, que concorreu pelo mesmo partido de Paulo Maranhão. O resultado foi mais uma vitória do baratismo no Pará.

Todavia, o ano de 1950 significou uma virada de chave para Paulo Maranhão. A Coligação Democrática Paraense, formada pelo Partido Social Progressista, União Democrática Nacional, Partido Social Trabalhista e Partido Libertador, levou Zacarias de Assumpção a uma vitória marcante contra Magalhães Barata ao governo do Estado por uma diferença de pouco mais de 500 votos. Ainda por cima, Paulo Maranhão conseguiu pela mesma coligação de Zacarias de Assumpção eleger-se deputado federal, com mais de 9 mil votos.¹⁶⁴ Luís Mesquita analisou essa eleição para governo do Pará, por meio de entrevistas, dentre vários assuntos abordados com pesquisadores e testemunhas do contexto, indagou sobre a influência da *Folha do Norte* sobre o pleito eleitoral, constatando que o jornal de Paulo Maranhão, assim como em outras eleições, desempenhou papel fundamental para o andamento e influenciou o processo eleitoral.¹⁶⁵

Em 1954, um confronto direto entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão para o cargo de senador, tendo as duas vagas destinadas ao Pará vencidas pelo PSD, materializou o mesmo cenário de 1945, como eleitos: Magalhães Barata e Álvaro Adolfo, com 87.991 votos e 88.610 votos, respectivamente. Paulo Maranhão terminou com 37.812 votos.¹⁶⁶ Apesar da vitória ao Senado Federal, Magalhães Barata almejava a vitória ao governo do Estado após a derrota contra Zacarias de Assumpção, vitória essa concretizada em 1955, em cima de Epíloga Campos. Foi o último êxito eleitoral que o próprio Magalhães Barata concretizou no Pará.

Magalhães Barata faleceu em 29 de maio de 1959, durante seu mandato de governador do Pará. Sua morte não significou a morte do baratismo, na eleição ao governo do Estado de 1960, ainda sob efeitos da comoção em torno do falecimento de Magalhães Barata, o candidato do PSD Aurélio do Carmo venceu com ampla maioria seus opositores. E o Paulo Maranhão? O jornalista, após seu mandato de deputado federal na primeira metade da década de 1950, praticamente retirou-se enquanto pessoa física das disputas políticas. Ao entrar os anos de 1960, contando mais de 90 anos, foi homenageado por várias instituições por seus feitos como jornalista e político.

¹⁶⁴ Tribunal Regional Eleitoral (PA). Eleições Gerais (1945-2006): Resultado. Belém: TRE/PA, 2008, p. 31-39.

¹⁶⁵ MESQUITA, Luís. *Assumpção x Barata: uma relação de política e mídia que mobilizou a Amazônia*. Lisboa: Chiado, 2013.

¹⁶⁶ Tribunal Regional Eleitoral (PA). Eleições Gerais (1945-2006): Resultado. Belém: TRE/PA, 2008, p. 40.

Apesar de viver parte do início da crise que a “Empresa Folha do Norte Ltda.” enfrentou, não esteve vivo para ver sua venda ao grupo rival *O Liberal* em 1972 e o posterior fechamento em 1974, diante de uma enorme briga entre os herdeiros, principalmente entre Clóvis Maranhão e João Maranhão. O jornalista e político Paulo Maranhão faleceu em abril de 1966, aos 94 anos, quando ainda frequentava às instalações da *Folha do Norte*, quase que diariamente. A presente pesquisa é apenas “um capítulo” na vida e história que fazem parte da trajetória pública/política de Magalhães Barata e Paulo Maranhão, entre os anos de 1930 e 1945.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 21 de julho de 1970, Alacid da Silva Nunes, governador do Pará, promulgou a Lei nº 4.318, que instituiu a “Semana Paulo Maranhão”. O objetivo da lei era comemorar o centenário de Paulo Maranhão na semana do dia 11 de abril de 1972:

[...] Art. 2º - Fica o Governo do Estado obrigado a comemorar o centenário do nascimento do professor Paulo Maranhão a verificar-se no dia 11 de abril de 1972.

Parágrafo único – As comemorações de que fala a presente Lei constarão de palestras, conferências, e outras promoções de caráter cultural, programadas pelo Departamento Cultural da Secretaria de Estado de Educação e Cultura e outras instituições culturais, e realizar-se-ão, anualmente, em todo o Estado, por ocasião da Semana criada pela presente Lei.

Art. 3º - É considerado feriado estadual o dia 11 de abril de 1972, devendo, nesse dia reunir-se solenemente a Assembleia Legislativa para comemorar o centenário de nascimento do Professor Paulo Maranhão.¹

Apesar da lei instituída, pouquíssimos eventos foram noticiados nos meios de comunicação em alusão a data de 11 de abril de 1972. Mesmo assim, vale registrar que memória e herança política de Paulo Maranhão foi objeto de discussão para a Assembleia Legislativa do Estado e por fim para o então governador no período militar, Alacid Nunes. O que mais me chamou atenção na Lei nº 4.318 foi a criação do feriado estadual para comemorar a data, representando, desse modo, a atenção dada pelos parlamentares e governador ao legado deixado por Paulo Maranhão. Como registro, ponto que o então secretário do Estado era Georgenor de Souza Franco, citado anteriormente como um dos únicos escritores que materializou em publicação parte da trajetória de Paulo Maranhão.

Em questão de espaços de memória, Magalhães Barata, por todo seu legado político como governador, senador e outras atuações, está amplamente mais presente do que Paulo Maranhão. Basta lembrar o Memorial Magalhães Barata, situado no bairro de São Brás, construído em homenagem ao seu centenário e inaugurado em 1989. Sua edificação circular representa exatamente o chapéu que o governante tanto usava em suas andanças, durante os mandatos políticos. Sem qualquer manutenção, o espaço de memória encontra-se em total abandono.

Nestas linhas finais penso que de algum modo o objetivo desta dissertação foi alcançado, no que se refere ao entendimento de como se concretizou os embates políticos entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, entre os anos de 1930 e 1945. Com diferentes formações

¹ PARÁ. Lei nº 4.318, de 21 de julho de 1970. Disponível em: http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei4318_1970_89642.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

intelectuais, políticas e profissionais, os dois, que se conheceram muito antes de 1930, disputaram arduamente, durante quase três décadas, espaços de poder.

Por um lado, Paulo Maranhão se utilizou de vários aparatos do campo jornalístico para minar as forças de Magalhães Barata e seus apoiadores, tentou atingir o que ficou conhecido como baratismo. Em resumo, foi a partir de 1933, que Paulo Maranhão efetivamente liderou campanha contrária ao político militar. Desse modo, de 1933 em diante, o jornalista pode ser considerado um dos principais nomes de oposição política, fortalecendo o antibaratismo.

Além disso, durante a pesquisa, foi possível vislumbrar que a atuação de Paulo Maranhão contra o poderio político de Magalhães Barata ultrapassou às páginas dos seus jornais, uma vez que se candidatou em 1934 pela FUP, contra exatamente o Partido Liberal de Magalhães Barata. Foram discursos, acusações, sátiras, notícias sem a menor credibilidade, comparações negativas, criação de contos, utilização de fatos cotidianos, dentre tantos outros. Foram muitas as estratégias de Paulo Maranhão para atingir Magalhães Barata.

Por outro lado, Magalhães Barata pode ser considerado uma das figuras centrais da política paraense do século XX. Seu legado se estendeu para além de sua morte. De militar com histórico de conspiração, virou interventor federal do seu estado natal. Desenvolveu política próxima aos segmentos sociais, dialogou com membros da elite, perseguiu outros, e se defendeu de um jornalista com histórico de oposição.

Não somente se defendeu, como também atacou. Atacou com discursos, com publicações, com denúncias, mas também com os aparatos estatais que o devido contexto lhe garantia. Utilizou-se do poder da polícia, da censura prévia, da suspensão dos meios de comunicação, até caminhar lentamente e digladiar contra Paulo Maranhão, no terreno que este tão bem conhecia e atuava, o campo jornalístico. Primeiro com o *Diário Oficial* e o *Estado do Pará*. Depois com o DEIP e finalmente com *O Liberal*, momentos depois da derrocada do Estado Novo.

O conflito, nessa dissertação situado temporalmente durante 15 anos, conheceu três fases distintas. A primeira que se desenvolveu mediante verdadeiros rearranjos políticos ocasionados pelas transformações do movimento de 1930. As eleições de 1933 e 1934, foram essenciais para a mudança de curso dos dois sujeitos analisados. A relação, que durante os anos de 1931 e 1932, carregou características amistosas, foi tomada pelo embate direto diante dos *tempos de políticas*. A saída de Magalhães Barata em 1935 parecia para Paulo Maranhão o fim de um pesadelo. Ao contrário, era somente o fim de um ciclo, dos vários outros que precisou enfrentar.

A segunda fase, relativa ao distanciamento de Magalhães Barata do Pará e maior liberdade de atuação de Paulo Maranhão em sua linha editorial antibaratista, foi concretizada entre os anos de 1935 e 1942. Trajetória essa vivenciada pelo jornalista com intercorrências. Sua prisão em 1938 é um exemplo. Ora, o governo de Gama Malcher não era tão permissivo assim. Em 1937, com a instauração do Estado Novo e a possibilidade de Magalhães Barata retornar à chefia do Estado, Paulo Maranhão mais pareceu um fiel adepto de Malcher, não faltaram elogios para o governo de dois anos e alguns meses.

Por fim, a terceira fase relativa ao embate político desenvolveu-se diante dos aparatos estadonovista, em torno de novos personagens e instituições. Além de viver o retorno de Magalhães Barata em 1943, novamente sob o sistema de interventorias de Getúlio Vargas, o jornalista Paulo Maranhão presenciou um nome estranho à política paraense comandar seu jornal. Pedro Timoteo veio do Rio de Janeiro desempenhar papel de interventor nas *Folhas*. Além disso, Maranhão viu as vicissitudes de sua empresa publicizadas por seus adversários: polêmicas relações trabalhistas; elevados lucros; exposição de problemas pessoais; dentre outros. Barata utilizou dos aparatos que tinha disponível, o mais forte deles era o DEIP/PA que junto ao DIP, silenciaram por alguns momentos aquele que parecia jamais se calar. São essas as três fases em 15 anos estabelecidas nas páginas acima.

Essa disputa entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata poderia ter fases de análise antes de 1930, como também poderia ter depois de 1945. Antes, na década de 1920, poderia ser confrontado os projetos políticos que cada um defendeu: Paulo Maranhão e sua ascensão política durante a Primeira República, ao lado do PRF; Magalhães Barata e sua assimilação/atuação ao itinerário contestatório que, entre vários episódios e grupos, desembocou no movimento de 1930.

Conflito também viável temporalmente para depois de 1945. Aliás, foram muitos os conflitos. Nas eleições para o Senado, para a Câmara dos Deputados e finalmente para o governo do Estado. De 1946 até 1956, várias disputas eleitorais diretas tiveram Paulo Maranhão e Magalhães Barata como componentes. Desse modo, as páginas que compõem essa pesquisa, é um capítulo diante dos vários possíveis dessa temática.

Aliás, falando em possibilidades, espero ter oferecido pelo menos ideias, se não consegui oferecer caminhos, a serem pesquisados futuramente em relação ao campo cultural e político do Pará nos anos de 1930 e 1940. Considero de extrema importância pesquisas acerca dos processos eleitorais de 1933 e 1934, esses que foram pleitos marcantes para o governo Vargas como um reordenamento político em prol de sua continuidade no poder. As oposições, principalmente às forças que compuseram a FUP, podem ser analisadas, seus métodos de ação,

propaganda política, o que significa ser oposição nesse momento histórico, dentre outros pontos.

Registro também o quão interessante seria novos estudos acerca do integralismo, levando em consideração suas lideranças, propagandas desenvolvidas e a expansão da extrema-direita no Pará e Norte do país. Aliás, um assunto não tratado durante a dissertação, mas que já foi anseio em outros momentos de pesquisa, não concretizado pela ausência de indícios em minhas incursões aos arquivos, recai na presença de uma célula do Partido Nazista do Brasil em Belém, que Ana Dietrich comenta em sua tese de doutorado.² Seria outra esfera e nível do extremismo político presente em nossa sociedade nos anos de 1930.

Outro ponto interessante e que de algum modo esteve relacionado a esta pesquisa, está situado na presença de outros meios de comunicação que enfrentaram rearranjos políticos diante do movimento de 1930. Como o jornal *O Estado do Pará, A Vanguarda, O Imparcial*, dentre outros. Suas mudanças, realinhamentos e atividades poderiam constar em estudos sobre os jornais paraenses e o governo Vargas. Outra iniciativa de estudo recai nas possibilidades de reconstruir as trajetórias individuais de Paulo Maranhão e de Magalhães Barata, diante das renovações em torno dos estudos biográficos e da História Política.

Sobre Paulo Maranhão, analisar alguma outra fase de sua vida ou várias fases que consolidaram este sujeito imbricado nos campos: jornalístico, político-partidário e educacional. Sobre Magalhães Barata, revisitação e desdobramento de outros estudos que em diferentes caminhos reconstruíram sua trajetória. Ênfase que sua segunda passagem pelo poder é excessivamente menos analisada do que a primeira.

Destaco ainda outros dois pontos: a presença e cooperação de intelectuais nas instituições que concretizaram o Estado Novo de Getúlio Vargas no Pará, por exemplo, Waldemar Henrique no DEIP. Bem como, iniciativas reformuladas unicamente para maior controle federal em esferas locais, como o Departamento Administrativo do Pará. Por fim, a possibilidade de análise em torno do governo de Gama Malcher, este que foi sucessor e antecessor de Magalhães Barata durante a Era Vargas. Governador esse que foi responsável pelo apaziguamento da política paraense em 1935, responsável pela instauração do Estado

² DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. 301 f. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Na pequena parte relativa ao estado do Pará (p. 268), a pesquisadora, a partir de documentos de arquivos alemães, infere que houve um “círculo local” nazista no Pará e que este grupo esteve em contato com a sede do Partido no Brasil e em contato com representantes do Partido Nazista na Alemanha. Infelizmente, a autora registrou que as assinaturas presentes nos documentos remetidos do Pará para a Alemanha e outros estados brasileiras estão ilegíveis. Por fim, a autora cita que havia 27 filiados à organização nazista no Pará (p. 158).

Novo no Pará e diretor do Banco da Borracha, instituição importante no contexto bélico em que o Pará esteve envolvido.

Tantas outras temáticas que por algum motivo comentei ou registrei poderiam ser citadas nesta parte do trabalho. Assim como, aqueles temas que o leitor pensará: “ele poderia ter relacionado a este acontecimento ou aquele sujeito/instituição...” Sempre haverá a possibilidade de interligar, de dialogar e de acrescentar.

Portanto, para fins práticos, em meio às pautas políticas que materializaram a disputa entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, foram contemplados indícios em diferentes arenas sociais, nos discursos de parlamentares, editoriais políticos, eleições, acontecimentos distantes e nem mesmo a parte policial dos jornais (os entornos diante do suicídio do comerciante goiano em maio de 1934) conseguiu escapar desse confronto. Embate político que, como dito na introdução, muitas vezes se apresentou nitidamente, de maneira direta, com nomes e rostos, mas em outros momentos apresentou-se de maneira diminuta e camuflada. Essa dissertação é uma das reconstruções possíveis do cenário de atuação de Paulo Maranhão e Magalhães Barata.

FONTES

1. Arquivo Público do Estado do Pará

Área: Governo. Fundo: Gabinete do interventor. Série: Abaixo-assinados, 1931.

Área: Governo. Fundo: Gabinete do interventor. Série: Petições, 1931.

Área: Governo. Fundo: Gabinete do interventor. Série: Cartas, 1933.

Área: Governo. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Ofícios, 1934.

Área: Governo. Fundo: Gabinete do interventor. Série: Telegramas, 1943.

Área: Segurança Pública. Fundo: Chefatura de Polícia. Série: Portarias e Determinações Policiais, 1934.

Área: Comunicação. Fundo: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará. Série: Ofícios, 1943, 1944, 1945.

Área: Comunicação. Fundo: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará. Série: Comunicados, 1943.

Área: Comunicação. Fundo: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará. Série: Telegramas, 1943.

2. Centro de Memória da Amazônia

Processos crimes: Calúnia e Injúria (1906-1970) – 4º e 6º Vara Penal de Belém/PA.

3. Legislação

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.582, de 25 de maio de 1945. Extingue o DIP e cria o DNI. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7582-25-maio-1945-417383-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.557, de 4 de setembro de 1940. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2557-4-setembro-1940-412488-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 nov. 2022

BRASIL. [Constituição (1937)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 702, de 21 de março de 1936. Declara estado de guerra em todo território nacional. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-702-21-marco-1936-472177-norma-pe.html> . Acesso em: 20 nov. 2022.

PARÁ. Lei nº 4.318, de 21 de julho de 1970. Instituiu a “Semana Paulo Maranhão”. Banco de *Leis da Assembleia Legislativa do Estado do Pará*. Disponível em: http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei4318_1970_89642.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

PARÁ. Decreto-Lei nº 4.287, de 29 de março de 1943. Reorganiza o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Estado do Pará. *Diário Oficial do Estado do Pará*, 31 mar. 1943.

PARÁ. Decreto-Lei nº 3.651, de 14 de janeiro de 1941. Cria o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Estado do Pará. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 16 jan. 1941.

PARÁ. Decreto nº 2.834, de 28 de dezembro de 1937. Cria a Comissão de Tabela de Gêneros Alimentícios. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 28 nov. 1937.

PARÁ. Portaria nº[?], de [?] de abril de 1931. Cobrança a Paulo Maranhão por materiais do Estado. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 19 abr. 1931.

PARÁ. Decreto nº 84, de 2 de janeiro de 1931. Decreta a mudança de nome de instituições de ensino. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 11 jan. 1931.

4. Periódicos

“A Batalha” (RJ): 03/07/1937.

“A Manhã” (RJ): 1943, 1945.

“A Nação” (RJ): 05/11/1936.

“A Noite” (RJ): 1943, 1945.

“Atualidades” (PA): 1945.

“Correio da Manhã” (RJ): 1945.

“Diário Carioca” (RJ): 1945.

“Diário de Notícias” (RJ): 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1937, 1938, 1945.

“Diário Oficial do Estado do Pará” (PA): 1930, 1931, 1941, 1943.

“Folha do Norte” (PA): 1930, 1931, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1943, 1944, 1945.

“O Estado do Pará” (PA): 1930, 1931, 1933.

“Revista Pará Ilustrado” (PA): 1943.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Geam Gonçalves; CLÍMACO, Magda de Miranda. Waldemar Henrique, um compositor paraense: regionalismo e interações com os nacionalistas de Mário de Andrade e Getúlio Vargas. **Opus**. v. 25, n. 3, p.281-307, set/dez. 2019.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba**. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder: A propaganda Varguista na Imprensa Amazonense (1937-1945)** 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- ANGELI, Douglas Souza; SIMÕES, Rodrigo Lemos. A Nova História Política e a questão das fontes históricas. **Cippus**, v. 1, n. 2, p. 112-129, 2012.
- BANCO de Crédito da Borracha. **O mês nacional da borracha e o banco de crédito da borracha**. Belém: oficinas gráficas da revista veterinária, 1943.
- BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? **Contracampo**, v. 35, n. 1, p. 7-26, 2016.
- BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BATISTA, Eliana Evangelista. Getúlio Vargas, as oposições coligadas e o golpe de 1937. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 19, p. 3-42, 2017.
- BITTENCOURT, Jean Guilherme Guimarães. **Entre as urnas e as togas: justiça eleitoral e competição política no Pará (1982/1986)**. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- BORGES, Ricardo. **Vultos notáveis do Pará**. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL difusão editorial, 1989.
- BURITY, Luiz Mário Dantas. Uma dança sobre o abismo: as estratégias da candidatura de José Américo de Almeida na campanha presidencial de 1937. **Estudos Históricos**, v. 35, p. 115-138, 2022.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CAVALCANTE NETO, João de Lira. **Getúlio (1930-1945)**: Do governo provisório à Ditadura do Estado Novo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CAVLAK, Iuri; GRANGER, Stéphane. Entre criação do Amapá e intercâmbios econômicos, as consequências da Segunda Guerra mundial nas relações entre o Brasil e a Guiana Francesa. **Fronteiras & Debates**, v. 1, n. 1, p. 67-80, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAVES, Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos. **Isto não é para nós?** Um estudo sobre a verticalização e modernidade em Belém entre as décadas de 1940 e 1950. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

CODATO, Adriano Nervo. **Elites e Instituição no Brasil**: Uma análise contextual do Estado Novo. 441 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2008.

COIMBRA, Creso. **A Revolução de 30 no Pará**: Análise, Crítica e Interpretação da História. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981.

COIMBRA, José Cardoso da Cunha. **Magalhães Barata**: indícios para a história. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CPDOC. Verbetes: BARATA, Magalhães; Verbetes biográfico. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/BARATA,%20Magalh%C3%A3es.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

CPDOC. Verbetes: Batalha, A; Verbetes Temático. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/batalha-a>. Acesso em: 11 out. 2022.

CPDOC. Verbetes: João Paulo de Albuquerque Maranhão; Verbetes biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/joao-paulo-de-albuquerque-maranhao>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CPDOC. Verbetes: Juarez do Nascimento Fernandes Távora; Verbetes biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/juarez-do-nascimento-fernandes-tavora>. Acesso em: 17 fev. 2022.

CPDOC. Verbetes: Luís AA e Silva; Verbetes Biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/luis-martins-e-silva>. Acesso em: 20 mar. 2022.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **O silêncio dos vencidos**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil**. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 1930**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FARIAS, William Gaia. Militares e civis forjando o “tenentismo” no Pará. *In: Anais Eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH*, 2011, São Paulo. São Paulo: ANPUH, 2011.

FAUSTO, Boris. A vida política. *In: GOMES, Angela de Castro (org.). Olhando para dentro: 1930-1964*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (História do Brasil Nação).

FAUSTO, Boris. **Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FEITOSA, Orange Matos; SAES, Alexandre Macchione. O Plano de defesa da borracha: entre o desenvolvimento e a negligência política ao norte do Brasil, 1900-1915. **América Latina na História Econômica**, ano 20, n. 3, p. 138-169, set./dez., 2013.

FERREIRA, Marieta De Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FERREIRA, Paulo Roberto. Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia. *In: Anais Eletrônicos do Encontro Nacional de História da Mídia*, 3, 2005, Novo Hamburgo. Novo Hamburgo: Rede Alfredo de Carvalho, 2005.

FIGUEIREDO, Aldrin M. “Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922”. *In: VIEIRA Jr. Antônio O. et al. Margens: revista multidisciplinar do núcleo de pesquisa*. Belém: Paka-Tatu, 2005, p. 245-266.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Cultura Política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930-1935). **Revista Estudos Políticos**, n. 07, p. 131-151, fev. 2013.

FRAGA, André; LAGO, Mayra; MOURELLE, Thiago. Interpretações sobre a Revolução de 1930: História e historiografia. **Antíteses**, v. 15, n. 29, p. 220-249, 2022.

FRANCO, Georgenor. **Paulo Maranhão: de torneiro de metais a mestre do estilo**. Belém: Academia Paraense de Letras, 1956.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo: ideologia e propaganda política**. São Paulo: Loyola, 1982.

GOMES, Maria de Castro. *et al.* **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 10).

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere** (Antologia). Estaleiro Editora, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a formação da cultura**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRANGER, Stéphane. Entre contenção e cooperação: A percepção da fronteira Guiano-Brasileira pelos militares brasileiros no século XX. **Trashumante. Revista Americana de História Social**, n. 3, p. 48-73, 2014.

JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia. *In*: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p.213-230.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha**: Das vivências do passado às lutas contemporâneas. 2ª ed. Manaus: Editoria Valer, 2019.

LIMA, Marcos Bezerra. Censuras, perseguições e propaganda política: a atuação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará (DEIP-PA) frente aos meios de comunicação entre os anos de 1941 e 1945. *In*: **Anais Eletrônicos do XXVI Encontro Estadual de História – ANPUH/SP**, 2022. Evento online: APUH-SP, 2022.

LIMA, Marcos Bezerra. Uma roda-gigante do poder: disputas políticas entre os jornais O Estado do Pará e Folha do Norte no contexto do movimento de 1930 em Belém do Pará. *In*: **Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História ANPUH-RS**, 2022. Evento online: ANPUH-RS, 2022.

LOPES, Raimundo Hélio. As várias fronteiras de um líder: Juarez Távora, o Norte e a construção do herói no imediato pós 1930. **CLIO: Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco**, v. 30, p. 1-27, 2012.

MARANHÃO, Haroldo. **Querido Ivan**. Belém: Jornal Pessoal, 1998.

MARANHÃO, Haroldo. **Rios de Raivas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

MARTINS, Ana; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MASSIMO, Lucas. Fundadores de jornais e dirigentes partidários: recursos estratégicos para a competição oligárquica na biografia dos senadores brasileiros. **Estudos Históricos**, v. 35, n. 75, p. 46-71, 2022.

MENDONÇA, Jales. Magalhães Barata em Goiás (1936): resgate de um capítulo esquecido. **Jornal Opção**. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/magalhaes-barata-em-goias-1936-resgate-de-um-capitulo-esquecido1-226780/>. Acesso em: 06 set. 2022.

MESQUITA, Lindolfo. **Magalhães Barata**: o Pará e sua história. Belém, 1944.

MESQUITA, Lindolfo. **O Brasil nas Guianas**: a visita do coronel Magalhães Barata a Caiena, Georgetown e Paramaribo. Belém: Pará Ilustrado (DEIP), 1944.

MESQUITA, Luís. **Assumpção x Barata**: uma relação de política e mídia que mobilizou a Amazônia. Lisboa: Chiado Editora, 2013.

MORAES, Eneida de. **Aruanda**. Belém: CEJUP/SECULT, 1997.

MOURA, Daniella de Almeida. **A imprensa periódica a serviço da República paraense (1886-1898)**. 265 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de. **Do embusteiro ao eminente ídolo paraense**: a disputa política entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão nas manchetes dos jornais Folha do Norte e O Liberal. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

OLIVEIRA, Alessandra; SILVA, Luiz; CASTRO, Jetur. Narrativas da repressão durante a intervenção militar no estado do Pará: memórias da censura ao jornal Folha do Norte (1930-1935). **Intexto**, n. 47, p. 208-225, 2019.

OLIVEIRA, Alfredo. **Cabanos e Camaradas**. Belém: Alfredo Oliveira, 2010.

OLIVEIRA, Érito Vânio. O jubileu de ouro da radiofonia na Amazônia paraense: biografar a rádio? *In: Anais Eletrônicos do XXIX Simpósio Nacional de História*, 2017, Brasília. Brasília: UNB, 2017.

OLIVEIRA, Walter Pinto de. **Memórias de uma revolta esquecida**: O Baixo-Amazonas na revolução constitucionalista de 1932. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz María Alasia de. Os comícios e a política de facções. **Anuário Antropológico**, v. 19, n.1, p. 31-94, 1995.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRZYNSZPAN, Mario. Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. **Revista de sociologia e política**, n. 09, p. 7-23, 1997.

PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. *In: GOMES, Angela de Castro (org.). Regionalismo e Centralização Política: partido e constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

PASCHOAL, Francisco José. Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do “marketing político” e da propaganda no Brasil. *In: Anais Eletrônicos do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social*, 2007, Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. **Revista Mosaico**, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun., 2008.

PETIT, Pere. Jornais de Belém e as disputas político-eleitorais no Pará (1889-1992). *In: César Augusto. (org.). Histórias Impressas: imprensa e periodismo na Região Norte – 1930-1988*. Manaus: Valer, 2022, p. 185-212.

PETIT, Pere. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

PRESTES, Anita Leocádia. Getúlio Vargas: depoimento de Luiz Carlos Prestes. *In*: SILVA, José Luiz Werneck da (org.). **O Feixe e o prisma**: uma revisão do Estado Novo. O autoritarismo com questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. p. 82-100.

PINTO, Corrêa. **Elogio do talento e bravura** (em louvor de Paulo Maranhão). Rio de Janeiro: Pongetti, 1956.

PINTO, Lúcio Flavio. Memória – O jornalista Paulo Maranhão. **Lúcio Flávio Pinto**: a agenda amazônica de um jornalismo de combate, 28 nov. 2022. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2022/08/28/memoria-o-jornalista-paulo-maranhao/>. Acesso em: 7 dez. 2022.

RADTKE, Caren Aline Morsch. Cultura política e discurso jornalístico: Uma possibilidade de Estudo em História a partir da Análise de jornais. **Revista Historiador**, n. 2, 2009.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

RANGEL, Monique Benati. A construção da autoridade jornalística: onisciência e onipresença fundamentando o poder simbólico do jornalista. *In*: **Anais Eletrônicos do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 27, 2004, Porto Alegre. Porto Alegre: Intercom, 2004.

REGO, Clóvis Moraes. **Paulo Maranhão**, suas “preces à virgem de Nazaré” e os seus “ócios de um espírito sonolento”. Belém: Imprensa Oficial, 2004.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata**: o homem, a lenda, o político. Belém: Secult, 1999.

ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época**: História Política do Pará. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1996.

ROCQUE, Carlos. **A formação Revolucionária do tenente Barata**. Belém: Fundação Romulo Maiorana, 1983.

ROCQUE, Carlos. **Depoimentos para a história política do Pará**. Belém: Editora Mitograph, 1981.

ROCQUE, Ricardo. **Grande enciclopédia da Amazônia**. Vol. IV. Belém: Amazônia Editora LTDA, 1967.

RODRIGUES, Bárbara Leal. **Feminismo do Extremo Norte**: trajetórias e reivindicações do Departamento Paraense pelo Progresso Feminino (Belém/PA, 1931-1937). 263 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

RODRIGUES, Denise de Souza Simões. **Pará/1935**: um estudo sobre liderança e conflito. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979.

SANTANA JUNIOR, Leopoldo Nogueira. “**Uma leitura crítica dos Relatórios (1944, 1957 e 1958) do governador Magalhães Barata**”: Enfatizando seu discurso sobre educação no Pará. 55 f. Monografia (Especialização em História) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SANTOS, Alan Christian de Souza. **O senador militar** – poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930). 538 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “Velho Intendente” Antônio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Michele da Rocha. **Para serem atendidas**: cartas ao interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935). 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUSA, Carolina Soares. “**Para que o Brasil continue**”: Memória e História de um grupo derrotado na política nacional (1933-1945). 195 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TEIXEIRA, Tatiane do Socorro Correa. *Carnaval Belenense em Tempos de Estado Novo (1938-1946)*. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. A ferro e fogo: conflitos no primeiro século da imprensa paraense. *In: Anais Eletrônicos do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2009, Curitiba, PR. Curitiba: Intercom, 2009.

ZULINI, Jaqueline Porto; RICCI, Paolo. O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia? *Estudos Históricos*, v. 33, n. 71, p. 600-623, 2020.

ANEXO A
CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS TRATADOS NO PRESENTE ESTUDO
(1930-1945)

Primeira Fase (1930 – 1935)	
1 9 3 0	Governador Eurico Valle (PRF) transferiu o governo do Estado para junta governista ligada aos tenentistas.
	Jornal <i>Folha do Norte</i> suspenso por alguns dias, em consequência de sua campanha contrário ao movimento de 1930.
	Paulo Maranhão foi afastado da direção da <i>Folha do Norte</i> por divergências políticas.
	Jornal <i>O Estado do Pará</i> informou os acontecimentos do novo governo e se tornou uma espécie de “porta-voz” do “governo revolucionário”.
	Magalhães Barata assumiu a interventoria do Pará.
1 9 3 1	Retorno de Paulo Maranhão às atividades jornalísticas, inclusive à direção da <i>Folha do Norte</i> .
	Paulo Maranhão é investigado pela justiça, um dos casos recaiu em possíveis transações fraudulentas durante o governo Sousa Castro.
	Magalhães Barata, junto a outros nomes, criou o Partido Liberal.
1 9 3 3	Magalhães Barata visitou às instalações da <i>Folha do Norte</i> em gesto de aproximação a Paulo Maranhão.
	Paulo Maranhão rompeu com Magalhães Barata no contexto eleitoral de maio de 1933.
	Vitória do Partido Liberal nas eleições para Constituinte.
1 9 3 4	<i>Folha do Norte</i> sofreu várias tentativas de empastelamento.
	Paulo Maranhão e João Maranhão foram afastados da <i>Folha do Norte</i> por curto espaço de tempo. O afastamento foi determinado por Magalhães Barata e quem ficou responsável pelo jornal nesse momento foi Paulo Maranhão Filho.
	Assassinato de José Avelino (apoiador de Magalhães Barata), desencadeou uma série de ataques contra a <i>Folha do Norte</i> e ocasionou a prisão de Paulo Maranhão.
	Pleito de outubro de 1934, termina com maioria dos deputados eleitos pelo Partido Liberal. Expressiva vitória contra Frente Única Paraense.

1 9 3 5	<p>Magalhães Barata não foi eleito governador do Pará em abril, em detrimento da cisão política no próprio Partido Liberal, ocasionando acordo político entre os dissidentes do Partido Liberal e os eleitos pela Frente Única Paraense.</p> <p>O nome de Gama Malcher foi o escolhido para assumir a interventoria do Estado.</p> <p>Magalhães Barata tentou por mecanismos jurídicos o direito de ser governador do Pará, mas não obteve êxito.</p>
Segunda Fase (1936 – 1942)	
1 9 3 6	<p>Magalhães Barata retornou às suas funções no Exército Brasileiro.</p> <p>Paulo Maranhão fortificou a linha editorial da <i>Folha do Norte</i> contra Magalhães Barata, relembando fatos de sua primeira gestão.</p> <p>Acordo entre o Partido Liberal e a União Popular Paraense, desencadeou fortes críticas por parte de Paulo Maranhão, ocasionando episódios de tensão entre ele e o governador Gama Malcher.</p>
1 9 3 7	<p><i>Folha do Norte</i> acusou Magalhães Barata de vínculo com a Ação Nacional Libertadora.</p> <p>Magalhães Barata retornou ao Pará no contexto das campanhas presidenciais. Seu apoio foi para José Américo. Por sua vez, Paulo Maranhão apoiou Armando de Sales.</p> <p>Decretação do Estado Novo frustrou as pretensões políticas dos dois personagens analisados.</p>
1 9 3 8	<p>Paulo Maranhão foi preso após críticas contra a Comissão de Tabelação de Gêneros Alimentícios, departamento do governo de Gama Malcher.</p>
1 9 4 0	<p>Getúlio Vargas sancionou lei que obrigava a criação em todos os estados brasileiros e territórios federais de departamentos estaduais de imprensa e propaganda, os chamados DEIP's. Estes responderiam ao Departamento de Imprensa e Propaganda.</p>

1 9 4 1	Gama Malcher efetivou o início das atividades do DEIP/PA, com sede na Avenida 15 de Agosto (atual Presidente Vargas).
Terceira Fase (1943 – 1945)	
1 9 4 3	Gama Malcher deixou o governo do Estado e assumiu o Banco de Crédito da Borracha.
	Magalhães Barata retornou em fevereiro para sua segunda passagem na interventoria do Pará.
	Ano de maior tensão entre o órgão regulador dos meios de comunicação (DEIP/PA) e a <i>Folha do Norte</i> .
	Em maio, Paulo Maranhão e João Maranhão foram afastados da <i>Folha do Norte</i> e da <i>Folha Vespertina</i> . Assumiu a direção das <i>Folhas</i> o jornalista do Rio de Janeiro, Pedro Timoteo. Os jornais de Paulo Maranhão passaram por inúmeras mudanças, dentre elas, alinhamento a Magalhães Barata.
	Após meses afastado, Paulo Maranhão retornou aos seus jornais em novembro.
	Paulo Maranhão se aposentou do cargo de professor da Escola Normal.
1 9 4 4	Magalhães Barata e comitiva visitaram às Guianas Francesa, Inglesa e Holandesa. O interventor paraense figurava como representante do Brasil frente às Guianas. Tal posição lhe proporcionou projeção política internacional.
1 9 4 5	Apesar do enfraquecimento da Ditadura do Estado Novo, os jornais de Paulo Maranhão continuaram sofrendo censuras por parte do DEIP/PA.
	Ataques contra às instalações das <i>Folhas</i> e seus funcionários foram verificados.
	Magalhães Barata por meio do Partido Social Democrático apoiou a candidatura presidencial de Eurico Gaspar Dutra.
	Paulo Maranhão apoiou a candidatura de Eduardo Gomes pela União Democrática Nacional e ofereceu em plano estadual seu jornal como meio de propaganda política partidária.
	Com a dissolução do Estado Novo e as eleições, Magalhães Barata conseguiu se eleger senador pelo Pará.